Maria Raquel Passos Lima



O AVESSO DO LIXO

materialidade, valor e visibilidade

EDITORA UFRJ

O AVESSO DO LIXO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura Tatiana Roque

Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Flávio dos Santos Gomes
João Camilo Barros de Oliveira Penna
Tania Cristina Rivera

Maria Raquel Passos Lima

O AVESSO DO LIXO

materialidade, valor e visibilidade

EDITORA UFRJ

© 2021 Maria Raquel Passos Lima

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7-1878)

L732 Lima, Maria Raquel Passos.
O avesso do lixo : materialidade, valor e visibilidade / Maria Raquel Passos Lima. – Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2021.
408 p. ; 23 cm.
Originalmente apresentada como tese da autora (doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015).
Bibliografia: p. [383]-407.
ISBN: 978-65-88388-29-7
1. Catadores de lixo - Jardim Gramacho (Duque de Caxias (RJ). 2. Cooperativas de reciclagem. 3. Lixo. I. Título.

CDD: 363.728

Coordenação editorial
Thiago de Morais Lins
Maíra Alves

Preparação de originais
Vânia Garcia de Freitas

Revisão
Paula Halfeld
Thereza Vianna

Capa
Leonardo Arroniz (com base no projeto de Louise Xavier Dantas)

Foto da capa
Maria Raquel Passos Lima

Projeto gráfico
Louise Xavier Dantas

Diagramação
Leonardo Arroniz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio: Fundação Universitária José Bonifácio

Aos catadores e catadoras deste país, em especial aos de Jardim Gramacho, incansáveis guerreiros da arte de recriar o valor das coisas que estão no mundo.

Ao Bruno, por tudo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 11

LISTA DE FIGURAS 17

PREFÁCIO – O fetichismo do "lixo" e seus segredos 19
Marco Antonio Gonçalves

PRÓLOGO – Jardim Gramacho a olho nu 25

INTRODUÇÃO: O "lixo" e seu descarte 33

1 O GOVERNO DOS RESÍDUOS E A CIDADE INVISÍVEL 49
Restos perigosos 52
Odores cariocas 56
Os negros "tigres": carregando o estigma 60
O projeto higienista 65
Aleixo Gary: a limpeza urbana e as empresas privadas 71
A modernização da capital 74
O moderno sistema técnico de eliminação do "lixo" 77
A incineração 79
O depósito e o aterro 81
Tecnologias do ocultamento 85
Reprodutibilidade e descartabilidade 87
A emergência dos resíduos sólidos e o novo marco regulatório 92
Além do que se vê 95

2 A ECONOMIA DOS RECICLÁVEIS 99
O que faz o catador? Contraimagens da necessidade 108
A vida das materialidades e o trabalho com coisas de valor 110
Com que roupa eu vou? 111
A indumentária da rampa e outros vestuários 115
Aterro-associação: um circuito comercial 124
Arranjos de trabalho e o ciclo semanal 127
Plasticidades: a distinção apurada das qualidades 132

O plástico fino 138
(Con)tatos e odores 142
“Arquivo”, “sucata” e outros materiais 153
A pesagem e o pagamento 159
Trajetórias desviadas: indeterminações do valor 166
“Achados” 169
“Sujeira”, “lixo” e “material” 173
O luto e o incêndio 179
As lonas: instrumentos técnicos 184

3 A PRODUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES 193
A formalização do catador: ambiguidades e contradições 195
Lidar com o pessoal, criar o social: etnografia das organizações 207
Revelações de um bom-dia 212
Questões de família 217
“A gente é uma família” 221
“A gente não é da família” 226
(In)formalizações 231
“Isso aqui não é cooperativa” 235
“Tipo uma ONG” 243
Controvérsias em torno da gestão 250
O drama institucional e seu desenrolar 256

4 UMA POLÍTICA DA VISIBILIDADE 275
O “mundo de imagens” dos catadores em Jardim Gramacho 276
Projeções de cinema 281
De quem é a face? Liderança, visibilidade e assimetrias 283
Figurações do real 290
(Meta-)histórias da rampa: fotogramas etnográficos 297
O filme 297
Desdobramentos: uma associação alternativa 312
Primeira assembleia geral 316
O conselho de lideranças 325
Assembleia geral final 336
Reviravoltas 341
Dinheiro 344

Fechamento 347
O que restou do fim 348

5 "SOLUÇÕES AMBIENTAIS" DO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI 353
O (re)aproveitamento energético e as Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) 354
O capital verde 356
A capital verde 360
Verde? 364
Desenvolvimentos (in)sustentáveis 367

CONCLUSÃO – Valorização e visibilidade: paradoxos 375

REFERÊNCIAS 383

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de um longo percurso, construído pelos anos de formação e pesquisa em ciências sociais e antropologia, que atravessei como aluna e posteriormente como professora e pesquisadora vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. À instituição, que me forjou *ifcsiana*, devo muito e só tenho a agradecer. Assim, é uma grande alegria publicar esta obra pela editora da universidade que marcou minha trajetória profissional.

Como o livro surge em um momento de profundas mudanças no Brasil, e o contexto retratado se situa num ponto de inflexão histórica, a atualização de seu conteúdo se mostrou não apenas inviável, como desnecessária, já que os caminhos, contradições e tendências nele delineados continuam vigentes e em disputa. A aposta então é de que, mesmo transcorrida uma década desde o início da pesquisa, o trabalho permaneça atual e com vigor.

Agradeço, assim, a todos e todas que contribuíram para que este livro pudesse agora ser lançado ao mundo, ganhando seu próprio rumo.

Ao Marco Antonio Gonçalves, por suas ideias sempre instigantes, pela orientação e por aceitar escrever o prefácio.

A Mariana Cavalcanti, Fernando Rabossi, John Comerford, John Dawsey, Karina Kuschnir, Eliska Altmann, por contribuírem com críticas e sugestões preciosas em diferentes etapas do trabalho.

Ao José Reginaldo Gonçalves, por despertar minha atenção às categorias de pensamento e aos objetos, o que levou à minha captura pela armadilha do "lixo".

Aos colegas e professores com quem dialoguei e pude aprofundar minhas reflexões sobre o trabalho nos últimos anos: José Ricardo Ramalho, Rodrigo Santos, Marina Cordeiro, Els Lagrou, Tatiana Bacal, Scott Head, Benoît de L'Estoile, Federico Neiburg, André Dumans, Brígida Renoldi, Mylene Mizrahi, Sebastián Carenzo, Mariano Perelman.

Ao NEXTimagem e, especialmente, ao Diego Madi, por aceitar com entusiasmo a tarefa de pensar e trabalhar comigo as imagens, editando o filme etnográfico *Vida real: a política da visibilidade dos catadores de Jardim Gramacho*, que complementa a discussão do capítulo 4.

À Ana Gabriela Morim, por todas as conversas, incentivos, críticas, risadas e pela leitura e revisão de parte dos capítulos. Aos amigos do peito, por fazerem parte da minha vida, acompanhando-me e/ou fazendo-se presentes em fases variadas deste trabalho: Ana Carolina Nascimento, Nina Vincent, Nina Bitar, Carolina Grillo, Livia Reis, Diogo Lyra, Tiago Coutinho, Paola Lins, Renata Montechiare, Natasha Neri, Flávia Medeiros, Moana Van de Beuque, Aline Rabelo, Carolina Balthazar, Fred Policarpo, Athos Luiz Vieira, Gérome Ibri, José Szwako.

À Anna Bentes, por incentivar o envio do manuscrito para publicação.

À Editora UFRJ e sua equipe, especialmente Michel Misse e Fernanda Ribeiro.

Ao Bruno Cardoso, por toda a atenção, paciência e compreensão. Pelo incentivo constante, pela disposição inesgotável para o diálogo, a escuta, a reflexão e a discussão. Por ter sofrido tanto quanto eu ao longo desse processo. Pelo carinho e dedicação. Por todo o amor. E à Gal, por vir ao mundo e por ter me acompanhado na barriga e, posteriormente, no colo ao finalzinho desta jornada.

À Zete Doré Passos, pelo apoio, abrigo e carinho sempre. À Daniela Passos, pela irmandade e partilha. E a Nora e Geraldo Passos Lima (*in memoriam*), pela sorte de estar aqui.

À Comlurb, por ter autorizado a minha inserção no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. À Valéria Bastos, pela disposição em ajudar neste processo.

Especialmente, à Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, pela gentil acolhida. E, uma vez mais, a todos os catadores e catadoras que generosamente compartilharam comigo o seu cotidiano e me ensinaram a ver o mundo de outro ângulo, fora do comum, de certo modo, ao avesso.

Não é a necessidade mas seu contrário, o "luxo", que coloca para a matéria viva e para o homem seus problemas fundamentais.

(Georges Bataille, 1975, p. 51)

Toda vez que um rígido modelo de pureza é imposto em nossas vidas, ou ele é muito desconfortável ou, se rigidamente seguido, conduz à contradição ou à hipocrisia. Aquilo que é negado não é, todavia, removido. O resto da vida, aquilo que não se enquadra exatamente nas categorias aceitas, está ainda presente e exige atenção.

(Mary Douglas, 1976, p. 198)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	No terreno da associação, materiais coletados pelos catadores em sua trajetória rumo à reciclagem.	110
Figura 2	Coletes usados pelos catadores do aterro como instrumentos de acesso, identificação e controle.	119
Figura 3	Vestimentas marcam distintas atividades e pertencimentos ao espaço institucional.	122
Figura 4	O circuito comercial aterro-associação que constituiu o foco etnográfico da pesquisa.	125
Figura 5	Placa indicativa dos acessos a locais de despejo por tipo de resíduo e de veículo no aterro de Jardim Gramacho.	129
Figura 6	Os caminhões da associação.	131
Figura 7	Leila realiza a atividade de bater o material, descortinando o complexo domínio das plasticidades.	138
Figura 8	A prensa e a umidade que envolve o processamento do plástico fino.	140
Figura 9	Fardos de plástico fino e os sinais de suas distintas procedências.	142
Figura 10	Caçamba com “arquivo” (A) e carga de sucata coletada por Zacarias (B).	157
Figura 11	Catadores estabelecem parcerias colaborativas para a pesagem dos materiais.	162
Figura 12	A folha em que se fazia o controle da produção da associação.	164
Figura 13	Tabela com a cotação dos materiais.	165
Figura 14	Objetos desviados do ciclo produtivo se tornam sujeira no terreno da associação.	179

Figura 15 Efeitos do incêndio nos distintos tipos de materiais indicam potencialidades e processos diferentes de recriação de valor. 182

Figura 16 A durabilidade da sucata e a deformidade do plástico após a combustão. 184

Figura 17 Exemplo de barrica, um dos instrumentos técnicos dos catadores. Ao fundo, bancada de metal para a triagem dos materiais. 186

Figura 18 Inscrições e cortes nas lonas indicam distintos processos técnicos do trabalho. 190

Figura 19 Detalhe da superfície da lona, instrumento técnico e simbólico dos catadores. 192

Figura 20 Cobertura do galpão caída após tempestade. 253

Figura 21 Lista com os catadores que formariam o conselho de lideranças para atuar nas negociações. 325

PREFÁCIO

O fetichismo do "lixo" e seus segredos

Marco Antonio Gonçalves [1]

Há que se sublinhar, antes de tudo, a originalidade de *O avesso do lixo*, manifestada no modo como foi abordado, construído, desconstruído, avançado. Penso que esta é sua maior contribuição: a maneira como Maria Raquel Passos Lima enfrenta o desafio de pensar um dos fenômenos mais universais da experiência humana, algo que vivenciamos cotidianamente, mas que tem a potência de evocar uma multiplicidade de significados, constelações de sentidos que nos transportam para verdadeiras cosmologias, ontologias e escatologias sociais criadas e recriadas a partir dessa materialidade.

O avesso do lixo se inicia pela narração de uma viagem de ônibus entre o centro da cidade do Rio de Janeiro e o bairro de Jardim Gramacho, localizado em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Maria Raquel chega, pela primeira vez, ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, popularmente conhecido como "lixão de Gramacho". Sucede-se então um deslocamento de espaços, planos, imagens. Deslocamento esse que se reduplica no caminho que todos os dias percorre aquilo que designamos "lixo", isto é, o que colocamos fora de nossas residências, que ocultamos em latas, plásticos, cestos e que ocupa espaços marginais nas casas e prédios. Essa matéria é transportada em caçambas e basculantes, e despejada em seu destino final: os aterros sanitários – que, na verdade, representam um recomeço. É, justamente, do começo, ou recomeço, dessa materialidade, agora habitando outro território e outras significações, que se ocupa *O avesso do lixo*.

---

1 Professor titular de antropologia do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Se, por um lado, adentramos o universo dos resíduos, borras, detritos, excrementos, despojos, desperdícios, depósitos, sedimentos, rejeitos, substratos, sujeiras, impurezas, por outro penetramos nos resíduos orgânicos, nas madeiras, nos plásticos, nos metais, nos vidros, nos papéis, derivando daí uma complexa estrutura classificatória e genealógica daquilo que chamamos de "lixo". A obra nos reconduz ao que o "lixo" nos dá a ver na sua (in)visibilidade, incita-nos a uma tomada de consciência de sua existência real e abstrata, propicia que nos relacionemos com ele e nos interroguemos sobre seu significado de modo intelectual, visceral, existencial e experiencial.

O avesso do lixo parte de uma questão imperiosa proposta por Maria Raquel:

> O que a categoria "lixo" *deu a ver*? O que deu a ver sobre o que estava nas sacolas e ocupava a rua? Sobre as pilhas e agrupamentos de coisas na associação [dos catadores]? Sobre o conteúdo das caçambas e contêineres? O que se pôde enxergar através dela e o que ela permitiu conhecer sobre a materialidade do universo em questão? Quase nada, pois 'lixo' não é uma categoria descritiva, mas opera como uma definição moral, que estigmatiza no lugar de qualificar e oculta ao invés de tornar visível.

Ao se defrontar com o fenômeno "lixo", com sua materialidade, a autora realiza um movimento de mesma natureza metodológica que aquele feito por Karl Marx ao se interrogar sobre o fetiche da mercadoria, que, reconstruindo sua cadeia de significação, nos dá a ver o que o regime visual do mundo dos bens oculta, transportando-nos, de uma só vez, ao seu pleno sentido, à sua essência estrutural: a de materialidade produtora de e produzida por relações sociais e valores. "Lixo", nessa acepção, ao ser levado a sério, ao enfrentar o seu fetiche, aporta-se ao que ele pode nos revelar, e, desse modo, somos reenviados a sua mais profunda significação, que ganha foros de sentido estético, ético, moral e social. Revelam-se modos organizatórios que engendram as relações de classe e suas potentes simbolizações, capazes de relacionar pessoas, instituições, objetos. *O avesso do lixo* se acerca dessa materialidade (parte dela no plano etnográfico), encara, decifra, ausculta em seu íntimo e no que a habita para, justamente, propor uma saída do mundo material, das condições de existência, dos objetos em si, dando-nos a ver concepções, valores, relações e imaginários.

Eis um problema crucial que nos leva a perceber a transformação do sentido que "lixo" nos impõe: o plástico-lixo, o orgânico-lixo, o metal-lixo, o vidro-lixo continuam sendo plástico, orgânico, metal e vidro, mas à custa, evidentemente, de um distanciamento do seu referente original; afastamento mediado, sobretudo, por uma relação humana. Esse apagamento do referente, sua transformação e sua recorrente agregação de valores são ditados pela equação distanciamento/proximidade das relações humanas que estão, por assim dizer, no centro dessa conceituação que pensa o "lixo" como materialidade.

A autonomia excessiva do material nos reenvia ao seu fetichismo, àquilo que imobiliza o pensamento, fazendo restar apenas sua fantasmagoria. A materialidade "lixo" nos aprisiona a fantasmas. Esse caráter místico, misterioso, secreto, que "lixo" adquire encarna a própria síntese do deslizamento de seu referente, o seu paradoxo, que é justamente a capacidade de agregar outros fatores que não aqueles puramente materiais. Advém daí a opção metodológica e conceitual proposta por Maria Raquel, que investe na sua imagética, em seus cenários, em suas paisagens, o que nos permite adentrar seus deslocamentos, suas construções de mundo.

A autora estrutura sua aproximação ao "lixo" por meio de outro deslocamento. Ao pensá-lo essencialmente como produto da relação entre pessoas, de relações sociais por excelência, ela desconstrói seu fetiche, chegando ao âmago de seu significado social. Nessa nova chave, "lixo" é equivalente a mercadoria. Há uma feliz recusa metodológica em produzir uma objetificação do objeto, sua redução à materialidade. Se "lixo" é, na sua "visibilidade", coisas embaralhadas, trituradas, partidas, quebradas, jogadas, descartadas, é, ao mesmo tempo, mais e menos do que isso quando exibe sua enorme capacidade de mutação, quando seu significado depende, sobretudo, das mediações de relações sociais.

"Lixo", portanto, é alegoria. Tensiona o sentido próprio e o figurado. Caminha do particular para o universal. Diz B (concretizante) para significar A (abstração). Essa sua condição alegórica permite não se estruturar a partir de uma busca de unidade; pelo contrário, expressa desordem e fragmentação. *O avesso do lixo* toma o fragmentado e o descontínuo como operadores desse universo, como modo de nos acercarmos das pessoas, dos espaços produzidos, da política, das relações.

A obra empreende, assim, um esforço por compreender o "lixo" a partir de dois caminhos. O primeiro gesto importante que realiza é recusar o sentido categorial de "lixo" e operar sua desconstrução, para, em um segundo gesto, reconstruí-lo *on the ground*, etnograficamente. Jardim Gramacho é parte do universo que deseja compreender, e o aterro sanitário é seu epicentro, tomado como o "irradiador da força motriz que alavanca todo aquele universo".

A partir dessa escolha e de seus princípios teórico-metodológicos, da opção radical pela etnografia, acompanhamos um percurso que vai do grão de areia ao universo, perpassando muitos cenários e paisagens. Das origens da limpeza urbana no Rio de Janeiro, que constitui uma genealogia do "lixo" e nos dá a ver os estigmas, as desqualificações dos sujeitos e dos espaços e as políticas públicas que geram as tecnologias de seu ocultamento, aportamos aos atores sociais, à vida material dos sujeitos, às materialidades, aos catadores que engendram uma economia política dos resíduos, ao seu valor (monetário, simbólico, social), a sua transformabilidade. Nesse novo contexto do "lixo" como "valor" e "transitividade" emergem em torno dele as associações, formas de organização político-social para a gestão dessas práticas, agora institucionais. Situamo-nos aqui em uma etnografia sobre mônadas instáveis, abertas às disputas, aos conflitos, às ações interpessoais que se produzem diante das regulações do Estado, dos marcos legais sobre os novos significados que, mais uma vez, o significante "lixo" engendra e que não cessa de produzir. Ao final, acompanhamos o fechamento do aterro de Jardim Gramacho, que, entretanto, não é propriamente fim, mas recomeço. Nesse momento, os atores se reorganizam em um cenário mais amplo, de interesses múltiplos, em que "lixo" passa a ser sinônimo de modernidade tecnológica, sendo operado por noções de "desenvolvimento" próprias do capitalismo do século XXI. Neste se preconiza uma "economia verde" em que o "ambiental" orienta os novos agentes e corporações que conformam novos mercados para os, agora, definitivamente, "resíduos".

Findado o percurso de leitura de *O avesso do lixo*, percebemos que "lixo" parece ser da mesma ordem de importância do conceito seminal polinésio *mana*, que tanto impactou a teoria antropológica: força espiritual, substância que está por toda parte, magia, criadora dos vínculos sociais, produtora de subjetivação. E, uma vez nesse plano, o conceito

abriga as complexas contradições da sociedade, suas diferenças, suas desigualdades. “Lixo” manifesta, assim, a dualidade de seu ser, seu caráter objetivo e subjetivo, simultaneamente. Como objeto, não significa a si mesmo, é significado. Como sujeito, agrega valores, representações, relações. Nesse sentido, situa-se, decisivamente, entre a mente e a matéria, o animado e o inanimado, a pureza e o perigo. Numa expressão, *O avesso do lixo* nos convence que “lixo” é bom para pensar.

PRÓLOGO

Jardim Gramacho a olho nu

Eu estava no local errado. Minhas suspeitas se confirmaram quando finalmente desci do ônibus em que havia embarcado, cerca de quarenta minutos antes, no terminal rodoviário da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. Era uma ensolarada sexta-feira do mês de abril, que apenas começava naquele ano de 2011, e eu havia acordado cedo para dar início ao trabalho de campo previsto na pesquisa de doutorado em Antropologia Cultural, curso em que ingressara no ano anterior. Meu destino era Jardim Gramacho, bairro pertencente a Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense, vizinho à capital, da qual se separa pelo rio Meriti, pela baía de Guanabara e seus mangues, e pela rodovia federal Washington Luís (BR-040) – via de acesso entre o Rio de Janeiro e a Região Serrana, e principal ligação rodoviária da cidade com o Distrito Federal, atravessando parte da Região Metropolitana.

Com os assentos cobertos por um pó avermelhado, o ônibus exibia em seu letreiro o nome do local para onde eu planejava ir. No entanto, o veículo se aproximava do seu ponto final e eu não havia identificado o que procurava: a associação de catadores localizada ali no bairro. Já quase parando o veículo, o motorista – ao lado de quem eu me encontrava, na esperança de ter uma visão melhor dos lugares – perguntou: "É aqui mesmo que você vai ficar?". Como estávamos no fim do trajeto, confirmei, mas disse que precisaria pedir informação a alguém. Desci, e o motorista começou a manobrar o ônibus para iniciar o percurso de volta. À minha frente havia um portal em que era possível ver um caminho íngreme que culminava num imponente morro, formado por uma série de camadas que se avolumavam de modo decrescente da base ao topo, compondo uma paisagem avermelhada pelo sol, que, por sua vez, refletia intensamente a cor vibrante da terra a cobrir o chão.

O portal dava acesso àquele espaço e marcava, ao mesmo tempo, o fim da rua. Uma estrutura de alumínio retangular fixava duas placas; a da esquerda trazia a inscrição que identificava o local: "Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho". No entorno dessa entrada e do muro que a cerca-

va, nascia a calçada da avenida, onde havia pessoas sentadas sob a sombra de barracas abertas, com grandes sacolas brancas ao seu redor, dentro das quais havia latas de alumínio amassadas e outros tipos de objetos, que também se espraiavam pelo chão. Do outro lado, pessoas passavam com barris em um dos ombros ou com recipientes cilíndricos rígidos esbranquiçados e aparentemente vazios apoiados nas costas. Elas vestiam coletes coloridos desgastados; os homens trajavam ainda bonés e calças, e as mulheres, calças *legging* por baixo das saias ou dos *shorts*, com meias grossas até os joelhos e toucas plásticas na cabeça. Nos pés, todos calçavam botas de solado espesso, cobertas de terra ressecada.

O lugar era movimentado. O fluxo não era apenas das pessoas de coletes coloridos que entravam ou saíam pelo portal, ou mesmo daquelas que estavam envolvidas em diferentes atividades nos estabelecimentos ao longo da calçada. Veículos variados, sobretudo caminhões de grande, médio e pequeno porte, carretas e compactadores com carregamentos de objetos diversos, seguiam ininterruptamente aquele caminho e adentravam o portal, ou de lá saíam, enfrentando a íngreme subida pela terra vermelha que conduzia ao morro. Veículos de transporte público, como o ônibus que havia me levado até ali, não ultrapassavam aquela fronteira e retornavam depois de deixar os passageiros no ponto final.

Após descer do ônibus, segui em busca de alguém que pudesse me dar informações sobre o lugar que procurava. Perguntei sobre a associação de catadores que existia ali para um homem que passava, e ele apontou na direção de uma mulher que estava sentada sob uma barraca de sol, junto a um muro na calçada. Repeti a pergunta para ela, que entendeu a situação: “Ah, você tá procurando a ACAMJG, né? Não é mais aqui, não. Você vai ter que voltar por essa rua e pegar a Washington Luís”. A essa altura, o motorista que havia me deixado ali estava prestes a partir com o ônibus, mas, diante da situação e de meu flagrante desconcerto, foi solícito, dizendo: “Sobe aí, eu te deixo ali na frente”.

Depois de aceitar a carona, eu retornava pela avenida, passando por suas construções, abrigos e barracos de madeira; por terrenos cercados de muros e por outros abertos, formando espécies de quintais; por habitações módicas e casas de alvenaria; por estabelecimentos comerciais de escalas variadas, desde pequenas vendas, botecos, bares, até grandes depósitos e pequenas indústrias. Não demorou muito e o motorista avisou:

"Você tem que descer aqui e atravessar para chegar na rodovia". Agradeci a gentileza enquanto descia as escadas do veículo, que logo partiu.

Ao meu redor, a rua então desconhecida, dividida em sua extensão por um canal, era pacata e até deserta em comparação com o local de que acabava de voltar. Suas habitações eram compostas em maioria por barracos e casas modestas. Algumas árvores e o mato que recobria toda a margem do canal invadiam a calçada em alguns trechos. Segundo orientação do motorista, eu deveria passar para o outro lado se quisesse acessar novamente a rodovia – eixo no qual gravitavam as poucas referências de que eu dispunha para me guiar.

Foi então que vislumbrei a travessia. Uma tábua de madeira estreita, com a superfície um pouco côncava pelo uso, formava uma ponte entre um lado e outro. Tomada a iniciativa de seguir, procurei me apressar para concluir o trajeto e evitar um possível desequilíbrio ou qualquer outro imprevisto. Já do outro lado, continuei até encontrar uma rua transversal por onde pudesse passar. Durante a caminhada, tomada pela sensação de estar perdida, concluí que o melhor seria pedir informação novamente. Passei então a andar mais atenta à procura de um informante.

Cruzando um portão grande, aberto, olhei para dentro do local, que parecia um galpão ou depósito, e avistei um carro e, ao redor, um homem com camisa social de botão. Aproveitei para perguntar sobre a associação de catadores. Estávamos bem próximos à Washington Luís, com sua movimentação intensa. Após alcançar a rodovia, eu deveria seguir em direção aos carros até chegar a um grande estabelecimento comercial especializado em roupas. A partir dali, bastaria adentrar a rua perpendicular à rodovia, ao lado da entrada do estabelecimento, que eu chegaria ao destino almejado. Assim o fiz.

Depois de alguns minutos, finalmente eu avistava as referências fornecidas e seguia pela rua que me levaria à Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG). Após andar por poucos minutos, ficaram para trás o galpão, onde uma centena de *stands* comerciais ofereciam peças de vestuário para uma clientela expressiva, e o estacionamento, onde grupos de compradores, especialmente mulheres, embarcavam e desembarcavam de vans e carros.

O caminho de terra descortinado pela rua era cercado de árvores e de uma vegetação alta que parecia densa. Não havia muros ou cercas

aparentes delimitando a área ocupada pelo terreno da associação. À minha frente surgia uma construção de aspecto novo e uma placa com a inscrição “Centro de Referência em Coleta Seletiva”. Na entrada, uma porta vermelha de metal abaixada indicava que o local estava fechado, diferente de parte das janelas de vidro que, ao lado da entrada, formavam a fachada frontal.

Adiante, pilhas de estrados retangulares e outras peças de madeira, como portas e caixas, grupamentos volumosos de tubos plásticos flexíveis separados em pretos, brancos e transparentes, pedaços de isopor e outros materiais tomavam o espaço lateral, próximo à mata da margem esquerda. Dali era possível ver uma segunda construção, mais comprida e estreita, também com telhados metálicos e paredes erguidas por tijolos de cimento. Era a sede administrativa, onde havia três salas independentes, com janelas e portas de entrada acessíveis por um corredor, além de um anexo lateral que formava uma área de vestiário com banheiro. O corredor, por ser coberto, compunha uma espécie de varanda onde as pessoas ficavam sentadas em uma mureta que delimitava o espaço fechado da sede e o restante do terreno, aberto.

No espaço aberto, a área demarcada por uma ampla estrutura com telhado metálico se destacava, produzindo sombra. Sob esse galpão, havia algumas máquinas, dentre elas uma cuja estrutura metálica chegava bem próximo à altura da telha; além disso, havia duas prensas verdes com placas amarelas em que se lia “Ministério do Meio Ambiente”, e uma balança mecânica um pouco enferrujada pelo tempo. Dispostas em outros pontos, algumas bancadas de ferro vazadas por uma grade quadriculada com marcas de ferrugem e, em menor número, bancadas de madeira com objetos variados.

Tonéis de metal azuis que continham vidros se enfileiravam no espaço entre a lateral do galpão e a da sede. Do outro lado, na margem da direita, próximos a uma pequenina construção destinada ao abrigo do vigia, algumas caçambas e enormes contêineres de ferro guardavam em seu interior, separados por compartimentos, grandes quantidades de papelão, aglomerados com garrafas plásticas, cargas de papel ou mesmo ligas, pedaços e outros objetos de ferro.

Dispostos no chão, ao redor de toda a área, que ia de uma margem lateral a outra do terreno, um mar de grandes sacolas, originalmente

brancas, mas já escurecidas pelo contato com a terra, abrigava uma infinidade de objetos, de cores e formatos variados. As sacolas cheias estavam fechadas e se aglomeravam umas sobre as outras. Aquelas que não estavam completas poderiam estar preenchidas em níveis diferentes pelos objetos, compostos por recipientes plásticos, igualmente variados em seus tipos. Por entre as sacolas e seus amontoados, o espaço também era ocupado por uma gama de objetos, com sacos plásticos maleáveis, que possivelmente eram os mais visíveis. Estes podiam estar agrupados em fardos, quando ficavam comprimidos e amarrados em maciços retângulos, ou espalhados de forma avulsa ao redor das sacolas, das caçambas, das bancadas ou nos possíveis trajetos entre essas coisas.

Em alguns pontos do terreno, que exalava um cheiro acre, era possível se deparar com lama ou mesmo com poças maiores – resquícios de chuva ou de atividade que usasse água. Nessas áreas, a incidência de insetos, como moscas e mosquitos, já corriqueiros, intensificava-se. Um dos espaços que apresentava um pequeno alagamento, com uma tábua de madeira para auxiliar a passagem, era a entrada frontal da sede, cuja travessia dava acesso à varanda onde se situava a primeira das salas, única com grades nas janelas, que funcionava como escritório ou secretaria administrativa.

Ao chegar à varanda em frente ao escritório, encontrei três mulheres, sendo duas delas bem jovens. Aproximei-me para me apresentar e expliquei que, na véspera, havia entrado em contato por telefone com o presidente da associação para confirmar minha ida ao local no dia seguinte. Naquele momento, o presidente não se encontrava, e fui atendida pela mulher mais velha, que respondia em sua ausência. Ela ocupava o cargo de diretora financeira da associação e se chamava Vitória.[1] Expliquei-lhe sobre o doutorado, os intuitos da pesquisa e as implicações mais práticas de empreender definitivamente o campo ali, o que significaria, dentre outras coisas, passar meses frequentando o local de maneira relativamente assídua.

Não tive problemas em obter o seu consentimento, mas nossa conversa foi logo interrompida por um grupo de pessoas que se aproximava,

1 Os nomes dos catadores e demais interlocutores do contexto de campo citados na escrita etnográfica são pseudônimos.

comentando sobre a hora e fazendo cobranças. Entendi que uma reunião havia sido marcada para aquele horário, e minha conversa retardava o seu início. Diante da situação, Vitória me explicou que teria de se retirar, e eu aproveitei para lhe perguntar se poderia assistir à reunião também. Ela me olhou e, com um pequeno sorriso, disse: "Vamos". Foi então que todos se deslocaram para a primeira construção que avistei, o centro de referência, chamado por alguns de "polo".

A reunião, que deveria ter em torno de vinte participantes, ocorreu de forma animada. As pessoas falavam alto e pediam à Vitória e umas às outras que respeitassem as inscrições. Posteriormente, uma ata com o conteúdo discutido seria encaminhada ao presidente, cuja ausência era justificada por um outro compromisso naquele horário. Ouvindo as discussões, descobri que a associação passava por uma fase de transição, com a expectativa de estabelecimento de um polo de reciclagem naquele terreno para integrar as quatro cooperativas de catadores existentes no bairro. O objetivo da reunião era justamente decidir o regimento interno do polo que estaria por vir.

Aquela seria a primeira de dezenas de reuniões que eu frequentaria ao longo dos quinze meses seguintes. Elas variavam em seu propósito e podiam tratar de questões relativas exclusivamente ao cotidiano de trabalho na associação, mas também de propostas que envolvessem os catadores em iniciativas diversas, como a participação em filmes ou eventos, a criação de grupos de trabalho com o objetivo de estruturar um projeto-piloto para a coleta seletiva na localidade, ou ainda o debate sobre as demandas e problemas da comunidade com diferentes representantes do poder público e de outras instituições. Entre estes marcavam presença constante nos encontros secretários municipais e estaduais ligados à pasta do meio ambiente, representantes de organizações não governamentais e de entidades ligadas a instituições financeiras e a outras empresas, além de pesquisadores – nos quais me incluo – e, por vezes, de profissionais da imprensa nacional e internacional. Nessas reuniões ou eventos, planos e ações eram negociados e articulados, formando um campo de forças entre atores heterogêneos que nem sempre tinham perspectivas, interesses e objetivos consonantes.

Toda essa efervescente atividade não apenas anunciava um período de profundas transformações, impulsionado pela sanção de uma lei e

a criação de um novo marco regulatório para a gestão dos resíduos, mas sobretudo descortinava aquele território como alvo de uma franca disputa. Para compreender tal embate, é preciso reconhecer ali a presença de *coisas de valor* e identificar os recursos em jogo, a atividade que engendram, as formas que tomam e as relações que travam com o espaço e os sujeitos que deles se ocupam. Quando desci do ônibus e constatei estar no lugar errado, ao deparar com a entrada do aterro e vislumbrar a suntuosa paisagem do morro avermelhado, eu não poderia imaginar o verdadeiro equívoco que havia cometido. Na minha segunda ida a campo na associação, na semana seguinte, fui surpreendida por um episódio corriqueiro que, no entanto, soou para mim como uma revelação.

Era fim de tarde de sexta-feira e eu estava na porta do polo com um grupo de associados que conversavam animadamente e tomavam cerveja após o expediente. Algumas pessoas que eu desconhecia se aproximaram, e então fui reconhecida por alguém. Era a mulher que havia me dado a informação correta sobre o endereço da associação na semana anterior, quando eu estava perdida na porta do aterro. "Não era você?", perguntou. Confirmei e, naquele momento, consegui entrever por uma pequena fresta que despontava algo até então invisível, dando-me conta pela primeira vez das conexões que permeavam aquele universo e que não eram imediatamente visíveis para uma recém-chegada como eu.

Ser reconhecida por essa moça estabeleceu uma ligação para mim até então improvável, quando percebi que aquele mundo que eu adentrava não se restringia aos limites formais de seu terreno e que suas reais fronteiras apenas se tornariam inteligíveis através do mapeamento das atividades engendradas pelas múltiplas relações entre pessoas, objetos, máquinas e técnicas que animavam aquele território, conferindo-lhe sentido. Eu havia acreditado em uma fronteira normativa, estabelecida de antemão na ausência da experiência prática, e meu recorte inicial começava a ser desconstruído.

A partir dali, meu horizonte se abriu sobre os limites daquele espaço e pude rever o episódio inaugural do campo com outros olhos. Meu verdadeiro equívoco foi ter desconsiderado o aterro de Jardim Gramacho como parte do mundo onde eu desejava entrar e que buscava compreender, de modo que, como descobri posteriormente, eu não apenas *não* estava no lugar errado ao descer do ônibus, como estava diante do *epicen-*

tro, do irradiador da força motriz que alavancava todo aquele universo, do cerne das disputas em questão. O governo municipal já havia anunciado e previsto para o fim daquele ano o fechamento definitivo do aterro e de suas atividades, o que certamente afetaria os catadores do local. Não demorou muito para que eu chegasse à conclusão de que deveria cruzar de volta o caminho até lá. Comentários como "mas você vai ficar só aqui?" ou "você já subiu?", dirigidos a mim na associação, reforçaram a ideia de que esse retorno deveria ser trilhado. O êxito em ultrapassar a fronteira diante da qual parei ao chegar pela primeira vez ao bairro seria alcançado apenas depois de um longo e surpreendente percurso, através do qual eu não mais depararia com um morro avermelhado ou um aterro, mas com a "rampa", tal como conhecida pelos catadores.

INTRODUÇÃO

O "lixo" e seu descarte

Enxergar mais é estar atento ao visível e também ao
que, fora do campo, torna visível.

(Xavier, 2003, p. 57)

A construção da narrativa anterior, que abre este livro, é fruto de uma reflexão prévia e pode ser considerada um experimento inicial. Ela apresenta uma descrição dos momentos inaugurais de minha inserção de campo em Jardim Gramacho, buscando reproduzir textualmente essa experiência para o leitor. O objetivo do texto era forjar uma representação que conseguisse aproximar esse universo e tornar visível aquilo que a mim foi acessível apenas por lá ter estado fisicamente. Essa tradução verbal exigia a produção de verossimilhança, e a estratégia que desenvolvi para dar a conhecer esse universo e sua paisagem se centrou na palavra "lixo", mais propriamente em sua ausência, na recusa em utilizá-la.

A opção por essa tática torna-se mais clara se remontarmos aos fundamentos da tradição antropológica e seus princípios metodológicos de consideração das palavras e de atenção às formas de classificar o mundo como meio de acesso à alteridade, às cosmovisões dos nativos e seus universos radicalmente diferentes. De acordo com essa tradição, que tinha a linguística em sua base, as categorias de pensamento não apenas comunicam, mas estruturam a cognição e as possibilidades de conhecimento, como uma mediação fundamental para as formas de perceber o mundo e também para as maneiras de nele se engajar, agir e viver.[1] Muito além de apenas descrever ou constatar uma realidade existente em função da dicotomia "verdadeiro e falso", as palavras apresentam uma dimensão performativa ao atuarem na construção e transformação daquilo a que fazem referência.[2]

---

1 Ver Durkheim e Mauss (1981), Boas (2004), Lévi-Strauss (1970), Malinowski (1978) e Evans-Pritchard (2005).

2 Para Austin (1990), o "eu prometo..." e o "sim" diante do juiz, entre outros exemplos, são *enunciados performativos*, ou seja, são ao mesmo tempo palavras e ações, cons-

A recusa em recorrer à palavra "lixo" ao longo do texto inicial foi pensada como uma estratégia narrativa capaz de evitar as consequências de sua enunciação. Isso passa pelo reconhecimento de que essa categoria, uma vez acionada, exerce uma agência com efeitos nada desconsideráveis, sobretudo por sua capacidade de aderência, que torna difícil dela se desvencilhar. Não obstante, a palavra "lixo" nunca vem só; ela traz consigo uma lógica própria, e, uma vez que a ela aderimos, tornamo-nos reféns de sua perspectiva. Sua aderência é tamanha que ela impregna de maneira quase absoluta as representações sobre uma ampla gama de coisas, um conjunto extenso de espaços e de pessoas distintos entre si. Assim, o uso da categoria "lixo" e sua performatividade engendram afetos e uma série de efeitos, suscitando três problemas principais que serão abordados nesta introdução: a *visibilidade*, a *transitividade* e o *valor*.

Inicio a discussão em torno da categoria "lixo" pelo problema da *visibilidade*, destacando dois efeitos significativos do uso daquela palavra: o *afastamento* e o *ocultamento*. Podemos fazer o teste pensando em nossa própria casa. Sempre que acionamos o termo "lixo" para definir algum tipo de objeto, de imediato o associamos a um compartimento devidamente separado na casa, a lixeira; entretanto, preferencialmente ele deve ser alojado já fora dos limites do território que consideramos nosso. Normalmente, nesse caso, o objeto é encaminhado para o exterior da casa ou para algum lugar escondido do edifício e ali aguarda o momento em que um caminhão chegará para concluir o processo, afastando-o definitivamente daquele local. O afastamento é performado pelo uso da palavra, cujo efeito principal é a produção de uma *ex*-relação, a criação de uma não relação com a coisa nomeada.

Podemos agora voltar ao prólogo para refletir sobre a recusa em usar a palavra "lixo" e propor um exercício imaginativo quanto à sua aplicação. Qual teria sido o efeito de mencioná-la? Para auxiliar nessa tarefa, retirei quatro trechos daquele relato e substituí alguns termos pela palavra "lixo".

> [...] sentadas sob a sombra de barracas abertas, com grandes sacolas brancas ao seu redor, dentro das quais havia *lixo*, que também se espraia[va] pelo chão. (p. 26)

---

tituindo a realidade devido ao próprio ato performativo da enunciação e por tê-lo sido em circunstâncias determinadas, ritualísticas.

> Adiante, pilhas de *lixo*, grupamentos volumosos de *lixo*, pedaços de *lixo* tomavam o espaço lateral, próximo à mata da margem esquerda. (p. 28)
> [...] algumas caçambas e enormes contêineres de ferro guardavam em seu interior, separados por compartimentos, grandes quantidades de *lixo*. (p. 28)
> Por entre as sacolas e seus amontoados, o espaço também era ocupado por *lixo*. (p. 29)

Provavelmente, essas substituições teriam criado uma imagem diferente da minha experiência em Jardim Gramacho e transformado completamente a representação do espaço produzida pela narrativa textual. A leitura dos parágrafos citados levaria às corriqueiras conclusões de que aqueles lugares eram sujos, nojentos, repulsivos, marginais e estranhos ao universo do leitor. Mas as perguntas que gostaria de propor com esse exercício são justamente estas: o que a categoria "lixo" *deu a ver*? O que deu a ver sobre o que estava nas sacolas e ocupava a rua? Sobre as pilhas e agrupamentos de coisas na associação? Sobre o conteúdo das caçambas e contêineres? O que se pôde enxergar através dela e o que ela permitiu conhecer sobre a materialidade do universo em questão? Quase nada, pois "lixo" não é uma categoria descritiva, mas opera como uma definição moral, que estigmatiza no lugar de qualificar e oculta ao invés de tornar visível.

Se seguirmos as pistas semânticas fornecidas por Eigenheer (2003, p. 93), que investigou em dicionários antigos e recentes as palavras que precederam historicamente ou que se relacionavam de forma direta ao termo "lixo", não teremos clareza sobre sua origem; entretanto, encontraremos como significados constantes "aquilo que se joga fora" e a relação com a palavra "imundície". A ligação com a ideia de sujeira e com um campo semântico profundamente negativo, no qual reside uma dimensão moral, é parte de um processo histórico de longa data. Sua análise permite entender as relações e processos que deram sentido ao forte estigma ainda hoje em vigor sobre o assunto "lixo", incluindo aquelas coisas, pessoas, espaços e práticas costumeiramente associados ao universo da catação. Já a ideia daquilo que se "joga fora" não apenas compreende uma fronteira espacial, mas também designa um tipo de relação e ao mesmo tempo a configuração de um ponto de vista a respeito daquilo que deve estar à margem do olhar, fora do campo de visão, e com o qual não se deve ter contato físico. Esse afastamento geográfico e perspectivo,

a impossibilidade de uma proximidade com essas coisas, é o que leva à construção de retratos distantes, de imagens superficiais e distorcidas sobre tudo aquilo que o conceito de "lixo" pretende caracterizar.

Assim, o descarte do "lixo", a opção por não recorrer ao termo na narrativa de apresentação do campo de pesquisa, corresponde ao esforço de nos fazer perceber aquele universo "a olho nu", de nos fazer desviar da lógica estigmatizante e invisibilizante que acompanha o "lixo" enquanto uma categoria de pensamento que possibilita apenas descortinar um mundo com sinal negativo. Nas narrativas do senso comum e da imprensa, nos discursos governamentais e mesmo em parte das análises acadêmicas, a caracterização dos objetos, dos sujeitos, dos espaços e das atividades que envolvem as matérias designadas como "lixo" ou a elas relacionadas se dá negativamente, pelo registro das faltas, das carências.

Nessas representações, o lixo é definido como objeto "sem utilidade" e "sem valor", e a população que lida com ele, os catadores, como "vulnerável", desprovida de escolhas, de cidadania, movida estritamente pela necessidade e pela ausência de alternativas. A atividade que essas pessoas exercem é descrita como "degradante", "precária" e "informal", assim como os lugares onde trabalham são tidos como espaços insalubres e caóticos, onde não há leis nem políticas, tampouco a presença do Estado ou qualquer vestígio de "civilização", expressão de um universo à parte da própria sociedade e da condição de humanidade. A impressão frequentemente causada pela ideia do contato com esses objetos ou com os territórios caraterizados pela sua presença é de "choque, nojo e horror" (Millar, 2012a, p. 165).[3]

Esse estigma e as representações negativas em torno da noção de "lixo" conformam um ponto de vista que se estrutura pela chave simbólica da sujeira, cujo paradigma é o da limpeza, da pureza e da higiene. Se, de uma perspectiva simbólica, a "poluição" é uma ameaça perigosa à ordem estabelecida por ser estruturalmente classificada como "matéria fora de lugar" (Douglas, 1976), compreender por que algo é "sujo" em relação às categorias recebidas não é suficiente para explicar como idiomas da poluição são elaborados através da ação social. Além disso, e

3 Todas as traduções de língua estrangeira são da autora deste livro, exceto as que estão com sua devida referência.

mais importante, cabe ressaltar, conforme apontou Reno (2008, p. 5), que, "quando um objeto é classificado como poluído e poluidor, isso não marca o fim, mas o início de um processo social repleto de possibilidades".

Esse campo de possibilidades é aberto pelas próprias coisas a partir de sua *materialidade* e dos sentidos alternativos que lhe são conferidos. Para que essas coisas adquiram inteligibilidade, precisamos contornar o afastamento e descartar o que bloqueia nosso acesso a elas, o que nos impede de apreciar suas características e de compreendê-las positivamente. Um primeiro passo consiste em dispensar determinadas palavras, como "lixo" e sua lógica estigmatizante e invisibilizante, na medida em que o termo mascara as propriedades dos objetos. Afinal, "não há nenhum material que seja intrinsecamente lixo" (Whiteley, 2011, p. 24). A categoria "lixo", assim, mostra-se uma camisa de força epistemológica para as coisas, por encerrá-las em um enquadramento que as objetifica, com sinal negativo, e ainda oculta suas qualidades físicas e impede sua apreciação.

A insistência na recusa dessa categoria, para além de sua performatividade estigmatizante e de sua capacidade de ocultação que instrumentaliza o afastamento, consiste também em reconhecer o obscurecimento que ela promove sobre as "possibilidades" das coisas, justamente por desconsiderar sua materialidade e congelar seu *status* em relação aos sentidos que podem assumir e aos "torneios de valor" (Appadurai, 2008, p. 36). Tal rejeição implica, assim, admitir "que nossos próprios conceitos [dos(as) antropólogos(as)] são inadequados e, portanto, precisam ser transformados através do recurso aos dos nossos informantes" (Henare; Holbraad; Wastell, 2007, p. 16), e também que "as coisas encontradas no campo são autorizadas a ditar os termos de suas próprias análises" (p. 4).

Nossos conceitos ou chaves de análise são inadequados porque tendemos a enquadrar essas coisas a partir de uma "constituição moderna" (Latour, 2005), de um regime calcado em princípios dualistas. Tal regime opera a partir dos pares pureza-poluição, purificação-contaminação, limpeza-sujeira, visando à eliminação ou ao ocultamento dos elementos ambivalentes e ambíguos, associados ao polo de valência negativa.[4] Isso impede a consideração do potencial produtivo dos "híbridos" e descon-

4 De acordo com Mary Douglas (1976, p. 199), poderíamos enquadrar a cosmologia moderna em uma "filosofia de rejeição do sujo".

sidera a dimensão criadora das diversas associações que as coisas agenciam, das relações que engendram e seus efeitos.

Dessa forma, nossas maneiras convencionais de pensar não favorecem o entendimento do objeto de estudo aqui proposto. Não parece haver lugar "apropriado" para o *residual* na epistemologia "moderna", para os elementos que escapam às tentativas de ordenamento, para seu próprio refugo não planejado.[5] Com isso, tais coisas não conseguem ser qualificadas analiticamente de maneira rigorosa, figurando sempre como "marginais" (fora de lugar) e "ambivalentes" (sem valor definido). Como resultado, pôr o foco no residual e trazer para o centro da análise o que conceitualmente está à margem do olhar e da cognição corresponde a um objetivo que só pode ser alcançado com o auxílio de outras formas de classificação e de lógicas alternativas, ou seja, em termos empíricos e etnográficos.

O conhecimento sensível dos catadores e suas habilidades para lidar com as materialidades descartadas são consonantes com o apelo de um conjunto de teorias antropológicas e filosóficas contemporâneas em levar a sério as *coisas*, o que constitui a abordagem teórico-metodológica adotada neste livro. "Seguir as coisas em si mesmas" (Appadurai, 2008, p. 16), "pensar através das coisas" (Henare; Holbraad; Wastell, 2007), reconhecer nelas "agência" (Gell, 1991), o seu caráter eminentemente mediador (Gonçalves, J. R., 2007), as relações que criam, os efeitos que produzem e sua atuação na construção do mundo em que vivemos serviram como chave para ultrapassar o prisma limitador do "lixo" e seus elementos contaminadores.

Apesar de por vezes ser designado como uma "virada material" (Bennett; Joyce, 2010, p. 7), esse renovado interesse pela materialidade não deve ser visto como uma teoria, nem como um movimento, mas como "uma arena de debate em que muitas noções diferentes do que uma coisa pode ser disputam atenção" (Ingold, 2012, p. 436). Neste livro, a adoção

5 Bauman (1999, p. 23) afirma serem a ordem e a ambivalência igualmente produtos da prática moderna: "A produção de refugo (e, consequentemente, a preocupação sobre o que fazer com ele) é tão moderna quanto a classificação e a ordenação. [...] São refugos porque desafiam a classificação e a arrumação da grade. São a mistura desautorizada de categorias que não devem se misturar. Se a modernidade diz respeito à produção da ordem, então a ambivalência é o refugo da modernidade".

das perspectivas dessa arena é parte de um esforço metodológico e epistemológico mais amplo de não apenas considerar nossos objetos de estudo "representações" de algo, mas também de levar em conta, de maneira séria e legítima, a sua "coisitude" (*thingness*), os efeitos específicos criados pela dimensão material das coisas em interação e em relação no mundo. "Reconhecer a coisitude das coisas é não negar a densa rede de conexões nas quais elas estão sempre implicadas" (Hawkins, 2010, p. 121).

Longe de serem matérias inertes, apenas símbolos ou meras representações simbólicas sobre o real, as coisas exercem "poder" (Bennet, 2010a; Bennett; Joyce, 2010), têm "força" produtiva e agência criadora, são "matérias vibrantes" (Bennet, 2010b). Elas têm propriedades físicas e qualidades concretas que são variáveis. É preciso reconhecer, por um lado, a variabilidade da matéria, "suas tensões e elasticidades, linhas de fuga e resistências, e, por outro, as conformações e deformações a que essas modulações dão origem". Isso, sobretudo, porque, sempre que nos deparamos com a matéria, "é matéria em movimento, em fluxo, em variação, com a consequência de que 'esse fluxo material apenas pode ser *seguido*'" (Deleuze; Guattari, 2004, p. 451-452; grifo original).

Aqui se revela um segundo problema de análise colocado pela noção de "lixo" e evidenciado na construção narrativa do prólogo. Ao se furtar à utilização da categoria "lixo", o texto tinha como objetivo trazer à tona uma constelação de coisas, lançar luz sobre elas e torná-las visíveis, fornecendo assim a condição para que fossem consideradas. No entanto, a narrativa, como toda representação verbal ou mesmo iconográfica sobre alguém ou alguma coisa, depende da adoção de uma necessária forma estética, cuja materialização (em um texto, um retrato, etc.), ao mesmo tempo que condiciona sua revelação e transmissão, também representa um aprisionamento formal que fixa os elementos em moldes estáveis. Desse quadro ficam excluídas as possibilidades de atualização das transformações acarretadas pela passagem do tempo e a inerente abertura a tais mudanças, criadas pelo movimento interativo das pessoas e das coisas em devir, pelo seu "materialismo relacional" (Law, 1992).[6]

6 A ideia de materialismo relacional se refere à proposta de "tratar diferentes matérias – pessoas, máquinas, 'ideias' e tudo o mais – como efeitos interativos, e não como causas primitivas" (Law, 1992, p. 389).

Assim estabilizada, a narrativa inicial também produziu, entre outros efeitos, o encobrimento de uma característica fundamental da paisagem descrita, do universo representado e de suas coisas, que é o seu movimento, sua *transitividade*. A descrição, desse modo, apresenta-se sempre precária e instável, porque precisa conformar, fixar, nunca sendo possível captar o inacabamento constitutivo próprio do estado dinâmico das coisas, dos espaços, das pessoas, de suas associações e da configuração material mais extensa da qual participam. A escrita do prólogo foi produzida através de um artifício etnográfico: a condensação descritiva *a posteriori* em uma mesma "cena" de uma série de objetos e coisas que por mim foram ali encontrados em ocasiões distintas, em disposições transitórias.

Ao mesmo tempo que tal artifício se mostra útil para fornecer um panorama da composição material passível de se encontrar, por exemplo, no terreno da associação de catadores, ele oculta um dado crucial sobre tal espaço e, por extensão, sobre todo o universo mais amplo em que ele está inserido, que é o seu caráter não estático. Ao longo das diversas idas ao aterro de Jardim Gramacho, foi possível perceber que a configuração da rede materialmente heterogênea que constitui aquele mundo, e da qual este é um efeito, nunca se apresenta igual, não sendo a mesma de um dia para o outro, nem mesmo ao longo de um dia. A atividade que envolve o espaço e as coisas que o compõem não apenas é incessante, mas consiste justamente nesse deslocamento, no pôr em movimento, na circulação, e resulta tanto do ato do descarte como das etapas que caracterizam o trabalho dos catadores.

Podemos voltar agora ao universo da catação já capazes de compreender que os catadores lidam com *materiais*, cujo tratamento não se dá de maneira genérica, mas específica. É preciso levar a sério suas reivindicações de que não se trata de "lixo" seu objeto de trabalho, mas de "materiais recicláveis". Apesar de repetido à exaustão, esse apelo dos catadores não consegue atrair o devido reconhecimento para a categoria. Atrelados reiteradamente à ideia de "lixo", eles continuam a sofrer as consequências estigmatizantes e invisibilizantes dessa relação. No entanto, a mudança de categoria, de enquadramento e da forma de perceber esses objetos tem igualmente o poder de produzir efeitos, embora distintos.

Este livro aborda o trabalho dos catadores como uma série de práticas especializadas que incide sobre um conjunto diverso de materiais visíveis e concretos, de coisas heterogêneas e transitivas. Essa transitividade não se refere apenas à circulação física dos objetos, mas aponta para uma dimensão imaterial, simultaneamente cultural e econômica, que introduz um último ponto sobre as atividades dos catadores com materiais descartados e potencialmente recicláveis: sua inserção e participação ativa em processos de re(criação) de *valor*.

Assim como as miçangas, em relação aos indígenas nativos dos territórios colonizados nas Américas e em outros continentes, os objetos apreciados pelos catadores estão imersos recorrentemente em "desencontros entre perspectivas de valor" (Lagrou, 2013, p. 21). Enquanto os colonizadores acreditavam estar trocando quinquilharias por preciosas matérias-primas, as miçangas eram altamente valorizadas pelos indígenas, constituindo-se em verdadeiras "pérolas de vidro". No caso dos catadores, ao serem classificados como "lixo" e confundidos com quinquilharias sem valor, os objetos descartados são agenciados em processos de invisibilização, responsáveis por desqualificá-los. Ao visibilizarmos a materialidade dessas coisas, construímos a possibilidade de sermos afetados por suas propriedades, de conhecê-las diferentemente, de reconhecer nelas qualidades e algum valor que não seja apenas a sua ausência.

A questão do valor tem sido trabalhada em diversas pesquisas sobre a gestão de resíduos, a economia da reciclagem, o trabalho dos catadores, a estética do lixo no campo da arte e da literatura, dentre outros assuntos.[7] Embora os diferentes termos utilizados para designar essas matérias tenham "suas próprias origens linguísticas, associações étnicas e culturais e significações sociais" (Whiteley, 2011, p. 24), vale ressaltar que "as tentativas de definir o lixo (*trash*) nos levam de volta a uma ligação fundamental com sistemas de valor que são específicos no tempo e no espaço" (p. 24). De fato, os *resíduos*[8] fornecem uma lente profícua

7 Ver Millar (2008), Reno (2009), Surak (2011), Carenzo (2011), Hawkins e Muecke (2003), Cooper (2010), Labruto (2012), Whiteley (2011), Pye (2010) e Lima (2017).

8 Cabe aqui problematizar certas precisões sobre o uso das diferentes categorias que povoam o campo semântico do "lixo". Os termos correlatos são inúmeros e têm origens, sentidos e usos distintos em cada língua, além de serem utilizados de maneiras diversas entre os especialistas nacionais e estrangeiros. De forma geral, apesar de

porque colocam a problemática do valor sob um ângulo atípico perante as tradicionais discussões acerca das mercadorias e deslocam o foco de análise para os *processos de valorização* que incidem sobre os objetos após o seu descarte. Segundo Cooper (2009, p. 2), "apesar de sua aparente proximidade analítica, 'sujeira' e 'resíduos' permanecem firmemente sendo categorias distintas e fornecem as condições de possibilidade para diferentes ideias e práticas". E continua: "É sendo pensado como resíduo que a sujeira é tirada do domínio do abjeto e trazida de volta para o domínio do valor" (p. 2).

Longe de serem sujeiras ou restos desprezíveis, os objetos com os quais os catadores lidam e que reivindicam para si mostram-se como recursos, bens, riquezas em potencial, materiais que, ao passarem por suas mãos em uma extensa rede de mediadores, têm seus *status* alterados: tornam-se mercadorias que, comercializadas, transformam-se em dinheiro, em "renda". Ao serem jogadas fora – "fora que simplesmente não existe", como lembra Surak (2011) –, as coisas desaparecem apenas de nossas vistas e permanecem em trânsito no mundo, onde continuam sua "vida" social, conservando suas características e propriedades físicas. Os traços materiais que se mantêm nesses objetos produzem "impactos concretos em relações econômicas, sociais e de poder" (Surak, 2011). Ao considerá-los e tratá-los, os catadores deslocam suas trajetórias e reinserem essas coisas em alternativos "regimes de valor" (Appadurai, 2008, p. 29).

A questão do valor reintroduz e reconfigura não apenas a compreensão sobre a atividade dos catadores e seus objetos de trabalho, mas

existir a palavra "*residue*", adotei em português o termo "resíduo" como correlato do termo inglês "*waste*", especialmente em função de sua correspondência como termo técnico na expressão "gestão dos resíduos sólidos", que é traduzida amplamente como "*solid waste management*". Além disso, não parece haver termo de uso corrente em língua portuguesa com sentido substantivado similar ao de "*waste*", conotando aquilo que é desperdiçado. O que mais se aproxima à ideia seria "descartados" ou "descartáveis", mas seus correlatos em inglês seriam "*disposable*" ou "*discard*". Enquanto há autores que utilizam os termos de forma intercambiável, parece haver em língua inglesa um consenso maior em relação ao termo "*waste*" como categoria utilizada para pensar os processos que envolvem a gestão e a reciclagem dos resíduos, sem acarretar os sentidos pejorativos expressos pelos termos "*garbage*" e "*rubbish*", similares à categoria "lixo" em português. Whiteley (2011, p. 24) aponta a equação entre os termos "*trash*" e "*waste*".

também sobre o espaço em que essa atividade é exercida. Nesse sentido, este estudo ressitua Jardim Gramacho e, sobretudo, o seu aterro de resíduos em relação às imagens e narrativas da desqualificação, das carências e do estigma. Longe de um universo marginal, o aterro, como um dos maiores da América Latina e em operação desde a década de 1970, exercia um papel estrutural imprescindível na organização dos fluxos urbanos e no governo das cidades, sendo uma peça estratégica da gestão de resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Paralelamente, ao contrário da ideia de um mundo negativo, marcado pela falta, o aterro se constituía como um território caracterizado pelo excesso – de coisas, de movimento, de pessoas, de potenciais riquezas –, que movimentava uma enorme economia industrial, cuja rede de produção e de conexões assumia relevância local e até dimensões globais. Para ressignificar os objetos descartados como mercadorias ou bens em potencial, entende-se o universo circunscrito pelo aterro de Jardim Gramacho como uma grande fonte de matérias-primas ou recursos econômicos que o colocava no centro de uma arena política, como alvo de disputas e negociações em torno daqueles objetos, das formas de geri-los e do direito de participação em sua gestão e comercialização.

O desenvolvimento da pesquisa foi marcado por um período especial, anterior a um marco histórico representado pelo "fechamento" do aterro, que encerraria suas atividades após mais de três décadas em operação. Nesse sentido, o trabalho de campo que embasa este estudo foi atravessado por um conjunto de transformações impulsionadas pela emergência de um novo marco regulatório nacional que mudava a estrutura dos sistemas de gestão e dos mercados relacionados aos resíduos no país. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) criou um novo enquadramento jurídico que, através de uma série de dispositivos legais, conceitos, princípios, objetivos e metas, configurou uma arena política em torno dos resíduos, gerando um novo campo de disputa de forças e de atores distintamente implicados, com posições e interesses bastante diversos.

A inserção e a possibilidade de atuação dos catadores nessas arenas foram efeitos do reconhecimento legal da categoria a partir de sua organização política em entidades de representação, como associações e cooperativas, que os constituíram como sujeitos jurídicos e atores coletivos. Ao se inserirem nos embates e participarem das discussões sobre seu

trabalho, das políticas de gestão e dos mercados que movimentam como atores legítimos, os catadores vêm operando a recriação dos valores que incidem sobre sua atividade, afirmando-se politicamente como categoria profissional e como atores político-econômicos. Quanto ao universo da catação, "as políticas de valor não dizem respeito apenas a competições pela aquisição de coisas, mas ao poder de definir o que (e quem) é valioso" (Reno, 2009, p. 32).

O ponto de partida desses processos de (re)valorização tem em seu cerne distintas *estratégias de visibilização* por parte dos catadores para participarem dessa "partilha do sensível" (Rancière, 2009) que constitui o jogo da política como forma de experiência. Se a política se faz sobre o visível,[9] torna-se especialmente relevante o fato de que os catadores e seu trabalho tenham sido alvos seculares de processos de estigmatização e invisibilização. As matérias com as quais lidam e os lugares destinados ao seu tratamento foram projetados como parte de um sistema técnico e operacional dedicado ao seu afastamento e eliminação. Diante da impossibilidade do desaparecimento físico, a extinção da matéria se dá com a sua retirada do campo de visão e consequentemente do campo de ação em que a política se realiza.

Este livro descreve e explora os *processos de (re)valorização* que envolvem o trabalho dos catadores com o objetivo de elucidar esse universo às pessoas que de outro modo não conseguiriam romper o ciclo histórico de distanciamento, ocultamento e incompreensão que o encerra. Como materialização de uma experiência compartilhada com esses trabalhadores e de seu conhecimento partilhado comigo, a etnografia toma parte nas estratégias de visibilidade mais amplas nas quais os catadores se engajam e com as quais lutam pelo direito de trabalhar nessa atividade da qual não acham justo e não querem abrir mão – ao contrário, eles buscam dignificá-la perante o poder público e a sociedade civil, para que tenham seu valor (re)conhecido.

A experiência etnográfica no bairro de Jardim Gramacho é atravessada por três espaços principais: o aterro de Jardim Gramacho, a asso-

9 "A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades dos espaços e dos possíveis do tempo" (Rancière, 2009, p. 25).

ciação de catadores existente nas cercanias do aterro e a cooperativa de catadores que funcionava no terreno da associação. O espaço da associação e da cooperativa, apesar de ocupar o centro da narrativa etnográfica, ganha sentido a partir das relações que mantém com o aterro e com outros espaços. Ao longo de quinze meses, de abril de 2011 a junho de 2012, acompanhei o trabalho dos catadores em suas atividades cotidianas e defini a frequência de, ao menos, uma ida semanal ao espaço para que pudesse passar o equivalente a um dia de trabalho, abrangendo manhã e tarde. Durante o processo, os critérios estabelecidos foram se alterando, conforme me envolvia nas questões e nos eventos que atraíam os interesses dos meus interlocutores. As formas assumidas pela experiência de campo são discutidas com maior profundidade, já como parte do conteúdo em que abordo as decisões, os acertos e os erros que fizeram com que, dentre muitos caminhos possíveis, minha presença tivesse tomado contornos específicos e conformado uma "participação observante", com ganhos e limitações próprias. Minha percepção daquele mundo até então desconhecido se limitou ao acesso que tive às situações, pessoas, problemas e atividades nos contextos em que pude estar presente. E aprendi da maneira que me foi possível, observando e ouvindo nas interações mais do que participando com as próprias mãos. Independentemente da forma que essa experiência venha a assumir na prática, o aprendizado etnográfico sempre guarda algo de inesperado, não controlado e contingente, que se produz no imponderável.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O capítulo 1 apresenta uma análise histórica da limpeza urbana e da gestão de resíduos no Rio de Janeiro, traçando uma genealogia das categorias utilizadas para designar os restos e dos procedimentos desenvolvidos para lidar com eles ao longo do tempo. Assim, é possível compreender o estigma e o processo histórico de desqualificação dos sujeitos e espaços relacionados a esses objetos. O governo dos restos aponta para os modos de conceber e operacionalizar os resíduos dentro de sistemas técnicos específicos, cujos efeitos incidem na produção do espaço urbano, ao forjarem territórios "invisíveis". As lógicas e dispositivos que configuram tais políticas urbanas constituem-se como tecnologias do ocultamento. A exposição histórica situa os espaços dos lixões, vazadouros e aterros de

resíduos como parte estrutural das cidades, mapeando as concepções e saberes que legitimaram as políticas, a configuração de forças, os atores envolvidos e suas estratégias, com atenção às permanências que atravessam esses processos, assim como às mudanças que ocorreram ao longo do tempo. A partir disso, a discussão se volta para o território de Jardim Gramacho e seu aterro, apresentando o panorama da gestão dos resíduos sólidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro à época do início da pesquisa, após a instituição de um novo marco regulatório.

O capítulo 2 dá início à narrativa etnográfica e apresenta a economia dos recicláveis de Jardim Gramacho com base em um circuito comercial específico, compreendido entre o aterro e a associação de catadores. A descrição enfoca os diversos processos materiais, técnicos e simbólicos que constituem o trabalho dos catadores e revela os resíduos como coisas de valor a partir da transformação operada pelas práticas desses trabalhadores – práticas essas que requerem um conhecimento sensível e são definidas por um modo particular de se relacionar com aquelas coisas. Ao acompanhar os objetos em seus percursos, a discussão aborda a indeterminação que caracteriza o valor dos resíduos, apoiando-se em casos de desvios dos objetos em relação à trajetória prevista pelo circuito comercial, e descortina complexos processos de constituição de valor (monetários, simbólicos, sociais) ao longo da vida das materialidades.

No capítulo 3, a abordagem etnográfica se desloca das atividades comerciais para a análise dos desafios que atravessam o trabalho de gestão das organizações de catadores, assim como das contradições no âmbito institucional geradas pelo processo de formalização da atividade. As moralidades presentes nas leis e os sentidos normativos impostos pelo enquadramento legal sobre essas organizações são contextualizados a partir da história específica das organizações de Jardim Gramacho. Segundo a premissa de que tais organizações não têm uma forma predefinida, mas são compostas por relações em permanente movimento, e com base no processo de disputa em torno da redefinição das fronteiras institucionais, são apresentadas as dinâmicas interpessoais que estão no cerne de uma série de conflitos e que revelam as organizações como unidades políticas abertas e instáveis.

No capítulo 4, o aterro de Jardim Gramacho ganha o centro da narrativa etnográfica a partir da relação específica – que assume dimensões

políticas – mantida entre esse espaço e as imagens. A análise joga luz sobre o processo de negociação em torno do fechamento do aterro para discutir a atividade das lideranças a partir de uma problemática em torno da representação. No texto, a experiência com as imagens é radicalizada em uma tentativa de incorporá-las à produção do conhecimento antropológico com base em uma estética de fotogramas. Através da descrição das *performances* dos atores na arena constituída pelo aterro de resíduos, busca-se analisar as formas pelas quais a política dos catadores fazia da *visibilidade* um instrumento de luta central nas disputas em jogo.

O capítulo 5, por fim, examina os desdobramentos do rearranjo da gestão de resíduos depois do fechamento do aterro de Jardim Gramacho. A abordagem se concentra em outras dimensões desse processo e apresenta os demais atores da arena de disputas. As empresas e os empreendimentos envolvidos na gestão de resíduos ganham foco com a análise da lógica que orienta essa reconfiguração, caracterizada pelo viés da modernização tecnológica. Esse modelo é então contextualizado dentro das concepções de desenvolvimento que forjam um paradigma para o capitalismo no século XXI, o de uma economia que se pretende "verde", utilizando o discurso ambiental como justificação de suas estratégias corporativas nos mercados abertos pelos resíduos.

1

O GOVERNO DOS RESÍDUOS E A CIDADE INVISÍVEL

As atividades humanas, mesmo as mais ordinárias, deixam rastros. Toda vida social produz detritos, gera resquícios – sejam nossos próprios dejetos, sejam até mesmo nossos restos mortais, o corpo em decomposição. Ao longo do tempo, os vestígios se diversificaram e se complexificaram enormemente. Atentar para as mudanças da composição daquilo que se considera "lixo", assim como para as categorias utilizadas em sua designação, é um passo indispensável para se compreender a problemática dos restos e de tudo aquilo que engendram.[1] Essas transformações apontam para

1 Cabe indicar aqui algumas orientações sobre o uso que faço dessas categorias, precisando também, na medida do possível, a perspectiva dos autores a quem recorro. A designação "resto" é por mim utilizada como a categoria que abrange da maneira mais ampla possível tudo aquilo que é dispensado como não pertencente ao domínio do desejável ou útil e que, no entanto, precisa de uma destinação. Daí a ideia de um "governo dos restos" como modo de se remeter às formas pelas quais, ao longo da história, os restos foram concebidos e manipulados segundo estratégias diversas. Embora seu sentido seja bastante aproximado ao de "lixo", entendo esta última categoria como mais restritiva e sobre a qual incide um estigma que a categoria "resto", por sua generalidade, não necessariamente apresenta. Velloso (2008) parece utilizar as categorias "lixo", "restos" e "resíduos" como equivalentes, enquanto Miziara (2001, 2008) parece utilizar apenas "restos" e "lixo" como sinônimos. Nesse sentido, Miziara se aproxima de Eigenheer (2009) ao situar o termo "resíduos" em um contexto social e histórico específico, no qual essa categoria emerge como parte de um sistema técnico, resultante de transformações no campo do conhecimento científico, que irão afetar as próprias concepções de "lixo" e as práticas a elas relacionadas. Sigo estes últimos autores quanto ao uso do termo "resíduos", reservando seu emprego a esse contexto histórico, quando a ele é adicionado o qualificativo "sólidos", cuja transição é geralmente apontada como parte de uma conjuntura maior, entendida como a emergência da "modernidade", que também será alvo de reflexão. Na discussão histórica da limpeza urbana do Rio de Janeiro, baseada sobretudo em Aizen e Pechman (1985), passo a empregar o termo "lixo" como categoria nativa, utilizada nos discursos oficiais pelos gestores e autoridades responsáveis pela sa-

uma história do governo dos resíduos, dos saberes legitimados para lidar com eles e das tecnologias desenvolvidas para manejá-los, que constitui parte significativa, porém pouco visível, da produção das cidades.

Mas em que consiste governar os restos? Qual a relação dos restos com as cidades? E como retraçar essa história? Nas cidades da antiga Mesopotâmia, já existiam sistemas de saneamento para os dejetos humanos. No entanto, a produção em larga escala de resíduos, que não pode ser reabsorvida pelas práticas domésticas e rurais e deve ser sistematicamente coletada e eliminada, é um fenômeno da urbanização. Esse fenômeno "se intensificou com o rápido crescimento das cidades industrializadas do norte da Europa no fim do século dezoito" (Melosi *apud* Reno, 2012, p. 6). A presença incontornável dos restos, portanto, tem estreita relação com as transformações das cidades e os modos de vida urbanos, que se entrelaçam profundamente com as questões e as implicações ligadas à sua gestão.

Durante os períodos colonial e imperial – mas mesmo após a Independência, na Primeira República –, a intensa influência europeia levou à adoção das concepções sanitárias vigentes nas metrópoles "civilizadas", incorporadas nos códigos reguladores pelas instâncias governamentais brasileiras, assim como as respectivas soluções técnicas, em grande parte surgidas na Europa do século XIX. Esse contexto histórico se apresenta especialmente relevante tendo em vista a relação que então se estabelece entre a ideia de sujeira, o domínio sobre ela, e a construção da "civilização" dentro de um ideal de modernidade.

Esse período configura um marco histórico nas formas de se conceber o "lixo" e lidar com ele como parte de uma conjuntura mais ampla na qual os saberes, os profissionais e as práticas relacionadas à "saúde pública" ganham enorme legitimidade. Como prerrogativa para uma cidade civilizada e moderna, o higienismo não somente influenciou sobremaneira a concepção sobre os resíduos, como alterou as formas de lidar com tudo aquilo relacionado à "sujeira". Assim, interveio diretamente, através de reformas, decretos e políticas, para "regenerar" a cidade e instaurar o

lubridade da cidade. Com o uso dessa categoria, acompanho assim o percurso histórico no qual os restos deixaram de ser "imundícies", mas ainda não haviam sido enquadrados tecnicamente como "resíduos sólidos".

"progresso", de acordo com os avanços técnicos, científicos e urbanísticos que caracterizavam e balizavam sua formulação.

Desse modo, os resíduos se vinculam e centralizam uma infinidade complexa de questões, problemas e aspectos da vida social e urbana, podendo ser entendidos como um "fato social total" (Mauss, 2003a), ao mediar e agenciar uma enorme teia de relações. As formas de governá-los se apoiam em distintas estratégias e dispositivos desenvolvidos para a domesticação apropriada, porém sempre instável e inacabada, dessas matérias recalcitrantes. Isso não apenas porque o resto é aquilo que persiste – e sua resistência é uma qualidade a ser considerada –, mas porque sua produção é contínua, em fluxo permanente.

As diferentes concepções que orientaram ao longo do tempo aquilo que se considera "resto" indicam caminhos para se retraçar essa história, cujas implicações se dão tanto em termos semânticos quanto em termos materiais, com consequências políticas, econômicas, sociais e culturais.

> Fazer a história do lixo exige uma reflexão não só sobre seu aspecto ou valor simbólico, mas também sobre a realidade técnica e científica das ações políticas e econômicas que o transformam, progressivamente, numa mercadoria rentável, num objeto de disputas de setores públicos e privados, num tema estratégico para as campanhas que visam à ordem social veiculadas pelos meios de comunicação de massa e, ainda, num assunto de grande importância para as instituições ligadas ao planejamento urbano. Por isso, fazer a história do lixo é também repensar os limites da cidade e mergulhar num campo de disputas locais. (Miziara, 2001, p. 24)

Este capítulo faz uma análise histórica da gestão de resíduos no Rio de Janeiro e examina como os restos foram concebidos e operacionalizados dentro de sistemas técnicos específicos, bem como os efeitos desses sistemas na produção do espaço urbano, forjando territórios "invisíveis". Nesse sentido, o objetivo da exposição histórica é situar lixões, vazadouros, aterros de resíduos e espaços de mesma natureza como parte estrutural das cidades e produto das políticas urbanas e de gestão de resíduos, cuja lógica tem como efeitos a marginalização espacial e o ocultamento material. Para isso, são mapeados nesse campo tanto as concepções e saberes que legitimaram tais políticas quanto a configuração de forças, os

atores envolvidos e suas estratégias, além das permanências e mudanças que atravessaram esses processos ao longo do tempo.

Ao final, apresentamos o panorama da gestão dos resíduos sólidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no início da pesquisa, com a atenção voltada para o instrumento legal sancionado nesse período, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que impulsiona e tensiona o cenário até então vigente, com a instituição de um novo marco regulatório. A criação desse dispositivo e dos princípios que o norteiam reconfigura a gestão de resíduos da região e afeta de modo específico e com particular intensidade o bairro de Jardim Gramacho e a atividade dos catadores, estabelecendo o fim das operações no aterro que ali existia por mais de três décadas.

RESTOS PERIGOSOS

Toda atividade humana apresenta uma dimensão simbólica inerente e está imersa em sistemas de significados que entrelaçam as dinâmicas da vida social. No sentido antropológico, a cultura está presente nas palavras que utilizamos para designar aquilo que se considera "resto", nos sentidos atribuídos a essas matérias, no aspecto moral que envolve o uso desses termos, nas concepções e saberes que orientam as formas de perceber, compreender e lidar com o que dispensamos, com o que sobra, e nas razões de deixarmos de considerar algo valioso ou significativo o bastante para manter sob nossa guarda.

Nesse sentido, falar de "sujeiras", "dejetos" ou "resíduos" faz diferença. As palavras aqui vão além de uma dimensão estritamente semântica, já que os termos e seu uso, orientados por lógicas e saberes específicos, acarretam consequências políticas, econômicas, sociais e culturais, sendo, portanto, parte indispensável da problemática que constitui a história da gestão desses elementos. Nela, chama atenção a presença persistente de uma dimensão moral que se identifica com um estigma forjado em um longo processo de desqualificação dos restos. Na qualidade de construção social, como essa associação se produziu?

Marcado por estigmas e tabus, o imaginário em torno do "lixo" suscita certo temor e atitude de repulsa por ter sido historicamente associado aos restos, em especial aos dejetos. Alguns estudiosos apontam a

Idade Média como o período em que as representações em torno dos restos sofrem uma inflexão particular, quando sua presença passa a ser fortemente relacionada à incidência de enfermidades, que equacionam corpo, restos, doença e morte.[2]

A partir do momento em que foram sendo associados ao sofrimento físico e psíquico, os restos começaram a causar medo no homem, sobretudo por ocasião dos surtos epidêmicos que matavam milhares de pessoas na Europa, como a peste negra, a gripe, o tifo, a cólera e a varíola – doenças contagiosas e letais. Nessa época, os restos eram compostos basicamente pelos excrementos, fluidos corporais e pelo próprio corpo em decomposição, e a representação dos resíduos foi sendo construída pelo imaginário social segundo as tragédias causadas pelas epidemias e pandemias de "pestes".

Nesse contexto vigorava a "teoria dos miasmas", segundo a qual as doenças poderiam surgir de "emanações telúricas, notadamente das substâncias em decomposição" (Eigenheer, 2009, p. 69), o que gerou uma luta incessante contra suas ameaças, que também poderiam ser transmitidas pelo "ar corrompido". Dessa forma, o ambiente "corrompido" das habitações e os hábitos das pessoas eram também associados à propagação da peste (Velloso, 2008, p. 1.955). A concepção miasmática é fruto do pensamento médico da época, fundamentado na teoria das influências astrais, que apontava o ar como o meio de transmissão das doenças (Marques, E., 1995, p. 56; Velloso, 2008, p. 1.955).

A concepção dos miasmas, como meio de contágio das enfermidades, estava relacionada aos fenômenos da natureza, e a doença, concebida como algo "divino", tornava-se impalpável e delegada ao destino, já que alheia ao domínio do homem. Apoiadas em princípios morais, as medidas contra a peste consistiam na censura dos prazeres sexuais e gustativos do corpo, e suas vítimas, consideradas pecadoras, deviam ser condenadas ao sofrimento (Velloso, 2008, p. 1.956).

Nesse contexto de medo da morte, em que os sinais da doença apavoravam o enfermo e seu círculo, e no qual tudo que se expelia do corpo cheirava extremamente mal, é que se deve entender o estigma formado

2 A relação entre restos, doença, corpo e morte é apontada por J. C. Rodrigues (1995), Eigenheer (2003) e Velloso (2008).

em torno dos restos. Associada ao pecado, ao castigo e à perda da vida, a peste rondava o cotidiano das pessoas como um fantasma. A ideia de contágio incorporava-se ao dia a dia, disseminando-se e criando raízes profundas nas representações sobre os dejetos, cuja herança moral profundamente negativa era transmitida aos outros termos a eles relacionados, como "lixo" e, em menor grau, "resíduos".

A presença dos restos nos espaços urbanos e a sua produção constante e cada vez mais volumosa conforme o adensamento das cidades, colocam a questão de como manejá-los e como lidar com eles, o que se relaciona com a dimensão da infraestrutura urbana e com a regulação dos seus fluxos e atividades. A história dos restos atravessa assim o desenvolvimento da limpeza urbana e as soluções técnicas e urbanísticas para a lida com os dejetos através dos tempos.

> As cidades, no medievo, eram densamente povoadas. Os resíduos – fezes, urina e águas fétidas – eram lançados pelas janelas. As roupas eram lavadas raramente e, como consequência, elas ficavam infestadas de pulgas, percevejos, piolhos e traças. (Velloso, 2008, p. 1.955)

A despeito de uma série de medidas urbanísticas, administrativas e sanitárias tomadas pelas municipalidades, inclusive decretos e legislações de saúde pública que visavam à mudança dos hábitos da população e à proibição de determinadas práticas, as dificuldades em torno do ordenamento e da limpeza urbana sempre foram um desafio que atravessou os séculos nas cidades europeias. Uma regulamentação da cidade de Avignon datada do século XIII fornece uma ideia das dificuldades: "Ninguém deve jogar na rua líquido fervente, nem argueiros de palha, nem detritos de uva, nem excrementos humanos, nem água de lavagem, nem lixo algum. Não se deve tampouco jogar nada na rua na frente da casa" (Le Goff, 1992 *apud* Eigenheer, 2009, p. 46).

As contínuas proibições de jogar as sujeiras nas ruas e de lançar pela janela as fezes e urina "da noite" ilustram a situação até o século XVIII em cidades como Hamburgo, Mannheim e Bremen (Eigenheer, 2009, p. 67). Em Paris, "*Gardez l'eau!*" era o grito pronunciado três vezes antes de se lançar água (com excrementos) pela janela – prática permitida até o século XIV e, no entanto, coibida pela polícia e sujeita a controle policial até meados do século XVIII (Eigenheer, 2003, p. 53). Na primei-

ra década do século XIX, na cidade de Lisboa, as ruas ainda recebiam as sujeiras que caíam com a chamada "Água vai" (Velloso, 2008, p. 1.960; Pereira, M., 2005, p. 111-112).

> Foram os detritos, mais os excrementos produzidos pelos moradores, que instauram na cidade o reino do pútrido. A cidade foi a grande inventora dos cheiros nauseabundos. A economia camponesa não gerava esses odores, pelo menos não na escala em que passariam a ser produzidos no espaço urbano. Simultaneamente ao pútrido, instalou-se na cidade medieval o reino da peste, o que levaria os moradores a estabelecer uma interconexão de causa e efeito entre ambas as coisas. A podridão orgânica dos dejetos urbanos era apontada como a principal causa do adoecimento dos habitantes. (Pereira, M., 2005, p. 103)

Durante muito tempo, os restos eram parte do esgoto, e seu tratamento se confundia com as questões ligadas ao saneamento, ao fornecimento de água e ao seu escoamento. Apenas no século XIX, não só com o surgimento de novas teorias, mas também com as mudanças na própria concepção de ciência, é que emerge a noção de "resíduos". Em particular, as transformações na ciência médica levam a novas formas de percepção das doenças e dos restos, e suscitam a criação de técnicas e tecnologias que conformam estratégias distintas de se gerir o que passaria a ser chamado de "resíduos sólidos", afetando igualmente as práticas que lhe eram associadas. A partir daí, os dejetos seriam alvo de especial atenção, e o termo "resíduos sólidos" emergiria como categoria técnica, estabelecendo a separação entre o esgoto – composto por urina e fezes – e os resíduos sólidos – como classe especial de dejetos (Eigenheer, 2003, p. 61-62).

Esse contexto, em que a questão dos resíduos passa a configurar um sistema técnico, legitimado por saberes científicos e apoiado por tecnologias desenvolvidas para sua gestão, marca uma virada na história dos restos e provoca igualmente sérias implicações sociais para os sujeitos que com eles lidavam. De modo geral, os encarregados de tratar os dejetos eram considerados "socialmente inferiores", eleitos por sua ocupação ou papel social marginais. Prisioneiros de guerra, condenados, escravizados, mendigos, ajudantes de carrascos e prostitutas eram as figuras e estratos historicamente designados para o desempenho da atividade (Eigenheer, 2003, p. 33).

O fato de o serviço de limpeza ter estado subordinado frequentemente ao carrasco das cidades ajuda a compreender a dimensão moral que atravessa o trabalho com resíduos e como ele foi se desqualificando socialmente. Em Berlim, no século XVII, empregavam-se prostitutas para a limpeza dos logradouros com o argumento de que "usavam mais as ruas do que outros cidadãos" (Eigenheer, 2009, p. 66), e a prática de se lançar mão de prisioneiros para executar o serviço se estendeu até o século XX. A partir de 1666, Londres passou a contar com um serviço organizado de limpeza das ruas em que os cidadãos eram sorteados e, mediante juramento, responsabilizavam-se pela conservação das áreas da cidade. A tarefa não era aceita de bom grado, o que fez o sistema ruir. Eles eram chamados "*scavengers*", nome pelos quais os catadores são designados (pejorativamente) em língua inglesa[3] (p. 65).

No Brasil, a sociedade colonial que se constituía a partir da chegada dos portugueses tinha como base um regime escravocrata, no qual indígenas e – posteriormente – negros africanos eram incumbidos das atividades relacionadas a obras de infraestrutura, como também do provimento de serviços associados tanto ao abastecimento de água quanto à destinação dos excrementos. Nesse contexto, estudos e fontes históricas indicam a emergência de epidemias – febre amarela, cólera e tifo – como um marco da questão do saneamento e do trato dos restos. Mais uma vez, a associação entre restos e doenças é responsável pela criação de uma representação dos resíduos como algo perigoso e fatal.

ODORES CARIOCAS

> Em 1763, chega e vai morar no casarão que serve de palácio, construído no tempo de Bobadela, o sr. Conde da Cunha, [...] 1º vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro. Não pode morar, porém; s. exa. não suporta as emanações pútridas e o mefitismo que o sitiam, vindos de toda parte. Não tem nariz nem estômago para tanto. [...] A linfa da carioca, portadora das mais tremendas infecções, corre a descoberto. Os animais mortos enchem, entulham a famosa Vala que liga Santo Antônio à Prainha. Cada rua é uma artéria úmida e po-

3 Vale assinalar que "*scavenger*" é a categoria utilizada para designar as aves que se alimentam de carniça, material vegetal morto e restos.

> dre, secando ao sol. [...] A cidade, na alvorada do século XIX, é o que era há duzentos anos: uma estrumeira. (Edmundo, 2000, p. 14-19)

A imagem do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, tempo dos "vice-reis", deflagrada pela narrativa acima, apresenta uma paisagem bem distinta daquela terra exótica, de natureza exuberante, próxima de um paraíso tropical, como foi retratada por muitos dos viajantes que passaram pelo porto carioca, avistando essa terra a distância. Nas impressões daqueles que desembarcavam na cidade com o intuito de nela fixar residência, o clima, o relevo, as características geográficas e os recursos naturais próprios do ambiente tornavam-se problemas dificilmente contornáveis da perspectiva urbana e dos parâmetros civilizatórios comumente tomados como referência para avaliar o espaço das cidades. Os relatos dos que viveram no Rio colonial, dos governantes vindos da Europa ou mesmo dos viajantes que ali permaneceram por períodos mais extensos são enfáticos na descrição da condição insalubre e da sujeira da cidade.

No século XVII, com o Rio ainda pouco populoso, "a maneira encontrada para se livrar das imundícies era 'ao natural'. Atirava-se lixo por todas as partes de forma a se evitar grande esforço" (Aizen; Pechman, 1985, p. 22). Mais tarde, no século XIX, a área central da cidade era repleta de estabelecimentos diversos, como açougues, mercados de peixes, armazéns de carne, toucinho e queijo, matadouros, currais, fossas e catacumbas, que contribuíam para a concentração de dejetos e imundícies variadas nas ruas, praças e outros espaços, na ausência de um local específico para o despejo dos restos.

Um dos "maiores vazadouros de imundícies da cidade", que recebia grande parte dos detritos dos habitantes, sobretudo os restos domiciliares, era a longa vala onde hoje está localizada a rua Uruguaiana, popularmente conhecida como "Rua da Vala" (Aizen; Pechman, 1985, p. 24; Machado, 2012, p. 32). A intensa presença de rios, córregos e mares na cidade os tornava locais privilegiados para os despejos, especialmente por suscitarem a crença de que "levariam o que não é desejável para longe" (Machado, 2012, p. 32). Os mangues, ao contrário, apesar de serem também utilizados para descarga dos restos, seriam vistos com reserva e certo temor em função dos odores que exalavam e de suas águas paradas.

Essa concepção de levar para longe o que não é desejável atualiza "um dos mais antigos programas do viver urbano: o afastamento da podridão e dos maus cheiros" (Pereira, M., 2005, p. 104-105). Fato curioso é que o afastamento continuará vigendo, embora de forma ambígua e com transformações, como princípio estrutural das medidas sanitárias e das formas de se lidar com os restos até a contemporaneidade. Ao mesmo tempo, o imperativo do afastamento pressupõe a existência da proximidade e do contato. Se é verdade que os cheiros nauseabundos emergem com o nascimento das cidades (p. 103), por séculos houve a convivência dos seus habitantes com os odores citadinos, relação que, apenas com as epidemias de peste negra em meados do século XIV, tornar-se-á problemática, com os fedores associados a partir de então à doença e à morte.[4]

Parece haver certo consenso entre os estudiosos em apontar o aparecimento de pestes e epidemias mortíferas como o fator que impulsiona as primeiras medidas sanitárias, tanto na Europa como no mundo colonial.[5] Em Portugal, em virtude das epidemias, há uma tomada de consciência da insalubridade urbana que levaria à elaboração de normas de controle e à adoção de medidas práticas com a finalidade de melhorar a situação sanitária das cidades. No entanto, esse quadro de propostas e práticas era "orientado por uma concepção eminentemente olfativa de salubridade" (Pereira, M., 2005, p. 104).

Os odores eram objeto de especial preocupação. O ar era considerado um "fluido elementar" com a capacidade de entrar na própria textura dos organismos vivos, e não, como definiria o paradigma científico posterior, o resultado de uma mistura ou combinação química (Corbin, 1987). Essa importância elementar conferida ao ar é evidenciada pelas categorias recorrentes no vocabulário da época, noções que estiveram na base dos cuidados sanitários adotados nas cidades de Portugal e, mais tarde, em suas colônias. "Emanações pútridas", "mefitismo", "exalações fétidas"

4 "Se a convivência secular com as imundícies urbanas pode ter levado a um aumento da tolerância olfativa, por outro, essa mesma convivência tornava necessário que não se perdesse a capacidade de reconhecer os maus odores. Segundo o que se acreditava na época, a própria sobrevivência individual e coletiva dependia dessa capacidade" (Pereira, M., 2005, p. 104).

5 Ver M. Pereira (2005), Velloso (2004), Eigenheer (2009), Karasch (2000) e Miziara (2001).

e “ares corrompidos” refletem a concepção médica e científica baseada na teoria dos miasmas, que correlaciona maus cheiros e doenças, conformando uma verdadeira “arte sanitária de cunho olfativo” (Pereira, M., 2005). Tal concepção foi substituída no século XX por uma ciência iluminista da salubridade urbana (Pereira, M., 2005) e pelas respectivas estratégias de “desodorização” das cidades que esses novos saberes engendraram (Corbin, 1987).

As descrições do panorama sanitário do Rio de Janeiro no período colonial nos levam a supor a existência de uma *convivência* da população com os restos e de uma tolerância com seus maus cheiros.[6] Por outro lado, funcionários e administradores coloniais produziram um verdadeiro inventário olfativo das colônias: “Não houve cloaca, pântano, poço, encanamento ou maloca que não fosse cheirado na insaciável busca das partículas mefíticas que contaminavam a tudo e a todos” (Pereira, M., 2005, p. 122).

Interessa, nessa discussão sobre o Rio de Janeiro colonial, conhecer não apenas a condição sanitária da cidade, mas também as transformações urbanas que moldaram a história dos serviços de limpeza, os atores envolvidos e as concepções e práticas em torno dos restos. Nesse sentido, perguntar de que restos estamos tratando e conhecer os elementos que compunham os materiais responsáveis pelas “imundícies” e pelo estado insalubre na cidade como um todo se tornam questões centrais. A identificação da qualidade dos restos permite justamente ultrapassar a condição genérica da categoria comumente usada para designá-los e assim atentar para sua composição.

O século XIX ganha relevo em virtude das profundas mudanças sociais acarretadas pela vinda da corte e a transformação da cidade na capital do império português, afetando não apenas a composição dos restos, mas a questão sanitária de forma geral. Tais interferências incidem até mesmo sobre os parâmetros aceitáveis para se receberem os ilustres representantes da realeza, como se observa nas medidas instauradas desde então, tanto em termos legislativos – com a introdução de posturas e

6 Sobre o século XVII, Aizen e Pechman (1985, p. 21) relatam que, apesar da sujeira e dos problemas sanitários do Rio, a questão da limpeza pública ainda não havia se transformado num “problema”.

decretos –, como em termos administrativos – com a criação de órgãos e instituições, ou com a melhoria dos serviços e da infraestrutura urbana.

Em estudo histórico sobre a questão do lixo na cidade de São Paulo, Miziara (2008, p. 3), a partir das Atas da Câmara, fornece dados interessantes sobre a limpeza da cidade no período seiscentista, quando o conteúdo do que era considerado sujo se relacionava a elementos naturais como "cardos e espinhos", "ervas, matos e sujeiras de bichos". Assim, excrementos animais e elementos vegetais faziam parte da paisagem da vila e compunham o conceito de imundícies. Nesse período, a preocupação com a limpeza da cidade se concentrava no espaço público e apenas em momentos de festejos e procissões.

No Rio de Janeiro do século XVIII, uma reduzida quantidade de "lixo" era produzida, limitando-se a "pedaços de pano, papéis e restos de alimentos" (Machado, 2011, p. 7). Já em maior quantidade, encontramos as "imundícies", aqueles restos compostos pelos materiais fecais, dejetos domiciliares que, na ausência de rede coletora de esgoto, eram guardados em barris nas residências para que, depois de cheios, fossem atirados no mar, lagoas ou terrenos pantanosos (Aizen; Pechman, 1985).

Miziara (2008, p. 4) aponta a convivência pacífica com os restos até meados do século XIX, quando, pelo menos em discurso, este passa a ser um procedimento condenável. A proximidade das pessoas com o lixo era "percebida e vivida como algo, se não natural, pelo menos pouco problemático". Nesse contexto, em que "bastava tirar do campo de visão as sujidades que incomodavam o olhar", a limpeza pública e a preocupação com ela ainda não consistiam em um "sistema técnico", e o imperativo para sua execução "apoiava-se mais em valores morais e intenções punitivas do que em um ideário sanitário" (p. 3).

OS NEGROS "TIGRES": CARREGANDO O ESTIGMA

No Rio do século XVIII, entre os preparativos para os dias de festa estava a preocupação com a retirada dos escravizados mendigos, considerados as "sujeiras" das ruas; estas eram então cobertas com folhas de canela e mangueira para que o vice-rei pudesse passar (Edmundo, 2000). Já na primeira metade do século XIX, Karasch (2000, p. 190) relata que "alguns senhores que despejavam lixo nas ruas e praças não tinham escrúpulos em jogar fora seus escravos agonizantes". A despeito de não recebe-

rem o estatuto de pessoa, de serem comercializados como mercadorias e, nessa condição, serem descartados nas ruas quando se encontravam imprestáveis, os escravizados eram os responsáveis por limpar e remover as imundícies dos logradouros. Com valor inferior na escala daqueles já pertencentes ao lugar mais baixo da hierarquia social, os escravizados que desempenhavam tal tarefa eram designados de modo especial como "tigres".

"Tigres" eram os nomes dos barris utilizados para o transporte dos dejetos a serem despejados na cidade. "Ao escravo negro se obrigaram os trabalhos mais imundos na higiene doméstica e pública dos tempos coloniais. Um deles, o de carregar à cabeça, das casas para as praias, os barris de excremento vulgarmente conhecidos por tigres", relata Gilberto Freyre (1999, p. 461) em *Casa-grande e senzala*. Ele aponta também a presença do objeto nos sobrados: "É sabido que o sistema de saneamento das cidades brasileiras foi por muito tempo o 'tigre' – o barril que ficava debaixo da escada dos sobrados acumulando matéria dos urinóis" (Freyre, 1996, p. 197). Tal fato, para o autor, retardou a instalação dos serviços de esgoto em função da facilidade de se conseguirem negros que fizessem a tarefa. Sobre esse barril e o seu uso, Debret fornece preciosa e detalhada descrição:

> Suas funções vergonhosas fazem com que esteja sempre escondido num canto do jardim ou de pequeno pátio contíguo à casa, colocado atrás de uma cêrca de trepadeiras ou simplesmente escondido por duas ou três tábuas apoiadas ao muro. Nas casas mais ricas, êle se dissimula sob um assento de madeira móvel. E, nêsse esconderijo, aguarda a hora da *Ave Maria* para, molemente balançando à cabeça do negro encarregado dêsse serviço, ser esvaziado numa das praias. Antes da partida, é préviamente coroado por uma pequena tábua ou uma enorme fôlha de couve, tampa improvisada que se supõe suficiente para evitar o mau cheiro exalado durante o trajeto. Êsse despejo infecta tôdas as noites, das 7 às 8 e meia, tôdas as ruas próximas do mar e nas quais se verifica uma enorme procissão de negros carregando êsse triste fardo e que espalham num instante todos os transeuntes distraìdamente colocados no caminho.
>
> O velho barril de água termina também sua carreira como o pote de que acabamos de falar, com maiores inconvenientes, porém, no transporte, inconvenientes que escandalizam as modistas e as negociantes francesas da

> rua do Ouvidor. Acontece, com efeito, que o pêso enorme suportado pelo fundo velho do barril, o qual recebe com cada passo do carregador uma ligeira sacudidela, acaba desconjuntando as três ou quatro tábuas, já podres e sem elasticidade, que cedem, enfim, deixando escapar o conteúdo infecto, que espirra de todos os lados. Mas não é tudo, nessa desagradável ocorrência, as paredes do barril, ainda ligadas com aros de ferro, escorregam e encaixam no negro desde os ombros até os punhos. Assim, repentinamente couraçado, às vêzes, mesmo coroado com enormes folhas de couve de uma côr incerta, descobrem-se sòmente a cabeça e as pernas do pobre escravo abobado com as novas côres de que se vê de repente coberto. Essa desventura constitui uma alegria para os companheiros e é assinalada por mil assobios agudos, gritos e palmas de todos os que o cercam. Acordado de sua estupefação por êsse barulho generalizado, o negro toma as disposições necessárias para sair de seu barril e recolher os pedaços esparsos. Após a manifestação de alegria, os outros partem correndo, e o desgraçado, assim isolado, torna-se o ponto de mira dos vizinhos, que, fechando o nariz, lançam contra êle seus próprios negros armados de utensílios que lhe são emprestados para recolher pouco a pouco os restos imundos disseminados pela calçada. Obrigam-no ainda, após êsse trabalho penoso e longo, a jogar vários barris de água, a varrer e, não raro, a limpar com esponja as vitrinas da loja que seu fardo sujou. Com tôdas essas precauções, quase não basta a noite para que evaporem completamente os miasmas, circunstância desagradável que priva as moças da loja atingida das amáveis visitas que lhes encantam as noitadas; e a circunstância é tanto mais aflitiva quanto dá origem a chacotas e zombarias que circulam durante, pelo menos, oito dias em tôdas as outras lojas do Rio de Janeiro.
>
> Terminado êsse penoso trabalho, entre imprecações de todos, o infeliz carregador vai lavar-se na praia, bem como limpar as tábuas desconjuntadas de seu barril. Finalmente, após três horas de ausência, volta para a casa do amo, onde, por cúmulo de infelicidade, é submetido ao castigo reservado aos desastrados, castigo pelo qual o proprietário do barril velho pensa mascarar sua sordidez. (Debret, 1954, p. 133-134)

A partir do fragmento anterior, retirado de um capítulo dedicado aos “vasilhames de madeira”, somos postos diante de um retrato que permite mergulhar com vivacidade em pleno Rio de Janeiro do Primeiro

Império.[7] Destaco alguns aspectos da narrativa; em primeiro lugar, o espaço *escondido* reservado ao barril de excrementos, sempre disfarçado em um canto, colocado em um "esconderijo", dissimulado sob a forma de outro objeto. Permanecer fora do campo de visão, recôndito aos olhares, revela-se assim uma característica que terá longa duração entre as estratégias de manipulação e tratamento dos restos. O ocultamento, junto com o afastamento, formaria então um par indissolúvel que marcaria a história da gestão dos resíduos.

O olhar atento de Debret (1954) ao que se poderia designar como "cultura material" nesse capítulo dedicado aos vasilhames permite descobrir um segundo aspecto significativo sobre o tigre, que é já ser ele próprio um resíduo. A função para a qual foi manufaturado, e na qual era utilizado no início de sua "carreira" como pote, era servir de receptáculo e transporte para a água. Ao ficar gasto, com suas "três ou quatro tábuas já podres e sem elasticidade", é que o barril adquiria as qualidades que o habilitavam a receber o tipo de conteúdo definido por sua nova função. Sobre a categoria "tigre", alguns autores, como Alencastro (1997, p. 67), sugerem que provavelmente proviria da coloração tigrada com a qual as matérias fecais, aos escorrerem, ornamentavam o recipiente tanto quanto o corpo daquele que o carregava, terminando por designar ambos. Assim, o "velho barril de água" desprezado torna-se o utensílio apropriado para os escravizados "de menor *status* ou valor" (Karasch, 2000, p. 266), que o carregavam na cabeça pelas ruas.

O episódio da traição do barril a seu companheiro de sina, no qual o objeto, não aguentando mais o peso, termina por ceder e submeter seu carregador ao vexame público, quando ele próprio, "couraçado", torna-se o conteúdo do recipiente, corresponde à mais concreta materialização do *status* conferido ao tigre e de sua posição no contexto social circundante. A repulsa dos narizes fechados e as imprecações de todos, que se afugentam, deixando o negro só, com a obrigação de limpar todo o ambiente – a calçada, a vitrine das lojas, os restos do barril e, por fim, a si próprio –, para ainda submeter-se "ao castigo reservado aos desastrados" por parte

7 O viajante inglês John Luccock também deixou suas impressões sobre o fenômeno dos tigres no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, como apontam Eigenheer (2009, p. 94) e Freyre (1996, p. 197).

de seu sórdido proprietário ao retornar, traduzem o profundo estigma sofrido pelo escravizado responsável por lidar com os restos e o processo de desqualificação social que recai sobre aqueles que desempenham essa função.

O suprimento de água diário também era feito por escravizados, os "aguadeiros" (Silva, 2012, p. 40), que faziam a distribuição domiciliar carregando barris na cabeça, após enfrentar longas filas nas fontes e chafarizes localizados nas praças e abastecidos pelo Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa), construído em 1723.[8] A limpeza das ruas também era feita pelos escravizados – 55 deles eram destinados permanentemente a essa função em 1855.[9]

Desprezado pela elite nacional como tema impróprio e desabonador que deve ser ocultado dos livros de história da cidade, a escravidão e a posição dos escravizados no Rio imperial evidenciam uma profunda ambiguidade. Eles eram a propriedade mais valiosa e fonte de toda a riqueza não apenas de seus donos, mas de toda a economia da capital e do país. Sofriam, no entanto, com o *status* que lhes era conferido pela situação de cativos, os quais, sem gozar da condição de sujeitos, passaram a ser vistos como uma das causas "morais" das doenças e da insalubridade da cidade (Silva, 2012, p. 69, 71). A história da limpeza urbana no Rio de Janeiro não pode ser contada sem contextualizarmos o sistema escravocrata, que, após a transformação da cidade em capital do Império, vigorou com intensidade ímpar por quase um século e respondeu pela entrada sistemática de enormes quantidades de "novos africanos" provenientes do tráfico negreiro.

Através da figura do "tigre", colocamos em evidência não apenas o lugar marginal dos negros nesse sistema, mas igualmente as diferenciações produzidas em virtude das posições nele ocupadas. Os escravizados responsáveis pela limpeza urbana constavam na escala mais baixa entre os cativos e sofriam um estigma ainda mais intenso, duplicado pela re-

8 Os chafarizes eram indicadores dos eixos de expansão da cidade e lugares de intensa sociabilidade da escravaria. Sobre o Aqueduto da Carioca e o problema estrutural da água na cidade, ver Silva (2012, cap. 5).

9 "Pretos, minas, libertos e galés (condenados), subordinados à Câmara, que era a responsável pela limpeza, eram a mão de obra mais comum usada para esse serviço" (Aizen; Pechman, 1985, p. 35).

lação que sua atividade os obrigava a estabelecer com os restos; estigma pelo contato direto com a sujeira, tão repulsiva aos olhos da sociedade da corte, apesar de por ela ser produzida. Os "tigres", assim, compõem um capítulo bem ilustrativo do processo de desqualificação social dos sujeitos que lidam com os restos, as matérias indesejáveis e incômodas, cuja existência se procura ignorar e diante das quais não se busca nada além de afastamento e ocultamento.

O PROJETO HIGIENISTA

O Rio de Janeiro, como muitas cidades do mundo colonial, mas também do Velho Mundo das metrópoles, sofria com surtos e epidemias de doenças como "febre tifoide, cólera, diarreias infecciosas, febre amarela e um sem-número de moléstias" (Benchimol, 1992, p. 73). Disseminadas pelas chuvas de verão e pelos mosquitos abundantes, as febres se alastravam pelo centro do Rio, já bastante povoado e com poços de contaminação. A incidência nesse período era tamanha a ponto de, nos meses de fevereiro e março, a morte ser representada nos carnavais do século XIX (Alencastro, 1997, p. 69). Nesse contexto, os médicos eram os profissionais requisitados a fornecer informações e a produzir conhecimento sobre as causas das doenças e moléstias por meio de pareceres sobre a situação sanitária da cidade.

Em 1798, a Câmara Municipal já havia elaborado um questionário com sete perguntas que solicitavam a três médicos um diagnóstico sobre as doenças endêmicas e epidêmicas da cidade, e os meios para remediá-las (Silva, 2012, p. 65). É somente com a chegada da família real, no entanto, que a ideia de civilização começaria a ser articulada ao território e impulsionaria as mudanças na estrutura urbana, cujo objetivo seria sua adaptação à função de sede do Império para alocar a corte nas Américas. Uma das preocupações principais do Estado português centrou-se em adquirir conhecimento sobre a cidade e colocar em prática uma série de medidas para torná-la salubre.[10]

10 Foucault (2011) contextualiza a emergência do conceito de salubridade justamente ao analisar a vigência, no século XVIII, de uma medicina urbana que visava à organização das cidades como "corpo" na França. Isso seria feito com a análise dos lugares de acúmulo, de amontoamento, de confusão e de perigo, ou seja, de tudo o que

Em 1808, o príncipe regente encomendou a Manuel Vieira da Silva, médico formado em Coimbra e físico-mor do reino, uma investigação sobre as causas da insalubridade na cidade, cujo diagnóstico foi publicado na Imprensa Régia. Esses dois documentos – o de 1798 e o de 1808 –, que apresentavam praticamente os mesmos argumentos,[11] são exemplos das primeiras leituras sobre os problemas da cidade, e sua circulação construiu um ponto de vista hegemônico sobre as questões de higienização e urbanização. Tais leituras ajudaram a legitimar a emergência das instituições médicas do período e consolidaram a respectiva categoria profissional como os interlocutores privilegiados para falar dos problemas da estrutura urbana e pautar as ações do Estado (Silva, 2012, p. 72-73).

Com a chegada da corte, começava a ser gestada uma nova forma de organização que articulava produção de conhecimento, atuação sobre o espaço e estabelecimento de normas, resultando em novas instituições voltadas para a administração do meio urbano. Nesse sentido, além do estudo encomendado ao médico, outra medida significativa foi a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, responsável pelas obras públicas, abastecimento de água, iluminação pública e segurança (Silva, 2012, p. 52-53). O intendente era o administrador da cidade, e o órgão abarcava funções típicas de uma prefeitura (Casa..., 2006).

O intendente Paulo Fernandes Viana, que chefiava a instituição, atribuiu à polícia a tarefa de "vigiar sobre o asseio da cidade, não só para a comodidade de seus moradores, mas principalmente para conservar a salubridade" (Eigenheer, 2009, p. 101). Em edital de 1808, determinou o seguinte:

> Fica de hoje em diante vedado por esta Intendência o abuso de se deitarem às ruas imundícies, e todo aquele que for visto fazendo os despejos [...] serão punidos em dez dias de prisão e com pena pecuniária de 2 mil réis para o Cofre da Polícia, e todos os oficiais e a mesma Intendência e da Justiça e qual-

poderia provocar doenças e difusão de fenômenos epidêmicos no espaço urbano, para organizar sua distribuição e proporcionar o arejamento e a circulação do ar.

11 Foram apontados como constantes para o aparecimento de doenças: o clima e a umidade (que produzem a insalubridade), o relevo com pouca declividade, a falta de circulação de ar em função dos morros, as águas estagnadas e as imundícies responsáveis pelo ar corrompido.

> quer do povo que der parte da infração e se verificar de plano e pela verdade sabida receberá metade da condenação pecuniária. (ANRJ, 1808, fl. 26-27)

Apesar de haver posturas municipais relativas às sujeiras desde o período colonial, algumas vezes lidas em voz alta por um representante da Câmara, raramente essas regras eram respeitadas. Tais iniciativas adquiriam caráter meramente normativo, com a definição de proibições e sanções (Aizen; Pechman, 1985, p. 34).[12] Algumas das posturas determinavam que as valas deveriam ser limpas com regularidade – medida determinada como tentativa de evitar epidemias. Em 1830 foram decretadas novas posturas de higiene pública, e, no final de 1831, a Sociedade de Medicina aprovou o relatório de uma comissão de salubridade geral sobre as causas de infecção da atmosfera da corte, do qual sairiam propostas para a melhoria das condições sanitárias da cidade. Em 1832, a Câmara estabeleceu a construção de pontes de madeira para lançar os despejos ao mar. "As pontes, que deveriam ser mantidas sempre limpas e tinham de avançar além da baixa-mar" (p. 37), foram construídas nas praias da área central da cidade.[13] Tais medidas, no entanto, não apresentavam muitos resultados. Em 1836, foi criada a primeira instituição do Estado voltada exclusivamente para as questões de infraestrutura: a Administração de Obras Públicas do Município da Corte, mais tarde Inspeção de Obras Públicas (Marques, E., 1995, p. 55).

Em meados do século XIX, as epidemias deixavam de ter ocorrências intermitentes, dando lugar a surtos mais graves. Em 1850, a primeira grande epidemia de febre amarela deixou 4 mil mortos, mais de 90 mil "amarelentos", num total de oitenta a noventa vítimas por dia (Benchimol, 1992, p. 113). A morte dos dois herdeiros do imperador, entre 1845 e 1850, "dava novos foros de notoriedade ao ambiente pestilencial do Rio de Janeiro" (Alencastro, 1997, p. 68). Para a família real, a solução de sanitarismo urbanístico passou a ser a adoção de casas de veraneio em Petrópolis, quando o imperador e a elite da corte se mudavam para as montanhas, em virtude da mortandade da população e da impossibilidade de sanear a cidade no verão.

12 Ver também "Surge o serviço de limpeza urbana" (Casa..., 2006).

13 *Idem.*

O agravamento do quadro sanitário da cidade do Rio, a partir da grande epidemia de 1850, concorreu para a criação do primeiro órgão centralizador da estratégia sanitária e ponto de partida para as intervenções higienistas: a Comissão Central de Saúde Pública (Marques, E., 1995, p. 57). A partir de então, elaborou-se um plano detalhado de combate à epidemia, com rígidas medidas de controle sobre a população e a vida na cidade, "armando, pela primeira vez, todo um dispositivo de esquadrinhamento e disciplina do espaço urbano" (Benchimol, 1992, p. 114). Também foi aprovada, como forma de organizar em caráter permanente a defesa sanitária da capital, a criação da Comissão de Engenheiros – para fortalecer a Polícia Médica – e da Junta de Higiene Pública, órgãos que foram fundidos em 1851 na Junta Central de Higiene Pública. Uma de suas atribuições era "monitorar todos os espaços potencialmente perigosos da cidade" (Benchimol, 1992, p. 114; Marques, E., 1995, p. 57-58).

A formação desse quadro administrativo e suas medidas assinalavam uma nova etapa da organização da medicina no país, com a institucionalização de um tipo de saber médico que já vinha sendo gestado nas décadas anteriores, mas que a partir de então passava a ganhar crescente legitimidade e poder perante as decisões, os planos e as estratégias do Estado (Benchimol, 1992, p. 114-115). Com a medicina social, há uma transformação do objeto de estudo, que se desloca da "doença" para a "saúde". Até o século XIX, a medicina atuava *a posteriori*, de forma recuperadora, com o objetivo fundamental de evitar a morte. A partir desse período, a questão da saúde é tematizada como algo a ser cultivado, incentivado, organizado, o que faz emergir a ideia da *prevenção* (Machado *et al.*, 1978, p. 154-155).

O projeto médico passa a ser então uma luta para dificultar ou impedir tudo o que possa interferir no bem-estar físico e moral da população. Dessa forma, os médicos tornam-se também políticos e se arrogam o direito e o dever de intervir amplamente no meio urbano, em seus componentes naturais, institucionais e urbanísticos. A cidade torna-se assim o principal alvo da reflexão e da prática médica a fim de neutralizar todo perigo possível. A medicina, a partir dessa racionalidade, coloca em novos termos sua relação com o Estado, que, por sua vez, passa a ter como objetivo o controle político da população a partir da normalização dos indivíduos: "Com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina so-

cial esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante [...] em um ser normalizado" (Machado *et al.*, 1978, p. 156). Os médicos, na condição de especialistas, passam a pertencer à máquina administrativa e às instâncias burocráticas estatais, e a medicina torna-se uma ciência social e política, cujo saber, indispensável ao exercício de poder do Estado, já nasce orientado para a intervenção.[14]

Nesse contexto, e diante do perigo representado pelo surgimento de graves epidemias, o sistema de esgoto passou a ser o principal alvo da campanha movida pelos médicos e endossada pela opinião pública ilustrada, que a partir de então pressiona por melhorias nas condições de saneamento da capital (Benchimol, 1992, p. 72). Desde 1835 até o fim do século, inúmeros projetos concernentes à exploração dos serviços de esgoto e de limpeza urbana foram apresentados por empresas brasileiras e estrangeiras, sem que, no entanto, a maioria saísse do papel (Aizen; Pechman, 1985, p. 38).

O serviço foi entregue à companhia inglesa The Rio de Janeiro City Improvements, criada pela casa bancária Gleen and Mills (Benchimol, 1992, p. 73). Dessa forma, em 1863, o Rio de Janeiro se transformou em uma das primeiras cidades do mundo a instalar uma rede de esgotos com o moderno sistema domiciliar, ficando atrás apenas de Londres e Hamburgo, o que marcou uma transformação profunda no panorama da limpeza urbana (Seroa da Motta, 2011, p. 42; Benchimol, 1992, p. 73). Ao resolver a questão do despejo dos dejetos, o esgoto deixava de ser um problema. A partir de então, os serviços de limpeza sofreram uma especialização e passaram a se dedicar exclusivamente aos restos considerados "lixo" (Aizen; Pechman, 1985, p. 44).[15]

Conforme a preocupação com a higiene crescia, tomava forma uma mentalidade que julgava inconveniente e imprópria a situação de convivência com os restos, os quais ainda eram despejados nas praias e em

14 "O médico torna-se cientista social, integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se, enfim, analista de instituições" (Machado *et al.*, 1978, p. 155).

15 Aizen e Pechman (1985, p. 26, nota 13), pesquisando em fontes históricas, encontraram a palavra "lixo" em um documento oficial da Câmara da Cidade datado de 1735.

outros lugares públicos, como o Campo de Santana. Nesse contexto, ganhou corpo a discussão sobre a necessidade de vazadouros para os resíduos em espaços mais apropriados – o que significava locais afastados (Aizen; Pechman, 1985, p. 44). Designado pela Câmara, em 1865, para indicar um lugar adequado para a criação de um "depósito de lixo urbano", o vereador e médico José Pereira Rego[16] apresentou como opções a Ilha do Governador e a Ilha de Sapucaia, lugares então distantes da cidade (p. 46). A criação desse depósito seria um passo definitivo para configurar a gestão dos restos no Rio de Janeiro.

ALEIXO GARY: A LIMPEZA URBANA E AS EMPRESAS PRIVADAS

Na segunda metade do século XIX, a responsabilidade pela limpeza urbana era conferida a empresas privadas, que, a partir de editais, ganhavam a concessão para realizar os serviços na cidade. O sistema era descentralizado e dispunha de companhias diferentes para desempenhar tarefas específicas, como varrer as ruas, remover o lixo das casas ou limpar as praias. Essa configuração dificultava o controle da qualidade dos serviços, o que se somava à prática frequente de empresários incapacitados para o ramo de disputarem as concessões apenas para vender o direito de explorar o serviço após ganharem a concorrência (Aizen; Pechman, 1985, p. 46-48).

A tendência de conceder o direito de explorar os serviços públicos a empresas nacionais e estrangeiras ocorreu no século XIX com os principais setores urbanos, como esgoto, limpeza, água e transportes (Benchimol, 1992). Nesse contexto, a transformação, ou a tentativa de transformação, das concessões em monopólios, a partir dos quais o beneficiado disporia de situação privilegiada para barganhas, foi recorrente em todo o período e se apresentava como negócio rendoso, "arduamente disputado, seja por simples indivíduos, seja por companhias criadas exclusivamente para esse fim" (Aizen; Pechman, 1985, p. 40). A companhia The Rio de Janeiro

16 José Pereira Rego, também conhecido como "Barão de Lavradio", foi um dos mais renomados representantes do corpo médico ligado à institucionalização da medicina social no Brasil, pioneiro da medicina tropical e do sanitarismo no Império (Alencastro, 1997, p. 75). Além de médico, também atuou como vereador.

City Improvements explorou o serviço de esgotos por um período de noventa anos (Marques, E., 1995, p. 59).

Com a obtenção do monopólio de recolhimento do "lixo" pela empresa concessionária Nunes de Sousa & Cia., em 1873, conseguimos as primeiras notícias dos "carroceiros", que já atuavam no serviço e de quem tal episódio teria despertado revolta.

> Organizados sob a forma de firmas individuais de pequeno capital, os carroceiros contratavam por si próprios um certo número de casas onde cada qual se encarregava da remoção do lixo e disso iam vivendo. Com a concessão do monopólio de remoção a Nunes de Sousa, o único meio de vida dos carroceiros é atingido diretamente. Com o apoio da população, cerca de 80 carroceiros, pressionam as autoridades para a revogação do monopólio, o que conseguem, acarretando grandes prejuízos à companhia de Nunes de Sousa, que acaba indo à falência tempos depois. (Aizen; Pechman, 1985, p. 48)

Ainda na década de 1870, entra na cena da limpeza urbana o comerciante francês de produtos químicos e farmacêuticos Aleixo Gary. Sua empresa fecharia contrato intransferível para a limpeza e irrigação da cidade e traria como novidade o uso de carros mecânicos fechados que ele mesmo ajudara a desenvolver (Aizen; Pechman, 1985, p. 52-53). Em 1885, nove anos após o estabelecimento do contrato, ele ganha também, provisoriamente, a concessão de serviços então desempenhados insatisfatoriamente por outras empresas, como a limpeza das praias e a remoção dos restos para a Ilha de Sapucaia.

Gary apresentou uma proposta de reformulação geral do serviço, em que sua empresa ficaria responsável por todo o conjunto de atividades relativas à limpeza urbana (Aizen; Pechman, 1985, p. 54). Sua estratégia não foi bem-sucedida nem levada ao parlamento, o que o desapontou. O tamanho de sua influência no setor ficaria marcado pelo nome popularmente utilizado até hoje para designar a categoria de trabalhadores responsáveis pela limpeza e varrição das ruas. Apesar de seu contrato ter terminado em 1891, quando deixa a empresa e coloca seu parente Luciano Gary para sucedê-lo, ele ainda seria um nome influente na área da limpeza pública e atuaria em cargos administrativos nos futuros ór-

gãos relacionados ao setor.[17] Com o fim da companhia em 1892, esses serviços ganharam nova administração e passaram à responsabilidade da Inspetoria de Limpeza Pública (p. 66).

Uma das razões pelas quais Gary não logrou obter o monopólio da limpeza urbana era a disputa, e discórdia, entre os vários empresários interessados em explorar os serviços de remoção e incineração dos restos. Após voltar a contratar os serviços de particulares no final do século, e diante de uma sucessão de contratos não cumpridos por empresas, a prefeitura retoma a responsabilidade pela limpeza, referindo-se aos empresários como "um grupo limitado de exploradores [...], monopolistas de fato [...], sem nenhuma responsabilidade perante o poder público" (Aizen; Pechman, 1985, p. 70). Os impasses e dificuldades em lidar com a questão iam se agravando à medida que o tempo passava, a cidade crescia e as soluções não eram encontradas. No último quarto do século XIX, a "Ilha de Sapucaia já estava 'botando lixo pelo ladrão'" (p. 63), com a deficiência do transporte pelo mar e com o crescimento do volume de materiais dispensados vindos de diversas estações receptoras na cidade, chegando a 10 mil toneladas em 1885. A composição dos restos ainda incluía milhares de cadáveres de animais que eram incendiados a céu aberto, o que levantava amplo debate sobre a adoção da alternativa técnica da incineração, com o estabelecimento de fornos adequados.[18]

A partir de então, o "lixo" seria progressivamente entendido como um "problema", que requeria uma solução técnica, ao mesmo tempo que se conformava uma nova sensibilidade em relação aos restos no contexto de uma transformação mais geral na cidade (Miziara, 2008, p. 9). Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre, e a subsequente decadência da escravidão no último quarto do século XIX, irá delimitar uma virada na organização da ordem colonial. A partir dela, os problemas da cidade deixariam de pertencer à esfera privada sob o domínio do poder patriarcal para se submeterem gradativamente à alçada do Estado (Silva, 2012, p. 132). Com a

17 Aleixo Gary atuaria na Superintendência de Limpeza Pública e Particular até 1912, e Luciano Gary seria inspetor-geral da Limpeza Pública e Particular em 1895 (Aizen; Pechman, 1985, p. 66).

18 Ver "Surge o serviço de limpeza urbana" (Casa..., 2006).

capacidade de articular e mesmo fusionar as fronteiras e os domínios do público e do privado, a passagem do "lixo" dos quintais para a rua constituía um marco.

> O lixo passou do universo privado para o público, envolvendo novos ofícios, objetos, vereadores, médicos e engenheiros sanitários, assim como a produção de um discurso normatizador. Tirar o lixo do quintal significou classificar de inútil o que usualmente não o era. O lixo passou a ser o resto daquilo que foi útil. (Miziara, 2008, p. 9)

A partir de 1870, as soluções urbanísticas deveriam ser planejadas de modo a prescindir da mão de obra escravizada, processo que corresponderia à introdução de "maquinarias do conforto" nas casas abastadas da cidade (Begin, 1991 *apud* Silva, 2012). Os seus proprietários, acostumados com séculos de subserviência, teriam de aprender a viver sem os serviços provenientes do trabalho escravizado (Silva, 2012, p. 133). Como, para tal mudança, as relações íntimas, os hábitos cotidianos, as técnicas corporais e as concepções, sentidos e valores simbólicos atribuídos a tarefas e objetos deveriam ser alterados, a atuação dos médicos higienistas foi central para essa redefinição em relação à ordem patriarcal. Equacionando higiene, civilidade e modernidade, suas prescrições e normas abrangiam uma transformação que ia da arquitetura da casa colonial ao papel do escravizado doméstico e da mulher (Benchimol, 1992, p. 119-121).[19] Os médicos "inverteram o valor do escravo. De 'animal' útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se 'animal' nocivo à saúde" (Costa, 1979 *apud* Benchimol, 1992, p. 121).

Com os sucessivos surtos e epidemias de febre amarela, cólera-morbo e varíola entre as décadas de 1850 e 1870, o Rio de Janeiro conheceu um sensível aumento em suas taxas de mortalidade, que, no entanto, atingiam diferentemente a população. Entre os escravizados, a incidência mortal de cólera e tuberculose era maior, pois "acometiam principalmente as pessoas mais modestas, mal instaladas" (Alencastro, 1997, p. 78).

19 "Através das minuciosas formulações técnicas acerca da disposição interna das habitações, a medicina social feriu o cerne da estrutura familiar patriarcal escravista, redefinindo relações entre seus membros e atribuindo nova conotação à presença do escravo nas unidades residenciais urbanas" (Benchimol, 1992, p. 120).

Esse quadro, em que era necessário tomar medidas profiláticas mais amplas, teria levado à instauração de um paradoxo sanitarista no contexto da escravidão. Como a medida profilática recomendada consistia no uso de sapatos, cuja ausência era a insígnia mais incontornável do estatuto de cativo, as fronteiras sociais passaram a se embaralhar.

Quando o sanitarismo moderno começou a abrir brechas para a reumanização do cativo, novas teorias entraram em cena, como o poligenismo, seguido da frenologia,[20] que desembocaria no racismo científico (Alencastro, 1997, p. 79). Dr. Imbert, médico que ganhou fama com a publicação de um livro no Império, chegou a constatar a limitação na organização cerebral dos negros, que faria os escravizados se entregarem "à libertinagem e à preguiça, 'vícios dos negros que produzem enfermidades'" (p. 80). O "embranquecimento" da população viraria, assim, uma política de Estado, com o incentivo à imigração branca europeia para fornecer o contingente de trabalhadores livres capaz de suprir a decadência da escravidão.

A MODERNIZAÇÃO DA CAPITAL

Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro vive uma crise habitacional configurada pela carestia e escassez de habitações para a população pobre. A situação foi impulsionada pela desarticulação da escravidão e pelo fluxo de imigrantes que se somou à massa de trabalhadores urbanos localizada na área central da cidade, a mais antiga, desordenada e densamente povoada. Para essa camada da população, a forma de moradia disponível eram as habitações coletivas, conhecidas como cortiços. Reputados como "superlotados, úmidos, imundos, feitos com sobras de materiais de construção por especuladores interessados em tirar o maior proveito do menor espaço" (Benchimol, 1992, p. 129), essas moradias populares costumavam abrigar um armazém onde o arrendatário, além da

20 No marco das teorias raciais do século XIX, a frenologia e o poligenismo constituem interpretações biológicas do comportamento humano, em que as diferenças são pensadas em termos essenciais a partir de tipos originais. Para uma análise histórica da influência do pensamento racial no contexto intelectual e na formação institucional do campo científico brasileiro, ver Schwarcz (1993).

cobrança do aluguel, impunha aos moradores o consumo de gêneros em seu estabelecimento (p. 134).

Os cortiços foram o principal alvo do projeto de modernização da cidade implementado por médicos, engenheiros e autoridades na virada do século, que teve seu ápice nas reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos entre 1903 e 1906. A remodelação que converteria a cidade em uma capital "civilizada" tinha em sua base as noções de "salubridade" e "higiene" aliadas a uma concepção estética de "embelezamento", cujo modelo era a Paris reformada por Haussmann[21] (Benchimol, 1992, p. 131).

Ao descrever a demolição em 1893 do cortiço mais famoso do Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco, pelo prefeito e médico Barata Ribeiro, Chalhoub (1996, p. 19) sugere que o episódio é um mito de origem de "uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade", que se tornou lugar-comum nos atuais centros urbanos. A demolição do Cabeça de Porco teria levado os populares expulsos a juntarem os materiais da destruição para refazerem seus casebres ao sopé do morro que mais tarde seria chamado "Morro da Favela": "Nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas" (p. 17). Mediante enorme repressão policial, e arquitetado por médicos e engenheiros ocupantes de cargos administrativos, com o auxílio de alguns empresários que forneceram operários para se juntarem ao trabalho de demolição, o episódio foi festejado pela imprensa, que louvou o prefeito pelos serviços prestados à cidade ao "varrer do mapa aquela 'sujeira'" (p. 17).

A medicina social equacionava em um mesmo campo semântico "doença", "pobreza" e "sujeira", apontadas como males a serem extirpados e combatidos através dos procedimentos técnicos recomendados pelos especialistas, cujos saberes identificavam as "classes pobres" com as "classes perigosas", associando pobreza a ociosidade e vício. Por ocuparem posições influentes na política municipal desde o Império, os médicos e os engenheiros eram os profissionais chamados a pensar e a in-

21 Georges-Eugène Haussmann, nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, foi responsável pela reforma urbana da cidade entre 1852 e 1870, considerada o marco de modernização da capital francesa.

tervir no espaço urbano. Na década de 1870, eles apresentaram planos para a cidade[22] e criaram uma Comissão de Melhoramentos, que passaria a planejá-la de forma mais sistemática e ampla.

Os membros da comissão, especialistas envolvidos na reforma urbana no início do século XX, faziam parte do Clube de Engenharia, e muitos eram empresários empreiteiros, além de ocuparem posições influentes na administração pública, como Paulo de Frontin, André Rebouças e o próprio Pereira Passos, inspetor de obras públicas antes de assumir a prefeitura. Na virada do século, é criado o Instituto de Manguinhos, com o médico Oswaldo Cruz à frente, nomeado em seguida diretor-geral de Saúde Pública no governo Pereira Passos, com o compromisso de erradicar a febre amarela e acabar com as pestes.[23] Nesse contexto, ocorria uma "quase total superposição entre os produtores do espaço urbano e os ocupantes dos cargos públicos responsáveis pelo mesmo" (Marques, E., 1995, p. 61). Desde a Proclamação da República até 1959, médicos e engenheiros governaram a capital, e sua concepção sobre a resolução dos problemas urbanos residia na neutralidade da técnica (Chalhoub, 1996), ou seja, na administração competente "baseada no princípio da submissão da política à técnica" (Valladares, 2005, p. 40).[24]

Os princípios que orientaram o diagnóstico dos médicos e engenheiros em relação aos cortiços, com base nas ideias de doença, de mal contagioso e de patologia social a ser combatida, foram posteriormente retomados e generalizados para o universo das favelas em expansão. Os contornos assumidos por essas noções ainda hoje conformam os sentidos associados à imagem desses espaços. Na perspectiva das autoridades, o

22 O Plano de Melhoramentos, formulado por engenheiros em 1876, e o Plano da Junta de Higiene, formulado por médicos em 1878, seriam a síntese de uma nova forma de pensar a cidade (Silva, 2012, p. 131-133).

23 Filho de médico, Oswaldo Cruz estudou medicina no Rio de Janeiro e especializou-se em bacteriologia no Instituto Pasteur, em Paris. A instituição que dirigiu leva hoje o seu nome e constitui um centro de pesquisas e ensino de referência em saúde pública do país (Velloso, 2004, p. 35).

24 Esses princípios levaram a posturas intransigentes e a políticas autoritárias por parte dos agentes públicos sobre a população, que, por sua vez, desenvolveu estratégias de resistência e mesmo de combate – cujo caso mais emblemático no período republicano é a Revolta da Vacina (Sevcenko, 2010; Chalhoub, 1996; Velloso, 2004).

sujeito pobre, em especial o negro, passaria a ser um criminoso em potencial, com suas habitações e maus hábitos associados a focos de irradiação de epidemias e a fértil terreno para a propagação de "vícios", que constituíam um iminente perigo à sociedade e que, portanto, deveriam ser eliminados (Chalhoub, 1996, p. 29-45).

Ao associar em sua cosmologia científica sujeira, doença e pobreza, o higienismo efetuou uma cruzada moral contra os saberes, os espaços e as práticas populares e acentuou o processo de desqualificação social daqueles sujeitos que não se enquadravam nos padrões do que era considerado habitação, trabalho, comportamento e aparência "saudáveis", "apropriados" e "civilizados". A concepção sobre os restos também sofreu mudanças, que se refletiram nas formas de tratá-los. De uma proximidade acentuada e convivência pouco problemática, eles passam gradativamente a ser vistos como perigosos e indesejáveis, o que influenciaria os modelos de gestão e os procedimentos técnicos aplicados a essas matérias.

O MODERNO SISTEMA TÉCNICO DE ELIMINAÇÃO DO "LIXO"

Como vimos, a virada para o século XX no Rio de Janeiro foi caracterizada por um processo de modernização da cidade e pelo esforço de superação da herança colonial e imperial, com a emergência de uma capital republicana moderna e civilizada. Nos séculos anteriores, o Rio teria convivido com a fama de uma cidade suja, malcheirosa, insalubre e pestilenta. O processo de modernização previa a transformação desse quadro, através de medidas que purificassem a capital dos males e "maus ares" do passado, e a deixassem arejada, grandiosa e bela. A questão do lixo e da limpeza urbana tornou-se elemento central para a saúde pública, e desde o século anterior uma série de medidas institucionais, administrativas, legais e de infraestrutura vinha sendo tomada na tentativa de "resolver" a situação. No entanto, os restos representam um desafio complexo para o qual não parece haver solução definitiva e de eficácia absoluta, mas apenas uma gestão operacionalizada por determinadas estratégias de controle sempre relativo e instável.

É curioso perceber, ao remontarmos à história da cidade, que, "independentemente da forma de governo [...] e do momento histórico [...], os problemas da limpeza urbana no Rio parecem ser sempre os mes-

mos" (Aizen; Pechman, 1985, p. 108), assim como o repertório de soluções mobilizadas para seu enfrentamento. Os procedimentos técnicos que constituíram esse repertório nos permitem compreender e analisar o modelo que estrutura a gestão do "lixo" e sua lógica. Enquanto algumas das dificuldades podem ser creditadas aos desafios próprios da gestão como modalidade de poder, outras parecem residir nos sentidos historicamente conferidos aos restos, que gravitavam em torno de um campo semântico negativo, da repulsa ao perigo, com a associação à sujeira, à doença e à morte.

A concepção científica moderna que fundamentou esses modos de perceber e agir em relação aos restos tinha em sua base o princípio da purificação, a partir do qual seria possível e desejável a construção de um mundo "puro", de fronteiras bem delimitadas e relações inequívocas, livre de misturas impróprias, sob o controle técnico. O sistema de crenças do que era então a nova ordem mundial do modernismo do século XX "era informado pela visão da tecnologia como uma ferramenta de redução, que poderia purificar a natureza de um estado de aleatoriedade em um de limpeza, controle e perfeição" (Brouwer; Mulder; Spuybroek, 2010, p. 9).

Ao longo de três séculos, as configurações em torno dos restos se alteraram, passando de um estado no qual a sujeira constava por toda parte, havendo com ela uma convivência pouco problemática, para uma atenção e rejeição crescentes à sua presença. Gradativamente, serviços de limpeza foram estruturados e medidas adotadas, como a varrição das ruas e o estabelecimento de posturas que regulassem o comportamento da população. Com a incidência das epidemias, os restos passaram a ser concebidos como causadores de doenças, o que fez surgir o imperativo de sua eliminação. Excrementos e dejetos – que compunham parcela da sujeira da cidade – passaram a ser classificados e tratados como "esgoto", e o "lixo", como aqueles restos aos quais era preciso dar um fim. As estratégias para sua eliminação se alternaram historicamente entre o *depósito e o aterro*, com o despejo em lugares destinados a tal propósito que fossem distantes da cidade, e a *incineração*, com a queima das matérias dispensadas. Vejamos como, no contexto do Rio de Janeiro, essas soluções foram concebidas, debatidas e planejadas, assim como os principais obstáculos que se apresentaram à sua execução.

A INCINERAÇÃO

Os primeiros debates sobre as possibilidades de incineração do lixo a partir da construção de fornos surgem ainda no século XIX e se estendem ao longo de todo o século XX. Um dos primeiros impasses surgidos remonta ao problema da localização da estrutura: se fosse distante, não eliminaria a dificuldade logística de transporte e deslocamento pela cidade; se fosse próxima, acarretaria problemas com a população do entorno.[25] Em 1895, a Inspetoria de Limpeza Pública e Particular iniciou a construção de um grande forno em Manguinhos, que, embora autorizado pelos técnicos, foi condenado pelo então prefeito Furquim Werneck. A autoridade reprovou tanto sua localização, julgando-a distante, quanto suas dimensões, que seriam grandes demais, sugerindo a construção de dois fornos menores (Aizen; Pechman, 1985, p. 66-68). Quando a obra ficou pronta, constatou-se que de fato não funcionava adequadamente, e o forno de Manguinhos passou a ser lembrado como uma experiência fracassada.

Já no início do século, a discussão volta à tona na gestão de Pereira Passos, que assinou contrato com uma empresa para o "aproveitamento industrial através da força elétrica obtida da combustão do 'lixo'" (Aizen; Pechman, 1985, p. 76-77); no entanto, a empresa não cumpriu o acordo e causou prejuízos à prefeitura. Em 1911, em nova tentativa, o Conselho Municipal autorizou a contratação de uma empresa mediante concorrência pública, mas o vencedor se recusou a assinar o contrato e adiou a solução. Estudos técnicos para a construção de fornos crematórios ou incineradores foram requisitados por diversos prefeitos (por exemplo, por Rivadávia Correa, em 1915, e por Amaro Cavalcanti, em 1919); todavia, o debate e as propostas não chegaram a ser concretizados. Em 1922, mais um contrato ficou sem execução, dessa vez para a construção de uma usina incineradora na própria Ilha de Sapucaia (p. 81-83).

Ao convidar o urbanista francês Alfred Agache em 1927 para formular um plano urbanístico para o Rio, o prefeito Prado Júnior obteve do especialista parecer desfavorável à construção dos fornos. A avaliação

25 Como ocorreu em 1924 durante a gestão do prefeito Alaor Prata, que, ao procurar terreno na Zona Sul para incinerar o lixo, teve de lidar com "campanhas violentas contra ele por parte daqueles que se julgaram ameaçados com a proximidade do forno" (Aizen; Pechman, 1985, p. 84).

concluiu por sua não aplicabilidade, considerando uma série de inconvenientes, como a fuligem nociva aos que habitavam o entorno (Aizen; Pechman, 1985, p. 85). Outras propostas ainda foram aventadas nos anos e décadas subsequentes, sem se efetivarem na prática, e a questão dos fornos incineratórios se prolongou até a metade do século XX sem nenhuma solução concreta.

Em 1957, na gestão de Negrão de Lima, com a instituição de um fundo especial para obras públicas, foram construídas duas usinas, em Irajá e Bangu, como forma de solucionar a questão (Nascimento, 2002, p. 21). Sua operação, no entanto, não parece ter sido livre de problemas, porque, em 1963, por exemplo, o governador Carlos Lacerda, em mensagem à Assembleia Legislativa, alertava: "As usinas envolvem problemas técnicos e exigem estudos cuidadosos", acrescentando ser necessária a "retirada de certos detritos em diferentes fases de operação, como, por exemplo, vidro e lata" (Aizen; Pechman, 1985, p. 114). Com a crescente urbanização da cidade e a emergência dos grandes hotéis e prédios com apartamentos, o debate sobre a incineração ganhou novo fôlego e, como consequência, o uso de incineradores nos edifícios, introduzidos no mercado pela Societé Anonyme du Gaz, generalizou-se. A partir de 1950, em prédios com mais de cinco andares, tornou-se obrigatória a instalação desses aparatos, os quais foram desativados na década de 1970 em função da poluição ambiental que produziam (p. 96).

Ao longo do século XX, também houve mudanças na estrutura organizacional dos serviços de limpeza. Em sua gestão, Pereira Passos transformou a Superintendência de Limpeza Pública e Particular, subordinada anteriormente à Diretoria de Higiene, em instituição autônoma (Aizen; Pechman, 1985, p. 74). Após trinta anos, na década de 1940, ela é substituída pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU), que é absorvido pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) na década de 1960. Nos anos 1970, com o país governado pelos militares e atravessando um período de grandes transformações políticas, sociais e econômicas, foram criadas as regiões metropolitanas, a partir da articulação entre os municípios dos grandes centros urbanos, com o intuito de "integrar" os espaços e controlar o território no âmbito do planejamento federal.

Em 1975, é criada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A recém-

-constituída Companhia Estadual de Limpeza Urbana (Celurb) torna-se então Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), empresa pertencente à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e atuante até hoje (Aizen; Pechman, 1985, p. 116). Dois anos depois, em 1977, foi instituída a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), cujo objetivo era desenvolver, através de apoio técnico e financeiro, um sistema para a destinação final dos restos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foram então desenvolvidos estudos coerentes com o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro como tentativa de se chegar a uma solução que atendesse ao conjunto de municípios da região, melhorando seus serviços de limpeza. Como resultado, os estudos propuseram a implantação de um aterro sanitário metropolitano (Nascimento, 2002, p. 23-24).

O DEPÓSITO E O ATERRO

A estratégia de estabelecer lugares específicos para o despejo dos restos é o mais antigo recurso e continua sendo o mais utilizado pelos gestores públicos e privados para a solução do problema do "lixo". A partir do momento em que os restos começaram a despertar preocupação e a serem vistos como ameaçadores por oferecerem riscos à saúde, o princípio que orientou a escolha desses espaços foi o *afastamento*. As primeiras opções de lugares para criação de depósitos foram as ilhas, o que reforça a busca pelo distanciamento e pela ausência de contato. A não contiguidade insular exemplifica o ideário que rege esse método.

A Ilha de Sapucaia foi o primeiro local oficial a ser usado como depósito para os restos urbanos em meados do século XIX, quando o transporte era feito por saveiros. Estes saíam de pontes existentes pela cidade, para onde carroças encaminhavam os materiais a serem despejados (Machado, 2012, p. 48-49; Aizen; Pechman, 1985, p. 103). Apesar de terem sido apresentadas inúmeras propostas para viabilizar uma alternativa à ilha como reservatório dos resíduos, somente na década de 1940, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth, o local deixa de ser utilizado como vazadouro em virtude de sua saturação. Ele é então transformado na cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após o processo de aterramento e união de outras oito ilhas da localidade (Machado, 2012, p. 55).

Como consequência da desativação da Ilha da Sapucaia, o novo local para despejo dos restos passou a ser a praia do Retiro do Saudoso, na ponta do Caju. Em uma localização bastante próxima ao depósito anterior, o lugar ficou conhecido como "Aterro do Caju", tendo vigorado até 1975 e se tornado uma estação de transferência sob a responsabilidade da Comlurb.[26] Entre 1970 e 1978, o Aterro das Missões funcionou no quilômetro zero da rodovia Washington Luís, simultaneamente a outros quatro aterros na cidade, nos bairros do Caju, Acari, Bangu e Jacarepaguá (Machado, 2012, p. 62). É nesse contexto que as transformações políticas e institucionais que culminam na criação das regiões metropolitanas e dos órgãos responsáveis por seu gerenciamento decidem buscar uma solução definitiva para a questão da limpeza urbana e da destinação dos resíduos. Assim, adotou-se um projeto de grandes proporções para a criação de um aterro sanitário que atendesse à capital e a outros municípios da Região Metropolitana.

O projeto, executado em 1977 pelo engenheiro Eduardo Cordeiro, foi "concebido dentro das melhores técnicas que se conhecia na época" (Nascimento, 2002, p. 41), e a região eleita para abrigá-lo foi o bairro de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias. O fato de estar localizado a uma distância de 10 a 20 quilômetros de todos os municípios envolvidos foi um fator determinante para a decisão (p. 56). A terra de 370,55 hectares pertencente à União foi doada à Comlurb, à qual se atribuía a tarefa de gerenciar esse empreendimento de grande magnitude, embora a companhia devesse atuar de acordo com os demais municípios implicados sob a forma de consórcio. Projetado em uma área pouco urbanizada e de acesso razoável, apesar da ausência de pavimentação, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho deveria receber 3 mil toneladas de resíduos por dia ao longo de uma vida útil estimada em vinte anos.

O projeto ainda previa o "impedimento da invasão da área por catadores de lixo (xepeiros) para evitar problemas à operação dos equipa-

26 Em sua dissertação de mestrado, Giselle Machado (2012, p. 56) analisa a construção do que denomina "territórios do lixo" no Rio de Janeiro, ressaltando o uso do termo "aterro" naquele momento. A denominação, no entanto, não correspondia na prática aos procedimentos caracterizados por essa forma de tratamento de resíduos, como a existência de manta protetora no solo, de células de depósito e de cobertura com argila, práticas que, segundo a autora, nunca foram executadas nos aterros da cidade.

mentos ou focos de transmissão de doenças" (Nascimento, 2002, p. 43). Apesar do planejamento adequado às normas técnicas e sanitárias da época, o aterro foi iniciado sem respeitar as legislações vigentes. A falta de apoio e de recursos da Fundrem no processo de implantação descaracterizou o projeto, e a Comlurb, também por falta de recursos, não deu prioridade a sua gestão, o que teria desestruturado as operações do empreendimento. O acordo, que previa o pagamento de uma taxa de escoamento dos materiais pelas municipalidades envolvidas, não foi cumprido e minou os recursos que a instituição teria para a manutenção (p. 72). O fato de o aterro, localizado no município de Duque de Caxias, ter sido gerido por uma empresa da prefeitura de um município diverso[27] desencadeava uma série de problemas relativos à atribuição de responsabilidades. Alguns deles giravam em torno da construção de aparato legal e de normas regulatórias, do poder decisório e da destinação de recursos financeiros, o que alimentou disputas políticas ao longo de toda a história do aterro.[28]

O projeto não apenas foi concebido e implementado durante o regime militar, mas pode-se dizer que foi executado de maneira impositiva pelas autoridades militares, que, devido à presença da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, transformaram a localidade em "área de segurança nacional", sob a gestão direta do poder federal.[29] "Foi a ditadura militar brasileira, e não Caxias como um município autônomo, que estabeleceu Jardim Gramacho como o local de

27 A Comlurb é uma sociedade anônima de economia mista que tem a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária. Em seu site oficial, é descrita como "a maior organização de limpeza pública na América latina" (Comlurb, 2009).

28 Em Millar (2012a) há a menção a um embate político entre os prefeitos do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, no ano de 2005, que tinha em seu cerne o aterro de Jardim Gramacho e o problema da destinação dos resíduos provenientes da capital.

29 A Reduc, instalada no município em 1961, ilustra o projeto de desenvolvimento orientado pela ideia de modernização que se acentuou nacionalmente a partir do governo Juscelino Kubitschek, assim como o plano de criação de uma zona industrial urbana na Baixada Fluminense em âmbito regional. Millar (2012a) argumenta que os sindicatos emergentes desse contexto industrial e o fortalecimento do movimento operário na região foram os motivos que teriam levado os militares a perceberem a área como ameaça e tomado o controle da localidade. Sobre a Reduc, ver Raulino (2009); sobre o projeto de desenvolvimento da Baixada Fluminense, ver Barbosa (2012) e Ramalho e Fortes (2012).

disposição dos resíduos do Rio" (Millar, 2012a, p. 172). À euforia desenvolvimentista do "milagre econômico" seguiu-se uma profunda crise econômica, agravada pelo contexto de repressão política que caracterizou o regime militar. Como consequência, o grandioso projeto de construção de um aterro sanitário metropolitano foi se descaracterizando, o que se somou à ausência de recursos financeiros, de vontade política e de instrumentos técnicos e administrativos eficazes para o cumprimento dos parâmetros exigidos nesse tipo de empreendimento.[30]

Como resultado, a área cedida para a instalação do aterro sanitário metropolitano no bairro de Jardim Gramacho começou a funcionar como um mero vazadouro, um depósito à moda antiga, ou, como se popularizou posteriormente, um "lixão". Sem seguir as normas e parâmetros estabelecidos no projeto inicial, condição em que permaneceu por muitos anos, o empreendimento causaria diversos problemas sociais, urbanísticos e ambientais.

Ao longo da década de 1980, o fluxo de materiais despejados na área aumentou significativamente: passou de 3 mil para 5 mil toneladas diárias, agravando a situação já problemática em termos ambientais, além de acarretar outras consequências urbanas e sociais, que muito influenciaram a configuração do bairro de Jardim Gramacho. O local passou a abrigar um grande contingente de pessoas, que para lá migravam com o objetivo de catar os materiais descartados no aterro e construir casebres no entorno – área que, além de já abrigar um bairro residencial, dispunha de espaço livre. Dessa forma, foi se constituindo uma população de catadores no bairro.

Com o progressivo aumento do volume despejado e do número de catadores em atividade ao longo de duas décadas, o desenvolvimento do "lixão" trouxe importantes consequências urbanísticas, sociais e ambientais para o bairro de Jardim Gramacho. Alguns diagnósticos (Ibase,

30 "Apesar do registro de início da instalação e de operação do novo aterro datar de 1978, sua localização à beira da baía e muito próxima aos estuários dos rios Iguaçu e Sarapuí passou a infringir a portaria no 53 de 1979 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que proibiu o lançamento de lixo em cursos de água e suas cercanias imediatas, mas isso não foi motivo suficiente para interromper as recentes operações, nem para obrigar os gestores públicos a tomar providências para relocar o novo aterro para uma área mais adequada" (Iets, 2011, p. 9).

2005; Iets, 2011) identificaram um "passivo" social e ambiental que inclui bolsões de miséria com carência de infraestrutura urbana e população de baixa qualificação educacional e baixos rendimentos econômicos, da qual fazem parte os catadores/habitantes do bairro.[31] O aterro acarretou danos ambientais, como ruptura do solo, poluição das águas – em consequência da produção de chorume – e poluição atmosférica – em razão do gás metano –, além da proliferação de roedores, insetos, urubus e outros animais.

Em 2011, o aterro ainda operava e recebia aproximadamente 9 mil toneladas de resíduos por dia, das quais cerca de 80% eram provenientes da cidade do Rio de Janeiro[32] – e o talude constituído pelo refugo chegava a 40 metros de altura. Mesmo tendo passado por obras de recuperação da área e de adequação do seu funcionamento às normas vigentes, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho demonstrava sinais de esgotamento e risco de erosão do solo. O último contrato de concessão assinado entre a empresa Novo Gramacho Energia Ambiental S.A., detentora dos direitos operacionais, e a Comlurb previa o encerramento das atividades como obrigação a ser cumprida.

TECNOLOGIAS DO OCULTAMENTO

As estratégias adotadas historicamente na lida com os restos nunca resolveram o problema a contento, e os mecanismos desenvolvidos para sua eliminação se mostraram sistematicamente falhos. Dentre os problemas elencados por Aizen e Pechman (1985, p. 108), destaca-se a "eterna falta de solução para o destino final". Os restos sempre transbordam, porque seu controle é instável, são matérias de difícil trato, indomesticáveis e resistentes. As estratégias para solucionar o problema podem ser entendidas mais apropriadamente como *tecnologias do ocultamento*, uma vez que a eliminação efetiva dessas matérias é um postulado desmentido pela prática ao longo dos séculos.

31 Segundo dados do Iets (2011, p. 34-35), cerca de 9% da população do bairro estavam ligadas diretamente à atividade da catação.

32 O restante do volume de resíduos provinha dos seguintes municípios: Duque de Caxias (13%), São João de Meriti (4%), Mesquita (2%), Nilópolis (1%) e Queimados (1%) (*Ibid.*, p. 15).

A partir dessas técnicas, o que ocorre é apenas um *deslocamento*, processo cujo efeito imediato não é o desaparecimento físico do "lixo", mas sua eliminação do campo de visão. O *afastamento* e o *encobrimento* são os princípios que fundamentam o aterro como dispositivo, a partir do qual os restos são remanejados para locais cada vez mais distantes, onde devem ser cobertos com camadas de "material inerte e argila" para "evitar odores indesejáveis" (Nascimento, 2002, p. 114-145).

Como soluções técnicas, o afastamento e o encobrimento são dispositivos ambíguos, porque a invisibilidade daquelas matérias não implica sua ausência, mas sua *latência*, já que continuam a existir e a produzir efeitos diversos. Somada a isso, temos a questão dos limites que circunscrevem o "fora" e a relatividade da distância, cuja definição não pode prescindir do estabelecimento de um ponto de referência contingente, a partir do qual o que é longe para uns pode significar proximidade para outros – sobretudo se considerarmos a própria dinâmica de crescimento da cidade, que tende a englobar as margens, os pontos ermos, e progressivamente aglutinar regiões isoladas ao perímetro urbano.

O dispositivo do afastamento, portanto, apenas retira as matérias descartadas do alcance dos sentidos, como a visão e o olfato, operando também sua retirada do campo de reflexão e ação.[33] Desde as origens das cidades planejadas, desejou-se que os restos se localizassem em suas periferias, onde não fossem visíveis aos cidadãos. Tal deslocamento, que originalmente se entendia como "problema sanitário", é um paradigma que ainda perdura nas cidades, no qual "se oculta ao invés de solucionar, se descarta ao invés de recuperar" (Gabard, 2011, p. 19). Miziara (2001) descreve esse procedimento como "varrer para debaixo do tapete". De acordo com Reno (2008, p. 8), esse "modelo da invisibilidade" é a base na qual a produção e a disposição de resíduos nos EUA estão organizadas, e a popularidade esmagadora dos aterros pode ser creditada à "importância de manter os resíduos escondidos da vista, acumulados e enterrados fora do caminho, em um lugar distante do seu local de origem".

33 Carenzo (2011, p. 21) também ressalta o fato de o conjunto de práticas e disposições que configuraram nossa relação cotidiana com o sistema de gestão de resíduos ser historicamente orientado para a invisibilização e o ocultamento. Argumenta que o vínculo que estabelecemos cotidianamente com o "lixo" adquire um sentido marcadamente funcional e instrumental (desfazer-se dele), preservando-nos de encarar a mínima reflexão acerca do que ocorre na sua gestão, tratamento e disposição.

Já a técnica da incineração, malgrado sua aparência de solução definitiva, opera pelo mesmo princípio: através de um deslocamento que, embora mais sutil que o do aterro, apresenta resultados não muito distintos: "É um erro comum crer que as coisas simplesmente desaparecem quando queimadas. Na verdade, a matéria não pode ser destruída – ela apenas muda sua forma" (Allsopp; Costner; Johnston, 2001, p. 6). Com a incineração, o problema constituído pela presença dos restos e de seu acúmulo deixa de existir, pois eles são transfigurados em algo *invisível*, como "gases", "partículas", "compostos" e "toxinas", os quais, embora ocultos, não deixam de estar presentes e exercer agência em sua vida atmosférica. Apesar de encobertos por aparência translúcida, os diversos compostos produzidos pelo processo de incineração do "lixo"[34] também apresentam determinadas qualidades. Eles são "persistentes", exibem resistência à degradação no meio ambiente, são "bioacumulativos" (acumulam-se nos tecidos dos organismos vivos) e também são "tóxicos" (Allsopp; Costner; Johnston, 2001, p. 7; Gutberlet, 2011, p. 6).

A partir da combustão, tais propriedades engendram múltiplos agenciamentos, quando essas matérias invisíveis passam a estabelecer interações diversas com seres vivos e ecossistemas, produzindo efeitos igualmente variados. Isso volta a colocar em pauta, na problemática dos resíduos, a importância da dimensão físico-química das matérias, a questão da sua *composição*. Assim como os restos foram historicamente nomeados de diversas formas, assumindo sentidos distintos que transformavam as práticas ao seu redor, as substâncias e materiais que compunham as coisas descartadas como restos também foram se alterando radicalmente ao longo do tempo. Na história da composição dos resíduos, considera-se um ponto de inflexão a emergência de um material específico, aquele que genericamente denominamos "plástico".

REPRODUTIBILIDADE E DESCARTABILIDADE

Apesar de podermos considerar o uso do plástico uma prática antiga, com o emprego de resina e plásticos naturais para envernizar os sarcó-

34 Dentre eles, dioxinas, bifenilas policloradas (PCBs), naftalenos policlorados, benzenos clorados, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (PAHs), inúmeros compostos orgânicos voláteis (VOCs) e metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio (*ibid.*, p. 6).

fagos pelos egípcios e com a produção de joias de âmbar pelos gregos (Bijker, 2012, p. 155), o que entendemos como plástico e que caracteriza sua emergência como um ponto de inflexão irreversível na história dos restos é a sua relação com o surgimento dos materiais sintéticos. Dessa perspectiva, a trajetória do material não ultrapassa 150 anos de existência, e apenas em 1909 foi inventado o primeiro plástico totalmente sintético da história, o baquelite (Suárez *et al*., 2011, p. 209). Esse material, portanto, figura como parte da efervescência técnico-científica da grande conjuntura intelectual, econômica, social e política própria do que se convencionou chamar de "Segunda Revolução Industrial", para a qual as descobertas da indústria química foram centrais e ganharam impulso crescente com as guerras mundiais da primeira metade do século XX.

As características que fizeram do plástico, em sua diversidade de tipos, um material cada vez mais utilizado são a resistência e a flexibilidade, que o tornam bastante versátil em suas aplicações e usos. Em especial, desde o início, ele foi explorado por seu potencial de exímio substituto para matérias de fontes naturais escassas ou esgotáveis (Bijker, 2012, p. 156): "A evolução dos plásticos em termos gerais se vincula à substituição de materiais de vidro, papel, metais, madeira, algodão e lãs" (Suárez *et al*., 2011, p. 208). O aparecimento do plástico, apesar de inúmeras vicissitudes, foi recebido com entusiasmo. Sua descoberta, e o campo de possibilidades aberto para a produção de objetos e bens de consumo inéditos, não raras vezes foi associada ao surgimento de "um material do futuro" (Clarke, 1999, p. 59) e à criação do "quarto reino", o dos plásticos, que se somaria aos reinos animal, vegetal e mineral (Bijker, 2012, p. 174, 182). A emergência de uma série de "facilidades" que a partir de então estariam disponíveis para a vida cotidiana e doméstica, desde contêineres de polietileno, *tupperwares* (Clarke, 1999), até os supermercados (Goidanich; Rial, 2012), faria do plástico um ícone da "modernidade" e dos modos de vida modernos.

A Alemanha antecipa a tendência industrial da era moderna ao investir e aplicar com maior rigor o conhecimento teórico na busca pela eficiência econômica, em um contexto que articulava universidades, laboratórios industriais, sociedades profissionais e associações comerciais. A pesquisa no país contava com patrocínio governamental, "em um esforço científico-tecnológico continuado como a nova base para a indústria

moderna" (Braverman, 1981, p. 143). As transformações nos saberes, com a institucionalização das ciências, e as descobertas derivadas do investimento no conhecimento químico são parte indispensável desse processo. O florescimento da indústria química esteve associado a inovações pontuais que conseguissem contornar contextos relacionados à escassez através do mecanismo da substituição. Das pesquisas em química orgânica e agrícola, sobretudo com os estudos do alemão Justus von Liebig, sairiam os fertilizantes químicos, o que suscitou intensos debates sobre o bem-estar nutricional e a prevenção da fome. Alguns alunos de Liebig foram lecionar na Inglaterra, a exemplo de Wilhelm von Hofmann, cujo discípulo Henry Perkin extraiu o primeiro corante sintético da anilina, derivado do alcatrão de carvão, dando novo impulso à indústria têxtil (p. 142).

No que concerne aos materiais plásticos, a substituição aparece como sua principal característica, sendo concebidos como "sucedâneos, produtos de substituição de substâncias naturais raras ou custosas em excesso" (Bensaude-Vincent; Stengers, 2001 *apud* Barles, 2005, p. 143). A primeira matéria plástica foi criada a partir de um concurso no qual o inventor de uma substância que substituísse o marfim para a fabricação de bolas de bilhar ganharia 10 mil dólares. A solução, descoberta em 1869 por Wesley Hyatt, foi o celuloide, uma mistura de cânfora natural e de celulose nitrada não explosiva, extraída do algodão, do papel-filtro e do papel de cigarro. Adicionada ao álcool, essa mistura geraria uma substância tenaz, elástica, transparente e maleável (Barles, 2005, p. 142; Suárez *et al*., 2011, p. 209). Com a descoberta, o celuloide ganhou rapidamente uma dimensão industrial nos EUA e na França, influenciando a produção do papel e de uma série de artigos de aplicações diversas – de botões a aparelhos cirúrgicos e ortopédicos –, além de permitir a fabricação de filmes cinematográficos. Apesar de ter conhecido diversas vicissitudes, o celuloide torna-se um material da vida cotidiana no entreguerras (p. 142-143).

Por sua grande capacidade de substituição de uma série de materiais, a indústria do plástico ganhou forte impulso com a Segunda Guerra Mundial, já que, diante do "problema da substituição de numerosas matérias-primas tradicionais, os plásticos demonstraram ser uma fonte inesgotável de substitutos aceitáveis, versáteis e de propriedades favoráveis" (Suárez *et al*., 2011, p. 210). A capacidade da indústria química de abrir mão de recursos naturais e sua relativa independência diante das fontes

de recursos potencialmente esgotáveis, com a substituição de matérias-primas pela manipulação e transformação de substâncias orgânicas e sintéticas, colocou em primeiro plano a questão da reprodutibilidade técnica e permitiu a emergência e o aprofundamento da produção e do consumo de massas. Dessa forma, o plástico, longe de ter preeminência ou ser um caso singular, é um exemplo paradigmático das potencialidades, virtualidades e ambiguidades introduzidas pela indústria química no âmbito da produção industrial como um todo a partir de então.

O campo de possibilidades aberto por cada uma dessas descobertas e seus desdobramentos acarretou mudanças profundas nos modos de vida, sobretudo nas grandes cidades, conformando um ideal de modernidade que implica formas distintas de pensar e se engajar no mundo. Se nos centrarmos apenas no exemplo pontual do celuloide, podemos citar com Walter Benjamin (1975) pelo menos dois casos em que a inserção de mediadores, a partir da capacidade técnica de reprodução em proporção relativa à escala das massas, acarretou transformações profundas na dinâmica da experiência moderna: a imprensa escrita e o cinema.

Ambos os processos teriam em sua base a capacidade técnica da reprodução e colocariam em relevo a noção de *autenticidade*, em especial, a perda da "aura" engendrada por um contexto em que a ideia de "original" é desprovida de seu sentido tradicional. O surgimento da imprensa e do cinema produz um fenômeno de massas e cria um tipo distinto, e até então inédito, de relação entre imagens, pessoas e coisas. A perda da "aura" corresponde precisamente à capacidade de reprodução infinita e de substituição que está no cerne da ideia do "descartável".

Desde sua invenção até o presente, os plásticos "são frequentemente usados para imitar ou substituir um ou mais materiais 'nobres'" (Fisher, 2012, p. 95). Pesquisando as atitudes e concepções dos consumidores em relação a esse tema, Fisher aponta a noção de autenticidade como uma das mais significativas categorias relacionadas ao imaginário positivo e negativo sobre o plástico, cujo consumo não para de crescer a despeito de persistir a ideia de que ele "é um material usado em bens de alguma forma inferiores" (p. 95). Seu papel de "coringa" dos materiais, a "qualidade incontrolável e instável" apresentada por suas características físicas conforme o uso – como impermeabilidade, porosidade e aderência (Fisher, 2012) –, assim como suas propriedades enquanto matéria-prima –

rigidez e maleabilidade, resistência e flexibilidade –, fazem do plástico uma substância marcada por certa indeterminação e por uma série de ambiguidades. Por sua natureza sintética e pelo caráter substitutivo que ela proporciona, associados à praticidade, à conveniência e à funcionalidade da vida moderna, o plástico, apesar de sua resistência e durabilidade, inaugurou o gênero dos materiais "artificiais" e se tornou um ícone do descartável.

As embalagens desempenharam um papel importante nesse processo, no qual os plásticos foram paulatinamente empregados na função de embalar alimentos, transformando suas formas de comercialização e impulsionando o surgimento das lojas de autosserviço. Nesse contexto, em que as embalagens passaram a ser mediadoras centrais para o acesso do consumidor às informações do produto, suscitando desejo e confiança, o *design* e a publicidade entraram em cena com papel cada vez mais proeminente (Goidanich; Rial, 2012, p. 180).

Como parte da conjuntura de inovações e busca de alternativas para contornar problemas pontuais, que ganha impulso no final do século XIX, da qual o surgimento do plástico é apenas um exemplo, ocorre também uma mudança nas políticas relativas aos restos. Esta se reflete em uma profissionalização da sua eliminação, apontada por alguns autores como a "revolução do refugo" (*refuse revolution*). Ela transformaria radicalmente a forma pela qual as sociedades capitalistas passariam a lidar com o "lixo" urbano (Cooper, 2010, p. 1.118). Para Cooper, a produção da descartabilidade talvez seja um processo tão importante para o capitalismo quanto a produção de resíduos, e as novas tecnologias de eliminação dos séculos XIX e XX estavam muito mais concernidas em "produzir descartabilidade e acelerar o processo de valorização do capital do que em resolver o problema pragmático do que fazer com o lixo" (p. 1.118). Nesse sentido, o "modelo da invisibilidade" é apontado por pesquisadores como uma contraparte da ascensão da produção e do consumo de massas, na virada do século e após a Segunda Guerra Mundial (Reno, 2008, p. 9), já que, "se mercadorias devem ser substituídas por modelos novos, seus restos têm de ser removidos da possibilidade de reuso ou reparo" (Strasser, 1999 *apud* Reno, 2008, p. 9).

Com a criação de bens de consumo a partir das possibilidades abertas por novos materiais através de processos químicos, o escopo da pro-

dução foi diversificado, e a economia capitalista ganhou uma dinâmica até então inexistente. Porém, as questões que surgem a partir do momento em que esses artigos são postos no mundo, como, por exemplo, o seu descarte, dificilmente foram alvo de reflexão dos múltiplos atores envolvidos em seu desenvolvimento técnico e em sua comercialização. Após a inserção desses produtos no mercado, com o consumo, é operada uma disjunção epistemológica, e assim esses objetos deixam de ser "mercadorias" e se transformam em "objetos pessoais". Essa passagem torna a mercadoria produzida pela indústria um bem pertencente ao âmbito privado, de responsabilidade de seu detentor. Quando se efetiva a transição da "coisa particular" para "lixo", uma nova disjunção epistemológica é operada: o poder público é acionado, e os organismos governamentais ou seus contratados devem gerir a passagem do domínio privado ao (serviço) público. Através dessas transições, economistas, químicos, publicitários e administradores deixam assim de se ocupar desses objetos, cujos problemas passam a ser foco da atenção de outros profissionais, associados a áreas distintas do conhecimento. Médicos, sanitaristas e engenheiros passam então a pensar em soluções para lidar com os restos, eliminar o "lixo", prevenir as doenças e limpar a cidade.

A EMERGÊNCIA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O NOVO MARCO REGULATÓRIO

Ao longo do século XX, no Brasil, os restos vão deixando de ter proeminência como objeto da intervenção e do conhecimento médico, em virtude da progressiva ascensão da engenharia como domínio científico apropriado para lidar com o tema. Até a década de 1950, o "lixo" era tratado como questão de higiene, associado às doenças infecciosas e limitado à área médica[35] (Velloso, 2004, p. 16). Apesar de ainda ser considerado um problema de saúde, na década de 1970, ele passa a ser objeto de disputa dos engenheiros de forma cada vez mais acentuada, quando ganha "força a sua faceta de objeto de obra, construção, engenharia, assumindo um

35 "Ainda nos anos cinquenta, encontramos capítulos destinados ao lixo quase que exclusivamente em tratados de higiene, sempre extremamente reduzidos quando comparados a outros temas de saneamento, como água e esgoto" (Velloso, 2008, p. 1.962).

caráter especializado e técnico" (Miziara, 2008, p. 13).[36] É nessa época que emerge a categoria "resíduos sólidos", termo que corresponde a essa dimensão tecnicista dada aos restos e às formas de tratá-lo. Apesar da mudança de denominação, na década de 1970, o termo ainda permanece quase inexistente entre os temas debatidos nos congressos de engenharia.

A categoria "resíduos sólidos" denota maior atenção quanto ao tipo de material. O projeto de concepção do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho foi elaborado em respeito às normas técnicas vigentes na época. Havia nele uma classificação dos resíduos em tipos distintos, que previa tratamentos diferenciados para as cargas que chegassem ao local.[37] Apesar da existência dessa classificação no projeto, na prática, as atividades do aterro não corresponderam ao planejado, e o empreendimento começou a operar de maneira irregular, transformando-se em um "lixão". Mesmo entre os engenheiros, o tema dos resíduos levou muitos anos até se tornar relevante em seus debates. A mudança acompanhou a emergência das discussões ecológicas e do paradigma ambiental do "desenvolvimento sustentável", que ganharam peso no Brasil a partir da década de 1990, tendo como marco o evento conhecido como ECO-92, sediado no Rio de Janeiro.[38]

---

36 No caso da cidade de São Paulo, essa dimensão técnica se torna evidente com a reorganização do serviço de limpeza pública, com a criação do serviço sanitário e a incorporação do termo "técnico" às suas 24 divisões (Seção Técnica de Varrição, Seção Técnica de Coleta e Transporte, etc.) e com a criação de um departamento específico, que passa da Secretaria de Higiene para a Secretaria de Obras (Miziara, 2008, p. 13).

37 Os resíduos seriam classificados da seguinte maneira: domiciliar das áreas urbanas e residenciais; lixo público (oriundo das ruas, varreduras, praias, podas e capinas, praças, terrenos, jardins, áreas próximas a favelas); entulhos de obras e de demolições; carcaças de animais; resíduos de feiras e mercados; lodos de dragagem de rios e limpeza de canais e de esgotos pluviais; resíduos de serviços de saúde (hospitais, clínicas, consultórios, postos de saúde, laboratórios); resíduos de usinas de reciclagem não aproveitados (Nascimento, 2002, p. 59).

38 O conceito de desenvolvimento sustentável e a reflexão sobre o tema vão sendo forjados a partir das conferências e cúpulas internacionais sobre o meio ambiente, que se centram nas estratégias e alternativas de conciliar o crescimento econômico com a justiça social e a preservação ambiental para as gerações futuras. Um pequeno histórico desses eventos inclui: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), a Cúpula Mundial so-

Sobre o fato de hoje parecer evidente a localização inadequada do aterro de Jardim Gramacho, por ser uma área de mangue que contorna a Baía de Guanabara, Nascimento (2002, p. 50) ressalta a ínfima presença e a "importância relativa" do debate ambiental nas décadas de 1970 e 1980. Por outro lado, a história do aterro tem estreita vinculação com os marcos ambientais do país, relacionados à presença de eventos internacionais voltados para a discussão ambiental. Na década de 1990, diante da perspectiva de a cidade do Rio de Janeiro sediar a ECO-92, a situação irregular da gestão dos resíduos na Região Metropolitana tornou-se insustentável, e a Comlurb e demais administrações municipais responsáveis foram pressionadas a resolver as irregularidades do "lixão" e a minimizar os danos ambientais que causava. Por meio de um processo de licitação pública, optou-se por promover a recuperação do aterro, conforme as exigências legais, o que deveria ser feito pela empresa privada ganhadora da licitação.

Em 1996, esse processo foi concluído e, após um investimento de 150 milhões de reais, o aterro entrou finalmente em operação com critérios compatíveis aos de um aterro controlado. A diferença entre aterro sanitário e aterro controlado é que, neste último, a presença de catadores é permitida (Bastos, 2007, p. 2). A empresa Queiroz Galvão S.A. foi a ganhadora do processo licitatório para recuperar o "lixão". Essa empreitada foi composta por diversas ações, como o desenvolvimento de soluções técnicas para o tratamento do chorume e do biogás, a recuperação dos manguezais, a cobertura especial da área destinada a resíduos hospitalares e o monitoramento da entrada de pessoas e caminhões. Em 2012, às vésperas do evento Rio+20, o aterro encerraria as atividades de recebimento de resíduos depois de 34 anos de operação.

A categoria "resíduos sólidos" só adquire ressonância – e, ainda assim, bem relativa – entre as instâncias governamentais e as instituições privadas especializadas com a criação da Política Nacional de Resíduos

bre Desenvolvimento Sustentável na África do Sul (2002), a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Copenhague (2009), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Rio+20 (2012), e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Paris (2015). Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sua evolução, contradições e impasses, ver Léna (2006), Sachs (2009) e Sant'Ana Júnior e Muniz (2009).

Sólidos (PNRS), instituída pela lei nº 12.305, de 2010. A PNRS afetaria radicalmente o panorama do tratamento dos resíduos e as formas como eram gerenciados até então. Destaco três pontos que incidiriam diretamente sobre essa gestão e que alterariam alguns dos pilares do modelo anterior, com a instituição de um novo marco regulatório em âmbito nacional. A lei previa a extinção de todos os "lixões" do país em até quatro anos após sua implementação e sinalizava um processo de "formalização" do trabalho dos catadores com o reconhecimento das organizações coletivas da categoria, como associações e cooperativas. Além disso, instituía legalmente o modelo das Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR) como substituto dos aterros sanitários, empreendimento cujo projeto prevê o reaproveitamento energético através da queima dos materiais. O período compreendido pela pesquisa da qual este livro resulta abrangeu um processo de acentuada transição impulsionado pelo estabelecimento desse marco regulatório inédito, que, ao inserir um conjunto de normas e novos parâmetros jurídicos e legais, complexificou enormemente o cenário dos resíduos no país.

ALÉM DO QUE SE VÊ

Vimos que as soluções empregadas historicamente para o tratamento dos resíduos – tanto a incineração como o aterramento – não fizeram senão contornar pontualmente o problema e deslocá-lo, justamente porque há sempre uma dimensão imprevisível que escapa ao controle, resistindo com potencial criador e consequências ambíguas. Essas estratégias podem ser consideradas mais apropriadamente tecnologias do ocultamento, pois, dedicadas a eliminar os restos, não fazem nada além de incidir sobre a condição aparente da matéria, que passa de um estado visível a invisível. Tal deslocamento, longe de suprimir o problema, dificulta sensivelmente as condições para a identificação da sua presença e das possíveis remediações dos efeitos que continua a produzir.

O trabalho de ocultamento como resultado dessas tecnologias, ao invisibilizar as associações e as mediações entre coisas, pessoas e os diversos domínios a elas articulados, ampliou o desafio em torno da gestão dos resíduos. Enquadrar a questão a partir das restritivas categorias da "limpeza" ou da "saúde" contribuiu para aprofundar o estigma, os sen-

tidos negativos e a atitude de repulsa diante das matérias descartadas, ocultando ao mesmo tempo uma série de dimensões latentes.[39]

Os sentidos marcadamente negativos atribuídos aos restos pelos especialistas e transpostos para as leis e práticas governamentais, assim como os efeitos dos sistemas técnicos, que buscavam anular através de tecnologias do ocultamento a existência dessas matérias, também incidiram negativamente sobre os sujeitos que a elas se relacionavam: os catadores. Os atores sociais que lidavam diretamente com os objetos descartados se transformaram igualmente em parte do problema e passaram a sofrer as consequências do enquadramento higienista e civilizatório que pregava sua eliminação, como medida não só de salubridade, mas de segurança para a "sociedade".[40] Dessa forma, eles também sofreram deslocamentos, afastamentos, e foram alvo dos dispositivos de invisibilização.

Com esse processo, os sujeitos responsáveis pela manipulação dos objetos descartados são assimilados simbolicamente a esses objetos, assumindo os mesmos sentidos negativos e sendo rotulados com pesado estigma. Vistos como um problema que oscila entre a sujeira e a doença, em consequência eles recebem o mesmo "tratamento" dedicado às matérias às quais são associados: o afastamento do campo de visão e a invisibilização que os situa à margem. De acordo com o paradigma higienista, "os recicladores parecem não ter espaço, sendo vistos como sujos, caóticos, devendo permanecer nas periferias urbanas, ali onde as demais pessoas não possam vê-los" (Gabard, 2011, p. 20). Até hoje as pessoas que exercem atividades relacionadas com resíduos partilham desse estigma e são assimiladas a uma fonte de perigo, a certa degradação moral, consideradas objeto privilegiado de suspeição.[41]

39 Desafiando as narrativas de progresso tecnológico e melhorias urbanas de cunho evolucionista, relativas às iniciativas de ordenamento das relações humanas, alguns historiadores apontaram a sujeira como "parte essencial do disciplinamento da classe trabalhadora urbana e da fabricação da subjetividade liberal" (Cooper, 2010, p. 1.115), e a limpeza das cidades europeias do século XIX como um momento-chave na emergência do liberalismo urbano.

40 Ideia que traz em seu bojo a concepção de que os catadores não são parte da "sociedade" que se vê em risco, o que é confirmado pela noção de "inclusão social" dessa categoria, um dos princípios que orienta a PNRS.

41 Moradores de rua e catadores de recicláveis são os alvos privilegiados do "olhar maldoso" do policial que busca antecipar eventuais crimes, ao operar sistemas de

Removidos para as periferias, os catadores, assim como sua atividade e os materiais próprios do seu exercício, foram ocultados do campo de visão da população. Desqualificados moralmente, invisibilizados fisicamente, eles passaram a partilhar, no plano simbólico, das propriedades atribuídas ao "lixo", despertando repulsa, suspeita e temor.

> Resíduos descartados são removidos da vista, como o são as pessoas que fazem esse ato de desaparecimento possível. A disposição dos resíduos torna-se semelhante a um segredo mantido publicamente, isto é, algo do qual a maioria implicitamente concorda que prefere não falar ou saber. (Taussig, 1999 *apud* Reno, 2008, p. 9)

Ao longo deste capítulo, apresentei o secular processo de desqualificação relacionado aos restos urbanos. Esse processo foi estruturado pelo princípio da negação, constituído nos planos simbólico e material, a partir de categorias e tecnologias que estigmatizam e ocultam. O paradigma higienista que reinou na virada para o século XX, fruto dos saberes da moderna medicina, radicalizou essa dinâmica de afastamento, rotulação estigmatizante e invisibilização. Estruturada por tais lógicas e por tecnologias do ocultamento, a gestão dos resíduos colocou na sombra não apenas as coisas descartadas, mas os atores e os espaços a elas relacionados.

Em momento nenhum as narrativas sobre a "história da limpeza urbana" foram apresentadas do ponto de vista dos que lidavam com os restos, daqueles considerados sujos, perigosos, indesejáveis. A história oficial ignorou e invisibilizou a perspectiva dos sujeitos que mais teriam a dizer sobre o tema, marginalizando a sua atividade e reduzindo-a "unicamente à expressão da pobreza" (Barles, 2005, p. 14). As categorias mobilizadas por essas narrativas de cunho civilizatório – "imundícies", "sujeira", "doenças", "lixo" – são incapazes de fornecer instrumentos de análise que permitam compreender a relação dos catadores com os materiais descartados. Assim, para justificar o contato dessas pessoas com

---

câmeras de vigilância instalados nas ruas do Rio de Janeiro. "Além do aspecto relativo à cor da pele, podia inferir-se desses exemplos a questão do preconceito contra os catadores de recicláveis. Eram vistos como ladrões em potencial, disfarçados, não gozavam do *status* de trabalhadores e estariam ali esperando apenas um descuido para cometer crimes. "[...] Igualmente, os meninos de rua também eram facilmente enquadrados como um dos principais 'objetos' da vigilância" (Cardoso, 2014, p. 159-160, 214).

a “sujeira” e com o “perigo” que esta apresenta, resta ao discurso oficial apenas o apelo à estrita *necessidade*, a partir da qual a atividade de catar ganha legibilidade e mesmo uma dimensão racional, explicada por instintos animais e fisiológicos, como a fome e o imperativo da “sobrevivência”.

A partir da minha experiência de campo junto aos catadores de Jardim Gramacho, são abertas outras perspectivas sobre essa atividade, que de maneira alguma se resumem à necessidade, à fome e à sobrevivência. A partir do convívio com eles e do acompanhamento de suas atividades, a narrativa etnográfica coloca em evidência a concepção desses atores sobre os resíduos. A principal questão que então emerge a partir de suas práticas aponta para a existência do *valor* dos objetos, demonstrando que seu trato se refere muito mais à criação de *oportunidades* do que ao suprimento de necessidades.

Ao contrário dos saberes científicos, cuja concepção não permite enxergar nada além de “sujeira” e de doenças em potencial, a perspectiva dos catadores revela um conhecimento apurado dessas matérias, proveniente de um tipo distinto de relacionamento – próximo, concreto, sensível. Do mapeamento das lógicas nativas em torno dos descartáveis emerge uma série de racionalidades e saberes. Estes conferem sentidos alternativos aos objetos e englobam técnicas específicas que fazem daqueles sujeitos verdadeiros especialistas dos recicláveis. Peritos na atividade de explorar e distinguir as qualidades dos objetos dispensados, revelando ou produzindo-lhes valor – característica que o sistema técnico oficial insistia em ocultar –, os catadores se mostram profissionais que dominam a arte de lidar com essas matérias complexas. Seu trabalho apresenta um modelo alternativo de gestão, que este livro pretende ajudar a tornar visível e a se fazer conhecer.

2

A ECONOMIA DOS RECICLÁVEIS[1]

Sabem vosmecês qual a indústria mais curiosa do Rio de Janeiro?

A do lixo, com laboratorio nas Ilhas da Sapucaia e do Bom Jesus. Para ali vão todos os residuos da grande Capital. O imenso acervo de lixo já aterrou parte do mar circunvizinho, e ameaça emendar as duas ilhas, transformando-as em um único banco de immundicies accumuladas. Uns officiaes invalidos da patria, que residem na Ilha do Bom Jesus, na face fronteira à da Sapucaia, vendo imminente a invasão daquella estrumeira até à frente de suas casas, resolverão defender-se... a tiro!

Quando os lixeiros se approximão um pouco, elles agarrão nas carabinas e fazem fogo.

De polvora secca, está visto, mas os lixeiros disparão em todas as direções, porque estão bem avisados de que a terceira descarga é de bala.

Ri-me a valer, acompanhando as peripecias deste sitio *sui generis*.

Os lixeiros são todos ilhéos, hespanhóes ou filhos de Galliza.

Explorão aquelle monturo como se explora uma empreza vasta, complicada e rendosa. Uma verdadeira alfandega!

São uns quarenta ou cincoenta, muito unidos e amigos, e que do Rio de Janeiro só conhecem a Sapucaia. Dividem entre si, com todo o methodo e ordem, os variados serviços das diversas repartições do lixo.

Tudo alli é aproveitado, renovado, reutilisado e revendido.

Os viveres deteriorados servem para o sustento da corporação. O rancho é um alpendre, construido no meio da Sapucaia; sobre a mesa figurão as victualhas pescadas naquelle oceano de sujidades e cacos, restos de carne secca, trechos de bacalháo, raspas de goiaba, massas, frutas verdoengas ou semi podres, formando tudo um conjuncto esquipatico de manjares que elles devorão como se fosse leitão assado com farofinha.

---

1 Parte da discussão deste capítulo foi publicada previamente em M. R. Lima (2017), com adaptações.

> Só comprão o sal e o *party*.
>
> Como as moscas enxaméão alli em quantidade prodigiosa, a illustre companhia se biparte por occasião das refeições: emquanto uma das turmas está a comer a outra occupa-se em enxotar com grandes abanos os importunos insectos.
>
> E transformão tudo em dinheiro.
>
> Trapos, vendem às fábricas de papel; garrafas, às ditas de cerveja; ferros e metaes, às fundições; folhas de flandres, aos funileiros; cacos de louça e crystaes, às fábricas de vidro.
>
> Só não vendem os viveres deteriorados, com medo do Instituto Sanitario. Comem-nos!
>
> De vez em quando dão sorte, fazendo achados extraordinarios.
>
> Os colxões velhos gozão naquellas paragens de uma reputação miraculosa. Especie de bilhete de loteria, gravido de alguma sorte grande...
>
> Há muitos avarentos que escondem a bolada em colxões velhos... Há lixeiros enriquecidos pelos colxões...
>
> Esse hespanhóes e ilhéos são muito dóceis, trabalhadores e disciplinados... Vivem satisfeitos e tranquillos, só sahindo da Sapucaia para regressarem à terra, recheiados de libras.
>
> *Où le bonheur vat-il se nicher?*
>
> Num monturo!!! (Jornal do Commercio, 5 jan. 1895 *apud* Eigenheer, 2009, p. 114)

A notícia acima, publicada no *Jornal do Commercio* no final do século XIX, retrata o cotidiano das pessoas que vivem da atividade de coleta dos resíduos e é um dos raros registros históricos que aborda o tema sem recair em uma condenação moral. Talvez pela presença do humor, a narrativa, apesar de fazer uso das expressões "lixo", "imundícies" e "estrumeira", apresenta esse mundo sem desqualificá-lo de todo, sem caracterizá-lo apenas por um sinal negativo, correspondente àquilo que lhe falta ou ao que deveria ser, de acordo com uma lógica alheia ao próprio universo retratado. Através do relato, entramos em contato com um *sitio sui generis*, onde funciona uma "indústria curiosa", em que "tudo é aproveitado, renovado, reutilizado e revendido". Apesar de existirem conflitos e tensões entre os que ali trabalham e a vizinhança local, conseguimos conhecer um pouco do trabalho dos habitantes da ilha, que "dividem

entre si, com todo o método e ordem, os variados serviços" dessa espécie de "empresa vasta, complicada e rendosa". Se os "víveres deteriorados servem para o sustento da corporação" em termos alimentares, o resto dos resíduos, que não são "achados extraordinários" – trapos, garrafas, ferros, metais, cristais e outros –, eles "transformam tudo em dinheiro" através das vendas para estabelecimentos diversos.

Apesar de curta, a reportagem consegue tocar em um ponto fundamental sobre o tema dos resíduos: o de que não se trata apenas de uma questão de limpeza e de sujeira, mas da comercialização de bens, da formação e operação de um mercado, portanto. O trecho busca ressaltar a dimensão econômica do trabalho dos catadores, que será explorada a seguir de uma perspectiva etnográfica. A dimensão historicamente ocultada ou pouco reconhecida dos resíduos é trazida à luz quando atentamos para essa existência paralela e recôndita dos objetos nesses mercados. O objetivo deste capítulo é possibilitar o reconhecimento dos resíduos como *coisas de valor*, assim como o reconhecimento dos catadores como agentes econômicos, cujo trabalho exige o domínio de uma série de técnicas, saberes e práticas. A mediação dos catadores em um conjunto de atividades conforma numerosos e variados circuitos comerciais que movimentam a grande indústria da reciclagem.

As interpretações dessas práticas econômicas, no entanto, podem assumir diversos significados. A atividade de coletar foi alvo de concepções etnocêntricas ao longo da história da antropologia, assim como de outras áreas do conhecimento, o que contribuiu para reforçar preconceitos e estereótipos a respeito dos povos que tradicionalmente viviam a partir da coleta dos recursos disponíveis a sua volta. De modo geral, a atividade de coletar tem sido alvo de desqualificação por ser relacionada à ideia de uma "luta pela sobrevivência" supostamente movida por necessidades de ordem biológica, fisiológica ou outras, constituindo um modo de vida que não se diferenciaria de um "estado de natureza", análogo à condição animal.

Associado ao "estado de natureza", o modo de vida dos caçadores-coletores foi interpretado a partir de concepções etnocêntricas, calcadas no "pensamento burguês" (Sahlins, 2004a) e nos princípios da economia de mercado naturalizados pela moderna ciência econômica. Alheias ao modo de produção capitalista e independentes da divisão social do tra-

balho, as atividades de coletar e caçar foram identificadas com uma situação marcada pelo limite da necessidade. Pautadas pela ideia de "escassez", tais práticas ganhavam conotações negativas, e a vida desses povos assumia contornos de "precariedade" e "pobreza", aparentando se apoiar em uma eterna luta pela "sobrevivência" diante de recursos escassos e incertos.

Se as práticas dos caçadores-coletores nas florestas e nas áreas rurais foram caracterizadas de forma negativa por uma tradição de estudos que os identificava pela "carência" material, na interpretação da condição dos coletores urbanos, que vivem das matérias descartadas, o preconceito com a "subsistência" ainda tende a se somar ao estigma dos restos. A história dos coletores urbanos ou "catadores" provavelmente não é recente; o meio urbano sempre abrigou em suas ruas pessoas despossuídas que viviam do reaproveitamento de sobras, restos e trapos.

Escrito na década de 1940, o poema *O bicho*, de Manuel Bandeira, expressa de maneira paradigmática o recorrente apelo à animalidade como forma de tornar inteligíveis as práticas dos coletores de modo geral. A metáfora da bestialidade, a identificação com a animalidade responsável por apagar a condição "social" e mesmo "humana" desse ser que vive do que é encontrado à disposição, fornece uma clara síntese das representações, da imagem e dos sentidos historicamente associados à figura do catador.

O debate acadêmico em torno do trabalho dos catadores herda ou ao menos continua a cultivar esse campo semântico negativo, com a consolidação de um enfoque que majoritariamente recorre às categorias "precariedade", "exclusão" e "informalidade" como chaves explicativas. Tais abordagens apontam para uma estreita relação dessa atividade com o fenômeno da pobreza no universo urbano, no contexto de formação e desenvolvimento das cidades. Essa relação entre os contingentes de homens livres e pobres e o desenvolvimento das cidades brasileiras foi apontada por Lessa (2003, p. 13), que assinala, desde o período colonial, a histórica "precariedade estrutural" da integração mercantil do pobre urbano: "A cidade brasileira atravessou intensas transformações econômicas, sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania". Segundo o autor, o crescimento da metrópole brasileira, ao longo do tempo, teria sido acompanhado de uma diversidade de "inserções precárias".

No Rio de Janeiro do século XIX, a realização de uma infinidade de tarefas e serviços urbanos levava à circulação dos escravizados pelo espaço da cidade, permitindo-lhes desenvolver uma série de estratégias econômicas. Estas podem ser entendidas como a execução de "atividades precárias", mas também como práticas que giravam em torno de brechas, cuja exploração poderia reservar potenciais oportunidades, inclusive em termos políticos, como a busca pela liberdade.

Mesmo na condição de cativos, submetidos a inúmeras restrições e castigos físicos, sujeitos às piores condições de vida em relação à dieta, à saúde e ao acesso a recursos e a espaços de poder, e ainda sofrendo o estigma que associava sua situação subalterna à cor da sua pele, os escravizados desenvolveram estratégias de vida relacionadas ao comércio. Eles ofereciam serviços e obtinham mercadorias muitas vezes de sobras e produtos encontrados, coletados ou desprezados, o que lhes permitia obter certo capital e até acumulá-lo (Karasch, 2000). O ambiente urbano do Rio proporcionava a formação de um "mercado paralelo" ou, nos termos atuais, de uma "economia informal", que fornecia brechas e oportunidades àqueles dispostos a empregar sua força de trabalho em atividades comerciais.

Ao longo do século XX, o intenso movimento migratório, o desenvolvimento da indústria nacional e a expansão da atividade industrial junto com uma progressiva urbanização não levaram à inserção de toda a população economicamente ativa no mercado de trabalho formal e assegurado. Nas duas últimas décadas do século, em um contexto global de "crise no mundo do trabalho", com "flexibilização" das leis trabalhistas, aprofundamento do processo de "terceirização", criação de "desemprego estrutural" e intensiva substituição de grandes contingentes de mão de obra por equipamentos e recursos tecnológicos, a economia "informal" ganhou um impulso expressivo.

A relação entre o crescimento da economia informal e o da catação de recicláveis como consequência da generalização do paradigma neoliberal nesse período foi apontada por diversos autores. Essa narrativa articula o fenômeno da pobreza aos conceitos de "exclusão" e "informalidade". Através dessa chave, o trabalho dos catadores ganha inteligibilidade como uma expressão da pobreza e é explicado a partir da ausência de perspectivas, de cidadania, de emprego, em suma, a partir

da noção de "necessidade". Populações empobrecidas seriam, então, cada vez mais empurradas rumo à exclusão, tornando-se "vidas desperdiçadas" (Bauman, Z., 2005).

Na mesma direção, Escorel (2003, p. 139) ressalta que a "população urbana que cresce é fruto de modelos de desenvolvimento injustos e concentradores adotados nas últimas décadas". Por isso, em todas as cidades brasileiras, haveria evidências de uma estreita relação entre "a população de rua e as atividades de coleta do lixo", com o destaque para a catação entre as ocupações típicas desse grupo (p. 161).

É preciso salientar, quanto à figura do catador, que ela não consiste em uma categoria homogênea, e sob essa rubrica coexistem importantes distinções que devem ser levadas em conta. A primeira delas diz respeito às duas orientações diferentes que esse trabalhador pode assumir em relação ao espaço urbano: há aqueles que se deslocam para a *origem* dos resíduos – as residências e estabelecimentos comerciais que descartam os materiais – e aqueles que se voltam para o *destino final* – os vazadouros, espaços para onde os materiais recolhidos são levados, podendo ser classificados como "lixões", aterros controlados ou aterros sanitários. Prefiro denominar essas duas orientações distintas como *centrífuga*, no primeiro caso, e *centrípeta*, no segundo. Na orientação centrífuga, os catadores fazem parte de uma configuração social cuja trajetória de ocupação e formas de habitação, itinerância e sociabilidade apresentam mais pontos de tangenciamento com as pessoas em situação de rua (Escorel, 2003). Já na centrípeta, os catadores não permanecem difusos pelo espaço urbano, mas concentrados em um mesmo local, para onde os resíduos são encaminhados. Neste livro, a análise e os dados provenientes da pesquisa de campo com os catadores tratam exclusivamente da catação de orientação centrípeta.

O principal objetivo dos trabalhos que relacionam a catação ao fenômeno da exclusão social no Brasil é colocar em relevo a expansão e o aprofundamento das "vulnerabilidades" associadas à pobreza. No entanto, como essa "exclusão" se dava a partir da inserção dos catadores nos circuitos comerciais da reciclagem – "o mercado informal desempenhou um importante papel como mecanismo de inserção" (Escorel, 2003, p. 147) –, a argumentação apenas mantinha seu sentido se a informalidade também fosse situada à margem. Assim, uma gama de estudos enfa-

tizou a catação como um elo de importantes cadeias da produção industrial, concluindo sobre a situação marginal dessa ocupação – "o precário sustenta a indústria" (Lessa, 2003, p. 17).

Nessa linha, Abreu (2001) e Bosi (2008) jogaram luz sobre a posição de destaque alcançada pelo país na década de 1990 em relação aos altos índices de reciclagem, pontuando, todavia, que esses dados se limitavam aos materiais mais rentáveis financeiramente.[2] Bosi (2008) argumentou que foi o trabalho dos catadores o responsável pelo surgimento e expansão da indústria da reciclagem no Brasil e defendeu que essa atividade deveria ser interpretada como "trabalho explorado", organizado em função do processo de acumulação de capital.[3] O perfil dos catadores, caracterizado por baixa escolaridade e precariedade de rendimentos, em vez de "excluí-los" do mundo do trabalho, como argumenta Escorel (2003), seria, segundo Bosi (2008), precisamente o que os "qualificava" para a inserção na cadeia da reciclagem, sobretudo pela ausência de contrato e pelo pagamento por produção.

A informalidade é entendida assim como parte constitutiva, necessária e estrutural da (re)organização do modo de produção capitalista contemporâneo. "A vida no e do lixo é o corolário de um processo econômico que valoriza a reciclagem de materiais para um florescente negócio

2 De acordo com Abreu (2001, p. 34), os "trabalhadores informais dos lixões e das ruas das cidades são hoje os responsáveis por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem no Brasil, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do mundo. Além de terem um importante papel na economia, os catadores diminuem a quantidade de lixo a ser tratado pelas municipalidades".

3 Bosi elenca três condições que não foram estabelecidas antes do ingresso de milhares de trabalhadores na cata de recicláveis a partir do surgimento dessa indústria no cenário brasileiro: a existência de uma "consciência ecológica" que implicasse um novo comportamento em relação ao lixo, o desenvolvimento de uma legislação ambiental voltada para essa questão e o investimento de empresas no recolhimento seletivo dos resíduos. Segundo o autor, esses fatores tornariam a reciclagem pouco atraente para a lógica do capital. Foi a existência da massa de desocupados convertidos em catadores, portanto, que possibilitou o florescimento da indústria da reciclagem como negócio lucrativo: "A reciclagem no Brasil só se tornou possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado" (Bosi, 2008, p. 104).

industrial, ao mesmo tempo que desvaloriza o trabalho das populações que são jogadas no meio da rua" (Bursztyn, 2003, p. 21).

A partir do conceito de "acumulação pela despossessão", cunhado por David Harvey, Millar (2007) também entende o crescente número de desempregados e a força de trabalho desvalorizada como fontes de investimento muito lucrativas. Nesse sentido, a autora assevera que a "economia informal" dos trabalhadores não assalariados aparece como condição do capitalismo avançado, e que a possibilidade de sonegar impostos e de driblar leis trabalhistas e outros controles do Estado constitui um atrativo do trabalho no setor informal.

O conceito de "informalidade", desde o seu surgimento na década de 1970, vem sofrendo um progressivo engessamento e sendo apropriado pelos organismos internacionais devotados ao trabalho e pelas agendas de desenvolvimento. Assim, passa a assumir sentidos normativos, transformando-se em um "setor" com fronteiras bem definidas, com *status* marginal em relação ao âmbito das leis e do Estado. Com grande circulação e abrangência, essas noções terminam por se impregnar nos vocabulários populares e orientar as formas como determinadas práticas presentes nas experiências cotidianas da população são classificadas.

Entretanto, justamente por ser uma categoria que desenha o campo semântico da economia contemporânea, é preciso tratar a informalidade etnograficamente e questionar: "O que é informal? Para quem? Em quais contextos?" (Neiburg, 2010, p. 236). Outros estudos de cunho etnográfico ressaltaram a importância de se considerar o próprio trabalho de distinção de conceitos como formal/informal, legal/ilegal, lícito/ilícito, que se dá contextualmente e ganha sentido a partir dos contornos específicos dos universos sociais em que esses termos se inscrevem (Pinheiro-Machado, 2008; Rabossi, 2011).

Ao contrário do que querem fazer crer os discursos midiáticos, esses mundos não são uma expressão do caos. Os mercados informais, ao contrário, são ordenados, possuem suas formas de organização, suas lógicas próprias, seus códigos de conduta.[4] Da mesma forma, não compõem um mundo à parte. É preciso problematizar a imagem do "setor" informal

4 Nessa economia informal, existe um sistema estruturado de trabalho, autorregulável, marcado por códigos, lógicas e hierarquias próprias (Pinheiro-Machado, 2008, p. 123).

como um mundo isolado, um bloco estanque do universo formal das relações de trabalho, do mercado e mesmo da "sociedade", já que ele está arraigado de forma visceral ao Estado, ao sistema econômico e ao mercado de trabalho formal no país e "fora dele" (Pinheiro-Machado, 2008, p. 118).

No contexto de emergência do termo "economia informal", o antropólogo Keith Hart (1973), a partir da experiência de campo em Gana, pensava seu material etnográfico em termos de *oportunidades informais de renda*, na tentativa de lançar luz sobre as inúmeras atividades que, apesar de não configurarem um emprego assalariado (não entrando assim nas estatísticas oficiais), forneciam à população recursos econômicos e meios de sobrevivência. Assim, o autor traçava uma descrição positiva das dinâmicas da economia popular ao apontar questões que continuam tendo relevância hoje. Em seu texto inaugural, o próprio Hart já havia deslocado a questão do emprego/desemprego para as múltiplas formas como as pessoas têm acesso ao dinheiro na prática.

Apesar disso, o tratamento da economia informal como efeito do desemprego que se criou com a adoção generalizada das políticas neoliberais no final do século XX se tornou uma narrativa hegemônica para explicar atividades como a dos camelôs ou a dos catadores de recicláveis. Ela traz implicitamente a ideia de que o engajamento em atividades consideradas "informais" é fruto da miséria, da falta de alternativas, da ausência de escolhas diante da necessidade de sobrevivência. Mas abordar a questão dessa forma simplifica e empobrece a compreensão dessas atividades, que constituem fenômenos complexos, como os que configuram tais mercados. Por mais que o desemprego seja um fator presente, pesquisas etnográficas ressaltam a existência de outros, que apontam para a influência de elementos socioculturais, como a possibilidade de conseguir bons lucros (Rabossi, 2004, p. 267) ou o desejo de ser patrão (Pinheiro-Machado, 2008, p. 120).

Por serem associados ao estigma dos restos, ao preconceito com as práticas coletoras e com a informalidade, os catadores tendem a ser vistos como expressões da miséria e da necessidade. Como ressaltou Millar (2012a, p. 165), "o lixão se tornou um signo de exclusão social e miséria por excelência. Catadores se tornam vítimas, os pobres abandonados e deixados de lado na economia capitalista global". Da mesma forma, seu trabalho é visto como "nada além de uma estratégia de sobrevivência".

No primeiro dia de campo acompanhando os catadores, já em uma das primeiras conversas, pude compreender que não era apenas o desemprego que levava os sujeitos a se tornarem catadores e que a inserção no universo da catação estava relacionada menos com uma suposta necessidade irredutível do que com a abertura de *oportunidades*.[5]

O QUE FAZ O CATADOR? CONTRAIMAGENS DA NECESSIDADE

Caetano era um homem negro, forte e simpático com quem conversei por bastante tempo no primeiro dia em que estive na associação. Ele disse algo que, para mim, operou uma definitiva ruptura em relação às concepções bastante difundidas no senso comum sobre a atividade dos catadores:

> Porque tudo agora é o catador, né? As pessoas querem se aproveitar da imagem do catador, porque tudo agora é o catador. Eu não aceito dizer aí na televisão que o catador ganha um salário mínimo. Aí o que acontece? Vão querer oferecer um salário mínimo e achar que tá bom, né? O que a gente ouve por aí é que o catador não tem nenhuma opção, passa necessidade, que é a necessidade que faz o catador. Pô, um salário mínimo por mês?

Talvez a indignação de Caetano se explicasse pelo fato de que ele próprio não se reconhecia nessa condição. Para ele, tanto era falsa a imagem do catador como miserável, sem nenhuma opção, quanto o era a ideia de que os rendimentos obtidos com a atividade se aproximavam de um salário mínimo. Caetano passou a me contar então um pouco de sua história e, para minha surpresa, descobri que ele se apresentava como músico. Tocava teclado e havia cursado um conservatório, por isso tinha alguma formação em música clássica. Evangélico, tocou por muito tempo na igreja; depois passou a trabalhar fazendo *shows*, tocando na noite. Revelou gostar de bossa nova e ter o desejo de conseguir tocar esse gênero musical, que considerava difícil. A rotina de tocar na noite passou a ficar complicada, porque, apesar de as apresentações acabarem às 2

5 Além da bibliografia citada sobre economia informal, devo a Reno (2009, p. 32) o reforço da atenção sobre o trabalho dos catadores como abertura de oportunidades.

horas da madrugada, ele tinha de ficar até as 5 ou 6 horas da manhã no ponto de ônibus, esperando sua condução de volta para casa. Assim, não conseguia dormir para trabalhar na manhã seguinte. Decidira ir a Jardim Gramacho, onde trabalhava havia sete anos, porque ali "tirava uma grana boa". Como catador, Caetano conseguia ganhar por semana de 600 a 800 reais com os materiais. Nessa época, em 2011, o salário mínimo do país estava estimado em 545 reais,[6] menos do que ele obtinha em apenas alguns dias.

Caetano me contou que havia visto Chico, o presidente da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), por quem demonstrava apreço, dando uma entrevista na televisão, em que dizia que o catador passava por muita dificuldade. Diante dessa narrativa, ao encontrá-lo certa vez, Caetano aproveitou para questioná-lo sobre o teor daquela fala. Perguntou por que ele havia dito que faltavam muitas coisas para os catadores, que a situação era ruim, ao que teve como resposta: "Ah, Caetano, se eu disser que tá tudo bem, vão achar que os catadores não precisam de mais nada, e ninguém mais vai querer ajudar a gente". Caetano sorriu ao recordar a resposta, achando-a engenhosa e entendendo a estratégia. No entanto, ele não conseguia se reconhecer naquela imagem. Para compreender esse "desencaixe" entre o catador e sua representação, precisamos nos despir dos retratos que guardamos desses profissionais e dos preconceitos que tais imagens carregam, de modo a conseguir perceber o que eles de fato *faziam* – em que consistia seu trabalho, quais eram as práticas que os constituíam e as lógicas que os orientavam, além dos processos pelos quais conseguiam transformar coisas descartadas como inúteis em mercadorias comercializáveis, em objetos de valor.

O imaginário negativo associado a essa atividade, desqualificada historicamente em função do estigma dos restos, deve então ser confrontado com as descrições das práticas cotidianas dos catadores em Jardim Gramacho. Assim, as imagens distorcidas que os aproximam da animalidade, da necessidade, da vitimização, do estigma, podem ser tensionadas, questionadas, problematizadas, até a sua desconstrução.

6 Valor correspondente ao âmbito federal; no estadual, o piso, em 2011, correspondia a 607,88 reais (Rio de Janeiro, 2011).

Neste livro, são erguidas imagens alternativas, mais condizentes com o que aprendi ao conviver com eles, com o conhecimento adquirido a partir do que me disseram, do que pensavam e do que presenciei. Os personagens apresentados são sujeitos capazes de falar por si próprios, de refletir sobre suas situações e de nelas intervir para transformá-las. Assumindo uma postura de atenção e de escuta em relação aos seus apelos e narrativas, e considerando seus conhecimentos incorporados, poderemos nos aproximar compreensivamente desse universo para, através dos próprios sujeitos, perceber o que ainda está por fazer.

A VIDA DAS MATERIALIDADES E O TRABALHO COM COISAS DE VALOR



Figura 1 – No terreno da associação, materiais coletados pelos catadores em sua trajetória rumo à reciclagem.

Fonte: Acervo da autora.

Quando, em nossas casas, decidimos descartar determinados objetos depositando-os na lixeira, esse ato dá início a uma nova trajetória na vida dessas coisas. A narrativa apresentada a seguir se dedica a descrever etnograficamente o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, de modo a tornar inteligível o processo através do qual os objetos descarta-

dos se transformavam em materiais recicláveis. Com a mediação estratégica dos catadores, essas coisas eram resgatadas, coletadas em meio a uma massa amorfa de objetos misturados. Pelas mãos desses trabalhadores, os objetos eram selecionados e encaminhados a circuitos comerciais diversos que conformavam uma dinâmica economia de recicláveis.

O caminho correspondente à passagem de "resíduo" a "mercadoria" era mediado por um conjunto de etapas, técnicas e conhecimentos que os catadores dominavam e exerciam em suas atividades cotidianas. Por meio desses saberes, o valor dos objetos era recriado e os materiais se convertiam em "dinheiro", resultando em "renda" para os trabalhadores. Esse percurso narrativo e analítico tem o objetivo de reconstituir os complexos processos simbólicos, sociais e materiais que compreendiam o trabalho dos catadores e através dos quais se configurava a economia dos recicláveis no bairro de Jardim Gramacho. Os episódios que descrevem essa economia correspondem a um arranjo centrado no aterro de resíduos da localidade e a seu funcionamento. No entanto, a abordagem etnográfica desse arranjo parte da observação de um circuito comercial específico, que se situou na ACAMJG. Proporcionados pela experiência de campo, os dados desta pesquisa se referem ao último ano de existência do aterro, naquele momento peça estratégica da gestão de resíduos, assim como da indústria da reciclagem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

COM QUE ROUPA EU VOU?

Era a segunda vez que eu frequentava a associação. Para não perder a reunião marcada para as 10 horas daquela manhã, procurei chegar com antecedência. Logo constatei, uma vez lá, que a reunião não começaria na hora prevista e que, portanto, eu havia chegado demasiado cedo para o evento. Fiquei circulando na área externa do galpão e me aproximei de um grupo de pessoas que lá se encontrava. Os catadores presentes se sentavam sobre algumas sacolas que estavam ao nosso redor, no chão, para conversar e esperar, e eu procurei fazer o mesmo. Ao sentar-me, senti que minha calça *jeans* havia ficado molhada, pois as sacolas – ou "lonas", como eles chamavam –, que continham materiais, não estavam secas. Procurando manter a discrição, e após ver uma lagartixa passando por uma das lonas, optei por acompanhar a conversa de pé. Nesse momento,

percebi que eu não estava vestida adequadamente para me sentar sobre as mesmas superfícies onde os catadores estavam sentados. Entendi também que esse empecilho decorrente da inadequação da minha roupa se aplicava a uma série de outras atividades desempenhadas por meus interlocutores e relacionadas ao seu cotidiano de trabalho. Isso porque o trabalho compreendido pela catação requeria uma preparação indumentária.

Dessa forma, o episódio da calça molhada foi instrutivo e me alertou para minha completa falta de conhecimento em relação ao terreno onde estava pisando, em diversos sentidos. Em primeiro lugar, a falta de contato com as dinâmicas práticas daquele universo de trabalho me impediu de sequer ponderar a possibilidade de as lonas estarem molhadas, fato que me pareceu óbvio depois, e cujo conhecimento teria evitado o incidente. A segunda questão que se tornava clara era que, apesar de estarmos no mesmo lugar, em termos de expectativas e usos, minhas roupas não eram equivalentes às roupas dos catadores. Quando me vesti com uma blusa de malha preta, calça *jeans* e tênis, eu tinha em mente estar indo para uma associação, mas, chegando lá, percebi que os catadores estavam "vestidos de rampa".

Mais uma vez, eu me deparava com o problema de ter acreditado em uma fronteira normativa, que estabelecia o aterro e a associação como lugares separados e nitidamente distintos. Não foi preciso, portanto, muito tempo de convivência para perceber que os catadores da associação estavam vestidos apropriadamente para o trabalho no aterro porque esses dois espaços formavam um único circuito comercial. Para estar em operação, esse circuito dependia de um fluxo constante entre aqueles dois locais. Compreendendo uma extensão bem mais ampla, formada a partir de uma série de ramificações, o circuito, no entanto, abrangia no pequeno trecho entre o aterro e a associação uma etapa fundamental na trajetória dos objetos descartados. Essa mediação operada pelo trabalho dos catadores se apresentava como condição pela qual os resíduos adentravam uma "fase" de suas "carreiras" em que podiam mudar de *status*, caso suas "candidaturas" ao estado de mercadoria fossem bem-sucedidas (Appadurai, 2008, p. 30). Para isso, eles deveriam preencher os requisitos necessários ao contexto mercantil específico da associação de catadores de Jardim Gramacho no período compreendido pela pesquisa de campo: o ano de 2011.

Ao perceber a existência desse circuito comercial, as rígidas fronteiras que, para mim, pareciam delimitar o espaço da associação começavam a ser desconstruídas, acarretando a emergência de outras questões que passavam a se impor. O episódio da calça molhada não apenas evidenciou as limitações do meu vestuário e a especificidade da indumentária dos catadores, descortinando um circuito comercial de extensas fronteiras, como também motivou uma reflexão mais ampla que envolvia os contornos do campo e a forma que minha inserção etnográfica deveria tomar. Na questão "com que roupa eu vou?" e nos necessários ajustes da roupa ao campo também estava englobado o dilema de "catar ou não catar". Meu plano original era frequentar a associação e acompanhar o trabalho dos catadores, mas eu não estava certa sobre a ideia de trabalhar como catadora. A escolha pela associação como ponto de partida já havia sido orientada pela minha rejeição prévia à ideia de frequentar um local conhecido como "lixão", com todo o estigma que isso carregava, influenciando minha decisão inicial de não fazer uma etnografia do aterro. Levar adiante a opção de catar, que naquele momento começou a ser aventada, complicaria de várias maneiras o campo. Em termos logísticos, eu teria de passar a levar de casa uma mala com mudas de roupas para me trocar. Levando em conta que isso implicaria trabalhar no aterro, meus horários também ficariam menos flexíveis: como eu teria de ser acompanhada por alguém nas atividades, deveria sair de casa de madrugada para chegar no horário de trabalho da minha potencial parceira, só para citar as implicações mais diretas.

A essas considerações se somou um outro fator: a descoberta de uma antropóloga americana que já havia feito pesquisa de campo no aterro, trabalhando junto com os catadores. Muitos deles se recordavam da pesquisadora, cuja presença pareceu ter sido marcante. Ao mesmo tempo que essa experiência era positiva, uma vez que os catadores não teriam dificuldade para entender o meu trabalho, também trazia o inconveniente de eles projetarem sobre mim determinadas expectativas. No entanto, as situações das duas antropólogas eram distintas. Já que eu não vinha de outro país, não precisaria me mudar para o bairro e alugar um barraco, ou morar na casa de algum catador. Eu possuía residência em um local próximo dali, o que me permitia ir para o campo e voltar no mesmo dia. A ausência de financiamento através de uma bolsa de estudo

também tornava o tipo de inserção etnográfica feita pela pesquisadora estrangeira inviável para o meu caso, visto que eu não poderia arcar com as despesas de mais uma residência.

Por outro lado, em relação ao plano inicial, ficava cada vez mais evidente que, sem adentrar o aterro, minha perspectiva sobre aquele circuito comercial ficaria distanciada, e a sua compreensão, além de difícil, seria superficial. Ponderando todas essas questões, cheguei à conclusão de que eu deveria me inserir no aterro e tentar frequentar o local. Todavia, optei por não repetir a experiência da antropóloga estrangeira,[7] o que definiu minha inserção etnográfica mais como uma "participação observante" do que como uma "observação participante". Se essa escolha apresentava desvantagens, pois prescindia da experiência sensitiva e do engajamento corporal para o aprendizado do trabalho, descobri que também tinha vantagens, reveladas com o tempo. Destaco a liberdade para circular e para acompanhar os acontecimentos ocorridos na associação que não se relacionavam diretamente às práticas de trabalho no circuito comercial.

Com a possibilidade de frequentar o aterro sem a obrigação de "virar uma catadora" e adotar integralmente suas rotinas e jornadas de trabalho, pude também acompanhar as reuniões de negociação com as lideranças de catadores que aconteciam em função da expectativa de encerramento das atividades do aterro. Concentrada principalmente no território da associação, pude observar as práticas vigentes no arranjo que se desarticularia em adequação ao marco regulatório recém-decretado, o qual previa a extinção de todos os "lixões" e aterros com capacidade de operação esgotada. Ao mesmo tempo, pude investigar as ações que articulariam um novo modelo de trabalho para os catadores dentro dessas organizações, o que envolvia não apenas as atividades comerciais, mas também as associativas. Essa abordagem forneceu uma visão mais global do duplo aspecto que abrangia o trabalho da categoria e permitiu que ele fosse qualificado a partir da compreensão das múltiplas relações estabelecidas em um contexto específico e bem delimitado.

7 No entanto, sua etnografia, à qual tive acesso através de cinco artigos (Millar, 2007, 2008, 2010, 2012a, 2012b), assim como algumas de suas análises do universo pesquisado foram materiais valiosos e inspiradores para a elaboração deste trabalho, com os quais procurei estabelecer um profícuo diálogo.

A INDUMENTÁRIA DA RAMPA E OUTROS VESTUÁRIOS

Em pouco tempo, eu estava não apenas convencida como também animada com a perspectiva de me inserir no aterro de resíduos do bairro. Após tomar a decisão e torná-la conhecida entre os catadores que já me conheciam, começaram as especulações e conselhos sobre como eu poderia realizar o que havia planejado. Descobri que não era simples ultrapassar o portão em frente ao qual parei no primeiro dia em que fui a Jardim Gramacho, já que, para isso, era preciso ter uma autorização. Apesar dessa exigência, os catadores, em nossas conversas, descortinaram outras possibilidades que apareciam como estratégias alternativas. Dayse, uma das responsáveis pela administração da associação, dizia-me: "Ah, não, vai com as meninas pra lá, vai na casa da Carmem, que mora por lá perto, você se veste de *periguete*, vai ficar irreconhecível, ninguém nem vai notar que você não é catadora". Se, no caso da americana – uma estrangeira branca, loira e de olhos claros –, entrar no aterro como catadora dificilmente não chamaria a atenção, meu tipo físico – de mulher negra de pele clara, com cabelos encaracolados castanho-escuros – parecia favorecer uma possível entrada informal, discreta e sem alarde no aterro. Eles comentavam que, vestida de rampa, eu conseguiria "passar batida" como catadora no local. Sob o sol, minha cor ficaria mais escura, o que ajudaria a compor de forma mais convincente a caracterização. A avaliação diretamente proporcional entre a tonalidade escurecida da pele e a representação mais fidedigna de uma catadora significava dizer que a maioria da população de catadores era composta por pessoas negras.

Independentemente da tonalidade da pele, ser catador e trabalhar no aterro requeria um vestuário específico. A indumentária da rampa buscava aliar, na medida do possível, conforto, flexibilidade de movimento e proteção. Nos pés, botas de couro ou de borracha bem resistente eram utilizadas para suportar a diversidade de texturas e de materiais em que eles precisavam pisar para executar o trabalho, e se combinavam a meias grossas, esticadas por cima da calça quase até os joelhos, ou por baixo dela. As roupas sobrepostas, que eram um recurso para proteção contra o sol e possíveis perigos representados por elementos indesejáveis em meio aos materiais, conferiam à indumentária um aspecto colorido.

As mulheres utilizavam calças elásticas, de *lycra*, justas ao corpo, que eram acompanhadas de saias ou *shorts* curtos, ou ainda de bermudas *jeans*, sobrepostos à calça. Vestidos também poderiam complementar a sobreposição, ou poderiam ser usadas apenas camisetas ou blusas com *tops* por baixo, acompanhando os *shorts* ou saias. De modo menos recorrente, era possível observar o uso de calças *jeans*. Os homens vestiam calças convencionais, de tecido ou *jeans*, e, menos frequentemente, bermuda. Alguns deles preferiam usar camisas de manga comprida, mas no geral vestiam camisetas *t-shirt* e, na cabeça, bonés.

As mulheres usavam chapéus e bonés com toucas por cima, ou somente as toucas ou gorros. Ao longo da pesquisa de campo na associação, quando acompanhava os catadores trabalhando sob o sol quente, durante muito tempo, percebi como esses acessórios de proteção se faziam indispensáveis em diversos momentos. Muitas vezes eu ficava tão queimada por causa das conversas com os catadores no sol, que conhecidos chegavam a comentar da minha cor de pele, imaginando provavelmente que eu estivesse frequentando a praia com regularidade. Se o boné e o chapéu pareciam equipamentos que claramente ajudavam na proteção contra o sol, o sentido do uso desses acessórios (incluindo toucas, gorros e lenços) eu apenas compreendi quando passei a frequentar o aterro. Por não os utilizar, ficava evidente, depois de um dia inteiro no local, o efeito que as características do espaço acarretavam aos cabelos. O terreno descampado, com a presença constante de fortes ventos, aliado à intensa poeira que subia do chão e ao gás emitido pelos resíduos, que mesmo com a canalização continuavam sendo eliminados/despejados no ar, danificava bastante os cabelos, que ficavam completamente emaranhados, ressecados e endurecidos.

As roupas que compunham essa indumentária poderiam ser molhadas e sujas, pois haviam sido separadas para isso. Ao vesti-las, os catadores estavam adequadamente preparados para as atividades. O ritual diário no qual eles ficavam "vestidos de rampa" (Ribeiro, C., 2010) precedia a jornada de trabalho. Esse travestimento era parte constitutiva do fazer-se catador, assim como um pré-requisito para a entrada e o trabalho no aterro, quando à indumentária descrita eram acrescentados um colete e luvas grossas para a coleta dos resíduos.

O colete era um item indispensável para que um catador pudesse entrar no aterro, funcionando como um passaporte para o local. Sua implementação remonta à época em que se buscava remediar a situação do espaço como vazadouro irregular. Nesse processo, adotou-se uma série de medidas para sua transformação em aterro, executadas sob a gestão da empresa Queiroz Galvão, que havia ganhado a licitação para gerir o empreendimento. Dessas iniciativas, constava a implantação de um atendimento social pela empresa através da contratação de assistentes sociais, responsáveis, dentre outras ações, pelo trabalho de cadastramento de todos os catadores que frequentavam o local. Na gestão seguinte, após nova licitação, a empresa S.A. Paulista deu continuidade ao processo e implementou um método mais rigoroso de fiscalização, com a adoção dos coletes e sua obrigatoriedade para a entrada no aterro (Ribeiro, C., 2010). Com o objetivo de exercer maior controle sobre o contingente de catadores que ali trabalhava, a empresa instituiu o uso de coletes diferenciados por cores, os quais indicavam o tipo de pertencimento do catador, identificando-o à categoria de estabelecimento a que pertencia dentro das opções de circuitos comerciais.

Nesse sistema de identificação, inicialmente apenas os catadores vestidos com coletes distribuídos pela S.A. Paulista e identificados por um número de controle[8] poderiam acessar o aterro. Com colete azul, os catadores denominados "pró-cooperativados" poderiam vender seus materiais para quaisquer depósitos do bairro, próximos às cercanias do aterro. Com colete amarelo, constavam os catadores que se identificavam com um dos depósitos cadastrados e autorizados para a atividade. Nessa categoria, o depósito, ao fornecer o colete, atrelava o catador ao estabelecimento, determinando o local com que ele deveria comercializar o material recolhido (Ribeiro, C., 2010). No entanto, esse mecanismo de controle passou a ser burlado pelos catadores e pelos depósitos, com a falsificação de coletes, que eram duplicados e vendidos a quem quisesse pagar para ter acesso ao aterro (Vargens, 2005; Millar, 2008).

8 O colete continha dois números: um que identificava o depósito para o qual o catador supostamente vendia o material e outro que identificava o catador no cadastro da empresa gestora (Millar, 2008, p. 27).

Como pude perceber ao decidir incorporar o aterro ao espaço de observação da pesquisa de campo, não parecia difícil conseguir burlar esse sistema com a obtenção de um colete. Certa vez, um catador associado à ACAMJG mencionou a possibilidade de me "arranjar um colete" e "me vestir de catadora" para que eu pudesse entrar com eles – o que seria simples, pois ninguém reconheceria minha falsa identidade. A primeira reação de meus interlocutores era sempre motivada pela solicitude em tentar resolver o problema e viabilizar minha entrada no aterro, mesmo que informalmente. Uma das catadoras que eu acompanhava na associação afirmou:

> Se eles quisessem botar você pra ir pra rampa, eles tinham botado já. Porque tinha uma gringa que tava fazendo um estudo, e essa gringa cansou de entrar lá pra dentro com a gente, com o colete, vestidinha de rampa e tudo, pra ver como é que era a vida do catador.

Comentei que, para mim, a pesquisadora havia conseguido a autorização, ao que fui questionada: "Você não consegue, não?". Respondi que ainda estava tentando. Diante dos riscos de uma possível descoberta, que poderia atrapalhar ou mesmo inviabilizar definitivamente meu acesso ao aterro, preferi trilhar o caminho institucional, que se mostrou bem mais complexo do que eu poderia imaginar nesse primeiro momento, dando-me a dimensão da burocracia na qual aquele empreendimento estava inserido, assim como do controle exercido sobre ele. Isso seguia na contramão das representações estereotipadas e estigmatizantes que apontavam o local como "marginal" e "caótico", como um "fim de mundo" marcado pela ausência do Estado.

Embora as formas oficiais de aquisição dos coletes fossem burladas, a obrigatoriedade de seu uso como mecanismo de identificação continuava em vigência e poderia efetivamente impedir um catador de exercer seu trabalho e ter acesso à fonte dos materiais. Certo dia, uma catadora com mais de 50 anos de idade chegou aborrecida ao local de almoço, mostrando seu colete laranja. Alguém na rampa o teria puxado e rasgado; como consequência, ela estava sendo prejudicada, sem conseguir trabalhar, já que "o guarda implicou com o rasgão". Na época da pesquisa, a classificação de cores dos coletes havia mudado. Os catadores atrelados aos depósitos utilizavam coletes da cor verde-limão – uma tonalidade

confundível com o amarelo –, e aqueles cadastrados pelo serviço social da empresa gestora do aterro utilizavam coletes laranja. Havia ainda os que utilizavam uniforme cinza, que os identificava como pertencentes ao quadro de sócios da cooperativa localizada dentro do aterro na época, a Coopergramacho. O colete laranja também servia para identificar os membros das organizações de catadores do bairro, e no seu verso constava o nome da instituição, cooperativa ou associação à qual o catador era vinculado, podendo trazer a inscrição "pró-cooperativado", "catadores da ACAMJG", "catadores da Coopercaxias", dentre outras.



Figura 2 – Coletes usados pelos catadores do aterro como instrumentos de acesso, identificação e controle.

Fonte: Acervo da autora.

Alguns efeitos da indumentária da rampa puderam ser percebidos simplesmente por sua ausência. Foi o que aconteceu certa vez que encontrei Moisés, um senhor de 63 anos com quem eu já havia estabelecido

uma relação de proximidade, após muitas tardes de conversas em que ele pôde me contar sua história, seu passado, falar-me de sua família, de suas expectativas sobre o futuro, além das atividades que exercia com os materiais. Nesse dia, diferentemente do que costumava acontecer, ele não havia ido à associação para trabalhar, mas apenas para conversar e tratar de uma questão financeira que ficara pendente. Quando o encontrei, o que não ocorria havia um tempo, percebi a diferença de tratamento, antes imposta pela vestimenta da rampa. Feliz ao me ver, ganhei dele um caloroso abraço. Ele usava uma jaqueta preta, camisa polo preta e calça *jeans*; tinha ao redor do pescoço um fone de ouvido, com uma pequena emenda feita com fita adesiva. Além de me alegrar com a demonstração de carinho, sua reação me fez perceber que a indumentária da rampa não apenas abria possibilidades, como acessar o aterro, sentar nas lonas molhadas e permitir outras práticas de trabalho, mas também criava empecilhos e instituía afastamentos. Em geral, eu não conseguia cumprimentar devidamente as pessoas quando as encontrava: ou o cumprimento era estabelecido verbalmente, sem nenhum contato físico, o que ocorria na maioria das vezes; ou, mais raramente, quando eu estendia a mão, ofereciam-me como resposta o antebraço, sugerindo que suas mãos estavam sujas, mesmo que tivessem tirado as luvas. Situações menos sutis de afastamentos também ocorriam, por exemplo, quando os catadores não tinham a possibilidade de tomar banho e trocar de roupa antes de voltarem para suas casas, sendo obrigados a utilizar o transporte público vestidos de rampa. Nesses casos, quando estavam deslocados do universo em que essa indumentária era apropriada, eles sofriam o afastamento pela incompreensão das outras pessoas a respeito dos seus objetos de trabalho como coisas de valor, e do consequente estigma associado às concepções sobre os restos em suas diversas denominações. Em alguns relatos que ouvi sobre situações semelhantes, os odores também apareceram como razões para o afastamento.

Se a indumentária descrita anteriormente caracterizava os catadores para o trabalho no aterro, os "vestidos de rampa" não eram os únicos que circulavam pela associação. Algumas pessoas vestiam um uniforme, sinal diacrítico que distinguia os catadores associados de outros tipos de trabalhadores ali presentes. O conjunto de calça e camisa verde-escuro com o símbolo e sigla da associação no verso era um diferenciador in-

confundível daqueles profissionais que mantinham com a associação o vínculo de contratados – diferentemente dos associados. Os trabalhadores contratados eram os motoristas, a responsável pela limpeza e os encarregados pelos materiais que precisavam ser tratados, mas que não chegavam à associação pelo circuito comercial do aterro – e, sim, por outros, como o da coleta seletiva. Os contratados eram subordinados a uma relação patrão-empregado, que envolvia salário e horários fixos. Essa categoria e as implicações práticas de seu trabalho serão tratadas mais adiante neste capítulo.

Além do uniforme, encontramos ainda um terceiro tipo de vestuário, bem mais próximo da roupa que trajei ao conhecer a associação e que imaginei ser a adequada para o momento. A identificação entre a blusa, a calça *jeans* e o tênis que vesti e esse terceiro tipo de vestuário só não é completa por causa de um elemento, que chamarei de "camisas-bandeira". Estas traziam estampadas em seus tecidos *slogans* como "eu sou catador", ou símbolos e mensagens que expressavam as principais bandeiras políticas e plataformas de luta dos catadores. Elas também poderiam exibir as siglas de entidades próprias do processo de organização da categoria, como a do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), além de divulgar eventos, congressos e encontros de catadores realizados ao redor do país ou indicar parceiros e convênios, muitas vezes de empresas privadas e entidades não governamentais com as quais as organizações dos catadores poderiam estar envolvidas.

Em contraste com o vestuário da rampa, colorido e com texturas, as camisas-bandeira eram acompanhadas de calças *jeans* e compunham um visual sóbrio. Este era utilizado pelas lideranças de catadores ou por aqueles que ocupavam os cargos administrativos, característicos de atividades geralmente realizadas no interior do escritório, e não no espaço aberto fora dele. As atividades abrigadas no "escritório" poderiam ser executadas por catadores que compunham o conselho diretor/gestor da associação ou por pessoas que integravam uma categoria de contrato diferente, um tipo intermediário entre os uniformizados e as lideranças ou sócios/conselheiros. Sob a responsabilidade dessa categoria intermediária, a dos contratados do escritório, estava a recepção de pessoas de fora, a mediação dos contatos com o exterior, além da organização geral e de determinadas atividades de gestão.



Figura 3 – Vestimentas marcam distintas atividades e pertencimentos ao espaço institucional.

Fonte: Acervo da autora.

Colocar as roupas no foco da narrativa me permitiu utilizá-las não apenas como um recurso etnográfico, mas também como um instrumento de análise. Chamar a atenção para o vestuário fez com que a associação pudesse emergir textualmente como um espaço com *nuances*. As roupas puderam ser pensadas como signos que evidenciavam pertencimentos distintos àquele espaço e operavam como sinais diacríticos de diferenciação de uma categoria que não é homogênea.

Dentro da indumentária da rampa, existiam também múltiplos estilos, um deles marcado por uma categoria feminina empregada em situações diversas, que correspondia a uma determinada forma de se "vestir de rampa": "a periguete". Dependendo do contexto, o acionamento dessa categoria poderia operar como uma acusação, pois apresentava uma conotação sensual, evidenciada pelo caráter chamativo e provocante das roupas, coladas ao corpo, que expunham as formas e contornos femininos.[9] Mas esse estilo também não parecia prescindir da atitude de quem

9 A indumentária das catadoras chamou a atenção de antropólogas em outras partes do país. Em trabalho etnográfico num galpão de triagem subsidiado pela prefeitura

o adotava, que, da mesma forma, deveria ser desafiadora e provocativa. É o que uma jovem catadora, que chamo de Leila, parecia sintetizar.

Ela era negra, extrovertida, engraçada e, como a própria se definiu em certa ocasião, "popular", pois conhecia todos ali. Na primeira vez que a vi na associação, ela protagonizava uma cena em que chegava no alto da caçamba do caminhão rebolando e estampando um sorriso debochado no rosto. Presenciei conversas e situações entre os catadores em que ela deixava clara, através de um humor escrachado, a postura desafiadora que definia um estilo ousado e transgressor. Tal estilo mobiliza olhares e agencia relações de gênero a partir de um jogo de poder que passa pela sedução, pelo erótico, pela provocação. Nesse jogo, a sedução se mostra um dispositivo através do qual, como sugeriu Mizrahi (2014, p. 127), "a mulher afirma-se com as potências de seu corpo, em que a roupa cumpre o papel de tornar evidente o corpo feminino e suas capacidades agentivas".

Com o acompanhamento de várias interações descontraídas entre catadores e catadoras, observei não apenas esses jogos de poder que atravessavam as relações de gênero, apontando para a dimensão da sexualidade, mas também a presença marcante do humor, de brincadeiras e piadas sobre idade, aparência, beleza, marcas no corpo e outros temas, reveladores tanto de relações jocosas quanto de um clima de descontração e lazer que envolvia o ambiente de trabalho. A relevância desses aspectos está em indicar justamente que as relações pessoais nesse contexto não se restringiam a vínculos estritamente ocupacionais. Pelo contrário, as relações de trabalho eram contaminadas permanentemente pela qualidade dos elos estabelecidos entre as pessoas. Na gama de relações que envolviam os catadores, havia vínculos sexuais ocasionais, relações conjugais mais ou menos duradouras, relações de parentesco e de amizade, laços de vizinhança, dentre outras. Muitas vezes, essas relações estavam imbricadas. A despeito da tese de que a racionalidade econômica, em nome da eficácia no trabalho, deveria suprimir os sentimentos e, conse-

em uma ilha da Região Metropolitana de Porto Alegre, Sosniski (2006, p. 89) remarcou a estética feminina que optava pelo que chamou de "vestimenta minimalista", caracterizada pela prioridade em deixar o corpo à mostra. A presença dessa estética no vestir não poderia se aplicar ao universo de trabalho deste livro, em virtude das exigências da rampa em relação à indumentária, embora persistisse ali a valorização do corpo da mulher através de roupas justas.

quentemente, a presença de relações afetivas, há uma impressionante prevalência de relações sexuais, familiares e de amizade nas organizações econômicas em geral, tal como indicado por Zelizer (2011, p. 245). Para a autora, tal presença não configura necessariamente um problema, de modo que a questão de análise passa a ser justamente quais configurações sofrem ou se beneficiam da existência desses tipos de relações.

Elementos como a sedução e o humor ajudavam a problematizar a ideia da associação como local reservado para a produtividade e vivenciado unicamente para o trabalho. Eles conferiam ao espaço uma diversidade de usos, que abrangiam atividades como flertes e brincadeiras. O divertimento e o humor, através de piadas e interações jocosas, mas também a sedução, as fofocas, as conversas e encontros, eram uma constante e certamente ajudavam a atravessar de maneira mais leve e prazerosa a rotina de trabalho.[10] Esses elementos tanto apontavam para a porosidade das fronteiras entre trabalho e lazer, como sinalizavam a constante permeabilidade do mundo do trabalho pelo universo exterior, para o qual as relações também se estendiam. Como apontou Millar (2008, p. 29), o trabalho dos catadores "vai muito além da geração de renda, para incluir o trabalho social de cultivar relacionamentos". Segundo a autora, essas atividades reconstruíam o local de trabalho como um espaço onde as fronteiras entre vida social e econômica, entre os domínios público e privado e entre as esferas da produção e do consumo se tornavam borradas, permitindo o desenvolvimento e a manutenção de laços sociais significativos e a integração de múltiplas dimensões da vida.

ATERRO-ASSOCIAÇÃO: UM CIRCUITO COMERCIAL

Acompanhei o cotidiano dos catadores na associação ao longo de um ano e, nesse período, eu conversava com as pessoas e observava as etapas variadas que compreendiam seu trabalho na tentativa de entender aquele universo. O que parecia um território único e homogêneo no início foi

10 Esses tipos de atividades também ocorriam no espaço do aterro, como indica o trabalho de Millar (2007, p. 29): "No lixão, os catadores se envolvem rotineiramente em atividades sociais que não são diretamente relacionadas à coleta de material reciclável. Tais atividades variam desde jogos de futebol a refeições feitas coletivamente (geralmente com itens alimentícios encontrados) e grupos que se formam para bater papo".

aos poucos se diferenciando e ganhando cores e formas próprias, à medida que eu percebia as atividades específicas de cada espaço, as funções e os usos de determinados instrumentos – em suma, as pequenas etapas do trabalho de lidar com uma gama extensa de materialidades de cujas "trajetórias" a associação constituía apenas uma fase.



Figura 4 – O circuito comercial aterro-associação que constituiu o foco etnográfico da pesquisa.

Fonte: Imagem de satélite do Google.

Aqui apresento um circuito comercial específico, aquele conformado pelo fluxo aterro-associação existente na época em que desenvolvi o trabalho de campo na localidade. Como características distintivas de um circuito, Zelizer (2008, p. 14) aponta os seguintes elementos: uma fronteira, um conjunto de laços interpessoais significativos, transações econômicas associadas e um meio de troca. Cada circuito apresenta suas particularidades, inscritas através de acordos, práticas, informações, obrigações, direitos e símbolos, e que podem conter desde as transações sociais mais formais até as mais íntimas. A estratégia de pensar o contexto pesquisado em termos de circuitos comerciais permite apreender determinadas configurações em sua complexidade, através da descrição e análise das práticas de trabalho e das dinâmicas formadas pelas múltiplas *relações* que estão em contato, distensão e negociação permanente a partir de *operações* diversas.

De forma bem geral e esquemática, podemos dizer que a chegada dos resíduos ao aterro, quando eram despejados, ficando disponíveis aos catadores, constituía o início da trajetória ao final da qual esses objetos teriam consolidado seu "*status* de mercadoria" (Kopytoff, 2008). Essas materialidades atravessavam várias etapas e podiam percorrer diversos circuitos, além de uma gama de transações econômicas, dependendo do tipo de fluxo que seguiam e do tipo de relação estabelecida entre pessoas, coisas e técnicas.

Começo por discutir aqui sobre o principal fluxo de resíduos que chegavam ao circuito mediado pela associação: o daqueles que tinham sua origem no aterro, entendido como uma grande fonte de matéria-prima para os catadores e epicentro da economia de recicláveis da região. As outras rotas que os materiais ali coletados pelos catadores poderiam seguir levavam a outros espaços, como às quatro cooperativas existentes no bairro ou mesmo aos inúmeros depósitos localizados na avenida principal que dava acesso ao aterro. O arranjo de trabalho e o esquema comercial eram diferentes em cada um desses estabelecimentos.[11]

Inspirados pelo conceito de "economias culturais dos resíduos" (*cultural economies of waste*), de Hawkins e Muecke (2003), podemos refletir sobre os complexos processos de constituição de valor (monetários, simbólicos, sociais) em jogo, já que, como os autores enfatizam, "valor" não é nem uma província da economia, nem da cultura, mas algo constantemente transacionado entre os dois, em múltiplos espaços e regimes. Entre a lixeira de casa e a indústria que devolve ao mercado produtos novos reciclados, havia uma extensa e dinâmica rede, composta por fluxos, objetos, máquinas, sujeitos, organizações e instituições os mais diversos. Nesse entremeio, ao longo de inúmeras etapas, objetos descartados como "inúteis" iam dando início às suas "candidaturas" ao estado de mercadoria e sendo integrados a regimes alternativos de valor (Appadurai, 2008, p. 28-29). Com uma abordagem atenta ao papel mediador das materialidades e dos objetos em suas relações com os sujeitos, seus espaços e suas práticas, busco problematizar e qualificar a compreensão do universo dos catadores, assim como os circuitos comerciais dos objetos descarta-

11 Sobre os diferentes arranjos de trabalho dos catadores no aterro, na cooperativa e nos depósitos do bairro, ver Millar (2007).

dos, que formam parte central daquilo que se costuma valorizar quando recebe o nome de "reciclagem".

ARRANJOS DE TRABALHO E O CICLO SEMANAL

Na época da pesquisa, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho funcionava em tempo integral, e os resíduos que lá chegavam eram despejados em fluxo ininterrupto. Para acompanhar esse ritmo intenso, a atividade dos catadores na rampa se dividia em diferentes turnos, e as jornadas de trabalho poderiam compreender os períodos da manhã, da tarde ou da noite (incluindo a madrugada). À noite eles catavam com o auxílio de uma lanterna no capacete e das luzes dos caminhões; quando presente, a lua também ajudava a iluminar o espaço. Na prática, a existência desses turnos significava a possibilidade de adoção de uma jornada de trabalho flexível, e diversos catadores com quem conversei expressaram suas preferências pelo trabalho noturno, como seu Moisés, que frequentava a associação havia três anos.

Em relação à etapa de coleta no aterro, ele preferia trabalhar à noite, mas explicava que não ficava a noite inteira; começava à 1 hora da manhã e seguia até as 5 horas. Em quatro horas de trabalho, ele calculava "tirar" em torno de 300 quilos de "plástico fino". Sua preferência pelo trabalho noturno se devia à maior "tranquilidade" desse turno, com menor número de pessoas, o que lhe permitia manter o foco: "De dia, o pessoal fica muito devagar, jogando conversa fora". Eventualmente, quando ia trabalhar na parte da manhã, começava às 8 horas, e às 13 horas já havia terminado: "Eu não fico à toa, não". Lúcio, que estava na rampa havia oito anos e na associação havia três, devia ter cerca de 30 anos e também era um daqueles que preferia o trabalho noturno no aterro: "Só cato à noite. Já catei de dia, mas não gosto". De forma geral, o turno da noite, por comportar menos gente, era considerado mais "tranquilo", com menor incidência de "confusão".

Já dona Edna trabalhava no aterro no período diurno. Ela tinha 52 anos, dos quais quatro passados ali na associação. No entanto, seu envolvimento com a catação era antigo, pois havia começado a trabalhar no aterro com 25 anos de idade. Num dia em que fiquei acompanhando seu trabalho mais de perto, ela chegou à associação às 7 horas da manhã e

por lá ficou pelo menos até as 16 horas. Ela morava em outro bairro do distrito e, para chegar até o local de trabalho, para onde ia e de onde voltava a pé, levava em média uma hora. De forma excepcional, naquele dia ela iria para casa jantar e depois voltaria para a rampa. Ela justificava esse retorno em função do imperativo de pagar uma conta. Dessa forma, ela ficaria no aterro até conseguir alcançar o valor necessário para conseguir pagar a dívida. Em sua rotina, essa era uma ocasião relativamente atípica, já que normalmente ela não trabalhava na rampa todos os dias, somente três vezes por semana.

O funcionamento ininterrupto do aterro, com caminhões de vários portes e carretas que para lá se encaminhavam dia e noite com a finalidade de descarregar os materiais dispensados, compassava também o ritmo das atividades na associação. Percebi essa convergência quando deixei de frequentar a associação às quintas e sextas-feiras – dias finais da semana – e passei a acompanhar os trabalhos às segundas, terças ou quartas – dias iniciais. Estranhei o silêncio e a escassez de pessoas em comparação aos dias agitados, característicos do período inicial do campo, em que se privilegiavam os dias finais da semana. Mesmo com o caráter fragmentado de minha experiência ali – pois minha rotina não acompanhava as atividades da semana continuamente –, pude estar sensível a essas variações no ritmo de trabalho, o que também pôde ser confirmado por alguns dos catadores, que preferiam os dias em que o galpão estava vazio e a associação, sem tanta "gritaria e confusão".

No caso da ACAMJG, que constitui o foco de análise, o regime de trabalho era estruturado pelo ciclo semanal. De modo geral, os três primeiros dias (segundas, terças e quartas-feiras) se caracterizavam pela etapa de coleta no aterro, por isso eram os dias em que o galpão se encontrava mais vazio. Os catadores "subiam" para o aterro com o objetivo de selecionar, dentre as toneladas de resíduos despejadas ali diariamente, os materiais com potencial de comercialização, que então eram coletados. Após a catação, esses materiais permaneciam no aterro até a chegada de um caminhão que os levaria à associação para descarregá-los. A quinta-feira era um dia movimentado na instituição, pois abrigava uma etapa de trabalho específica: "bater o material" – uma espécie de segunda triagem. Nesse dia, o caminhão fazia o maior número de viagens entre o aterro e a associação, cerca de quatro. Na sexta-feira, após fechar o

ciclo iniciado no começo da semana, os catadores deveriam receber o montante de dinheiro correspondente à sua produção ao longo dos outros dias.

Atravessado por fluxos ininterruptos, o aterro de Jardim Gramacho se caracterizava pela circulação de uma diversidade de veículos: carretas, caminhões de pequeno, médio e grande porte, caminhões-baú, máquinas complexas que carregavam duas ou três caçambas empilhadas, tratores que empurravam o que sobrava da triagem dos catadores, dentre outros. Os caminhões, mediadores fundamentais dessa rede, eram os responsáveis pelo transporte das lonas, assim como o de seus donos, cuja circulação era fundamental para o funcionamento dessa economia de recicláveis.



Figura 5 – Placa indicativa dos acessos a locais de despejo por tipo de resíduo e de veículo no aterro de Jardim Gramacho.

Fonte: Acervo da autora.

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) encaminhava para o aterro dois tipos principais de caminhão: as B.A.s, caminhões basculantes que recolhiam os sacos descartados nas residências da cidade, e as carretas, que eram veículos de maior porte. Os locais de descarga dos resíduos no aterro eram diferenciados em função do tipo de veículo e de sua capacidade, em quantidade de eixos, assim como do tipo de carga transportada. Algumas placas indicavam os distintos locais de despejo reservados às B.A.s e às carretas da Comlurb. A diferença de capacidade dos veículos era um indicativo do tipo de rampa formado pelo montante dos resíduos descarregados: as "rampinhas", lugar de despejo dos resíduos por caminhões de menor porte (os B.A.s), ou o "rampão"/"rampona"/"rampa mãe", o mais extenso e antigo local de despejo do aterro, que recebia o maior volume de materiais, proveniente dos veículos de grande porte (como as carretas). A essas categorias se somava uma terceira, que abarcava os locais reservados a materiais da construção civil, como "cascalho" e "rachão", ou argila, usados para o "aterramento" dos resíduos nas rampas. Os muitos veículos que se deslocavam para o aterro não eram, porém, apenas da Comlurb; eles poderiam pertencer a outros municípios da Baixada Fluminense ou a empresas privadas. No entanto, todos seguiam a lógica que determinava o local adequado de despejo.

A associação possuía três caminhões em seu patrimônio: o azul, de 1986, primeiro a ser adquirido; o vermelho, Mercedes, comprado de segunda mão durante a pesquisa e que, de acordo com o motorista da associação, havia sido "adaptado" naquilo que tinha de novo; e o terceiro deles, o Iveco, um caminhão de menor porte, específico para a realização da coleta seletiva e adquirido novo junto com o centro de referência. O acompanhamento de situações cotidianas com os motoristas e os catadores mostrava que, com bastante frequência, essas máquinas estavam sujeitas a problemas técnicos, o que colocava a questão da conservação, da manutenção, das formas de utilização e do seu gerenciamento. Ao longo da pesquisa, por vezes, algum desses caminhões estava quebrado. Como o fluxo de materiais proveniente dos circuitos era contínuo, a ausência desses veículos para transporte deveria ser contornada rapidamente. Nesses casos, para que a dinâmica da cadeia não fosse interrompida, a associação contratava serviços de frete. Todos esses procedimentos influenciavam não somente o ritmo da produção, mas também as contas

e despesas impostas pelas falhas técnicas do maquinário, que exigiam a mobilização de recursos, agentes e aparatos para a sua restauração.



Figura 6 – Os caminhões da associação.

Fonte: Acervo da autora.

PLASTICIDADES: A DISTINÇÃO APURADA DAS QUALIDADES

Uma das etapas centrais do processo de transformação dos resíduos em materiais recicláveis e, portanto, em um bem com valor, era a atividade de "bater o material". Após serem coletados pelos catadores no aterro, os materiais potencialmente recicláveis eram levados pelos caminhões até a associação, sendo transportados nas lonas, onde se encontravam misturados. A atividade de bater o material – realizada no espaço aberto do terreno da associação – consistia em triar os itens de maneira mais apurada, após já terem passado pela seleção inicial no aterro. Se essa seleção inicial era regida pela lógica binária que distinguia apenas os materiais "não recicláveis" dos potencialmente "recicláveis", na associação a lógica que orientava a triagem comportava mais elementos, tornando-se mais diversificada e complexa. Foi acompanhando Leila que eu pude compreender melhor as práticas que compunham essa atividade e as respectivas lógicas, critérios e conhecimentos requeridos para sua execução.

Era uma quinta-feira e Leila desempenhava a atividade de bater o material naquele que constituía o "seu" espaço no terreno da associação. Para realizar a tarefa, em primeiro lugar, ela deixava à sua frente uma lona, que chamarei de principal. Esta comportava os materiais recicláveis misturados que tinham descido do aterro com o caminhão. Ao redor de Leila havia oito lonas, que chamarei de periféricas. Da lona principal, que estava sendo batida, ela selecionava alguns objetos e, em seguida, lançava-os nas lonas ao seu redor. Entre os itens da lona principal podíamos encontrar latas de refrigerante e de cerveja, sandálias femininas, potes de sorvete, recipientes de produtos de limpeza (menores, como os de desinfetante e detergente, ou maiores, como os de amaciantes de roupas e água sanitária), copinhos de guaraná natural, garrafas de dois litros de refrigerante, tampas de recipientes para conservar alimentos (como *tupperwares*), sacolas plásticas de supermercado, garrafas de meio litro de água mineral, dentre outros, que constituíam uma enorme variedade de objetos. Bem próximo de sua perna, Leila deixava uma barrica.[12]

12 Recipientes cilíndricos rígidos e esbranquiçados, com aproximadamente 1 metro de comprimento, utilizados pelos catadores como instrumento auxiliar no uso das lonas, sobretudo no trabalho desenvolvido no aterro. A instabilidade do terreno da rampa, que exigia do catador flexibilidade e agilidade para a coleta, tornava o uso

As lonas periféricas continham, cada uma, apenas um tipo de material, e o objeto nelas lançado deveria corresponder ao material específico que as categorizava. As classificações com as quais Leila estava trabalhando naquele momento eram as seguintes: “mistão”, “PET verde”, “PET transparente”, “PP branco ou alta branca”, “garrafinha colorida”, “garrafinha branca”, “cristal” e “karina”. Embora eu não tivesse percebido na ocasião, todos esses materiais correspondiam ao que poderíamos, de forma rudimentar, chamar de “plástico”. Acompanhando a catadora em sua atividade, observando-a e conversando com ela, pude compreender a existência de *plasticidades* múltiplas e conhecer melhor a diversidade existente entre aqueles objetos que até então pareciam familiares.

Diante daquela massa aparentemente caótica de itens, ficavam evidentes as limitações dos instrumentos conceituais de que eu dispunha para avistar ali alguma ordenação. Porque me faltavam as categorias específicas que os catadores dominavam tão bem, minha visão igualmente se tornava opaca e pouco apurada, como se eu apenas percebesse em preto e branco aquilo que os catadores conseguiam observar a partir de numerosos matizes. Era preciso então deixar de lado a categoria genérica com a qual eu tentava enxergar, “plástico”, para compreender os critérios que orientavam as classificações nativas daquela gama de plasticidades em questão. Embora existisse uma classificação formal da indústria petroquímica, as categorias utilizadas pelos catadores e as lógicas correspondentes faziam uma bricolagem entre categorias “científicas”, como “PP” ou “alta” (de “alta densidade”), e categorias “sensíveis”, como “garrafinha” e “cristal”.

Concentrei o olhar em uma lona específica, repleta de objetos coloridos e diferentes uns dos outros. Quis saber “o que era aquele material”, e Leila me respondeu que aquilo era “mistão”. A partir de minhas perguntas, ela explicava que o “mistão” poderia ser de qualquer cor, assim como a “garrafinha”. Então pedi que ela me apontasse a lona de “garrafi-

direto das lonas inapropriado, porque estas eram muito largas, não eram rígidas e requeriam que o seu deslocamento ocorresse no chão, onde eram arrastadas ou empurradas. Isso tornava pouco propício o seu uso na rampa, fazendo com que os catadores utilizassem as barricas como recipientes e meios de transporte dos materiais coletados entre a rampa e as lonas.

nha". Quando olhei para a lona de "garrafinha colorida", disse que parecia "mistão", e ela me explicou que a diferença era que, nessa outra lona, havia "só garrafas". Portanto, se os objetos da lona de "garrafinha colorida" não tivessem o formato "garrafa", seriam "mistão". Na lona de "mistão", poderíamos encontrar objetos como um vasinho preto de planta, uma lixeira plástica marrom com o corpo vazado em formato quadricular, uma tampa de pote de sorvete vermelha, um globo terrestre furado, um pote rosa de produto para tirar manchas de roupas, um pote amarelo de sabão pastoso para lavar louças, copos de chá-mate, potes de margarina. Sua definição sobre o "mistão" foi bastante esclarecedora: "É o que sobra, é o resto de tudo, o que sobra é o mistão".

Já na lona da categoria "garrafinha colorida" encontrávamos recipientes de todas as cores e tamanhos, em formato de garrafa, provenientes de produtos de limpeza variados, alguns com alça, outros em forma de garrafas tradicionais, mais cilíndricas, como a de um recipiente de achocolatado em pó. Já a "garrafinha branca" correspondia aos mesmos critérios da "garrafinha colorida", restringindo-se, no entanto, à cor branca. Leila achava que o tipo de material "mistão" era o que tinha o menor preço dentre aqueles que estava manipulando. E, realmente, como verifiquei e comparei depois, dos materiais com que ela trabalhava nessa ocasião, o "mistão" era o que tinha o menor valor para comercialização: enquanto o quilo da "PET", por exemplo, custava 90 centavos, o do "mistão" valia 40 centavos – menos da metade, portanto.

Em determinado momento, Leila chamava a minha atenção para uma "garrafinha branca" que havia encontrado na lona de "cristal" e disse que, depois, teria que separá-la: "Não vai junto". De modo semelhante ao caso do "mistão" e da "garrafinha colorida", eu encontrava grande dificuldade para distinguir os objetos que se apresentavam na lona de "cristal" daqueles categorizados como "PP branco", pois me pareciam similares. Sobre eles Leila afirmava: "Só não vai junto na mesma lona", mostrando-me uma capa de DVD como exemplo. Diferentemente do caso do "mistão" e da "garrafinha colorida", entendi que a diferença entre os dois materiais era mesmo a cor, pois enquanto o "PP" era branco, o "cristal" era translúcido. Na lona de "cristal", poderíamos encontrar objetos como uma pasta escolar, garrafas de iogurte e um balde, desde que fos-

sem transparentes, sem diferença entre consistência dura ou mole – por exemplo, a pasta era bastante flexível, ao contrário da capa de DVD e do balde, que eram mais rígidos. Na lona de "PP branco", poderíamos encontrar, dentre outros itens, uma grade de proteção das hastes de um ventilador de chão, um balde, um pote de manteiga e um assento quebrado de um banquinho retangular, desde que correspondessem à cor branca.

Quanto à diferenciação monetária entre os materiais para a comercialização, Leila afirmou que "cristal" era mais caro do que "PET". No entanto, na ocasião, ela não se lembrava do valor equivalente ao preço do quilo da "PET". No mês seguinte a esse episódio, conferi os preços, e os dois materiais apresentavam o mesmo valor: 90 centavos o quilo. No entanto, treze dias após essa primeira avaliação, o preço da "PET" já estava maior que o do "cristal"; este permanecia custando 90 centavos o quilo, enquanto a mesma quantidade de "PET" já custava 1 real. A respeito da mudança dos valores, Leila me disse que Vitória, responsável pela gestão da ACAMJG, um dia antes do aumento ou da redução do valor de algum material, passava a informação aos associados. Para Leila, baixar o preço era uma ocorrência difícil e acontecia normalmente em tempo de chuva, porque os materiais ficavam com muita lama. Ela se lembrou então de que estava com um material cheio de lama, o que "dava prejuízo", porque ficava mais barato. Percebi nesse momento que, além do *tipo*, da *cor* e do *formato* do material, o seu *estado* também era um critério relevante quanto à qualidade de sua composição. Uma garrafa PET limpa e uma garrafa PET suja de lama não tinham valores equivalentes, pois eram qualitativamente distintas em função do estado no qual se encontravam.

Pouco tempo depois, Leila encontrou o material sujo sobre o qual havia comentado e me mostrou: "Olha como vem com lama quando chove, por isso que diminui o preço. O preço muda por causa disso aí, da lama. Isso aí a gente catou limpo, mas quando choveu, ficou assim...", mostrando-me uma garrafa coberta com tanta lama que não era possível identificar nem mesmo a sua cor. "Era branca, mas ficou cheia de lama, ruim pra caramba pra desatarraxar [...]. Não tem como o material ficar limpinho, porque lá em cima [na rampa] chove, e é barro vermelho." As condições climáticas não impediam o trabalho dos catadores, que su-

biam para catar na rampa sob sol ou chuva. Em seguida, Leila encontrou uma garrafa PET amassada, com o formato totalmente achatado, em vez de cilíndrico, e completamente coberta de lama. Ela disse: "Olha aqui, essa PET aqui é verde. Eu vou botar na lona, que já é um pesinho", arremessando-a na respectiva lona. Concluí que a compensação pelo peso da lama era relativa, porque, ao mesmo tempo, o que dava peso afetava o estado da matéria e a desvalorizava. Para me certificar disso, perguntei: "Com lama, a PET fica mais pesada, mas também vale menos, não é?". Ela respondeu: "Sim, aí, no caso, tem um desconto". Próximo ao local onde Leila batia seu material, que ficava no final do terreno da associação, havia uma enorme poça de lama, já no caminho que levava ao aterro por dentro. A "PET" era vendida para o Alemão, proprietário de um depósito nas redondezas: "Tudo que entra aqui vai pra lá, menos o papel, papel é com a Benfica".

Para realizar a atividade de "bater", Leila deixava a lona principal em uma posição mais horizontal do que vertical e fazia com que uma de suas abas ficasse encostada no chão, e a outra, oposta, na posição superior. À medida que a lona principal se esvaziava, ela segurava a aba superior e a puxava com o intuito de trazer para a "boca" da lona os materiais que deveriam ser batidos. Com esse movimento, os objetos se espalhavam na aba inferior, que ficava em contato com o chão. Depois de um tempo, quando a maioria dos materiais da lona já tinha sido retirada, sobrando apenas o equivalente a um terço do espaço, ela virava a lona principal ao contrário e despejava o restante dos itens no chão. Percebi, à medida que Leila avançava na tarefa, que a barrica funcionava como uma nona lona, já que era utilizada para separar as latinhas de alumínio. O alumínio aparecia assim como uma exceção à regra das plasticidades, que constituíam o material predominante na associação e na economia da reciclagem em Jardim Gramacho. De uma lista de treze ou quatorze itens comercializados pela associação, nove ou dez correspondiam ao domínio das plasticidades. Sobre a composição atual dos resíduos, Alemão, deposista e principal comprador desses tipos de materiais da associação, declarou, em entrevista informal: "O lixo foi se resumindo a plástico".

Se, por um lado, a composição dos resíduos passou a ser caracterizada majoritariamente pelo plástico, por outro, isso deixa de ser apenas

uma "redução" quando observamos a plasticidade própria da matéria plástica, que deu lugar a uma grande diversidade de materiais e, no caso dos catadores, a um conjunto de categorias correspondentes que visava à classificação apurada dessa diversidade. Essas categorias específicas conseguiam abarcar de maneira mais próxima as inúmeras distinções existentes no genérico conceito de "plástico", que nos habituamos a utilizar indistintamente para um imenso e heterogêneo conjunto de objetos.

Boas, em seu texto "Sobre sons alternantes" (2004), tratava do exemplo da cor verde. Nas inúmeras línguas em que não havia um termo para designar essa cor, os indivíduos que se deparavam com ela identificariam o amarelo e o azul, sendo duvidoso o limite entre os dois. O verde era percebido por meio dessas duas cores em virtude da semelhança que mantinham.

> A classificação é realizada de acordo com as sensações conhecidas. A dificuldade ou a incapacidade de distinguir duas sensações [...] corresponde a uma situação de máxima semelhança, o que depende da semelhança dos estímulos físicos e do grau de atenção. (Boas, 2004, p. 101)

Os esquimós, por estarem imersos em um ambiente de gelo e neve, expostos permanentemente a esses estímulos, contavam com inúmeras categorias para designar a cor branca. Do mesmo modo, a proximidade com uma grande massa de objetos plásticos levava os catadores a perceberem as diferenças entre essas matérias. Os imperativos do trabalho de coleta os expunham ao contato com as materialidades heterogêneas descartadas no aterro. Essa prática cotidiana estimulava física e cognitivamente suas faculdades táteis, visuais e classificatórias. O trabalho dos catadores permitia o desenvolvimento de uma habilidade especial para identificar as qualidades dessas matérias, com o exercício diário da capacidade de distinguir e de reconhecer semelhanças a partir do conhecimento sensível e apurado das suas diferenças. Para além da dimensão simbólica e econômica dessas práticas, o conhecimento sensível dos catadores a respeito das plasticidades e os agenciamentos que produzem a partir desse saber, como indiquei em outro lugar (Lima, M., 2017), engendram formas especializadas de gerir essas materialidades, articulando novas maneiras de fazer política.



Figura 7 – Leila realiza a atividade de bater o material, descortinando o complexo domínio das plasticidades.

Fonte: Acervo da autora.

O PLÁSTICO FINO

Naquela terça-feira, o dia estava chuvoso e frio. Enquanto me aproximava do terreno da associação, estranhei o silêncio e cheguei a me questionar se o local estava em funcionamento. Ao chegar mais perto, vi que havia gente trabalhando, em sua maioria homens – era a pesagem do "plástico fino". Aproximei-me para cumprimentar as pessoas e fiquei ali junto delas, porque era uma situação particularmente propícia para a observação daquela etapa do processo. O "plástico fino" é o tipo de plástico mais flexível, o material do qual é feito a maioria dos "sacos" que involucram os mais diferentes objetos. Ele compõe os principais recipientes através dos quais a população descarta os seus resíduos. Assim, esse material costumava acompanhar quase todos os outros tipos de descartados que chegavam ao aterro e, ao longo desse processo, entrava em contato não somente com os resíduos sólidos, mas também com compostos orgânicos, o que lhe conferia um caráter úmido. A exemplo do caso da "PET",

o “estado” do material era um dos critérios que influenciava seu valor de mercado. Além de afetar diretamente a qualidade do objeto, a umidade do plástico fino acarretava também efeitos no corpo e na sociabilidade dos catadores.

Assim como ocorria com os outros materiais, os plásticos finos eram coletados pelos catadores no aterro. Após esse trabalho, as lonas preenchidas eram levadas até a associação, onde esperavam para ser “batidas”. Em relação às outras plasticidades, o plástico fino apresentava características específicas e exigia a realização de duas etapas antes da pesagem – a prensagem e o enfardamento –, o que o tornava um material de difícil trato.

Explicitar as condições climáticas é importante nesse caso, pois, diferentemente da situação de “lama na PET”, o processamento do plástico fino parecia sempre envolver um componente de umidade. Certa vez, quando presenciei a etapa de prensagem em uma época distante do período de chuvas, mesmo com o clima ensolarado e seco, havia muita água em meio aos plásticos finos. Em ocasiões distintas, observei que, quando a prensa abaixava e começava a pressionar o material, surgiam bolhas que estouravam e espirravam o líquido entre os plásticos.

A prensa era uma máquina pesada, ligada em 220 volts, em torno da qual se formavam poças de água após o processamento do material. Os fios de eletricidade passavam em meio às poças, e as meninas que utilizavam a prensa me alertavam para o perigo iminente. Após essa etapa, operava-se uma transformação no formato do plástico fino, que passava de uma massa amorfa, por vezes amarrotada, para uma forma definida: depois de amarrado, o plástico prensado formava um retângulo rígido. A prensagem desse material era, portanto, a condição para a produção de fardos.

Grupos de quatro a cinco homens colocavam os fardos maciços do plástico fino num carrinho e o puxavam até a balança, que era mecânica. Nesse momento, quando eu acompanhava a etapa de pesagem, percebi que um dos homens tinha que subir no equipamento porque uma parte da balança não era afixada. Vitória, que ficava na parte de trás do maquinário, não conseguia aguentar sozinha o peso do fardo apenas com a pressão feita por seu pé. Era preciso que outra pessoa também se apoias-

se na parte solta da plataforma para que ela não tombasse para frente com o peso do fardo. Vitória dizia que a etapa de tirar o material do carrinho e alocá-lo na balança exigia "mais jeito do que força", e que era preciso ajeitar o fardo na posição correta para que o movimento usado para tirá-lo do carrinho e colocá-lo na balança fosse o mesmo. Havia ali, na ocasião, um homem baixo, moreno e de barba, que não me era familiar e que parecia ser novato naquela atividade, pois cometera alguns erros que revelava falta de perícia. Além de se esquecer de subir na balança, ele pisou duas vezes no pé de Vitória, que demonstrou impaciência, fazendo reclamações.



Figura 8 – A prensa e a umidade que envolve o processamento do plástico fino.

Fonte: Acervo da autora.

Após colocar o fardo na balança, Vitória conferia o peso indicado pelo equipamento e anotava em uma folha de papel a quantidade em quilos, o tipo de plástico e sua cor, assim como o nome da pessoa a quem pertencia o trabalho. Os fardos cuja pesagem acompanhei oscilavam entre 210 e 390 quilos. Após essa etapa, colocava-se o fardo novamente no carrinho, deixando-o em um canto do terreno escolhido para abrigar aque-

les que já haviam passado pela pesagem. Nesse local, os fardos enfileirados aguardavam a chegada do caminhão que os levaria até o comprador responsável pela disponibilização do veículo. Naquele dia, o material seria encaminhado para o Paraná, onde seu comprador se localizava.

O plástico fino era categorizado de duas formas: "misto" e "canela". Enquanto o "misto" era composto por plásticos de cores misturadas, o fardo do "canela" correspondia a uma única cor, normalmente branca ou transparente. Os preços correspondentes às duas categorias também eram distintos, sendo o "misto" menos valorizado do que o "canela": enquanto o quilo deste último custava 70 centavos, o daquele custava apenas 40 centavos. Ao olharem as fileiras com os materiais enfardados, alguns catadores conseguiam saber o local onde cada material que compunha os fardos havia sido coletado. Nesse sentido, os materiais apresentavam sinais diacríticos, características visíveis, que se tornavam indícios de sua procedência. A observação dos fardos e do estado dos materiais permitia traçar uma distinção em três categorias. A primeira compreendia o plástico fino de aspecto seco e claro cuja procedência era a coleta seletiva; a segunda correspondia ao plástico proveniente da "rampinha", o qual já não apresentava aspecto seco e limpo, assim como o da terceira categoria, referente ao plástico fino advindo da "rampa", "rampão" ou "rampa mãe". O material dessa procedência já se apresentava em um estado bastante escurecido e molhado.

Com seu jeito irônico, Vitória contava que o comentário geral dos compradores era o de que "o plástico fino da ACAMJG era marrom". O estado do plástico fino dos fardos era avaliado pelos compradores, que faziam uma estimativa do seu valor e incluíam ou não um desconto. A partir dessa avaliação, podiam operar o cálculo final do montante que a associação deveria receber como pagamento pelas toneladas de fardos fornecidos. Para compensar ou mitigar as diferenças no estado do plástico fino causadas pela diversidade de procedências, Vitória contou que utilizava a estratégia de misturar materiais em bom e mau estado, no intuito de "dar uma equilibrada" na carga e evitar, assim, o desconto no valor total. Mas a contaminação desse material também tinha desdobramentos para além da interferência nas negociações sobre o valor monetário da mercadoria.



Figura 9 – Fardos de plástico fino e os sinais de suas distintas procedências.

Fonte: Acervo da autora.

(CON)TATOS E ODORES

Em torno da balança e das atividades que compreendiam seu uso, várias narrativas sobre o trabalho com os materiais começaram a se desenvolver, talvez influenciadas pela minha presença. Ao longo do vaivém de fardos de plástico fino até a balança e de lá para o chão novamente, pude participar de diálogos com os catadores sobre suas experiências e estratégias no trato com esse tipo de plasticidade. Foi assim que percebi que as características conferidas ao plástico fino pelo circuito comercial centrado no aterro, em especial a qualidade úmida, afetavam os catadores que o manuseavam e acarretavam uma série de efeitos no corpo e nas relações com outras pessoas nas quais o corpo era um mediador central.

O catador Luiz Gustavo, de aproximadamente 50 anos, contou-me que o cheiro do plástico fino "não saía da mão por nada". Em relação a isso, elencou o uso de diversas estratégias para lidar com essa qualidade impregnante do material, como passar limão, vinagre e até mesmo loção de barbear nas mãos; apesar disso, o efeito do contato com o material "não saía". Contou ainda que, certa vez, quase o expulsaram de um

ônibus por causa do cheiro que exalava. Todos no entorno afirmavam o mesmo sobre o material, confirmando a narrativa de Luiz. Vitória também relatou sua experiência de catadora, ressaltando que era preciso usar duas luvas: uma de borracha (como as utilizadas pelos médicos) e uma de couro, que ia por cima; entretanto, "nem assim o cheiro saía da mão". Os relatos apontavam uma estimativa de dois a três dias como o tempo necessário para que o cheiro do material pudesse desentranhar da pele. Vitória afirmou ter usado até mesmo o produto Veja Multiuso – desinfetante para limpeza geral da casa – como recurso contra o odor deixado nas mãos pelo plástico fino, sem, contudo, obter sucesso. Com essas narrativas, notamos, para usar a expressão de Hawkins (2010, p. 120), as "intensidades afetivas da matéria plástica". A reação mais perceptível do plástico fino mostrou ser a aderência, isto é, a capacidade de se incorporar à pele e deixar uma marca que não era visível aos olhos, mas que não deixava de ser sensível aos outros sentidos, como o olfato.

Nesse contexto, devemos atentar também para a transformação das capacidades olfativas dos catadores. Era comum afirmarem que, devido ao longo contato com o aterro e ao trabalho diário nesse ambiente, "já não sentiam mais nada". Ouvi de várias pessoas que elas não conseguiam mais sentir o cheiro exalado pelos resíduos. Vitória, por exemplo, repetia que não se importava mais com o cheiro, muito menos com as moscas, cujos pousos eram frequentes e ocorriam quase todo o tempo. Na mesma conversa, a senhora responsável pela limpeza da associação disse que também não se importava mais e, com Vitória, passou a dialogar de forma irônica sobre uma das funcionárias do escritório que havia reclamado das moscas. Por outro lado, ao conversar com dona Zélia, ouvi que, "mesmo depois de 29 anos de rampa", ela não conseguia se acostumar com o cheiro e às vezes, quando catava, ainda ficava tonta e passava mal. Apesar de ter dois filhos que trabalhavam no aterro, ela comentou que sua filha mais nova também não tinha conseguido se adaptar à rampa e que, na ocasião, estava procurando emprego.

Outras narrativas sobre conhecidos e parentes de catadores que não haviam conseguido se adaptar ao trabalho no aterro giravam em torno dos riscos e acidentes envolvidos na atividade. Foi essa a razão mencionada por Leila para a inadaptação de seus irmãos ao ofício: "Eles não se

acostumaram porque aquele negócio de acidente, gente se machucando, eles não se acostumaram". Certa vez conheci no aterro um catador que, por mancar, era alvo de gozações por parte de seu companheiro de trabalho. Este afirmava, brincando, tratar-se de "frescura". O catador acusado de "fresco" ficou irritado e disse estar machucado, com o pé inchado dentro da bota, em razão de um acidente com um prego, que o levara a tomar "injeção de Benzetacil". Apesar disso, dizia que não poderia parar de trabalhar por causa dos filhos.

Nesse mesmo dia, conversei com uma jovem que vestia o colete de uma das cooperativas do bairro. Ela me contou sobre uma vez em que se acidentara cortando o pulso com a parte de baixo de uma garrafa: "Abriu uma boceta no braço, mas eu nem senti, continuei catando. Depois senti a mão fria. Quando fui ver a luva, pensei: 'Perdi minha mão'". Diante disso, ela pegou um pó de café que havia por perto, jogou-o em cima do corte e amarrou a ferida com um pano: "Tomar injeção e ir para o hospital, que nada! Eu tinha meus filhos pra sustentar". Disse que continuou trabalhando, porque pensava nos filhos: um de 11 anos, um de 5 e outro de 1 ano e meio. Na ocasião, ela tinha 25 anos, mas não sabia há quanto tempo estava na rampa; mencionou, no entanto, já ter sido aterrada três vezes. Millar (2008, p. 28) elencou os perigos envolvidos nessa atividade:

> Catadores são frequentemente feridos por acidentes com caminhões e compactadores de lixo no aterro e enfrentam numerosos riscos à saúde, incluindo o contato com agulhas descartáveis de hospitais, o trabalho sob sol e chuva sem proteção e a presença de mosquitos, ratos, baratas, abutres e cheiros de podre.

Ao longo do trabalho de campo, acompanhei catadores que adoeceram. Pascoal começou sentindo dores no peito, o que despertou a suspeita, depois de um tempo confirmada, de tuberculose. Bezerra confessou certa vez que, caso arranjasse um emprego que pagasse 1.500 reais por mês na construção civil (valor muito aquém do obtido por ele na rampa, onde conseguia a mesma quantia com uma semana de trabalho), ele deixaria a atividade. Sua justificativa se apoiava nos efeitos identificados em seu próprio corpo, em especial, na diminuição de sua massa corporal. Depois de sete anos no aterro, concluiu: "A rampa está acabando comi-

go. Eu tinha 78 quilos, agora estou com 70. Aquele gás vai acabando com você aos poucos".

Em contrapartida, Rogério via como uma compensação pelo esforço de trabalhar em meio às condições exigidas no aterro, sob chuva ou sol, frio ou calor, de dia ou à noite, o fato de sua imunidade melhorar muito. Ele atestava que, desde que começara a trabalhar na rampa havia oito anos, só tinha ficado doente uma vez. Outros catadores que estavam por perto na ocasião concordaram com ele. Dona Antônia, apesar de seus quase 60 anos, dos quais 32 passados no aterro, exibia – se não com orgulho, ao menos sem ressentimento – as marcas corporais da catação. Devido à preferência por catar vidro, em virtude de seu valor mais elevado, ela contava diversas cicatrizes no braço. Disse que, antigamente, ninguém catava PET, que "passava batido" e que quem havia descoberto esse material teria sido o "Luiz da PET". Ele foi o primeiro a vender em Jardim Gramacho, "que antes era lixo". Segundo ela, Luiz ainda continuava por lá: "Todo mundo tem fases, né? Altos e baixos. Tentaram tirar ele, mas ele tá aí". Era com resistência que ela pensava na ideia de deixar o aterro, e se orgulhava de ter criado toda a sua família com o trabalho na rampa. Quando começou, seu filho mais velho tinha apenas 1 ano. Tempos depois, sua neta, com 18, também aprendeu o ofício, desempenhando-o no aterro.

Diversos estudos que se dedicaram a identificar as "doenças" ou "riscos à saúde" envolvidos nessa atividade apontam a tentativa dos catadores de "minimizar" os perigos associados ao seu trabalho. Segundo Raquel Gonçalves (2004, p. 13), "os trabalhadores de lixões e de usinas de reciclagem não relacionam os problemas de saúde com os processos de trabalho com o lixo ao longo da trajetória de vida". Para Cardozo (2009, p. 86), "é inegável o fato de que a catação é uma atividade insalubre, entretanto, a análise dos dados de campo evidenciou uma baixa menção dos trabalhadores catadores a doenças relacionadas ao trato com o lixo ou a acidentes de trabalho associados à catação". O autor também identificou entre os catadores a admissão dos riscos à saúde "quando uma pessoa, deliberadamente, se colocava numa situação de risco" (p. 86), agindo de maneira irresponsável ou descuidada na frente de trabalho. Sosniski (2006) observou entre eles algumas diferenças em relação à categoria "doença". A patologia seria uma condição de impedimento para o traba-

lho e indicava que determinados sintomas haviam se tornado insustentáveis. Já as dores frequentes que sentiam na rotina cotidiana eram vistas como perturbações decorrentes dos esforços requeridos pelo trabalho.

Ao justapor a visão médica à dos catadores, Sosniski (2006) observa que a primeira constrói o "lixo", sem ambiguidades, como um agente causador de doenças que deve ser eliminado, enquanto uma percepção diferente, positivada, adviria dos nativos ilhéus que mantêm um contato íntimo e diário com os resíduos. Apesar de reconhecer que essa postura provém de um significado distinto conferido ao material pelos catadores, a análise não consegue ultrapassar a arraigada visão centrada na ideia de "lixo", argumentando reiteradamente que entre os catadores é "comum" a "não associação do lixo a um agente causador de danos a saúde" (p. 103). Como explicação, a autora recorre a um modelo "mais livre" de corpo, no qual o relaxamento dos cuidados e do controle das fronteiras em relação ao perigo seria reflexo da representação conformada pela experiência diária dos catadores em um espaço permeado por "lixo".

O argumento é apoiado nas análises de Mary Douglas (1970) e segue uma matriz de inspiração durkheimiana de correspondência entre "dois corpos", em que o corpo "social" condiciona o modo como o corpo "físico" é percebido e endossa a perspectiva do fundamento social de todas as práticas e simbolismos que envolvem o corpo. Nesse sentido, o controle corporal seria uma expressão do controle social, ao passo que a desarticulação da organização social ganharia sua expressão simbólica na dissociação corporal. Nesta os símbolos seriam difusos e a informalidade valorizada, com maior tendência para o afastamento da razão e permissão para expressões corporais de "abandono" – como os estados de transe, por exemplo (p. 73).

Para discutir esse tema, eu indicaria caminhos teóricos alternativos, levando a outras pistas de análise. Como mencionei na introdução deste livro, a reflexão antropológica sobre o "lixo" esbarra nas armadilhas colocadas pela própria categoria em questão, o que evidencia os limites do paradigma representacional e das teorias calcadas na preeminência do simbólico para a análise social. Com o fim de contornar essas armadilhas impostas pela ideia de "lixo", e apoiada em teorias antropológicas contemporâneas, propus o enfoque das coisas em sua materialidade. Essa ati-

tude metodológica, que também constituía um princípio de análise, era, a meu ver, consonante com os próprios saberes nativos e com as práticas dos catadores. Esse caminho evitaria ainda a adoção das recorrentes posturas tutelares diante desses sujeitos, ancoradas na ideia de que eles não seriam tão "conscientes" daquilo que estão praticando, de que, talvez por terem pouca escolaridade, fariam "confusão" com o que é inegável sobre a realidade social, ou de que, por agirem movidos pela necessidade, não saberiam avaliar os riscos reais a que estariam sujeitos. Como já ocorreu muitas vezes na história das ciências humanas, apela-se à irracionalidade, sob o véu da necessidade de sobrevivência, como forma de esconder a incapacidade do analista de compreender outras racionalidades. O combate a essas visões está no cerne do próprio surgimento da sociologia e da antropologia como ciências sociais, o que não significa que elas prescindam de um permanente esforço para que, distraidamente, não se volte a escorregar na associação dos "primitivos" a crianças incapazes de distinguir com nitidez o real do imaginário.

Nesta análise, assumo, como ponto de partida, que os catadores conheciam o seu universo de trabalho muito mais do que eu mesma e muito melhor do que qualquer outra pessoa. Procuro mostrar a rudimentaridade do "lixo" como categoria, responsável por uma visão superficial e grosseira se comparada ao conhecimento apurado que os catadores têm em relação à gama de objetos com os quais lidam. A partir disso, proponho outra leitura sobre a ideia de que os catadores não associam "lixo" a doenças e seu trabalho a males ou riscos à saúde. Em primeiro lugar, com base em minha experiência de campo, não compartilho da percepção de que esses trabalhadores não conheciam os riscos que corriam e não admitiam seu trabalho como arriscado. Os frequentes relatos sobre acidentes pessoais ou com pessoas conhecidas eram um claro sinal de que eles sabiam de todas as possibilidades de acidentes, infortúnios e males à integridade física que envolviam a atividade na rampa.

Assim, para a discussão das doenças e males à saúde, indico a abordagem de dois temas, sobre os quais não pretendo me debruçar: as coisas, de um lado, e o corpo, de outro. Para ambos, o procedimento de análise que julgo mais profícuo é considerar a dimensão material, concreta e sensível, em detrimento de uma representação simbólica prévia que im-

peça a percepção mais acurada de como os processos ocorrem na prática. Na discussão antropológica, a noção de "incorporação" (*embodiment*) foi proposta como conceito e mesmo como um novo paradigma para a reflexão (Csordas, 1990), por apresentar a vantagem de remeter ao concreto, à presença aqui e agora das pessoas umas com as outras, e ao conjunto dos sentidos e sentimentos através dos quais elas se intercomunicam (Strathern, A., 1999, p. 2).

O ponto a que quero chegar na análise dos catadores pelo prisma da incorporação ultrapassa o debate da saúde e da doença, mas pode conseguir iluminá-lo ao chamar a atenção para os efeitos produzidos pelo contato e pela interação com os materiais nos corpos. Se entre os catadores com quem conversei parecia haver relativo consenso a respeito da forma como o plástico fino atuava sobre os corpos, impregnando na pele um odor indesejado, podemos dizer sobre o trabalho com outros tipos de materiais, sobretudo em relação ao desenvolvimento de doenças, que os efeitos eram variados e não pareciam compor uma visão unificada. Assim, a interação de cada corpo com o ambiente da rampa e a relação estabelecida por eles com cada tipo de material e com cada objeto em particular não necessariamente produziam como efeito a "doença". Se deixarmos de lado a categoria "lixo", genérica e empobrecida, podemos pensar que, diariamente, os catadores manipulavam uma grande massa de materiais heterogêneos e que, em sua experiência prática, a possibilidade de esse contato resultar em "acidente" ou "doença" era algo residual. Por mais reincidente que pudesse ser, a concretização dos riscos em "males" restava no plano extraordinário, já que a experiência cotidiana demonstrava resultados que majoritariamente não seguiam essa direção.

Nesse sentido, os corpos são também heterogêneos, e sua relação com cada objeto em particular é uma interação distinta cujos efeitos não são automáticos, nem totalmente previsíveis. Reconhecer a dimensão concreta e sensível desses materiais tanto quanto dos corpos é reconhecer que essas matérias "humanas e não humanas" não possuem uma qualidade essencial, e que sua agência depende de um enorme ajuntamento de elementos concretos, ativos e atuantes (humanos e não humanos), dentro de arranjos específicos e mutantes.

Em seu texto "Como falar do corpo", Latour (2004) lança mão de mais um exemplo curioso, que versa sobre a produção de um "nariz", isto é, de alguém capaz de atuar na indústria de perfumes por sua capacidade de distinguir odores. O caso é relativamente simples: apesar de todos nascerem com um nariz, pouquíssimos *são* "narizes", e quem o é não nasceu como tal. Tornar-se um "nariz" é um aprendizado do qual não se pode excluir a mediação de diversos "arranjos artificiais"; destes, o "*kit* de odores", que permite dispor fragrâncias distintas, passando do contraste mais abrupto ao mais sutil, é apenas o que ganha mais destaque. No entanto, o treino, o professor, os engenheiros químicos, as fábricas, os laboratórios também são partes do arranjo que produz esse corpo. Esse exemplo permite ao autor propor uma definição de corpo como uma "aprendizagem de ser afetado": "Adquirir um corpo é, portanto, como um empreendimento progressivo, que produz ao mesmo tempo um meio sensorial e um mundo sensível" (p. 207).

Podemos então voltar a Jardim Gramacho para pensar os afetos e os efeitos articulados pelos diversos arranjos materiais nos quais os catadores estavam inseridos, em suma, o aprendizado que estava em jogo e os corpos que eram produzidos naquele universo de trabalho. Se a distinção cada vez mais apurada entre odores semelhantes através do "*kit*" era o que criava um "nariz" no exemplo de Latour (2004), podemos dizer que a mistura e o acúmulo em grandes proporções de resíduos diversos formavam na rampa um arranjo propício à "amputação" do nariz. Um dos efeitos do estímulo excessivo ao forte odor produzido pela mistura era precisamente a anulação do olfato.

> No meu primeiro dia aqui, eu achei esse lugar estranho. [Por quê?] Bem, o cheiro. Eu não conseguia almoçar. Eu senti enjoo e pensei que fosse vomitar. Todo o movimento de pessoas e caminhões também. Eu não achei que voltaria, mas minha prima me convenceu. Ela veio me buscar no dia seguinte. Você sabe, agora me acostumei. Você se acostuma. (Millar, 2008, p. 28)

Embora a narrativa de dona Zélia apontasse para a situação de "não costume" e de continuar a sentir o cheiro da rampa, outros relatos indicavam o excesso de estímulos do lugar como a causa da desconstrução da capacidade olfativa. Pela citação anterior, percebemos que, apesar de de-

terminadas pessoas não conseguirem se adaptar, o trabalho dos catadores na rampa passava pelo aprendizado de não sentir, pela "amputação" do nariz, isto é, pelo costume de ignorar o olfato até torná-lo insensível. No entanto, se a experiência sensorial proporcionada pela economia dos recicláveis anulava o nariz, também desenvolvia outros sentidos. O trabalho dos catadores produzia tipos alternativos de conhecimentos incorporados e aguçava habilidades em relação aos objetos, aos quais muito dificilmente alguém poderia se tornar sensível sem estar articulado ao arranjo material da rampa e às diversas etapas dos circuitos comerciais da reciclagem.

Segundo Vitória, certa vez ela mesma não conseguira se desvencilhar da atividade, guardando a distância devida do caminhão de despejo, e acabou sendo aterrada pelos resíduos. Os casos de aterramento serem vistos como infortúnios, de quem "prendeu o pé" e não conseguiu sair do caminho, ou como "descuido" e falta de atenção indicam que adquirir esse foco, saber calcular a distância, avaliar o tempo exato para se deslocar sem ser atingido, mas sem se afastar demais a ponto de perder oportunidades de coletar uma boa carga recém-chegada, representavam também o aprendizado de habilidades pela prática, a aquisição de um "senso do ritmo" que o trabalho requeria. Nas palavras de Millar (2008, p. 27): "Catadores devem também adquirir um senso do ritmo de trabalho no lixão: o movimento dos veículos, o andamento da coleta e as oscilações na chegada dos caminhões".

Os agachamentos e a inclinação que o corpo deve ter para a coleta; o posicionamento das pernas para a manutenção do equilíbrio; o movimento ligeiro das mãos e dos braços na captura dos objetos e em sua alocação nas lonas; as técnicas para segurar e mover essas lonas; o deslocamento conjunto dos membros superiores e inferiores para manipular as lonas e os fardos na balança; as técnicas visuais, táteis e mesmo sonoras para identificar e selecionar os materiais; as formas de se equilibrar na caçamba dos caminhões e no terreno instável da rampa; o cuidado para não pisar em locais perigosos; em suma, as práticas laborais dos catadores eram compostas de um conjunto de técnicas corporais (Mauss, 2003b) e saberes práticos incorporados. Esse conhecimento prático era aprendido também com a ajuda de conhecidos, colegas ou familiares que se

tornavam responsáveis pelos recém-chegados e assumiam a tarefa de ensiná-los, formando duplas.

> O trabalho de coleta de recicláveis envolve numerosas habilidades que os recém-chegados normalmente aprendem trabalhando com o catador experiente. Essas habilidades incluem a capacidade de rapidamente distinguir entre os vários tipos de materiais. As diferenças entre os tipos de plástico, por exemplo, não são facilmente identificáveis pela visão, mas podem ser determinadas pelo toque ou pelo som que fazem quando são amassados. (Millar, 2008, p. 27)

Se o trabalho com os recicláveis pode ser entendido como um processo de "domesticação" desses objetos para a criação de mercadorias, tal processo não se estabelecia como uma relação em que os catadores, sujeitos humanos, agiam sobre uma coisa inerte. Os materiais diversos – e, no caso aqui tratado, as plasticidades – também atuavam nessa operação e produziam múltiplos efeitos. O plástico fino desenvolvia um odor indesejado que aderia à pele e permanecia nas mãos dos catadores; a rampa, com sua mistura de resíduos e o chorume gerado pela matéria orgânica, produzia um odor intenso e desagradável, deixando o olfato insensível. Por outro lado, o trabalho de selecionar e triar plasticidades como "garrafinha", "PET", "mistão", "cristal", "PP", "copinho", "karina" desenvolvia nos catadores outro tipo de aprendizagem, que os afetava e os tornava afeitos às qualidades físicas das matérias. Esse aprendizado aguçava outros sentidos e refinava suas capacidades táteis e visuais, apurando o conhecimento sensível em relação às matérias em termos cognitivos e de habilidades corporais.

Dedicada a analisar a "performatividade do plástico", Hawkins (2010, p. 121; grifos originais) busca desessencializar as plasticidades, tanto ética quanto materialmente, a partir da evidência de que "diferentes associações *tornam presentes* diferentes qualidades materiais e afetos". Ao constatar a cruzada moral dos discursos ambientalistas em relação às sacolas plásticas, sobretudo a partir de campanhas como "Say no to plastic bags", a autora fornece contraexemplos de como as qualidades de materiais plásticos dependem dos diferentes arranjos dos quais participam junto com uma rede material mais extensa. A partir desses diversos

arranjos possíveis, essas qualidades podem vir a manifestar "diferentes energias afetivas" (p. 122). Os catadores e seu trabalho, em meio ao universo dos materiais recicláveis, conseguem expor com especial nitidez as formas como essas materialidades podem manifestar outros sentidos, valores e energias quando articuladas em arranjos como os da economia de recicláveis pesquisada.

"Articulação" é o termo sugerido por Latour (2004) para falar das inúmeras camadas de diferenças que existem e que se entrecruzam numa dinâmica em que articular é ser afetado, é se tornar sensível aos efeitos das mais diferentes entidades, incluindo humanos e não humanos. Esse enfoque traz à tona os componentes artificiais e materiais que permitem progressivamente adquirir um corpo e conceber realidade e artificialidade como sinônimos. As diversas plasticidades com as quais os catadores lidavam tinham qualidades distintas, assim como eram distintos os efeitos do contato e das diversas formas de articulação com essas matérias. A partir disso, voltemos a ponderar os possíveis motivos pelos quais os catadores normalmente não associam "lixo" a "doenças".

Além de as percepções, os corpos e as relações estabelecidas entre catadores e seus objetos de trabalho não serem homogêneos, o conhecimento advindo da experiência e a concepção apurada sobre os materiais impediam que eles vissem esses objetos a partir de uma perspectiva moralmente fixa e condenatória. Afetos negativos poderiam ser causados, mas os catadores tinham uma visão muito mais ampla dos materiais recicláveis e plena consciência de seu valor e das possibilidades econômicas que ofereciam para além da sua existência como "agentes patogênicos". Os trabalhadores também conheciam de perto os riscos e perigos que corriam; porém, estes não eram suficientes para invalidar o trabalho da catação como uma oportunidade de ganho.

Além disso, pelo conhecimento que adquiriram do ambiente, do ordenamento e das técnicas de trabalho, os catadores tinham uma capacidade muito mais refinada de avaliar os riscos do que alguém alheio àquele universo, que veria, em um bloco maciço, tudo relacionado a "lixo" como "perigoso". Dessa forma, os catadores conseguiam mensurar os fatores positivos e operar o cálculo dos benefícios do trabalho em função dos aspectos negativos, preferindo manter a atividade. Como vimos, a

essa decisão deve ainda ser acrescentado o fato de que as relações pessoais estabelecidas nesse universo não se resumiam às profissionais, mas envolviam laços de parentesco, amizade, vizinhança e sexuais. Do mesmo modo, as atividades desempenhadas nos espaços que compunham os circuitos comerciais da reciclagem, como o aterro e a associação, não se limitavam a práticas de trabalho, mas incluíam lazer, conversas, brincadeiras, paqueras e constituíam um fato social total para parte considerável dos sujeitos imersos naquele mundo.

Nesse contexto, vale ressaltar as consequências nocivas e de caráter autoritário que a legitimação da perspectiva médica acarretou para as populações pobres urbanas ao longo do século XX, como remoção, afastamento, estigmatização e controle (analisadas no capítulo 1). O poder conferido a esse discurso, porém, não ficou no século passado. A agência e a eficácia do saber médico continuam sendo mobilizadas como instrumento político para a gestão governamental dessas populações na contemporaneidade.

"ARQUIVO", "SUCATA" E OUTROS MATERIAIS

Como acadêmica, após cursar graduação e pós-graduação, eu era alguém acostumada a viver em um mundo de papéis. Textos xerocados, cadernos, pastas, anotações, livros amontoados em prateleiras e estantes ocupavam a maior parte da casa onde moro. As torres de papel com linhas e mais linhas de tinta, nomes, citações e referências eram um desafio constante às minhas reiteradas tentativas de organização, catalogação, classificação e arquivamento. Em expansão constante e uso contínuo, o arquivo composto pelos meus textos e livros estava em permanente transbordamento, desafiando os parâmetros conceituais e logísticos da minha ordenação. Esse projeto organizador da massa de papéis era motivado pelo meu apreço por essa matéria. Eu valorizava, em especial, os livros impressos, conferindo *status* menor às versões xerocadas ou às edições em formato digital.

Em Jardim Gramacho, determinados locais da associação de catadores se caracterizavam por uma massa de papéis, em que o controle sobre o fluxo desordenador e sobre o excesso também era um desafio constante. Ali o "arquivo" ordenava os papéis que chegavam, mas não se

apresentava como um dispositivo disciplinar e familiar aos acadêmicos; consistia em uma "categoria" que identificava o tipo de material composto por papéis, cadernos, revistas, livros, para designar *grosso modo* a matéria-prima das atividades de escritório. A situação que me fez atentar para as afinidades e diferenças entre a função dos papéis no meu mundo e no mundo dos catadores foi paradigmática, única vez em que recordo, ao longo do trabalho de campo, sofrer um choque cultural.

Eu acompanhava Carmem e Mônica, que conversavam enquanto trabalhavam no "arquivo". Entre os itens que seriam manipulados por elas, visualizei um dicionário *Michaelis: espanhol-português* em estado quase novo. A primeira reação que tive ao vê-lo e ao avaliar a sua boa conservação foi considerar as possibilidades de utilizá-lo. Lembrei-me de que eu não possuía dicionário em espanhol e pensei que, diante das minhas dúvidas ao ler textos nesse idioma, poderia me valer do objeto em questão. Enquanto me distraía nesses pensamentos, Mônica, sem perder o ritmo da animada conversa que tecia com Carmem sobre uma de suas colegas de trabalho, selecionou o item. Mantendo-o aberto, ela segurou a capa e a contracapa com as mãos, formando em cada uma delas um pequeno maço de folhas, e em seguida puxou com força em direções opostas, fazendo o movimento corporal que esquartejava o dicionário em três pedaços para jogá-los na lona. Estarrecida, presenciei o gesto que à Mônica não havia causado o mais ínfimo sentimento de "dano" em relação ao livro. Ficou claro que para ela, antes de ser classificado como "dicionário", aquele material específico era "arquivo". Nesse caso, a tinta nele contida e o seu código semiótico não acrescentavam qualquer valor à matéria "papel", muito diferente dos sentidos e dos usos que eu dava e que correspondiam ao valor dos livros para os acadêmicos e leitores em geral.

A lógica dos catadores valorizava nos "arquivos" outros critérios, como o estado do papel e o seu potencial de massa, não necessariamente o seu volume, mas o que este era capaz de ser quando revertido em peso. O episódio do dicionário, quase anedótico, serviu para que eu me desapegasse dos últimos resquícios de etnocentrismo que persistiam secretamente na ótica pela qual eu abordava os materiais recicláveis. O episódio teve ainda como efeito me tornar mais alerta a respeito da alteridade das

lógicas que regiam as práticas dos catadores, e consolidar como um imperativo do trabalho etnográfico a investigação e o mapeamento, na medida do possível, da compreensão nativa sobre aqueles objetos.

A categoria do "arquivo" não abrigava o "papelão", que consistia em um material à parte, em uma classe específica. Foi com rara frequência, no entanto, que presenciei catadores manipulando esse elemento no período de campo. Normalmente, aqueles que o adotavam como objeto de trabalho coletavam apenas esse tipo de material. Ouvi narrativas de catadores que, no passado, já tinham trabalhado com itens dessa natureza – o que teria mudado posteriormente com a preferência por outros gêneros. Certa vez, Luiz Gustavo me contou que seu nome estava "quase indo para o SPC"[13] e que, por isso, teria de catar "papelão". Apesar de ter visto, em uma ocasião, duas mulheres e dois homens em uma caçamba separando "papelão", no geral esse era um tipo de material adotado por homens, especialmente por causa de suas características físicas, sobretudo por seu peso. Uma vez, enquanto conversava comigo, Vitória começou a se lembrar da época em que catava na adolescência. Embora fosse "muito magrinha", ela "cismava" que queria catar "papelão", mas depois precisava pedir ajuda aos companheiros para levantar a lona, o que resultava em reclamações: "Por que você não cata o que consegue carregar?".

Em termos monetários, o valor do "papelão" era menor que o do "arquivo": enquanto o quilo deste variava entre 35 e 38 centavos, no mesmo período da pesquisa, o quilo do "papelão" oscilava entre 20 e 22 centavos. Acompanhei a movimentação de lonas de "arquivo" que eram colocadas e retiradas das caçambas e, eventualmente, ajudava a empurrar algumas delas. Para operar esse deslocamento, cerca de quatro a cinco pessoas carregavam as lonas para dentro de uma caçamba. Um garoto adolescente que observava a atividade, em determinado momento, subiu no montinho formado pelo "arquivo", virou de costas para mim e deu um "mortal" para trás. Fez isso duas vezes, o que me deixou surpresa com a sua habilidade. Ele me disse que a caçamba de arquivo permitia aquele

13 O Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) é uma empresa que realiza análises de crédito com base em informações de adimplência e inadimplência de pessoas físicas ou jurídicas em um banco de dados privado.

movimento e que, se ela fosse composta de outro material, como PET, por exemplo, o salto não seria possível.

Já Zacarias trabalhava apenas com "sucata". No dia em que acompanhei seu trabalho mais de perto, ele havia acabado de descer do aterro com Valdir na caçamba do caminhão vermelho, que estava completamente tomada por esse tipo de material. Nessa etapa, a atividade de Zacarias consistia em fazer a transferência braçal de todo o amontoado de sucata presente na caçamba do caminhão para outra caçamba, que havia sido deixada no terreno da associação e que, após o seu preenchimento, seria recolhida pelo caminhão pertencente ao comprador do material.

Interagindo com Zacarias, fiquei curiosa sobre quanto tempo de trabalho ele precisara para conseguir juntar tudo aquilo que enchia a caçamba da Mercedes vermelha. Ele respondeu que havia levado cinco dias de catação no aterro, com uma carga horária que ia das 13 horas, quando chegava, até pouco depois das 17 horas, quando ia embora. Para justificar essa quantidade de tempo, explicou que se recusava a pagar propina para os guardas do aterro e que, por isso, eles dificultavam o seu trabalho. Segundo Zacarias, sem cumprir esse procedimento, os guardas não lhe permitiam pegar a sucata do mesmo modo que aos demais catadores, o que fazia aumentar o tempo de execução de suas atividades. A cobrança variava entre 20 e 30 reais, e ele dizia com veemência: "Não pago".

Pouco depois, nessa mesma conversa, Valdir, o motorista, aproximou-se, e Zacarias quis saber o quanto de sucata havia conseguido no caminhão. Para operar esse cálculo, era preciso saber a tara do veículo, isto é, seu peso sem a carga. Provavelmente, por se tratar de um caminhão novo, Zacarias desconhecia esse valor e, portanto, ainda não sabia ao certo estipular aquele cálculo. Valdir respondeu que a tara do caminhão vermelho era de 6.500 quilos e que seu peso total naquele momento era de 10.310 quilos. Na caçamba do caminhão havia, portanto, 3.810 quilos de material. Para saber quanto ganharia, Zacarias teria que multiplicar esse número pelo valor da sucata, que, na época, estava em torno de 20 a 25 centavos. Ele me lembrou, no entanto, que o cálculo não seria exatamente esse, pois era preciso ainda subtrair 15% do valor total cobrados pela associação como taxa administrativa.

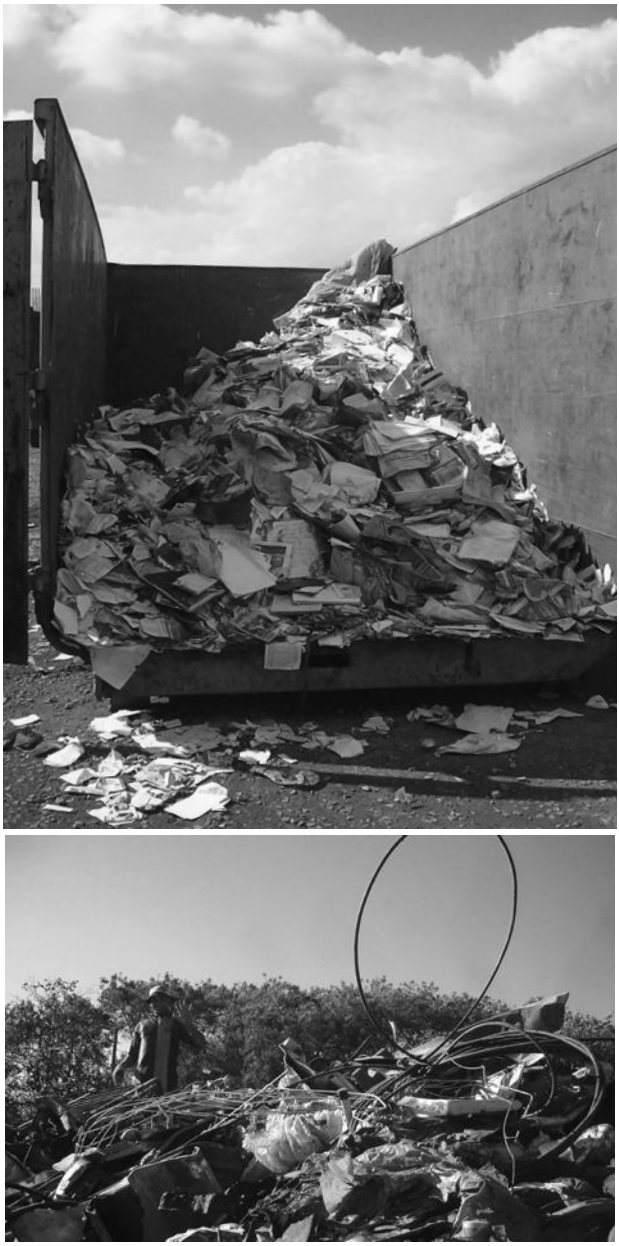

Figura 10 – Caçamba com "arquivo" (A)
e carga de sucata coletada por Zacarias (B).

Fonte: Acervo da autora.

Alguns metais exigiam um procedimento mais específico, como o cobre, que deveria ser queimado. O cobre e o alumínio não eram comercializados diretamente pela associação. Normalmente, os catadores que trabalhavam com esses materiais não os tinham como exclusivos, diferentemente do que acontecia com frequência com a sucata e o papelão. Nesse caso, aqueles que coletavam esses metais, após deslocá-los do terreno à associação, tinham que se encaminhar para os estabelecimentos que os comercializavam. Um catador mais idoso que conheci possuía uma barraca em frente à cooperativa do aterro, e seu trabalho era especializado em cobre. Ele permanecia ali separando o metal e cortando a parte dos fios que ligava na tomada. Dizia que aquela era a sua área.

A comercialização dos metais compõe um universo bem mais amplo, que não se restringe à atividade dos catadores de materiais recicláveis. Através dos estabelecimentos conhecidos como "ferros-velhos", as trajetórias desses materiais constituem muitas vezes circuitos comerciais independentes e mais difusos pela cidade, por articularem redes em torno do que Goyena (2015) chamou de "espólio arquitetônico". Os mediadores fundamentais dessas redes são os "garimpeiros urbanos", trabalhadores especializados na atividade (ilegal) de perscrutar escombros de construções demolidas para a retirada de artigos de valor, dentre os quais se encontram diversos tipos de metais – como ferro, aço, cobre, bronze, estanho, prata e zinco.

Os garimpeiros guardam semelhanças com os catadores sobretudo na perícia adquirida em examinar a matéria através da apuração de sentidos – como o olfato e a visão –, exigida por uma atividade que requer saberes incorporados. Se "a vida de uma construção arquitetônica segue depois de seu desabamento" (Goyena, 2015, p. 8), garimpeiros e catadores se assemelham por serem especialistas em matérias consideradas "mortas" pelo senso comum, e seu trabalho demonstra que resíduos e escombros têm trajetórias muito mais vívidas e longevas do que o alcance da nossa visão nos faria supor. Os dois tipos de profissionais também guardam diferenças significativas, expressas já pelas próprias categorias utilizadas para designar cada atividade.

Enquanto os garimpeiros trabalham em busca de riquezas, pedras preciosas e minérios, os catadores residem no registro da necessidade e

da sobrevivência, sofrendo o estigma dos restos, desconsiderados como matérias-primas e destituídos de valor. Isso aparece com especial nitidez quando os garimpeiros, atuando na clandestinidade, reclamam da "atração de curiosos", que eventualmente chamaria a atenção de autoridades, enquanto o trabalho dos catadores, em função do estigma, permanece no campo da invisibilidade e do afastamento. Por isso, o exercício da catação é muitas vezes entendido como a tragédia da biografia, o alcance do fundo do poço que representa o fim das esperanças, ao passo que o garimpo é alimentado pelo sonho da descoberta de tesouros, da possibilidade de se fazer fortuna dentro de um registro da aventura.

Além do imaginário em torno desses campos semânticos, muitos dos garimpeiros adquiriram seus conhecimentos por terem trabalhado na indústria da demolição. E, por encontrarem nos escombros fragmentos de materiais antigos e objetos históricos,[14] seus circuitos comerciais e redes de contatos transcendem os ferros-velhos e alcançam colecionadores e antiquários. Ao se integrarem às lógicas que orientam os mercados da arte e dos bens considerados patrimônios, os materiais com os quais os garimpeiros lidam ultrapassam a lógica da pura composição físico-química da matéria – predominante entre os catadores, na qual o valor é principalmente determinado pelo peso.

A PESAGEM E O PAGAMENTO

Em uma quinta-feira na associação, quando a hora do almoço se aproximava, um grupo de catadores que não havia levado comida de casa tentava decidir quem iria comprar as "quentinhas" em uma barraca da redondeza e levá-las aos companheiros. Após a refeição, providenciada por Dedé, os catadores faziam sua "sesta" enquanto tomavam coragem para voltar ao trabalho. A etapa seguinte seria a da pesagem do material, e os dois irmãos adolescentes Valdo e Moacir estavam ansiosos, apressando Vitória para que pudessem começar logo a tarefa.

Nesse dia, o enfoque da pesagem eram as diversas plasticidades comercializadas pela associação, e, assim como no trabalho com o plástico

14 Dentre eles, avarandados de ferro fundido, azulejarias, madeiramentos ditos "de lei", ou ainda pedras talhadas de uma fachada.

fino, para a realização de certas práticas, era imprescindível a *cooperação* dos colegas. Dificilmente seria possível operar o deslocamento das lonas, levantá-las e colocá-las na balança sem contar com a ajuda de alguém. Essa espécie de insuficiência do trabalho individual caracterizava diversos pequenos procedimentos de uma série de etapas e atravessava todo o universo dos catadores na economia dos recicláveis. Apesar de não se restringir à fase da pesagem, foi nesses processos em torno da balança que a questão da cooperação pôde se apresentar de forma mais cristalina.

Diante da pressa de Valdo e Moacir, Mazinho, que ainda descansava após o almoço e era bem mais velho que eles, demonstrou insatisfação, reclamando que os jovens "não queriam esperar os amigos". Os irmãos formaram então uma dupla e começaram a arrastar as lonas até a balança; em seguida, inseriram-nas sobre a plataforma do equipamento. Quando as lonas abrigavam um mesmo material e correspondiam ao trabalho de uma mesma pessoa, poderiam ser colocadas na balança de uma só vez, uma por cima da outra. Após pesar plasticidades como "PET" e "garrafinha", a dupla moveu as lonas para os locais destinados ao armazenamento daquelas que já haviam passado pela pesagem. Então foi a vez de Bezerra e Mazinho se juntarem para a mesma tarefa. Quando se precisava dessa cooperação, era comum que os catadores chamassem os colegas mais próximos geograficamente ou com quem tivessem mais afinidade. Assim, diante da necessidade de carregar uma lona até a balança, retirá-la do caminhão, descarregá-la em uma caçamba, retirar um fardo da prensa, ou outro pequeno procedimento como esses, o mais comum era pedir ajuda a alguém, de preferência que fosse próximo, mas fundamentalmente que estivesse por perto na ocasião. No entanto, a ajuda também poderia ocorrer mesmo com o colega ausente. Durante a etapa de pesagem do plástico fino, por exemplo, havia no galpão alguns fardos de Carmem que os rapazes tinham pesado, mesmo sem ela estar presente no momento. Vitória chamou a minha atenção para esse fato: "Eles reclamavam, mas acabavam fazendo".

A balança havia sido posicionada perto de uma caçamba de PET, localizada na lateral do terreno. Em uma das muitas idas e vindas de Bezerra e Mazinho para levar as lonas batidas do canto próximo à casa do vigia até a balança, Mazinho fez um comentário que despertou a in-

dignação de Carmem. Ao passar pela área onde ela batia o seu material, o colega disse em voz alta: "Não vou mais ajudar a puxar a lona de ninguém, não, só a levantar e pesar". Como reação ao comentário, Carmem perguntou a ele se era uma "piada", demonstrando que havia se sentido diretamente atingida por sua afirmação. Mazinho respondeu que estava falando "pra todo mundo", ao que ela retrucou: "Só tem eu aqui".

Quando a cooperação deixava de ser ocasional e passava a se dirigir com mais frequência a um mesmo indivíduo, ao invés de permanecer difusa entre os que estivessem próximos por acaso, poderia assumir um caráter monetário mais explícito. Foi o que ocorreu com Mazinho no procedimento de "fazer a caçamba". Essa era uma etapa intermediária entre a pesagem e a conclusão do ciclo de comercialização dos materiais. As lonas, que já haviam passado pela balança, deveriam ser esvaziadas nas caçambas fornecidas pelas empresas com as quais a associação negociava. O ponto sensível consistia no fato de que nem todos os catadores estavam presentes no momento em que as lonas eram esvaziadas na caçamba, especialmente porque, após a pesagem, a quantidade de materiais obtida por cada catador estava formalmente registrada pela associação. Logo, da perspectiva individual, a produção e o consequente pagamento já estariam assegurados após a pesagem. Isso contribuía para que o procedimento de "fazer a caçamba" não mobilizasse os associados da mesma forma.

Em virtude disso, Mazinho acabava muitas vezes sobrecarregado, realizando a operação de "fazer a caçamba" para além de uma contribuição ocasional, como ocorria em outros casos. A questão chegou a ser discutida em uma reunião de associados que presenciei. Nela se convencionou que Mazinho receberia 15 reais de quem não comparecesse para executar a tarefa. Também foi acordado que aqueles que estivessem presentes e realizassem o procedimento não teriam que desembolsar a quantia determinada nem entrariam na partilha do dinheiro com Mazinho caso esvaziassem as lonas dos ausentes. Na prática, no entanto, eu não consegui confirmar se o acordo foi cumprido a contento.

Enquanto fazia dupla com Bezerra para a pesagem, Mazinho portava uma faca de serra. Com ela realizava pequenos rasgos nas lonas a serem transportadas de modo que eles pudessem acomodar as mãos e ter o

apoio necessário para carregar o peso dos recipientes durante o deslocamento. Essa etapa compreendia a inserção e a retirada das lonas da plataforma da balança e a sua realocação em um espaço distinto daquele onde estavam inicialmente. Essa disposição espacial correspondia a uma estratégia logística para delimitar e diferenciar as lonas batidas ainda não pesadas, tanto das lonas já pesadas, quanto das lonas ainda não batidas.

Durante a pesagem, observei que Bezerra trazia uma caderneta e uma caneta destampada, que deixou sobre uma lona próxima à balança. Ao ouvir de Vitória o peso indicado pelo instrumento, ele pegava a caderneta e anotava a informação, fazendo um controle particular do seu material. Uma das lonas que Bezerra pesou – de "garrafinha colorida" – marcou 89 quilos, o que ele não deixou de registrar. Ao acompanhar a pesagem do plástico fino, percebi que um dos catadores também se preocupava em tomar nota dos pesos de cada fardo. Mas nem todos faziam isso – creio mesmo que apenas uma minoria –, pois também presenciei ocasiões em que os catadores pesavam seus materiais sem estabelecer qualquer procedimento objetivo para que pudessem conferir posteriormente os valores. Isso não significa que eles não soubessem apontar o peso indicado de suas lonas, já que as quantidades poderiam ser também memorizadas.



Figura 11 – Catadores estabelecem parcerias colaborativas para a pesagem dos materiais.

Fonte: Acervo da autora.

Certa vez, Bezerra comentou sobre a frequência com que Vitória alegava ter se esquecido de pesar alguma lona: "Ela sempre diz que esqueceu; quando a gente vai ver, a conta não bate, e sempre é pra menos". A prática de anotar, portanto, revelava-se como uma precaução contra eventuais incompatibilidades entre os valores que eles projetavam receber a partir da indicação da pesagem e o que se concretizava monetariamente na etapa seguinte: o pagamento.

Segundo o arranjo de trabalho dos catadores, o pagamento constituía a última etapa do circuito comercial dos recicláveis e encerrava o ciclo de trabalho semanal. Nesse sentido, a geração de renda para esses trabalhadores correspondia à conclusão desse processo produtivo,[15] com o fim da trajetória do objeto descartado e sua transformação em bem econômico, o que era concretizado com a conversão dos materiais em recursos monetários. A (re)criação do valor estava assim no centro desse processo, quando a indeterminação que caracterizava os resíduos dava lugar novamente à estabilidade de uma mercadoria, o "material reciclável", cuja transformação se completava com a troca.

Na associação, o fechamento do ciclo semanal, marcado pela entrega dos pagamentos, ocorria às sextas-feiras, quando o espaço era tomado por um clima maior de descontração, com atividades reservadas à limpeza e à organização do terreno. Era também quando o consumo de cerveja parecia mais autorizado. Assim, ao longo de todo o dia, as pessoas iam chegando, conversando e tomando cerveja até que chegasse o momento de receberem o dinheiro. No final da tarde, todos os presentes iam se aproximando da estrutura que abrigava as salas da administração, em especial do escritório, onde ocorreria o pagamento. Sentados ao longo da muretinha que dividia o espaço das salas e o espaço aberto onde se encontrava o galpão, os associados interagiam através de gozações, desenvolvendo e refinando as relações jocosas que tão bem caracterizavam seu convívio. Cercados entre a grade da janela que isolava o escritório e o corredor cujos limites eram formados pelas muretas, em meio a diversificadas conversas, eles esperavam que seus nomes fossem chamados por Vitória, que conferia as folhas de pagamento e, após operar os cálculos, entregava a quantia de cada um.

15 Utilizo aqui "produção" de acordo com o conceito de Zelizer (2011, p. 218), que a entende como "qualquer esforço que cria valor".

A folha era o instrumento que permitia à diretora financeira fazer o controle da produção total e o pagamento pela produção individual. Antes do início da pesagem, abria-se a folha correspondente ao tipo de material a ser pesado. Em uma folha branca de papel almaço, anotava-se a categoria principal do material, como exemplifica Carmem: "Agora vai abrir a folha do plástico fino, da PET, e assim vai". Em outra ocasião em que acompanhei a pesagem, observei que a "folha" não era exclusiva de um tipo de material. Nela era indicado o nome do catador responsável por coletar a lona ou o fardo a ser pesado e, em seguida, eram traçadas pequenas colunas. Estas delimitavam os diferentes tipos de materiais relativos a cada catador e deveriam ser preenchidas com o valor (em quilos) apontado pela balança.



Figura 12 – A folha em que se fazia o controle da produção da associação.

Fonte: Acervo da autora.

Estampado na parede externa, ao lado da porta de entrada do escritório, ficava à mostra um outro elemento central na mediação do processo de pagamento, a tabela de preços dos materiais, que indicava a cotação de cada tipo. Sempre que havia uma modificação na tabela, o valor vigente era atualizado, e a lista, impressa no próprio escritório, era rasurada a caneta. Após algumas correções, quando a legibilidade dos números se encontrava ameaçada, ou passível de confusão, uma nova folha era impressa e colada no mesmo local, com o título "ACAMJG informa".



Figura 13 – Tabela com a cotação dos materiais.

Fonte: Acervo da autora.

O valor total arrecadado ao longo da semana era entregue em dinheiro através da janela gradeada do escritório ao catador que tivesse seu nome chamado e que então assinava um recibo. No dia em que acompanhei o pagamento, tudo corria bem até que, depois de um tempo, instaurou-se uma confusão, com uma movimentação mais intensa. Algumas pessoas, que pareciam indignadas, começaram a xingar. Percebi naquele momento que alguns haviam recebido a notícia, que já se espalhava, de um "desconto" no material. Alemão havia descontado 10% do valor da PET, e os catadores não escondiam sua revolta. Eduardo dizia: "Não acredito, mais os 15% da associação, é 25% descontado da gente". As razões do desconto não pareciam bem estabelecidas entre eles, o que gerava especulações e interpretações diversas. Patrícia e Carmem reclamavam: "Antes descontavam a PET porque tinha lama, agora porque tem água, garrafa cheia...!".

Nem todos os catadores recebiam seus rendimentos pela janela do escritório da associação. Os que tinham conta bancária poderiam escolher pelo pagamento via depósito. No entanto, essa opção às vezes acarretava controvérsias por conta de atrasos nas movimentações. Ao passar por essa situação, Carmem dizia: "Todo material que cai, o pagamento tem que sair". Como "cair" significava a conclusão da transação com o

comprador – quando este recebia o material, o avaliava e pagava por ele –, a associação deveria repassar ao catador a quantia correspondente à sua contribuição. Por isso, se o material "caiu", o pagamento teria que ocorrer também. Carmem estava então aborrecida por ter checado sua conta três vezes e não ter visto o dinheiro, e para o que não havia explicação.

Outra opção de pagamento eram os vales. Eles funcionavam como um empréstimo, equivalente a um adiantamento, cujo montante deveria ser descontado do valor da remuneração semanal. Apesar de ter visto pessoas pedindo o vale na sexta-feira, que era o dia do pagamento, Mônica, uma das contratadas, contou-me que também era possível pegá-lo na quarta-feira e que seu valor era de até 20 reais. Em outra ocasião de pagamento, conversei com Leila, que me apresentou seus motivos para pegar um vale. Ela apontava como problema o fato de naquela semana o caminhão não ter "descido", o que só aconteceria na próxima sexta. Na prática, isso significava que as lonas conseguidas por ela naquela semana não puderam ser batidas e pesadas, impedindo, portanto, que recebesse pelo material. Em virtude disso, ela pegaria um vale de 100 reais, contradizendo o valor máximo informado por Mônica. Essa discrepância me fez ponderar a possibilidade de existirem valores de vales distintos entre os associados e os contratados, algo que não consegui confirmar.

Qualquer situação que atrasasse ou impedisse a conclusão do ciclo produtivo semanal com a efetivação do pagamento gerava efeitos e prejuízos significativos para os catadores. Eles organizavam suas vidas a partir da temporalidade desse ciclo e dependiam dessa etapa para quitar dívidas, realizar pagamentos ou compras, ou mesmo usufruir de momentos de lazer nos finais de semana.

TRAJETÓRIAS DESVIADAS: INDETERMINAÇÕES DO VALOR

Ao entrarem no sistema de gestão que é parte do arranjo institucional dos serviços de limpeza das cidades, os objetos descartados deixam uma posição estável e relativamente estática e iniciam uma nova fase de suas trajetórias, a qual culminará na sua transformação em "resíduos". Se bem-sucedida, a conclusão dessa fase acontece com a chegada do objeto ao "destino final" – seu despejo nos vazadouros ou aterros municipais –,

última etapa em que as coisas "jogadas fora" são consideradas parte dos fluxos próprios do sistema de gestão. Antes do descarte, a existência dos objetos é definida pela estabilidade, pela situação de ocupar um lugar adequado em determinado espaço onde uma função ou valor específico dá sentido à sua presença e permanência. A vida "pós-descarte" dos objetos é marcada menos pela estabilidade do que pela *indeterminação*, quando em sua trajetória são abertas oportunidades de seguirem percursos diversos.

No aterro, os objetos haviam alcançado com êxito o processo que os transformara em "resíduos" e os destituíra de valor. A partir daí, ao partilharem de um *status* marcado pela indeterminação, os resíduos ficavam disponíveis para serem inseridos em *fluxos*, que dariam início a novos processos em suas trajetórias. Nesse momento, os catadores emergiam como atores centrais, por serem os responsáveis pela possível inserção dos resíduos nesses fluxos alternativos, ao longo dos quais os objetos tinham a chance de se transformar em "materiais recicláveis" e adquirir novos valores.

Até aqui apresentamos o circuito comercial formado entre o aterro e a associação e descrevemos as etapas específicas que compunham o arranjo de trabalho dos catadores dentro do ciclo semanal. Após analisar a trajetória dos resíduos pelo circuito através do qual seu valor era recriado, foi possível compreender que a produção desses objetos como bens econômicos dependia da realização bem-sucedida de uma série de procedimentos. A passagem das coisas por essas etapas, mediadas pelos catadores, era a condição para que completassem suas "candidaturas" ao "estado de mercadoria" dentro desse "contexto mercantil" específico (Appadurai, 2008, p. 27-30).

Assim, as práticas dos catadores operavam a recriação do valor dos objetos descartados com a sua transformação em "materiais recicláveis". O pagamento concluía esse ciclo produtivo com a efetivação das trocas econômicas e a conversão dos materiais coletados em "dinheiro". No entanto, nem sempre os percursos dos objetos eram exitosos e, consequentemente, nem todas as trajetórias tinham o dinheiro como resultado da conversão final. A narrativa a seguir se concentra nas trajetórias de matérias que não se completaram de maneira satisfatória, conforme o roteiro

traçado pelo circuito comercial. Esse caminho colocará em relevo outras dimensões ainda não exploradas desse processo, ampliando a análise.

Os resíduos têm um papel complexo em formações de valor (Hawkins; Muecke, 2003, p. x), porque se caracterizam por processos de indeterminação "introduzidos pela lacuna ou momento em que o valor está ainda para ser decidido" (p. xii). Esse "estado transicional" (Pye, 2010, p. 6) deriva da sujeição desses objetos a inúmeras contingências das quais não se desvencilham o acidental e o arriscado. Essa transitividade é o que parece estar no cerne da questão dos resíduos e permite iluminar positivamente, em termos de *deslocamento*, *circulação* e *fluxo*, aquilo que supostamente não teria um espaço próprio, o "fora de lugar". Do mesmo modo, a "ausência de valor" poderia ser entendida justamente como essa qualidade transitiva, esse estado de vir a ser, em que os valores ainda não foram definidos e objetificados em quantias e significados estáveis. Afinal, como assinala Whiteley (2011, p. 24), resíduo (*trash*) "é um conceito social e culturalmente construído – a palavra, como sua manifestação física, está em um contínuo estado de deslocamento de fluxos do ponto de vista conceitual, simbólico e material".

Appadurai (2008), ao pensar as mercadorias, chamou a atenção para as operações de desvio dos objetos. Nesses processos, que denominou "mercantilização por desvio", "o valor é catalisado e intensificado, colocando-se objetos e coisas em contextos improváveis" (p. 45). Carenzo (2011, p. 22), analisando os objetos descartados no contexto da capital argentina, reiterou que "a realização do valor depende do fluxo, e não do estoque, já que, uma vez classificados e acondicionados, os materiais prosseguem em diversas rotas como insumos fabris". Em Buenos Aires, a coleta seletiva feita pelos catadores representava um circuito em certa medida oficioso, em que o desvio de resíduos da via pública para a recuperação era considerado ilegal e funcionava como concorrência ao sistema de gestão oficial. Neste, o valor do resíduo derivava da sua "fungibilidade" (Reno, 2009), garantida pela criação de um estoque via enterramento massivo em aterros sanitários. A possibilidade de conversão dos resíduos em material se dava, portanto, somente através do desvio operado pelos catadores, que mediavam essa passagem de um regime de valor a outro.

Com esses desvios, a matéria descartada, além de inserida em diferentes circuitos produtivos, era inscrita em outras redes de relações so-

ciais, o que acarretava outras formas de denominá-la e de se relacionar com ela. Os contextos das Regiões Metropolitanas de Buenos Aires e do Rio de Janeiro guardavam diferenças quanto à relação com o sistema de gestão oficial. Se, no primeiro, os dois sistemas atuavam de modo paralelo, em uma relação alternativa e concorrente, em Jardim Gramacho, pareciam funcionar de forma complementar. Nesse sentido, o trabalho dos catadores dava continuidade a um processo iniciado pela gestão municipal, cujo ponto de mediação era o aterro de resíduos. Esse local representava ao mesmo tempo o fim do trajeto dos resíduos no sistema oficial e o marco zero de sua trajetória como "recicláveis" por intermédio dos catadores.

Nos dois casos, o trabalho de coleta era responsável pela inserção dos objetos diversos em fluxos. No entanto, se, no primeiro caso, esse fluxo parecia configurar um desvio de outro percurso, ainda incompleto, composto pela rota da gestão oficial, no segundo, a trajetória do objeto pelo sistema de gestão já havia sido concluída com a chegada ao aterro. Logo, a mediação dos catadores parecia caracterizar um "resgate", que livrava o objeto da inércia à qual poderia ficar sujeito na rampa e lhe devolvia movimento, com a sua inserção nos fluxos da economia dos recicláveis. No entanto, e nisso consiste o ponto que será explorado adiante, mesmo após adentrarem os circuitos comerciais, os objetos continuavam sujeitos a desvios. Os processos por que passavam nesses percursos desviantes eram diversificados e agenciavam arranjos, sentidos e usos distintos que merecem atenção.

"ACHADOS"

A primeira classe de coisas que não completavam seu trajeto no circuito comercial dos recicláveis eram os "achados". Esses objetos tinham algum valor reconhecido e por isso eram selecionados pelos catadores. Porém, a lógica que orientava seu valor diferia daquela que regia a dos materiais destinados à reciclagem, pois sua composição físico-química não era o critério mais relevante de classificação. Tais objetos não se enquadravam como resíduos, nem como "materiais", mas tinham potencial para adentrar circuitos de reutilização. Nesse caso, a possibilidade de utilizá-los conforme o papel ao qual foram originalmente atribuídos existia e era priorizada em relação à classificação pelo tipo de material.

Recorrendo ao exemplo do dicionário *Michaelis*, eu poderia dizer que, para mim, ele constituía um "achado", que poderia ter sido categorizado como tal se eu tivesse intercedido na atividade de Mônica, resgatando-o de sua condição de "material". Se eu tivesse sucesso em minha intervenção, o objeto teria sido desviado de sua trajetória como "arquivo", voltado a ser um dicionário e entrado em um circuito de reutilização a partir de minha mediação como leitora.

Nesse sentido, a própria categoria que definia o ato da seleção mudava. Enquanto os materiais eram "catados", os objetos passíveis de reuso eram "achados". Reconhecê-los assumia ares de um encontro fortuito, que poderia trazer à tona desde um item curioso capaz de ensejar uma piada até uma pequena "riqueza", algo que tivesse considerável valor monetário, ou que fosse mesmo dinheiro "vivo". Nesses casos, a descoberta assumia contornos mais místicos, quando a "sorte" poderia ser acionada como dispositivo discursivo e categoria de inteligibilidade para o ocorrido.

Por receber enormes montantes de coisas de que as pessoas se desfaziam, a rampa oferecia grandes chances para a detecção desses achados. Como os materiais que chegavam do aterro à associação eram previamente selecionados pelos catadores, o maior potencial de achados não vinha dali, mas dos circuitos da coleta seletiva. Selecionando os itens oriundos de empresas e estabelecimentos comerciais e doados para a coleta seletiva, as contratadas da associação muitas vezes encontravam objetos novos.

Mônica certa vez achou uma agenda em sua embalagem original, e, embora não tenha verificado o ano ao qual o caderno correspondia, posso afirmar que era um objeto novo. A contratada Janete, em outra ocasião, encontrou roupas de uma marca de vestuário de classe média alta ainda com etiquetas, e contou que não era a primeira vez que isso acontecia. Em outro momento, ela havia encontrado uma blusa masculina "novinha", que resolveu dar para um "cara" com quem estava saindo na época – atitude da qual se mostrou arrependida, pois, na ocasião em que narrou a história, os dois já não estavam mais juntos. Minha interlocutora disse ter achado ainda uma camiseta nova, também com a etiqueta, na qual constava o valor de "300 e poucos reais". Outros objetos compunham essa heterogênea categoria dos achados, como, por exemplo, uma mesinha de escritório que uma funcionária da associação levara para casa,

ou os brincos que Leila usava e que haviam sido encontrados por ela na catação. Além disso, ouvi relatos de pessoas que tinham achado dinheiro na rampa, cuja quantia variava entre 1 e 100 reais, muitas vezes guardados em envelopes de circulação interna dos bancos.

Labruto (2012) chamou esses circuitos de reutilização de *re-use economies*, os quais seriam ancorados em concepções de uso contrárias às das práticas normativas de consumo, por darem um reuso aos objetos descartados, velhos ou de modelos antigos. Certa vez, enquanto eu acompanhava Janete no trabalho de bater o material, foram encontrados por ela, em meio às lonas, alguns sacos de objetos atípicos. Um deles estava cheio de cabides de madeira, entre os quais, ao fazer uma pequena inspeção, encontrei dois em perfeito estado. Janete então me disse para levá-los. Estranhei a situação, mas, diante de sua insistência, acabei acatando. Antes de ir embora, dirigi-me ao escritório para me despedir e mostrei os cabides à Vitória; ela riu e fez uma piada, dizendo que eu já estava "levando tranqueira pra casa" e que por isso ia "cobrar". Eu ri e entrei na brincadeira, pedindo para ela "tirar o olho".

Nesse contexto, podemos resgatar o episódio das "duas vedetes" relatado por Carenzo (2011) e fazer algumas reflexões. As vedetes eram dois aparelhos de rádio antigos doados para a coleta seletiva na cooperativa de catadores de La Matanza, que constituía um circuito alternativo à gestão oficial de resíduos na Argentina. Os rádios haviam sido doados por uma "cliente" a uma dupla de cooperados que regularmente fazia a coleta em sua vizinhança.[16] Entretanto, a doação causou uma briga entre eles, pois um teria se adiantado e recolhido o aparelho sem avisar ao companheiro, que então decidiu deixar a cooperativa. Com isso, a informação sobre o surgimento dos objetos, que não havia sido comunicada pela dupla ao restante do grupo, chegou ao conhecimento de todos, engendrando uma discussão grave e uma reflexão coletiva sobre o episódio. Ao final, restou uma lição de moral sobre as consequências do agir individualmente e a importância de se conservar o ideal de partilha e

16 Para o sistema funcionar, era preciso cativar determinados moradores de modo que cooperassem com o processo, fazendo a separação dos resíduos. Isso exigia um trabalho performativo de comunicação, capaz de fazer com que o morador incorporasse o enquadramento classificatório que identificava os resíduos sólidos como "material reciclável", e não como "lixo".

de cooperação. Carenzo analisou os aparelhos a partir da ideia de "objetos especiais", que tensionavam as classificações estabelecidas e criavam uma ambiguidade quanto ao protocolo de ação a seu respeito. Assim, os objetos especiais – como roupas, alimentos, calçados, eletrodomésticos e adornos – eram doados e entravam na rota da coleta seletiva, porém, como não previam estratégias de comercialização, terminavam estocados na cooperativa, sem uso e com seus fluxos interrompidos.

Na associação de Jardim Gramacho, por sua vez, operava um arranjo sensivelmente distinto. Por sua ancoragem ao aterro de resíduos na conformação do circuito comercial, a lógica predominante em relação aos achados não diferia daquela aplicada em relação aos "materiais": basicamente a do "quem viu primeiro e pegou, levou". Segundo Millar (2008, p. 27), no aterro, o trato de itens para reuso não constituía um processo separado: "Ao mesmo tempo que os catadores coletam materiais recicláveis, eles recuperam e deixam em separado quaisquer itens que considerem dignos de reutilização". O "pegou, levou" também era o protocolo operante entre os garimpeiros de resíduos arquitetônicos no Rio de Janeiro (Goyena, 2015). Apesar disso, no contexto da associação, evidenciamos certas nuances, havendo ali processos de distribuição de determinados objetos da coleta seletiva para os quais eram acionadas outras lógicas.

Reno (2009, p. 33-35) identificou entre os trabalhadores do aterro de Four Corners, em Michigan (EUA), práticas de reutilização de objetos encontrados, que denominou "individuação" ("*individuation*"). Não obstante, tal conceito diferia dos "achados" entre os catadores de Jardim Gramacho, especialmente porque, neste último caso, o reuso dado aos objetos não assumia diferenças simbólicas e práticas em relação ao seu uso original. Reno define a individuação como um ato criativo que envolve dotar algo indeterminado de uma identidade não definida de antemão, e que requer a descoberta dos potenciais e atributos dos objetos a partir de uma relação duradoura. Esse processo, no universo de pesquisa do autor, estabelecia um vínculo estreito com a fixação de uma masculinidade e de diferenças de gênero que atravessavam o desenvolvimento de um saber prático, de uma bricolagem especialmente valorizada a partir da interface com a tecnologia. Por outro lado, as práticas de reuso em ambos os lugares se assemelhavam ao fornecerem um enquadramento que

dotava os objetos de sentido a partir de práticas e cadeias de uso, sendo este uso inédito e original (ou imprevisto). Essas operações simbólicas e materiais de reutilização colocavam os objetos novamente em fluxo, retirando-os da imobilidade que caracterizava a massa de resíduos acumulada no aterro.

Como vimos no caso argentino, devido à ausência de um protocolo sobre seu uso, os objetos especiais, ao adentrarem o fluxo da coleta seletiva, tinham suas trajetórias suspensas e terminavam estocados na cooperativa. Esse exemplo reforça a importância da reflexão empírica sobre os fluxos tanto quanto sobre os processos de desvio das matérias. Os desvios podem engendrar a criação ou a inserção de coisas em um fluxo, assim como a interrupção de um percurso seguido por determinado objeto. Seus efeitos não são previamente conhecidos, e os roteiros que seguem não são plenamente seguros, já que podem assumir sentidos e agenciar consequências diversas e até mesmo opostas. A passagem dos objetos através de diferentes regimes de valor, redes materiais, arranjos institucionais e relações interpessoais pode assumir configurações múltiplas, atravessadas por riscos, tensões e contradições.

"SUJEIRA", "LIXO" E "MATERIAL"

Devo a uma reunião a que assisti, logo nas primeiras vezes que frequentei a ACAMJG, a percepção de um tema até então invisível, que, a partir desse evento, abriu um caminho de análise em torno dos processos de produção das materialidades recicláveis e da fabricação do valor ao longo de suas trajetórias como objetos. A reunião tinha a finalidade de receber as demandas e reclamações dos catadores associados em relação a conflitos e dificuldades que enfrentavam em sua rotina de trabalho.

Nessa época, eu já havia incorporado o prisma classificatório dos materiais e, talvez por isso, tenha julgado curioso o momento em que a reunião, durante um debate acalorado, com direito a troca de acusações, concentrou-se na produção da sujeira. Presenciar a série de reclamações sobre quem fazia a limpeza e quem produzia sujeira no local me colocou diante de assuntos que remetiam às fronteiras espaciais e simbólicas em torno do território, da sua individualização e, ainda, das sutis distinções que envolviam os conceitos de "sujeira", "lixo" e "material".

A sessão foi aberta, e quem tivesse algum comentário a fazer poderia falar. Mazinho então se manifestou:

> Eu tenho meu espaço aqui, eu bato meu material, depois eu ponho minha lona e limpo tudo. Mas tem pessoa que não limpa o espaço dela. Atrás de mim fica um chiqueiro de porco, e daqui a pouco já tá tudo uma imundície. Aqui tá parecendo até a rampa! A rampa tá limpinha agora, dá até pra andar descalço, aqui não.

Vitória, a diretora financeira que presidia a reunião, disse que quem reclamasse teria de "dar nome aos bois", ao que Mazinho respondeu: "É a Flávia, né, pô!? É a Flávia". Nesse momento, a acusada não tinha chegado à reunião, e as discussões seguiram. Quase todos tinham reclamações nesse sentido; assim, trocavam acusações e se defendiam. Valdo, um jovem que eu havia conhecido nesse dia, ficou irritado durante o encontro quando acusaram sua mãe de também não limpar o espaço. Depois de um tempo, Flávia chegou para se defender, afirmando em voz alta que limpava suas coisas. Citou exemplos recentes e sugeriu a quem quisesse confirmação perguntar à pessoa que naquela ocasião a havia ajudado a limpar o espaço. Ressaltou também que o seu material vinha da loja de roupas vizinha à associação e que chegava misturado à comida. Como consequência, durante a noite, os porcos rasgavam tudo para comer e deixavam a sujeira.

A reclamação de Mazinho havia sido anotada e seria reportada ao presidente da associação, que estava viajando no momento. Também nessa reunião, outra frente de reclamações sobre a limpeza se concentrou na atividade de "fazer a caçamba". Esse trabalho, vale lembrar, consistia em transferir os materiais coletados e já pesados pelos catadores para as caçambas reservadas ao seu recolhimento, armazenamento e transporte. Após o debate sobre a remuneração de Mazinho em 15 reais pela execução dessa tarefa no lugar dos catadores que não a realizavam, foi indicado outro problema nessa prática: o fato de que ela não poderia ser feita de qualquer jeito, de modo que o processo não deixasse resíduos pelo caminho.

A diretora financeira perguntou aos catadores que punição julgavam cabível caso alguém desrespeitasse a norma de manutenção da lim-

peza, ao que se indicou um desconto de 10% do total angariado pela pessoa na semana. A proposta então começou a ser discutida. César, que compunha o conselho gestor, alertou quanto à proporção do desconto, que achava desmedido, e deu um exemplo prático do que aquilo significava: "Se você tirou mil reais, vai ter que dar 100 reais. É muita coisa, hein!?". Carmem quis contestar o valor, que também considerava alto, e propôs mais formalmente uma votação coletiva sobre a porcentagem.

Com os braços levantados, a maioria concordou com aquela sanção, que valeria também para os operadores de caçamba e para os motoristas presentes, os quais já haviam sido alertados. Entrava em cena nesse momento a questão da tara do caminhão. O valor obtido pela associação e pelos catadores com os materiais era calculado de acordo com a tara da caçamba e a subtração do seu valor em relação ao peso total do veículo. Com a caçamba limpa, o peso era representado por um valor fixo, mas quando o recipiente acumulava muita lama poderia gerar uma diferença de até 90 quilos. Assim, também era preciso manter a caçamba limpa para que não houvesse essa discrepância. Ao final, a resolução foi a seguinte: quem deixasse seu espaço sujo teria 10% do valor total da semana descontado, assim como quem deixasse de limpar a caçamba do caminhão. A ata foi lida em voz alta para todos, e a reunião foi encerrada.

Nesse período do campo, muitos catadores se mostravam insatisfeitos com a falta de organização e com a sujeira no espaço da associação. O terreno se caracterizava pelo acúmulo dos materiais, pelo odor acentuado e pela presença de moscas e mosquitos. Havia uma funcionária contratada especificamente para a limpeza, mas sua função se restringia aos banheiros e às dependências da administração. As contratadas para lidar com a coleta seletiva eram responsáveis pela limpeza em relação aos materiais desse circuito. E a limpeza do terreno, apesar de ser responsabilidade da administração, também ficava ao encargo de cada catador individualmente, que tinha o dever de fazer a manutenção do seu próprio espaço e deixá-lo livre de sujeiras.

As fronteiras individuais do espaço eram marcadores importantes da distinção entre "sujeira" e "material", já que a preservação do espaço alheio, incluindo o local comum necessário ao trabalho de todos, depen-

dia dessa delimitação. Embora tais fronteiras tivessem contornos dinâmicos, a área comum não poderia ser inviabilizada ou invadida, pois a execução de atividades que envolviam o deslocamento de lonas e fardos requeria o espaço livre para circulação. Sua limpeza era um dos requisitos para que as condições de trabalho de cada um fossem asseguradas, o que ainda evitava onerar a associação com esse tipo de serviço.

Assim, a manutenção da limpeza e a organização do espaço eram cruciais para possibilitar o trabalho dos catadores e o fluxo dos materiais. Sem uma gestão correta e sistemática do local, o acúmulo de objetos, de lonas, de fardos ou mesmo de sujeiras tornava-se inevitável. Os materiais tomavam todo o terreno e rompiam os limites da área de atuação de cada um, o que dificultava ou até impedia a circulação necessária às atividades.

Nesse sentido, como o fluxo de objetos era contínuo, a luta para manter a ordem diante dos materiais que proliferavam era permanente. Existia o risco constante de fracasso na "domesticação" desses bens e de prevalência da "sujeira" com o acúmulo de "lixo" no espaço. Outros pontos ainda se revelam quando nos aproximamos um pouco mais desses processos na prática. É interessante notar que as controvérsias em relação à "sujeira" se situavam precisamente na fronteira entre a produção dos objetos como "lixo" ou como "material". Após o preenchimento da caçamba, o chão ao seu redor deveria ficar limpo. É preciso ressaltar que, muitas vezes, o que formava a "sujeira" do espaço eram objetos idênticos àqueles colocados na caçamba. Processo semelhante acontecia em relação às lonas na etapa de bater o material.

No terreno da associação havia bancadas de metal espalhadas. Enquanto acompanhava Leila no trabalho de bater o material, eu quis saber por que ela não utilizava a bancada, ao que respondeu: "Porque não cabe, como é que a gente bate?". Perguntei se era por causa da altura, e ela afirmou que era "muito larga"; em seguida, foi até a bancada vazia e fez uma simulação do movimento de bater o material ali: "Se você jogar uma lona aqui, como é que você vai pegar e vai batendo?". Pelo formato e dimensões da bancada, a atividade de bater o material ali se tornava inviável para Leila: "Olha aqui, dói a barriga, dói a coluna, dói tudo [...]. Ainda tem que entrar dentro dela para poder tirar o lixo, aí fica difícil".

Nessa ocasião, Leila tinha batido seis lonas, todas conseguidas durante aquela semana. Diante das várias perguntas que fiz e do interesse que demonstrei, ela chegou a esta conclusão: "Você devia aprender a bater". Na verdade, eu estava justamente aprendendo com ela naquele momento. No entanto, seu comentário remetia ao sentido de aprender com as mãos, com o corpo, com a prática, e respondi então que queria aprender. Ela afirmava: "Tem que saber bater. Se não souber bater, não tem como aproveitar nada...". Leila desempenhava a tarefa de forma rápida, pegando vários objetos de uma só vez e lançando-os com destreza nas lonas correspondentes. Esse lançamento contínuo era feito de costas, já que as lonas das "PETs" se encontravam na direção exatamente oposta àquela em que ela se posicionava para manipular a lona principal. Assim, com certa frequência alguns objetos caíam para fora da lona, e, ainda que fossem lançados na direção correta e atingissem outros materiais em seu interior, poderiam rolar e cair no chão. Se ela não percebesse esses pequenos desvios e não tivesse o trabalho de resgatar os itens do chão, mesmo mantendo seu tipo, cor, formato e estado, esses materiais se transformariam em "sujeira" no terreno.

Das falas de Leila, podemos depreender duas circunstâncias relativas à produção do "lixo". Na primeira, "lixo" era o resto proveniente das atividades com os materiais, o resíduo que sobrava com base na classificação do circuito comercial e que não tinha como ser aproveitado, por exemplo, o que ficava na bancada após bater o material: "Ainda tem que entrar dentro dela para poder tirar o lixo". Certa vez, ao perguntar sobre algumas lonas cujo conteúdo me parecia estranho, ouvi que elas abrigavam "lixo" e que voltariam para o aterro. Assim, mesmo o que era configurado "lixo" também requeria processos de ordenação e previa uma trajetória dentro de um circuito específico, com o retorno ao aterro e posterior descarte. Não presenciei viagens de caminhão para a realização desse percurso de volta dos resíduos, mas imagino que, em virtude da demanda pela "descida" dos materiais dos catadores, esse circuito devesse ser negligenciado em relação aos outros, mais "produtivos".

Já na segunda circunstância, a produção do "lixo" dependia da perícia na execução da atividade, do conhecimento e da técnica adquiridos pelo catador ao bater o material, de modo que conseguisse extrair ao

máximo o potencial de cada carregamento. “Se não souber bater, não tem como aproveitar nada...” Essa sentença indica que, se o catador não soubesse distinguir bem as qualidades das matérias, se não tivesse um senso apurado das características e potencialidades de cada objeto, nada aproveitaria, ou seja, “deixaria passar” muito material, que voltaria a ser “lixo”. Por isso Leila, expressando a vaidade de quem possuía essa destreza, dizia: “Tem que saber bater”. Para alguém com o olhar destreinado e com as categorias pouco refinadas, como um visitante, a identificação entre o que era lona com “lixo”, lona não batida, lona batida não pesada ou lona pesada à espera da caçamba não era uma tarefa simples.

Se, segundo Carenzo (2011, p. 21), a importância da distinção “*basura*/*materiales*” advinha de nossa capacidade de estender os horizontes possíveis da biografia social da matéria descartada, incorporando fases pós-descarte, como a reutilização e o reciclado, busquei aqui complexificar o entendimento dessas trajetórias, chamando a atenção para a sua reversibilidade. Nesse sentido, descrevo casos que constituem processos reversíveis na produção da “sujeira”, do “lixo” e do “material”. Ressalto também desvios e procedimentos específicos, voluntários ou involuntários, nos quais objetos que haviam adentrado o fluxo produtivo do circuito comercial dos recicláveis voltavam a se transformar em “lixo” ou em “sujeira”, quando descuidadamente ficavam pelo caminho. Com o tempo, esses objetos deixavam de ser “materiais” deslocados casualmente de seus trajetos e se definiam como “sujeira”, quando se misturavam à terra do chão e viravam parte da lama, consolidando-se como elemento poluidor do terreno.

Essa condição não dependia das qualidades físico-químicas dos materiais, que continuavam as mesmas, mas sobretudo da forma como eles eram agenciados dentro das práticas dos catadores, o que orientava os modos de classificação das matérias como “sujeira”, “lixo” ou “material”. Esse agenciamento constitui, assim, operações simbólicas mediante técnicas e práticas, transformando os sentidos da materialidade e, consequentemente, suas potencialidades em termos de valor. A relevância analítica de se focalizar todo o conjunto de atividades do circuito comercial reside justamente em mostrar que os processos de produção dos recicláveis são indeterminados, instáveis e sem garantia, passíveis de reversão até a conclusão da fase final.



Figura 14 – Objetos desviados do ciclo produtivo se tornam sujeira no terreno da associação.

Fonte: Acervo da autora.

O LUTO E O INCÊNDIO

Naquele dia eu chegava a Jardim Gramacho já sabendo do falecimento de uma das integrantes do conselho, que era também uma das principais responsáveis pela administração da ACAMJG. Todos ainda estavam muito abalados pela notícia da morte de Dayse. Fui até o escritório e lá estavam Vitória, Darcy e uma amiga delas que eu não conhecia. Após cumprimentá-las, instaurou-se um silêncio constrangedor, até eu mencionar que estava ali porque soubera da notícia. A partir de então, começaram as narrativas. Discutíamos sobre a morte inesperada, sobretudo por se tratar de uma jovem de 33 anos. Comentei da minha surpresa, especialmente por ter estado com Dayse dois dias antes ali no polo, e ressaltei que ela aparentava estar bem. Descobri, entretanto, que ela tinha alguns problemas de saúde em seu histórico.

Vitória contava sobre sua amizade com a falecida, com quem mantinha um forte laço: "Uma sabia de todos os problemas da outra". Além de amiga fiel, Dayse era o braço direito de Vitória na associação e sua pessoa de confiança. Quando a diretora financeira se ausentava, era Dayse quem

automaticamente assumia as responsabilidades, resolvia os problemas, pesava o material, efetuava os pagamentos no banco. Para dar a dimensão do quanto as duas eram "muito amigas mesmo", Vitória relatava a convivência entre elas nos últimos quatro anos e meio, quando ficaram por mais tempo uma com a outra do que com as respectivas famílias, passando catorze, quinze horas na associação, sempre juntas em todas as viagens que faziam. Como era comum naquele universo, os laços ali constituídos se espraiavam para além do âmbito profissional, e as relações se estendiam para outros espaços e para os momentos de lazer.

Vitória definia sua amiga como prestativa e "muito gente boa". Por isso, ressaltou a expressiva quantidade de pessoas que comparecera ao enterro, incluindo muitas crianças e conhecidos que ela ajudava. Dizia ainda que Dayse "sempre sabia os problemas de todo mundo" e tentava ajudar. Em meio à sua rotina de trabalho, preocupava-se em separar uma pasta para fulano, um caderno para sicrano, e tentava conseguir cesta básica para quem estivesse precisando. Por tudo isso, Vitória fazia questão de afirmar que a semana marcada pelo acontecimento havia sido "de luto mesmo". Pouquíssimos catadores tinham ido bater o material, e nenhuma lona havia sido pesada. Nada foi para a balança, todos esses procedimentos só aconteceriam na próxima semana.

Na quinta-feira seguinte, cheguei à associação e me dirigi ao galpão, que estava movimentado, com mais catadores do que eu havia visto normalmente nos últimos tempos. O contingente mais elevado de pessoas trabalhando provavelmente era um efeito do luto estabelecido na semana anterior, quando a associação não havia feito nenhuma atividade de pesagem. Sem a indicação da balança não havia como calcular o valor dos materiais, o que inviabilizava o pagamento. Ao parar o fluxo antes da etapa de pesagem, o luto promoveu um adiamento da remuneração dos catadores, que teriam a conclusão do ciclo semanal em suspenso até a semana seguinte. Como visto anteriormente neste capítulo, essa lógica de organização do trabalho muitas vezes orientava também a dinâmica e a rotina de vida da maioria dos catadores, que contava com o recebimento do dinheiro ao final de cada semana.

Atravessando o galpão, cheguei até a parte mais afastada e segui em direção ao aterro no sentido oposto ao da rodovia. Lá estava Carmem, que, ao me ver, entoou meu nome como forma de cumprimento e logo

veio me contar o ocorrido. Um incêndio havia atingido o terreno da associação, e ela me pediu que tirasse fotos do local. Carmem contou que "um monte de material" seu tinha sido queimado: "Perdi dinheiro pra caramba". Outras pessoas também haviam perdido material; todos os objetos posicionados junto à lateral terreno, perto da casinha do vigia, foram afetados. Fotografei a área queimada, onde havia pedaços de papel, plásticos e materiais diversos incendiados, os quais, no entanto, apresentavam algumas partes preservadas do fogo. Uma grande área a partir da mata estava toda carbonizada, com a cor escurecida. Mazinho aproximou-se de mim, e perguntei-lhe o que tinha acontecido. Segundo meu interlocutor, uma moradora daquela área havia queimado "lixo", e, com o vento, o fogo teria se espalhado, varrendo tudo até chegar à lateral da associação, onde estavam as lonas com os materiais. O incêndio teria ocorrido durante o fim de semana, quando a associação ficava mais vazia, sem muito movimento. Mazinho então concluiu: "O vigia só podia estar dormindo, né?".

Os episódios descritos aprofundam a discussão sobre as trajetórias dos objetos, pois apresentam os desvios como pontos de inflexão que podem ser reversíveis ou definitivos nos processos de transformação do "resíduo" em "reciclável". Se o exemplo do luto colocava em relevo um atraso no curso do objeto ao longo do circuito, com uma pausa que não significaria grandes mudanças no roteiro em andamento, a situação muda radicalmente quando esse evento se encadeia com outro, caracterizado pelo incêndio. Com esse encadeamento, o efeito na "carreira" do objeto como reciclável deixa de ser o de uma interrupção passageira para assumir os contornos de uma quebra definitiva, com o desvio irreversível do processo de recriação de valor.

Até aqui já havíamos apresentado exemplos de pequenos adiamentos no âmbito individual, como no caso narrado por Leila, em que o caminhão com o seu material não descera a tempo de que ela pudesse fechar o ciclo e receber o pagamento daquela semana, motivando-a a pegar um vale enquanto esperava a remuneração devida na semana seguinte. De modo distinto, no caso do luto, o adiamento do processo assumiu caráter coletivo. Embora atingisse a todos, o fato não teria causado um impacto significativo, não fosse o incêndio, que operou um desvio inesperado e irrecuperável dos materiais, afetando financeiramente os catadores, além de acarretar prejuízos mais graves.

Algum tempo depois, eu estava na associação conversando com seu Moisés, quando ele observou a presença de dois meninos no canto do terreno onde o incêndio havia ocorrido e alertou Darcy sobre o fato. Ela então foi ao encontro dos jovens e disse que eles não deviam catar nada, ao que a dupla retrucou, negando a ação. No entanto, eles seguravam peças de cobre que, segundo seu Moisés, era a sucata do Zacarias: "Queimou, mas essas peças ainda valem dinheiro". Apesar de Darcy ter repreendido os meninos, de início, eles a ignoraram.



Figura 15 – Efeitos do incêndio nos distintos tipos de materiais indicam potencialidades e processos diferentes de recriação de valor.

Fonte: Acervo da autora.

Independentemente das causas e dos possíveis responsáveis pelo incidente, os efeitos do incêndio devem ser analisados mais de perto. Assim, será possível matizar as diferenças qualitativas entre os materiais e avaliar os danos a eles causados de maneira específica, já que o processo de combustão não afeta os componentes físico-químicos dos diferentes materiais da mesma forma. Essa diferenciação traz implicações para os processos de recriação de valor. Diversas plasticidades, como PETs, plásticos finos e outras, tiveram seu estado completamente transformado pelo fogo e perderam um dos critérios de classificação dessa materialidade: a sua forma. Deformadas, as plasticidades perdiam suas identidades como objetos singulares, pois o fogo fazia seus corpos se fundirem uns aos outros, destituindo-os de qualquer geometria definida. O aspecto derretido e disforme adquirido pelas plasticidades apresentava mais substância do que o resultado operado pelo fogo no "arquivo", cujos papéis se transformaram em cinzas. Imunes à combustão, restaram apenas pequenas superfícies onde era possível reconhecer o antigo corpo do objeto e resgatar indícios de sua antiga identidade com a leitura de fragmentos textuais.

Diferente dos papéis e dos plásticos, cujos resquícios indicavam a perda total da capacidade de produzir valor, a sucata, passando pelo mesmo processo, demonstrava maior resistência e durabilidade, pois seu estado não havia sido sensivelmente alterado pelo fogo. Os objetos mantinham seu formato de origem e, mesmo após um incêndio, continuavam a ter valor comercial. A preocupação de seu Moisés com o material do colega Zacarias revelava assim dois pontos. Em primeiro lugar, a durabilidade do material poderia influir na trajetória do reciclável como bem econômico e se tornar um critério qualitativo central no processo de produção de valor e comercialização, afinal, "queimou, mas as peças ainda valiam dinheiro". Em segundo, o fato de os meninos interessados na sucata queimada segurarem os objetos, apesar de afirmarem que não estavam catando, chama a atenção para uma característica concernente de forma geral a todas as materialidades recicláveis que circulavam na associação: a sua *portabilidade*. Esse traço remete à fluidez sobre o domínio das coisas, à fácil transferibilidade em relação ao seu detentor.



Figura 16 – A durabilidade da sucata e a deformidade do plástico após a combustão.

Fonte: Acervo da autora.

AS LONAS: INSTRUMENTOS TÉCNICOS

Ao elaborar a noção de "técnicas corporais", Mauss (2003b, p. 407) evidenciava os usos, os "modos de agir" e "as maneiras pelas quais os homens sabem servir-se do seu corpo", considerado "o primeiro e mais natural [de seus] instrumento[s]". Além de terem seu próprio corpo como "meio técnico", os catadores, para realizar suas atividades, faziam uso de

outros instrumentos técnicos, entre os quais as *lonas* assumiam posição central. A partir da análise das múltiplas formas como elas eram utilizadas e agenciadas, entendemos as lonas como um dispositivo material e simbólico, cuja mediação exercia um papel produtivo indispensável para a criação das mercadorias e do espaço.

Como vimos, lonas são grandes sacolas brancas de polipropileno utilizadas pelos catadores em sua lida cotidiana com os materiais. Em todos os lugares em que a atividade da catação se desenvolve, não apenas no Brasil mas no mundo, esses objetos estão sempre presentes em companhia dos catadores. Pode-se dizer, portanto, que tais sacolas (assim como o carrinho chamado "burro sem rabo", usado para a catação centrífuga) identificam esse ofício e tornam esses trabalhadores reconhecíveis.

Em Jardim Gramacho existiam dois tipos de lona: a grande, que na ocasião da pesquisa custava de 10 a 12 reais, e a pequena, com preço em torno de 5 reais. Alguns catadores, como Bezerra, diziam trabalhar apenas com "lona grande" e apontavam como média de vida útil do instrumento o período de aproximadamente dois meses. Para a aquisição desses objetos, além da compra unitária, também era possível comprar um fardo com cem unidades. Nesse caso, o valor de cada lona (pequena) poderia cair para 3 reais. A barrica, instrumento auxiliar para as lonas, custava em torno de 22 reais, conforme um anúncio que vi em um muro da avenida que dava acesso ao aterro, confirmando o relato de catadores conhecidos. A barrica apresentava maior durabilidade em relação às lonas, cujo material era composto por um entrelaçamento de tiras que formavam um tecido.

As lonas dos associados e as da associação ficavam guardadas na sala ao lado do escritório. Certa vez, ao adentrá-la, observei que esses objetos, que não eram novos, estavam guardados sob a forma de fardo. Se a barrica muitas vezes era carregada sobre o ombro ou apoiada nas costas, as lonas eram primordialmente arrastadas pelo chão e ali permaneciam posicionadas. Talvez por isso, uma de suas características mais visíveis tenha sido a relação que estabeleciam com o espaço, demarcando-o e construindo fronteiras.

No aterro, os catadores subiam a rampa e preenchiam as barricas com os materiais que, a partir dali, entrariam em um dos circuitos comerciais de recicláveis da localidade. Depois de cheias, eles levavam as

barricas até o local onde suas respectivas lonas ficavam guardadas; em seguida, nestas descarregavam os materiais das barricas e, na sequência, retornavam à rampa, repetindo o procedimento. Normalmente, as lonas ficavam posicionadas lateralmente à rampa, opostas ao lado onde o montante de resíduos se espraiava, de acordo com a "marcação". Elas se situavam lado a lado ao longo de grandes fileiras formadas uma abaixo da outra. Assim, figuravam como demarcadores espaciais fundamentais, e seu posicionamento deveria ser estabelecido sempre em função das passagens e rotas dos caminhões, para não obstruírem a circulação das máquinas que punham aquele universo em movimento.



Figura 17 – Exemplo de barrica, um dos instrumentos técnicos dos catadores. Ao fundo, bancada de metal para a triagem dos materiais.

Fonte: Acervo da autora.

Na associação, como vimos, havia outros tipos de demarcação do espaço, pois o terreno deveria assumir contornos individuais, reservando um trecho a cada um dos associados frequentes. Conversando certa vez com uma contratada, que havia reclamado da sujeira produzida pelo material de uma das catadoras, perguntei como ela sabia que aquela sujeira poderia ser atribuída à acusada. Ela respondeu: "Cada um tem seu espaço aqui". Nesse sentido, as lonas e as bancadas eram dois referenciais para

a delimitação do espaço individual. E, em relação à área do terreno como um todo, o telhado de metal que abrigava o galpão também consistia em um delimitador significativo.

A percepção das bancadas e do galpão como demarcadores do espaço veio à tona pela história de uma catadora em especial, Flor, cujo drama fazia o assunto assumir contornos mais nítidos. Um dia eu conversava com sua filha, Mônica, que era uma das contratadas da associação na época. Ela ia me indicando o lugar em que cada um batia o material respectivamente à posição ocupada pelas bancadas – nem sempre utilizadas por todos. Mostrou-me então o espaço onde Flávia, Carmem, Caetano, ela e outra contratada realizavam a atividade. No final, após identificar os lugares abrigados pelo galpão, ela apontou para uma área mais distante, próxima à lateral do terreno, e disse que ali era a bancada de sua mãe. Nesse momento, lembrei-me de um episódio da semana anterior, em que sua mãe havia se aborrecido por ter sido acusada de não ter feito a caçamba. Flor não negou o fato; ao contrário, confirmou que não havia realizado a tarefa e se justificou dizendo que ali batia sol e que seu braço doía muito por já ter carregado bastante peso ao arrastar as lonas.

Flor tinha uma enorme queimadura no peito, cuja história sua filha acabou me contando. Certa vez, ela foi assaltada e ficou totalmente sem dinheiro. Como sua casa estava sem gás, com o botijão quase vazio, Flor resolveu catar lenha para improvisar uma fogueira e acendê-la com álcool. Um tempo depois de acender o fogo, ela achou que a brasa havia se apagado e jogou mais álcool. A garrafa escorregou de sua mão, e o fogo, que ainda estava aceso, causou uma explosão. Ela se queimou seriamente no peito e em parte do braço, permanecendo dois meses no hospital. O acidente ocorrera por volta de um ano atrás. Foi somente após conhecer essa história e ouvir a reclamação de Flor sobre o posicionamento de sua bancada ao sol que pude perceber as distinções e implicações envolvidas na demarcação do espaço de trabalho dos associados, já que tais fronteiras, apesar de concretas e objetivas, não eram perceptíveis a olhos nus. Poucas semanas depois desse episódio, alguns espaços mudaram, e Flor havia se deslocado para a cobertura do galpão, perto de Flávia, enquanto Caetano passava a ocupar o lugar onde ela estava, na lateral do terreno, sem proteção contra o sol. Nessa época, comecei a identificar de

forma incipiente a lógica das fronteiras e da divisão individual do espaço com seus contornos.

Alguns episódios matizaram ainda outros aspectos dessa questão. Como exemplo destaco o dia em que presenciei, no fim da tarde, a chegada do caminhão (Mercedes azul) carregando na caçamba Pascoal, Patrícia, Cilene, Valdo e Moacir com suas respectivas lonas. Eles me cumprimentaram, e aproveitei para tirar fotos enquanto descarregavam o veículo. Durante essa tarefa, pude observar mais detidamente a movimentação do caminhão, que se deslocava por diversos lugares. No percurso, passou por um local onde, nesse mesmo dia, eu havia observado uma lona em cuja superfície constava a inscrição "Patr". Ao chegar ali, Valdir parou o carro, e Patrícia descarregou as lonas trazidas da rampa. Depois de um tempo, perguntei a ela se o caminhão deixava as lonas já no espaço de cada um, e ela confirmou. Seu lugar era sob o galpão, do lado oposto ao escritório, perto da prensa. Ao retornar da rampa, portanto, o caminhão não descarregava os materiais em lugares aleatórios.

Depois desse dia, comecei a atentar para as inscrições presentes nas lonas e para as formas como eram manipuladas. Certa vez, no fim da jornada de trabalho, Dayse pesava os materiais de seu Moisés e de Michael, que colocavam suas lonas na balança. Eu estava perto do equipamento, fazendo perguntas sobre o lugar das coisas. Havia observado que seu Moisés ficara confuso sobre onde colocar as lonas já pesadas, sobretudo devido ao incidente que provocara a queda do telhado do galpão, inutilizando boa parte do espaço que servia para bater o material e organizar as lonas a serem retiradas pelo comprador. Chegado o momento de passar as lonas para a caçamba do caminhão Iveco, eles precisaram de mais alguém para ajudar a levantá-las, e então me ofereci.

Percebi na ocasião certo paradoxo quanto à manipulação dessas lonas. Por vezes, os catadores reclamavam de seu estado e valorizavam as que eram novas; no entanto, os próprios procedimentos técnicos que envolviam a utilização desse recurso contribuíam enormemente para seu desgaste. Além de serem arrastadas pelo chão durante o deslocamento, havia determinadas movimentações em que era preciso operar rasgos em suas superfícies laterais, de modo que a mão do catador conseguisse ter um apoio para transportá-las. Com o tempo, percebi que, mesmo quando já havia rasgos de outras utilizações, a cada vez que se precisava

carregá-las, novos rasgos eram feitos. Esses cortes novos, feitos com uma faca, eram justificados pela necessidade de ajuste à altura da pessoa que então manipulava a lona e às condições físicas e espaciais exigidas pela conjunção entre lonas, pessoas, equipamentos e materiais em cada situação ou operação particular – como na etapa de passar a lona da balança para o chão, deste para a caçamba ou do caminhão para o chão, etc.

Além do procedimento técnico dos cortes, as inscrições eram outro tipo de marcação feito nas lonas. Após a participação de alguns catadores na realização de um evento externo sobre recicláveis, presenciei a chegada de um caminhão desconhecido que descarregou na associação as lonas procedentes do evento. Chamou minha atenção o estado das sacolas, em especial sua cor muito branca, o que indicava que eram novas. Na semana seguinte, percebi que aquelas lonas, que tinham chegado sem nenhuma inscrição, haviam sido marcadas com as iniciais de Carmem. No início do campo, alguns catadores já tinham comentado comigo que eles reconheciam as lonas por causa de alguma marca, mas até então eu não havia reparado nelas. Foi apenas a partir desse episódio, talvez pela distinção da brancura das lonas novas em relação às outras que habitavam aquele espaço, que meus olhos passaram a perceber as diversas marcações nas sacolas – algumas delas traziam a sigla da própria associação. Conversando com Dayse sobre as lonas novas, ela, com certo ar de reprovação, criticou a atitude de Carmem: "Malandramente, como a lona está nova, marcaram o nome ali".

Após a ocorrência do incêndio em parte do terreno da associação, conversei com Bezerra, que me contou das perdas que havia sofrido com o episódio. Ao perguntar qual teria sido o prejuízo a que ele se referia, explicou-me que só trabalhava com "lona grande" e que havia perdido uma lona de "cristal", uma de "PP branca" e uma de "PET". Ao precisar o prejuízo com base na quantidade de lonas e no tipo de material, Bezerra deixou evidente que conhecia a quantidade perdida graças aos recipientes utilizados para estocagem, que funcionavam assim como unidades práticas de medida, permitindo "formas ordinárias de cálculo".[17] Tal como

17 Neiburg e Nicaise (2010, p. 96) também identificaram em bairros pobres de Porto Príncipe, no Haiti, diferentes tamanhos de sacolas, que serviam como unidades de medida para o cálculo do preço do plástico.

mostrou Florence Weber (2010), no caso dos catadores, as lonas eram instrumentos materiais e ao mesmo tempo ferramentas cognitivas. Nesse contexto, a "medida prática" era inteiramente dependente dos utensílios e conformava um sistema nativo de unidades de medida que prescindia de um sistema oficial, representado pela balança, para indicar, por exemplo, o "quanto" se perdeu com o incêndio.



Figura 18 – Inscrições e cortes nas lonas indicam distintos processos técnicos do trabalho.

Fonte: Acervo da autora.

Em suma, por um lado, as lonas podiam ser consideradas *dispositivos técnicos e instrumentos materiais multifuncionais*, cuja mediação era central para diversas etapas e processos do trabalho. Elas permitiam o descanso dos catadores, quando utilizadas como assento; a separação, organização e classificação dos materiais; a delimitação do espaço, com a demarcação da área de trabalho de cada catador no terreno; a mobilidade e o deslocamento dos objetos, favorecendo seu trânsito de um lugar para outro; e a estocagem e armazenamento, que davam aos materiais

uma forma estável e garantiam o acúmulo necessário para a posterior comercialização. Por outro lado, podiam ser igualmente consideradas *ferramentas cognitivas*, pois funcionavam como unidades de medida nativa, baseadas na prática, que operavam o cálculo da quantidade de material obtida e permitiam conhecer o valor dos objetos monetariamente.

As lonas, portanto, podiam ser reconhecidas como dispositivos práticos e simbólicos cruciais na (re)criação de valor das materialidades heterogêneas que circulavam no contexto etnográfico pesquisado. Entendê-las como ferramentas cognitivas e materiais permite aprofundar e qualificar o argumento da indeterminação que caracterizava os objetos participantes dessa economia dos recicláveis. Além disso, permite evidenciar a transformação desses itens, sua perda ou aquisição de valor, não como um processo maquinal e automático, mas instável, dependente de inúmeras etapas e de uma série de conhecimentos práticos, mediados por instrumentos e procedimentos técnicos, cuja execução poderia ser ou não bem-sucedida.

Se, com base em Foucault (2008), entendemos a gestão como o manejo de um complexo de pessoas e coisas, que opera a boa fruição dos fluxos a partir do controle das circulações, no caso de Jardim Gramacho, a gestão dos resíduos pelos catadores não poderia ser realizada sem um conjunto de outros "atores" que com eles participavam dessas operações. Considerando a perspectiva de Latour (2012, p. 108; grifo original), de que "*qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator", compreendemos que o trabalho dos catadores não era composto apenas pelos sujeitos que catavam e pelos objetos coletados. Embora os catadores fossem os principais mediadores, cuja agência mobilizava o arranjo, sem a colaboração de uma gama de instrumentos, como botas, coletes, caminhões, barricas, lonas, prensa, balança, caçambas, dentre muitos outros, a transformação dos resíduos em materiais recicláveis não seria viável. Esta análise, ao enfatizar a materialidade, busca justamente atentar para a participação dos objetos na ação e composição daquele mundo, nas operações diversas que, em conjunto com os catadores, recriavam o valor dos descartados. Eram precisamente a presença e a atuação de todas essas coisas que sustentavam a rede heterogênea do circuito comercial e da economia dos recicláveis em Jardim Gramacho.



Figura 19 – Detalhe da superfície da lona, instrumento técnico e simbólico dos catadores.

Fonte: Acervo da autora.

3

A PRODUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

Neste capítulo, as práticas econômicas dos catadores que mediavam os processos de recriação de valor dos resíduos são colocadas como pano de fundo da discussão, cujo enfoque se desloca do circuito comercial dos recicláveis para a abordagem da associação como organização. Antes de adentrar a narrativa etnográfica, são apresentadas questões que atravessam esse debate, como as concepções morais e as condições materiais e político-institucionais associadas ao trabalho dos catadores, pensado aqui sob o prisma organizacional. No centro da análise residem o princípio da inclusão social e um modelo de autogestão e participação coletiva, aos quais são imputados valores específicos que delimitam fronteiras morais e institucionais relacionadas a essa atividade.

Apresento o contexto histórico de emergência das organizações representativas dos catadores no cenário nacional, assim como a configuração política mais ampla que a acompanhou, correspondente à primeira década e meia do século XXI, delineando os atores, as experiências e os sentidos assumidos pela instauração desse modelo. Como vimos, o enfoque da atividade dos catadores pela literatura acadêmica relacionava o surgimento e expansão da catação aos fenômenos gerados pela crise do trabalho e do desemprego, como o aprofundamento da informalidade e da exclusão social, fruto das políticas neoliberais das duas últimas décadas do século XX. No início do século seguinte, no entanto, os sentidos imputados ao trabalho dos catadores sofrem uma inflexão, quando a atividade passa a ser compreendida a partir de um âmbito institucional, caracterizado por associações, cooperativas, movimentos, etc.

O enquadramento do trabalho dos catadores pela perspectiva organizacional acarreta assim uma alteração das formas de se perceberem esses sujeitos e sua atividade, tendência que não apenas atravessa as abordagens acadêmicas sobre o tema, mas também conforma as po-

líticas públicas e as intervenções de agentes governamentais e privados direcionadas à categoria. Essas duas maneiras de entender o exercício da catação são relacionadas através da ideia da "formalização" da atividade. O trabalho do catador individual, que atuava nas ruas e lixões, despertava um imaginário profundamente negativo, apoiado nas ideias de exclusão, marginalidade e vulnerabilidade, tornando-se inteligível apenas com o apelo à necessidade de sobrevivência e à ausência de escolhas. Já o imaginário sobre o trabalho de catadores organizados coletivamente em cooperativas e associações, por exemplo, situa o ofício no polo oposto de uma série de dicotomias, em cuja extremidade deixamos de encontrar a carência, a necessidade e a precariedade, para encontrarmos a cooperação, a solidariedade e a igualdade.

Em ambos os casos, do polo negativo ao positivo, os imaginários associados a esse trabalho operam a partir da cristalização de uma série de postulados morais e de concepções normativas pressupostas, partindo de um projeto político abstrato que, traduzido em experiências concretas, se mostra atravessado por uma série de ambiguidades e tensões. As percepções sobre o trabalho coletivo dos catadores em instituições autogestionárias correspondem a um modelo que abre oportunidades e, ao mesmo tempo, encerra limites, contradições e dificuldades, que tanto as lideranças quanto os catadores devem enfrentar em seu cotidiano.

Tomar esse modelo como ponto de partida, supondo que a realidade seja a sua fiel tradução, traz como resultado a conclusão corriqueira de que as inúmeras experiências dos catadores nessas entidades constituem *distorções*. Aqui não busco, portanto, verificar os reflexos de um modelo ideal na realidade pesquisada, mas contextualizar e compreender situações concretas, a partir de injunções e contradições que operam na realidade prática em toda sua complexidade. O capítulo precedente problematizou a ideia do catador como miserável, sem opção, a partir da narrativa etnográfica sobre como suas práticas e conhecimentos técnicos transformavam os resíduos em coisas de valor. Neste capítulo, problematizo determinadas concepções em torno do trabalho organizado dos catadores, sem tomar "a associação" como algo dado. Tentarei, ao contrário, evidenciar os múltiplos, dinâmicos e controversos processos a partir dos quais associações heterogêneas que compunham a organização analisada como "coletivo" eram (re)construídas em um processo instável e permanente.

Aqui analiso etnograficamente as organizações de catadores que estão na base dos processos de formalização a partir das relações múltiplas e heterogêneas que as constituem. Essa postura permite um distanciamento crítico do enquadramento abstrato e ideal das normas e políticas voltadas para os catadores, ao contrastar as concepções morais das leis com as moralidades nativas, e as normatividades jurídico-institucionais com as complexidades da prática.

A FORMALIZAÇÃO DO CATADOR: AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES

A coleta de objetos descartados nas ruas e vazadouros das cidades é uma prática histórica, quase tão antiga quanto a existência de resíduos no meio urbano. No Rio de Janeiro, identificamos, pelo menos desde o século XIX, a atuação de pessoas em tarefas que envolviam os sistemas de limpeza urbana e a gestão de resíduos da cidade. Como vimos, "carroceiros" protestavam contra o monopólio dessa atividade pela empresa Nunes de Sousa em 1873. Eles se organizavam "sob a forma de firmas individuais de pequeno capital" e se encarregavam da remoção de resíduos de certo número de casas como meio de vida, obtendo êxito ao revogar a concessão daquele monopólio com o apoio da população (Aizen; Pechman, 1985, p. 48).

Esse relato é significativo e não deve ser perdido de vista, pois aponta não somente para a presença histórica dos catadores e o exercício de sua atividade nos modos de organização da cidade, mas também para o seu potencial de organização política. Apesar disso, essa atividade permaneceu às sombras nas cidades brasileiras, traduzindo-se em práticas econômicas informais marcadas pela precariedade até as duas últimas décadas do século XX. Nesse contexto, surgem as primeiras experiências organizativas dos catadores, que, no início do século XXI, dão origem a um movimento nacional da categoria – iniciativa pioneira que se torna referência internacional (Gabard, 2011).

A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), criada em 1989 em São Paulo, e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), criada em 1990 em Belo Horizonte, constituem as primeiras experiências de organização de catadores em cooperativas e associações

no Brasil. Nelas, a atuação da Igreja Católica ganhou relevo, através de padres, missionários e instituições que realizaram um trabalho pioneiro com populações de rua e exploraram o potencial daqueles que coletavam recicláveis para a organização em torno de questões do trabalho. A Igreja, sob influência da teologia da libertação e da perspectiva progressista acerca da necessidade de mobilizar os sujeitos e torná-los agentes dos processos políticos, em detrimento de práticas exclusivamente assistenciais e caritativas, criou as bases do modelo cooperativista, que posteriormente se incorporaria aos princípios e diretrizes do movimento nacional (Pérez, 2019, p. 85).[1]

Outro fator relevante nesse contexto é a presença de governos de esquerda à frente do Poder Executivo municipal em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte[2] na década de 1990. A partir daí, instaurou-se uma conjuntura favorável à categoria, com a construção de bases, valores e princípios em comum e com a constituição de redes de pessoas e instituições que, posteriormente, seriam centrais na configuração de um "campo da reciclagem" e nas políticas de resíduos sólidos no Brasil (Pérez, 2019). Ganha destaque, nesse processo, a criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em 1998, que se estabeleceria como um espaço institucional relevante e convergente para a discussão sobre políticas públicas relativas à gestão dos resíduos e sobre o papel dos catadores nessas iniciativas em uma perspectiva socioambiental.

Nos anos 2000, esse cenário é impulsionado e ganha outras dimensões, com a emergência e consolidação de movimentos sociais, a inserção de seus representantes em instâncias governamentais e a criação de políticas e legislações específicas voltadas para essas categorias. Cabe ressaltar ainda as transformações operadas na estrutura burocrática e institucional do Poder Executivo sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002.

---

1 A influência da ala progressista da Igreja Católica no apoio e reconhecimento aos catadores também foi identificada em outros contextos, como no Uruguai (Pérez, 2019).

2 Pelas gestões de Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, Olívio Dutra (1989-1992) em Porto Alegre e Patrus Ananias (1993-1996) em Belo Horizonte.

O fomento ao cooperativismo e à economia solidária como eixo de políticas de criação de emprego e de formalização de categorias profissionais é parte desse contexto marcado pela emergência de movimentos sociais e pela abertura das instâncias político-institucionais às suas demandas. Ao longo de duas décadas, as iniciativas baseadas na organização coletiva sob a forma de cooperativismo sofrem uma ressignificação no que diz respeito a seus potenciais e propósitos. Jacob Lima (2009) assinala uma mudança no caráter do associativismo brasileiro na passagem dos anos 1990 para os 2000, quando a perspectiva inicial de flexibilização das relações de trabalho, em que a cooperativa representaria ausência de contratos e redução de custos, vai sendo progressivamente politizada numa proposta emancipatória que se agrupa ao movimento de economia solidária, formado também na década de 1990.

A expressão "economia solidária" (Ecosol), cunhada pela primeira vez em 1996 por Paul Singer, foi agregando em torno de si diversas iniciativas cujo ideal comum era construir um conjunto de novas relações econômicas radicalmente distintas daquelas existentes no modo de produção capitalista. Elas seriam construídas através de associações e empreendimentos pautados no princípio da solidariedade e da cooperação, sobrepondo-se à competição e ao egoísmo que marcavam a busca desenfreada por lucro na economia de mercado. Na teoria econômica em que essa perspectiva se baseia, o individualismo é, "antes de tudo, uma corrupção" (Motta, E., 2010, p. 15). Ancorada na ideia de que empreendimentos econômicos fundados em princípios igualitários poderiam ser um instrumento de combate à pobreza e ao desemprego, surge a concepção de um "movimento" pela economia solidária, que formaliza reivindicações e as insere no debate político (Motta, E., 2004, p. 72). A cooperativa, aliada ao princípio da autogestão, é o principal paradigma da Ecosol. Nela o sentido da solidariedade seria realizado através do trabalho coletivo, conformado pelos valores da ética, da confiança e da democracia participativa. Em junho de 2003, Singer era empossado como titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Em 2001, é fundado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em decorrência do 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, evento no qual é lançada a "Carta

de Brasília", que expõe a situação dos catadores no país e enumera as principais reivindicações da categoria. O MNCR se fundamenta nos princípios da autogestão, da "democracia direta" e da "ação direta popular". O movimento busca "independência e solidariedade de classe", de forma a manter autonomia em relação aos "partidos políticos, governos e empresários", sem deixar de lutar, porém, "pela gestão integrada dos resíduos sólidos, com participação ativa dos catadores organizados em associações e cooperativas" (MNCR, 2007).

Desde a sua emergência, o MNCR – composto por militantes, lideranças, representantes de organizações de catadores e entidades apoiadoras da causa – conseguiu a inclusão da categoria "catador de materiais recicláveis" na Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002.[3] Além disso, logrou a regulamentação dessa categoria profissional e sua inserção em políticas públicas através de instrumentos jurídicos em benefício dos catadores – como leis e decretos que incentivavam o trabalho associativo e autogestionário das cooperativas pela isenção de encargos tributários.[4]

A conjuntura institucional favorável era traduzida na própria relação de proximidade do movimento com a figura do presidente Lula, que, ao longo de suas duas gestões, participou anualmente de encontros com o MNCR e com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Lula cumpriu o compromisso de participar a cada ano do "almoço de Natal" com os movimentos e fez sua sucessora, Dilma Rousseff, comprometer-se com a manutenção dos encontros e com o apoio às categorias.[5]

---

3 Sobre a emergência do MNCR, ver Gonçalves (2004).

4 Dentre esses instrumentos jurídicos e legais, destacam-se o decreto presidencial nº 5.940, de 26 de outubro de 2006, que institui a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e obriga a destinação do material reciclável, separado por seus funcionários, a cooperativas e associações de catadores locais; e a Lei de Saneamento (lei nº 11.445/2007), que habilita as prefeituras a contratarem cooperativas sem a necessidade de processo licitatório, facilitando a participação dessas organizações na gestão de resíduos sólidos dos municípios através da coleta seletiva.

5 No último encontro de Natal, do palanque onde estava, Lula ressaltou a imagem do evento e discursou sobre a cena: "Quando é que se imaginou que o presidente do BNDES viria a uma reunião com catadores de papel assinar financiamento para catadores de papel? Jamais isso foi pensado neste país. Quando é que a gente já imagi-

Na prática, essa política se traduziu em uma série de iniciativas, como a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), em 2004, a partir do Fórum "Lixo e Cidadania" (Gabard, 2011, p. 26), com o objetivo de articular instituições e políticas voltadas para os catadores. Merece destaque também a criação do Programa Cataforte, em 2007, graças à parceria do MNCR com a Senaes, a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras, que realizou diversos editais em benefício dos catadores para fornecer capacitações, equipamentos e infraestrutura a cooperativas. Uma segunda fase do programa, em 2010, centrou-se na constituição e fortalecimento logístico de redes de comercialização de catadores. Em 2012, foi criado um programa de maior abrangência, o Pró-catador, com o objetivo de articular as distintas frentes e políticas do governo em favor das demandas da categoria.

De todas essas medidas, a que ganha maior relevo é a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que consiste no principal marco regulatório da gestão de resíduos no país, a partir da aprovação da lei federal nº 12.305, de 2010. A PNRS é uma política abrangente que apresenta uma série de diretrizes baseadas na ideia de "gestão integrada". Em seus princípios, metas e instrumentos, ela termina por envolver não apenas gestores, mas empresas, fabricantes, distribuidores, comerciantes e toda a sociedade civil. A política prevê como metas para os planos de resíduos (instrumentos de sua operacionalização): a eliminação e a recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de recicláveis; e o repasse de recursos da União aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas de catadores formadas por pessoas de baixa renda.

A PNRS confere, assim, um papel de protagonismo à categoria, ao instituir cooperativas e associações de catadores como figuras jurídicas

nou o presidente do Banco do Brasil vir a uma reunião com catadores de papel assinar acordo? Essa quantidade de ministros aqui, a Fundação Banco do Brasil, dois presidentes de uma vez só, um sainte e um entrante. Dizer que o Brasil não mudou é não enxergar essa foto" (Lula..., 2010).

capazes de integrar a gestão de resíduos, atuando institucionalmente na coleta seletiva da administração pública. Além de prever a participação desses atores nas políticas públicas do setor, a lei também incentiva o cooperativismo popular através do convênio entre organizações coletivas de catadores e o setor privado, para o qual elas prestariam serviço de coleta (item IV do art. 8).

Desse modo, a passagem do trabalho individual aos empreendimentos associativos, como identificaram Carenzo e Míguez (2010, p. 235-236) em sua análise da literatura acadêmica sobre as experiências associativas dos catadores, é "a chave da dinâmica social relacionada ao mundo da catação". Essa passagem crucial é mediada pela categoria da "autogestão" como forma legítima de construir empreendimentos associativos apoiados em vínculos de solidariedade e ajuda mútua. Estudos de diversas áreas do conhecimento sobre o trabalho dos catadores, no contexto brasileiro da primeira década do século XXI, apontam o associativismo cooperativista como a tendência das políticas públicas voltadas para populações de baixa renda. Esse processo, entendido como a formalização do trabalho dessa categoria, é concebido não apenas como estratégia para criação de alternativas de trabalho, mas também como meio de "inclusão social" e promoção de cidadania.[6]

A formação de associações no processo de regulação de categorias profissionais é uma tendência que não se restringe ao Brasil ou à Argentina, tampouco se limita à atividade de catadores; na verdade, ela é encontrada em diversos países, sob distintos regimes de governo. Esse "efeito associativo", como observou Rabossi (2011, p. 97), "está presente em todos os processos experimentados pelas categorias laborais emergentes em Cuidad del Este, sejam cambistas, *mesiteros*, kombistas, mototaxistas, *paseros* ou ambulantes".

Em sua dimensão teórica, o debate sobre o associativismo autogestionário remonta à tradição de pensamento que via o potencial transformador das práticas de autogestão no marco do socialismo como projeto histórico. Os pensadores do chamado "socialismo utópico", da primeira metade do século XIX, são as referências básicas dos teóricos da econo-

6 Dentre a ampla produção existente, ver os trabalhos de Meirelles e Gomes (2008), Padoin (2010), Benvindo (2010), B. Alencar (2007) e Mota (2005).

mia solidária, que apontam Charles Fourier, Pierre Proudhon e Robert Owen como suas fontes, em conjunto com os princípios da experiência dos trabalhadores de Rochdale (Motta, E., 2004, p. 69). Os teóricos que retomam essa tradição de pensamento político na contemporaneidade, como Chanial e Laville (2009), buscam através dessas organizações coletivas refundar os laços sociais em novas bases, em cujo centro reside o princípio da solidariedade, referida como bem comum.

Como apontaram Carenzo e Míguez (2010), quando o associativismo e a autogestão são recuperados como alternativa ao desemprego e passam a compor políticas públicas para categorias profissionais de setores populares, como os catadores, os sentidos políticos de termos como "autogestão" e "associativismo" tendem a ser diluídos em prol de uma concepção instrumental de autogestão. No entanto, longe da pretendida neutralidade, essas formas de organização encarnam sentidos "que se traduzem em uma série de expectativas objetivadas nos coletivos em formação" (p. 236). O que fica claro nas abordagens teóricas e nas análises sobre o associativismo e as organizações autogestionárias é a presença de um conjunto de valores morais enraizados nas perspectivas e expectativas a respeito do processo de formalização dos catadores. Fica claro, sobretudo, o caráter normativo subjacente a esses entendimentos, que opõe dois modos de exercer a atividade, aos quais se imputam valores radicalmente distintos. Por esse prisma, a formalização do trabalho da categoria é a principal dinâmica social relativa ao mundo da catação e se apresenta como o meio pelo qual esses trabalhadores poderiam deixar a condição de precariedade – proveniente da situação informal – e aceder ao trabalho digno.

No outro polo do dualismo, oposto ao conjunto de valores morais positivos, como equidade, igualdade, reciprocidade e solidariedade, encontra-se a completa desqualificação, encarnada em valores morais negativos atribuídos ao exercício daquele trabalho no âmbito da informalidade. Nessa perspectiva, precariedade, exclusão e marginalidade configuram um cenário de *vulnerabilidade* atribuído à desproteção legal. Essa situação se caracterizaria pelos riscos à saúde decorrentes do trato com os restos – e sintetizados em categorias como "insalubridade" –, o que torna a visão desse trabalho algo "desumano" e "indigno". Além disso, tal condição também seria marcada pela exploração econômica e

pela coação política dos catadores por parte dos intermediários da cadeia produtiva, em virtude da falta de regulação própria da economia informal.[7] A ideia de *vulnerabilidade* dos catadores também se relaciona à ausência de cidadania, associada à exclusão social e à invisibilidade diante do Estado e refletida na noção de "inclusão social" como efeito positivo da formalização.

Nesse plano simbólico, vale destacar a ideia de que os integrantes de empreendimentos coletivos se relacionam a partir de laços marcados pela cooperação, pela solidariedade, pela igualdade e pelo interesse no bem comum – características que aparecem como naturalizadas nessa *forma* organizativa (Carenzo; Míguez, 2010, p. 259). Assim, a *forma* cooperativa se converteu em via legítima e legitimadora para que os catadores pudessem ser reconhecidos como contraparte em políticas públicas e projetos ligados ao setor nos âmbitos público e privado. Isso impõe aos catadores não apenas o alcance do êxito econômico em seus empreendimentos, o que por si só já é um enorme desafio, como também a obrigação de fazê-lo respeitando a "natureza" igualitária e solidária que caracterizaria os laços entre seus integrantes e destes com a comunidade. Tais enfoques se mostram limitados, porque desconsideram a complexidade e a riqueza das dinâmicas organizativas dos setores populares, ao minimizarem ou mesmo ignorarem as tensões próprias da criação dessas dinâmicas, cujas formas são vistas como dadas.

No entanto, para além do plano simbólico e da dimensão moral, tais ideias são agenciadas na prática, configurando um plano político e institucional que põe em cena uma diversidade de atores com interesses em disputa e distintas formas de ação. Não se pode perder de vista que o princípio do cooperativismo e o modelo de trabalho coletivo e associado não são apenas imperativos das leis e políticas, mas foram incorporados aos instrumentos jurídicos como demandas do próprio movimento dos

7 Bastos (2005, p. 23), para além da grande indústria, chama a atenção para os intermediários, "atravessadores" ou "sucateiros" como "o maior grupo de ascendência sobre os catadores, tendo em vista que se mostram protetores, emprestando dinheiro em troca de material, e o catador dificilmente consegue se desincumbir do compromisso assumido anteriormente, até porque compram o material a preços muito baixos, sob diversas justificativas, e vendem a preço de mercado às indústrias". Pinto (2004) também sinaliza essa relação de dependência dos catadores perante os "sucateiros".

catadores. Com base no estudo de Rosina Pérez (2019), que analisou sociologicamente a mobilização dos catadores, com enfoque nos objetivos e demandas do MNCR, assim como em suas estratégias de atuação ao longo do tempo, podemos identificar algumas tensões e contradições do processo de formalização da categoria.

Pérez (2019, p. 78) propõe uma leitura do movimento dos catadores a partir de três ciclos, marcados por diferentes demandas e mobilizações que se articulam a mudanças nos mercados da reciclagem e nas instituições responsáveis pela gestão de resíduos no país desde a PNRS. O primeiro ciclo se caracteriza por esforços mais intensos em torno do reconhecimento identitário e da afirmação profissional da categoria diante do estigma e da desqualificação. O segundo é marcado por demandas ao Estado voltadas à consolidação de políticas públicas para o segmento, e pelo fortalecimento das organizações dos catadores em cooperativas e associações, nas quais se enquadram como sujeitos de direitos com autonomia para representar e defender seus interesses. Com a aprovação da PNRS, um terceiro ciclo se inicia, com ênfase no protagonismo dos catadores no campo da reciclagem e na garantia de condições para sua atuação nessa cadeia.

Nesse processo, em que políticas estatais são implementadas com o objetivo de promover a inclusão social dos catadores nos sistemas de coleta e na cadeia da reciclagem, os sentidos e formas de realização dessa inclusão "não são uniformes, sendo também objeto de disputas e de divergências entre os atores envolvidos" (Pérez, 2019, p. 63). A perspectiva dos catadores organizados se orientou no sentido da autonomia e da profissionalização da categoria de modo que ocupassem um papel estratégico na gestão de resíduos e na cadeia produtiva da reciclagem, em detrimento de visões assistencialistas, tutelares e desqualificadoras.

Se, por um lado, a ação do Estado como ator estratégico, que redefine o "campo da reciclagem" com a regulamentação das atividades, converge com as demandas dos catadores, por outro, introduz tensões, conflitos e ambiguidades ao constituir uma arena onde outros atores e forças são confrontados e atuam estrategicamente em prol de seus interesses. Assim, os avanços nessas políticas enfrentam questionamentos e ações de prefeituras e empresas que prestam o serviço de limpeza urbana no âmbito municipal, bem como de grandes corporações, "envolvidas no de-

bate sobre a logística reversa, que levanta a questão da incorporação dos custos de disposição final nos custos de produção" (Pérez, 2019, p. 65).[8]

Com a formalização da atividade, através da inserção profissional da categoria na cadeia da reciclagem e no sistema de gestão de resíduos, as lideranças e organizações de catadores são colocadas em uma posição profundamente ambígua nesse campo. Enquanto trabalhadores, os catadores partilham da condição de integrantes de uma categoria que constitui um movimento social e de gestores de uma organização cujos meios de produção eles detêm de forma coletiva. Eles são parte de uma cadeia produtiva e, ao mesmo tempo, prestadores de serviços em sistemas de gestão de resíduos. Seu objetivo é participar de forma autônoma como atores no mercado da reciclagem, mas constroem sua identidade coletiva e profissional a partir de uma lógica que se contrapõe à própria lógica do mercado.

As cooperativas, como empreendimentos que buscam participar da cadeia e disputar o mercado da reciclagem, são colocadas em uma lógica de competição com empresas privadas interessadas na mercantilização dos resíduos através da inserção lucrativa nesse mercado. Na qualidade de gestores e prestadores de serviço, aquelas organizações sofrem exigências quanto à eficiência na execução dos serviços e à sua capacidade de operação, que deve ser compatível com a oferecida pelas empresas privadas. Como parte de um movimento social, elas lidam com o papel moral de organizar e conscientizar as bases sobre os desafios e objetivos em comum da categoria, bem como de incluir os trabalhadores precarizados na lógica coletiva e solidária do cooperativismo para a obtenção de condições dignas de trabalho e de vida. A transformação da dinâmica de trabalho com o deslocamento para as cooperativas, no entanto, inscreve

8 De acordo com a PNRS, logística reversa é um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada" (Brasil, 2010). De acordo com a lei, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de diversos produtos, incluindo embalagens, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

os catadores em regimes de controle e em uma dimensão burocrática: ficam alheios ao exercício da atividade nas ruas e aterros, e sobre seus corpos passam a incidir rotinas, condutas e formas de sociabilidade muitas vezes vistas como constrangimentos e limitações aos quais não desejam se submeter.

Vale ressaltar, como argumenta Pérez (2019), que o cooperativismo e a economia solidária são defendidos pelos catadores organizados como formas de trabalho que "permitem o protagonismo e a autonomia da categoria em uma escala maior, que os posiciona de modo diferencial perante os elos da cadeia que se encontram mais próximos da indústria de transformação" (p. 54). As lideranças e o movimento dos catadores legitimam, assim, sua atuação e reivindicam participação nessa arena de disputa a partir de dois elementos estratégicos: o papel histórico que sempre exerceram como atores nesse campo[9] e o lugar distinto a eles conferido pelo modelo cooperativista e associativo nas lutas pela apropriação e mercantilização dos resíduos com outros atores, que operam exclusivamente pela lógica do lucro.

Se o cooperativismo e o trabalho associado têm para as lideranças e para o movimento um lugar estratégico nesse campo, tal inserção coloca os catadores em uma condição ambígua, tensionada por forças contrárias. Desse modo, em vez de situar a discussão em uma chave dualista, marcada por polos excludentes (formal/informal, inclusão/exclusão, coletivo/individual, solidariedade/competição), podemos entender a ambiguidade das organizações de catadores a partir de um *continuum de gradação* entre os empreendimentos capitalista e solidário.[10] Nele, elementos díspares se encontram e se misturam, assumem novos sentidos e usos, e

9 Patrick O'Hare (2017) faz uma análise etnográfica da economia política e moral dos resíduos através do trabalho dos catadores uruguaios no aterro Felipe Cardoso, explorando a ideia dos resíduos como matéria semelhante ao histórico *commons* inglês. Ele aponta como característica comum os direitos consuetudinários reivindicados por sujeitos vulneráveis e pela população pobre, cujo acesso a esses bens constituía também um refúgio ao trabalho assalariado.

10 Autores como Machado da Silva (2002) e J. Lima (2010) refletiram criticamente sobre a passagem da informalidade à conformação de empreendimentos individuais e coletivos, tendo como marco a ideia de uma "cultura do trabalho". Na transição do uso da categoria "informalidade" para "empreendedorismo", suas análises apontaram para um processo de ressignificação de características vigentes no modo de

constituem arranjos provisórios, visto que a forma dessas organizações não é fixa. Seus elementos estão permanentemente em disputa, sofrem pressões e readequações de acordo com o contexto e mudam segundo as oportunidades políticas e econômicas que se abrem.

Este capítulo contribui para o debate ao analisar as organizações de catadores e o processo de formalização de sua atividade a partir da abordagem etnográfica dos catadores de Jardim Gramacho, que apresenta especificidades, mas também características gerais, comuns a outros contextos. Para compreender as contradições e ambiguidades que atravessam processos de formalização, em que categorias profissionais passam a ser reconhecidas e cujas práticas passam a ser regulamentadas pelo Estado, as moralidades presentes nas leis e os sentidos normativos impostos a essas organizações devem ser postos em perspectiva histórica e etnográfica.

Como mostrou Rabossi (2011) em análise etnográfica dos vendedores de rua em Cuidad del Este, a compreensão desses universos não pode prescindir da análise das relações entre as atividades e suas definições. A abordagem do autor, em vez de partir dos marcos legais, assumindo-os como um dado, focaliza justamente "as disjunções entre os regulamentos formais e as formas práticas de regulação" (p. 104). Esse enfoque se mostra frutífero na medida em que permite iluminar justamente as contradições oriundas do próprio processo de regulamentação do trabalho.

Um dos contrastes apontados em sua análise é particularmente relevante para pensarmos o caso dos catadores de Jardim Gramacho e se traduz pelo par tempo fundacional/processo histórico. A premissa é a de que "o tempo 'fundacional' da postura está imerso no processo que levou à sua sanção", o que significa dizer que, no momento de criação da postura regulamentadora, "o mundo já estava constituído, e é na aceitação dessa constituição que se assentam as bases para a reprodução de um sistema que não corresponde àquilo nelas estabelecido" (Rabossi, 2011, p. 98). Desse modo, as formas de organização que permitiam a existência das atividades informais antes de sua legitimação pelas posturas tendem a continuar vigentes, operando a regulação efetiva dessas atividades, mesmo

produção capitalista, como o individualismo, a competitividade, a autonomia e a insegurança, que passariam a ser valorizados.

após sua regulamentação legal. É a convivência desses distintos marcos regulatórios que nos permite compreender a disjunção entre as práticas e os preceitos legais. Estes, "antes de serem códigos para a ação, operam como fundamentos de legitimidade e provedores de diretrizes da forma como essas múltiplas dimensões políticas operam na prática" (p. 100).

A partir desse enfoque, trazemos à tona um conjunto de contradições que emergiram no universo da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) a partir da sanção do marco legal representado pela PNRS e pelo decreto nº 7.404/2010, que a regulamenta. O período de campo foi marcado pelas transformações que o novo enquadramento normativo acarretaria nesse cenário. Partindo das concepções e moralidades incorporadas nos parâmetros legais, este capítulo se apoia na identificação de um conjunto de contradições observadas durante a vivência em campo. Estas podem ser definidas provisoriamente com base em cinco relações iniciais: entre aterro e associação; entre associação e cooperativa; entre solidariedade e conflito; entre vínculos de parentesco e de associado; e entre formalidade e informalidade.

LIDAR COM O PESSOAL, CRIAR O SOCIAL: ETNOGRAFIA DAS ORGANIZAÇÕES

Há uma concepção do termo "social" implícita nas definições legais e normativas sobre a formalização do trabalho dos catadores que orienta a forma como os parâmetros de regulamentação pensam as organizações. Não raras vezes o adjetivo é usado para qualificar determinadas coisas como próprias de um tipo específico ou pertencentes a um domínio exclusivo. Termos como "empreendimentos sociais", "valor social", "economia social" tornam flagrante essa acepção da palavra, que, ao caracterizar um empreendimento, um valor, uma economia, é concebida como algo dado, estabelecido de antemão.

Essa concepção é fruto de "um longo investimento cultural na ideia de 'sociedade' como entidade" (Strathern, M., 2014a, p. 231). Traduzido como uma coisa à qual se opunham outras, como "economia" ou "natureza", o conceito de sociedade como objeto abstrato do pensamento adquiriu a forma de uma entidade discreta. Como consequência, as relações estabelecidas com as outras entidades, também tomadas como unidades, são entendidas como relações extrínsecas, como formas secundá-

rias de conectar as coisas que não afetam o seu formato acabado, próprio de uma totalidade objetiva. Pensada como um todo além dos indivíduos que a compõem, a ideia de sociedade levou à formulação dos indivíduos como seus membros, culminando com a equiparação entre "sociedade" e "grupo" e com a interpretação da solidariedade do grupo como solidariedade social (p. 234). O significado de "social" foi se restringindo ao longo do tempo, e, no linguajar comum contemporâneo, encontramos um "uso limitado ao que restou depois que a política, a biologia, a economia, o direito, a psicologia, a administração, a tecnologia, etc. tomaram posse de suas respectivas partes das associações" (Latour, 2012, p. 24).

Quando as organizações de catadores são designadas como um empreendimento social, assim como acontece com os outros fenômenos que recebem esse qualificativo, o adjetivo "social" alude a um estado de coisas estável. No caso aqui tratado, essa estabilidade é imputada à *forma* da organização, cujo conceito prévio determina tanto o modo como seus participantes se relacionam entre si como o tipo de relação estabelecida. A partir dessa forma estável, a representação sobre as organizações de catadores assume que elas são "coletivas" e que os grupos constituídos por elas são ligados por laços de cooperação, solidariedade, igualdade, e mobilizados pelo interesse no "bem comum". Pressupondo-se a existência dessas características, explicar ou descrever a "autogestão" torna-se dispensável, quase redundante.

Na rotina da organização de catadores que pesquisei, no entanto, as coisas não se apresentavam bem assim. Essa inadequação não constitui uma "anormalidade" específica daquele universo, mas indica as pesadas expectativas e constrangimentos morais imputados às organizações de catadores pelas teorias políticas, pelas definições legais, pelos discursos técnicos, na medida em que imaginar qualquer contexto concreto que corresponda fielmente àquelas características parece bastante improvável. A flagrante disparidade entre os enquadramentos normativos e o cotidiano das práticas deve levar ao entendimento dos contextos em que essas organizações estão inseridas, evidenciando as tensões e forças contraditórias que as constrangem, numa arena política e institucional complexa. O contato com o mundo dos catadores me expôs ao imperativo de buscar concepções alternativas e instrumentos analíticos que permitis-

sem a apreensão da complexidade das práticas, ignorada pelas teorias e modelos idealizados, tornando-a compreensível.

Inspirada pela proposta de Bruno Latour (2012), encontrei outros caminhos para essa empreitada. Com base em seu entendimento, em vez de assumir a associação de catadores como um domínio especial, em que o "social" já está estabilizado, adoto como ponto de partida a definição de "social" como "uma série de associações entre elementos heterogêneos" (p. 23). Como essas associações são dinâmicas, apreendê-las só se torna possível através da identificação dos traços deixados por seu movimento contínuo. Portanto, o esforço de investigação consistiu precisamente em "coletar" os resíduos disseminados pelas múltiplas conexões que compõem essas associações.[11] Nela não estão relacionados apenas os humanos, como a definição convencional de "social" costuma indicar. Na perspectiva alternativa, o social torna-se rastreável a partir das *controvérsias* em torno de sua constituição. Nesses eventos, os traços se proliferam, ao contrário dos fenômenos estabilizados, cujas relações (con)formadoras tendem à invisibilidade.

Uma das principais controvérsias capazes de fornecer ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões sociais são aquelas em torno da formação de grupos: "Os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele" (Latour, 2012, p. 55). As relações que constituem os grupos são feitas de laços frágeis, incertos e mutáveis; portanto, os agrupamentos precisam ser (re)feitos constantemente, já que, sem esse trabalho de fabricação permanente, as relações se esgarçam e levam os grupos ao desmantelamento. Essa definição *performativa* de grupo (p. 59) nos conduz à procura de ferramentas que dão estabilidade aos agrupamentos, à investigação de como as fronteiras são delineadas e conservadas, de quem são seus porta-vozes e como são definidos, de quais são os antigrupos e como justificam sua existência, e de quais recursos estão em jogo.

11 Traça-se, assim, um curioso paralelo entre a atividade dos catadores e a da pesquisadora, todos engajados na recuperação e no tratamento de algo residual, proveniente da produção de outrem, algo que lhes antecede temporalmente e adquire centralidade em suas práticas. Enquanto os catadores recuperam o valor dos materiais descartados, a pesquisadora resgata os sentidos das associações.

Nesse sentido, a narrativa etnográfica apresentada aqui descreve e analisa as *formas* assumidas pelas associações e mapeia as dinâmicas associativas de modo a buscar elementos que, desdobrando-se, possam responder: o que é, afinal, uma "associação" de catadores? Quais associações, em sentido amplo, compõem esse coletivo e quais são os vínculos entre seus integrantes? Como as relações são construídas e mantidas, e sob quais figurações se atualizam? E através de quais composições esse coletivo toma forma?

Na associação de catadores de Jardim Gramacho, as principais controvérsias giravam em torno da gestão do trabalho e dos recursos daí provenientes. Em vez de ser regida por contornos predefinidos e por princípios abstratos, a gestão das atividades, dos recursos, das pessoas, dos materiais, dos ânimos e dos caminhos futuros se apresentava como um desafio diário. A construção de uma perspectiva etnográfica das organizações de catadores permite compreender as dificuldades cotidianas possivelmente enfrentadas por grande parte dos empreendimentos baseados na autogestão ou na gestão coletiva. Com isso, é possível resgatar a complexidade desses contextos e, ao mesmo tempo, tornar inteligíveis os motivos das contradições que os atravessam, as maneiras como elas revelam os problemas rotineiros dos atores envolvidos e, ainda, como esses atores criam dispositivos e estratégias para enfrentá-los.

Uma etnografia dessa natureza coloca em relevo, portanto, questões cotidianas surgidas do trabalho de gerir a organização. Muitos dos pontos problemáticos são discutidos a partir de episódios conflituosos, e, para pensá-los, adoto um recorte centrado nas relações pessoais ou no que chamei de "interpessoalidades". Tal recorte se justifica na medida em que se tornou evidente que as dinâmicas interpessoais estão no cerne de muitos dos conflitos, desentendimentos e querelas ocorridas na associação.

As relações nesse espaço não eram dadas, constituídas de modo acabado; ao contrário, elas integravam uma dinâmica permanente de construção e redefinição. Interessei-me em entender as formas pelas quais as relações se davam, tanto quanto o "conteúdo" dessas relações, a qualidade dos vínculos e a valência assumida pela atualização dos laços, cuja mediação era feita pelas coisas – não apenas pelas materialidades recicláveis, mas também por outros tipos de bens. Isso significa que, para entender esses processos, era preciso ter em vista aquilo que estava em

disputa e fazer movimentar atores e forças que se articulavam em negociações e conflitos. Como "fundamento, motor e operador de relações sociais" (Marques *et al.*, 2007, p. 39), os conflitos são entendidos como algo caracteristicamente político e, dessa forma, possuem uma dimensão heurística. Através deles, pude apreender a fluidez das fronteiras entre os de dentro e os de fora, que estava o tempo todo em questão, problematizando a ideia de que a associação era composta por um "grupo" definido, homogêneo e estável.

Com o enfoque nos conflitos e em suas dinâmicas, a etnografia se apoia nas narrativas das pessoas envolvidas. Nesse sentido, é preciso ressaltar, seguindo a perspectiva de Marques *et al.* (2007), que os problemas que resultam em conflitos são assuntos de debate e se apresentam como objetos de disputa no plano da produção e reprodução de narrativas dominantes. Tais narrativas, mesmo quando formuladas no seio de um universo, a princípio apresentado como uma comunidade, mostram-se divergentes e mesmo incompatíveis.

Os conflitos possuem uma dimensão dramática e pública, ainda que as questões em seu cerne correspondam a problemas familiares ou de relacionamento pessoal. Essa faceta própria de sua publicização conforma também um público, que não se restringe a espectador, mas atua no evento vivenciado, tornando-se ator do drama ao (re)produzir narrativas sobre as questões e seus envolvidos.

> O público se apropria dos conflitos e os torna matéria-prima da construção de um campo de comunicação e de uma comunidade moral. [Essa participação] vai se formando a partir de narrativas mais abertas ou mais sussurrantes, dos ditos e não ditos, das fofocas e dos silêncios, formando um xadrez comunicativo que a comunidade saberá interpretar. (Marques *et al.*, 2007, p. 37)

A etnógrafa, imersa nesse cenário, evidentemente também atua no desenrolar dos casos, uma vez que presencia situações, ouve histórias e, de certo modo, é vista como alguém para quem as narrativas devem ser contadas. Meu papel nesse contexto não era descobrir versões autênticas, o que me colocaria em posição de arbitrar as situações. Muito distante dessa perspectiva, meu objetivo era conhecer pontos de vista distintos, divergências que, em vez de tornarem possível a identificação de narrativas mais verdadeiras do que outras, me permitissem explicitar ao máxi-

mo as contradições e complexidades próprias desse universo, tornando-as inteligíveis.

REVELAÇÕES DE UM BOM-DIA

Logo na primeira ida à ACAMJG, tive a oportunidade de acompanhar uma reunião para discutir o regimento interno do polo de reciclagem que abrigaria as quatro cooperativas após o encerramento do aterro. Nesse dia conheci Caetano. Muitas vezes, durante o trabalho de campo, ouvi dos catadores que, apesar de todos terem muitas queixas, na hora de torná-las públicas nas reuniões, ninguém se pronunciava. Mas Caetano, naquele encontro, não se intimidou, mesmo sendo a primeira vez que comparecia. Sua colocação inicial versou sobre a capacitação daqueles que ficariam responsáveis pela parte financeira do polo, pois, segundo ele, havia pessoas nos cargos do conselho que não sabiam ler nem escrever: "Como pode então lidar com as contas da cooperativa?". Sua questão foi respondida pela diretora financeira, que assegurou a possibilidade de realizar cursos de capacitação para os catadores e ainda acrescentou: "As pessoas que estão nos cargos foram escolhidas pelos próprios catadores através de eleição, e muitos já tinham experiência nessas funções".

O clima da reunião era formal, mas, ao mesmo tempo, as pessoas faziam algumas gozações umas com as outras e, por vezes, várias falavam simultaneamente, criando certa algazarra no espaço. Sabrina, que trabalhava no escritório, era responsável pela ata e pelas inscrições, ordenando os nomes dos que solicitavam a fala. Na reunião, Caetano levantou o braço algumas vezes para fazer perguntas ou apenas considerações relevantes.

Em determinado momento, ele pediu a palavra e apresentou uma questão inesperada: "Por exemplo, às vezes você chega aqui, passa pelas pessoas, dá um bom-dia e não te respondem o bom-dia. Eu não acho isso certo". Imediatamente após pronunciar essa frase, várias catadoras que participavam da reunião se levantaram com certa agitação e, fazendo chacota, começaram a apontar para Vitória, que havia sido identificada como a pessoa do exemplo. A acusação se tornou uma piada, repetida ao longo de todo aquele dia, e ainda foi lembrada nas semanas seguintes. A própria Vitória, que não negou o papel que lhe foi imputado, apro-

priou-se do episódio e passou a dizer em tom irônico, sempre que ficava com raiva de alguma coisa: "E ainda querem que eu dê bom-dia". A piada, não obstante, levantava uma questão séria, e Caetano havia tocado em um ponto delicado e crucial que afetava o cotidiano de todos e que passava pelos modos como se configuravam as relações pessoais.

A crítica do "bom-dia" permitiu a Caetano jogar luz, de maneira sutil, em aspectos da convivência cotidiana – a etiqueta, o comportamento, a educação, o respeito –, cujo índice, a partir do qual poderiam se tornar palpáveis e mensuráveis, eram as formas de tratamento, o modo como os relacionamentos eram tecidos nas situações rotineiras. Após a reunião, conversei com Caetano mais reservadamente. Ele tinha achado o evento muito produtivo e comentou que o pessoal reclamava muito: "Fala pelas costas, mas na hora de ir na reunião e dizer aquilo que não está gostando, procurar se inteirar das coisas que estão acontecendo para não ficar acusando sem saber de nada, não faz, fica com medo". Ele ressaltou a reticência dos catadores em relação à participação nas reuniões e o receio de lidar com Vitória, que tinha uma personalidade forte e era de trato difícil. Em conversa comigo, a própria já havia mencionado sua fama de durona, dizendo abertamente que era considerada "a Dilma da ACAMJG": "Eu não tenho paciência com gente, não. Eu xingo mesmo". Na ocasião do falecimento de Dayse, Vitória definiu a amiga da seguinte forma: "Não gostar de mim, tudo bem, eu entendo, mas, pô, não gostar da Dayse é sacanagem! Ela era muito legal!".

Certa vez, conversávamos sobre assuntos em voga nos noticiários, e o debate acabou se desdobrando em uma discussão sobre homossexualidade, mais precisamente se a sexualidade poderia ser considerada uma opção ou não. Ao defender o argumento de que não era uma opção, mas uma característica inata, porque ninguém optaria por ser discriminado, ela utilizou uma analogia com a sua situação de catadora: "Ninguém escolhia ser catador, ela virou catadora porque a mãe era". Então dona Máxima, tia de Vitória, que acompanhava a conversa, questionou: "Ué!? Você não escolheu ser catadora, não?". Ela se viu numa armadilha. Prendeu a respiração como quem havia desistido de afirmar alguma coisa, com a expressão que parecia dizer: "OK, vocês me pegaram". Vitória contou então que tinha feito curso de enfermagem e que

havia trabalhado no Ibase[12] como secretária, mas que depois voltara a ser catadora porque gostava daquela "história de arrumar briga". E, já se preparando para sair do escritório, completou, em tom jocoso: "Adoro ficar xingando os outros".

Naquele primeiro dia, quando Caetano falava comigo sobre as questões de trato pessoal que o incomodavam, mencionando as práticas na associação com as quais não concordava, um colega percebeu o teor da conversa, olhou para mim e disse: "Olha o gravador, olha o gravador!". Caetano me perguntou então: "Você tá gravando?". Eu apenas abri os braços para mostrar que não tinha nada. Então ele continuou:

> É a mesma coisa [quando] você quer falar alguma coisa com uma pessoa, mas a pessoa continua andando e você tem que ir correndo atrás dela para falar. Não. Para, olha pra sua cara e pergunta: "O que é?". Ou, então, quando você chega pra alguém e diz: "Preciso falar com você", fica implícito o quê? Que é particular, né? Mas aí a pessoa vira na frente das outras e diz: "Pode falar".

A conversa com Caetano deixava claro que não se tratava simplesmente de dar ou não "bom-dia", mas de certas assimetrias que se explicitavam pelos diferentes tratamentos que as pessoas conferiam umas às outras.

Caetano era nordestino, e nós costumávamos conversar bastante a respeito de relações familiares. Ele tinha irmãos que apresentavam problemas com drogas ilícitas, especialmente cocaína, e não conseguiam largar o vício. Evangélico, Caetano era diferente dos seus irmãos e mostrava especial apreço pelas relações pessoais. Em uma de nossas conversas, ele refletia sobre as diferenças entre as regiões do país e observava: "No Nordeste, o pessoal leva a sério ser madrinha de alguém. [Lá] é um substituto mesmo, aqui não". A importância dada ao vínculo de compadrio/comadrio era um reflexo da sua própria história familiar, já que ele dizia não saber o que era carinho de mãe, embora entendesse que "mãe não é quem bota no mundo, é quem cria". Ele contou que seu pai era muito rígido. Aos 15 anos, quando arrumara uma namorada, seu pai teria dito que, se ficasse com ela, não teria futuro. Aos 16 anos, Caetano entrou

12 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

para a igreja, o que teria mudado a sua vida: "A vida é louca. Às vezes você faz cada coisa e depois se pergunta: 'Como eu tive coragem de fazer aquilo?'". Dizia que o mundo estava muito complicado e que era bom "se cercar de pessoas boas, ter pessoas boas do nosso lado e ser bom para elas também". Caetano valorizava a reputação: "Você ter um nome, a pessoa saber que pode confiar em você, é outra coisa". Assim ele expressava a questão da confiança e do respeito que atravessava as relações pessoais, mostrando como era importante, na sua visão, a forma pela qual as pessoas se tratavam. Talvez por isso a crítica do "bom-dia" tenha partido justamente dele, que valorizava a reciprocidade no tratar bem como forma de lidar com o mundo complicado do presente.

Em nossa conversa, Caetano também contou que, antes, o número de associados era maior e que as reuniões eram frequentes. Entretanto, naquele momento, segundo ele, muitas pessoas já não frequentavam as reuniões nem participavam mais da associação. Explicou que o pessoal do conselho gestor já havia trabalhado junto na diretoria de outras cooperativas e que os catadores não julgavam positivamente o legado deixado. Isso viria da percepção de certa discrepância nas condições materiais entre eles, que indicava uma configuração heterogênea entre aqueles que a categoria "catador" buscava unificar a partir de uma suposta homogeneidade.

Assim Caetano expressava esse entendimento: "O pessoal foi vendo que a reunião não dava em nada, que não melhorava a vida do catador, só a *deles*". Meu interlocutor expunha uma situação que mostrava dissonâncias internas, posições diferentes relativas a lugares distintamente ocupados. A questão sobre as formas de se relacionar e a qualidade das relações entre os associados exprimia discrepâncias que iam de encontro à pretensa igualdade entre todos na associação. A referência a "eles" revelava ainda, na perspectiva dos associados, a preeminência de um grupo, correspondente aos que ocupavam posições de poder na organização, através dos cargos gestores que permitiam acesso a informações, ascendência sobre certas decisões e controle de recursos. A impressão geral que tive na convivência com os catadores era algo parecido com o bazar marroquino estudado por Geertz (1978), um sistema econômico baseado na informação em que, não obstante, a informação era "pobre,

escassa, mal distribuída, ineficientemente comunicada e intensamente valorizada". Em virtude desse "nível de ignorância", o funcionamento do bazar poderia ser interpretado, em grande parte, como "uma tentativa de reduzir tal ignorância para alguns, aumentá-la para outros ou defender alguém dela" (p. 29).

Sem dúvidas, Vitória ocupava um desses cargos estratégicos e, como diretora financeira, estava no centro das disputas e controvérsias em torno da gestão da associação. Sua personalidade forte, seu jeito explosivo e sua falta de cuidado no trato com as pessoas contribuíam sobremaneira para que as críticas se multiplicassem, assim como os conflitos ligados a seu temperamento e atuação. A rotatividade dos funcionários contratados era alta, e suas reclamações se direcionavam, em grande medida, ao modo como se estabeleciam as relações entre eles e seus superiores e ao trato pessoal entre os que ocupavam esses patamares. De modo semelhante, os associados, embora em posição distinta da dos contratados, também mostravam insatisfação com o tratamento recebido, conforme a reunião do "bom-dia" paradigmaticamente demonstrava.

Vitória ocupava uma posição-chave no quadro administrativo da associação. Nesse contexto, além dos problemas desencadeados por sua inabilidade com o trato pessoal, o que gerava inúmeras fricções e rusgas nas relações com os demais membros, as críticas ao redor da diretora financeira ganhavam outros significados quando entravam em cena determinadas relações pessoais que a envolviam, concernentes às dimensões de parentesco. Nesse sentido, quando Caetano comentava que a vida do catador não havia melhorado, apenas "a deles", para além de um grupo específico, os sentidos de sua afirmação se referiam às relações familiares, que qualificavam os vínculos estabelecidos entre determinados membros do conselho gestor.

Na tradição do pensamento social brasileiro, como ressaltaram Comerford e Bezerra (2013), a política foi pensada como um domínio definido formalmente, com base na impessoalidade das relações e na universalidade dos direitos, com parâmetros universalistas, impessoais e individualistas a partir dos processos de representação. Nestes, as relações pessoais aparecem como elementos residuais ou deturpadores, cuja presença configura fenômenos como clientelismo, patronagem, coronelismo, favorecimento, apadrinhamento, nepotismo e corrupção, enten-

didos como os problemas da política brasileira. No entanto, as análises etnográficas focadas nas concepções e práticas efetivamente acionadas no fazer político mostram que ela é "vista como feita de relações pessoais, e [que] 'fazer política' é, em grande medida, construir e gerir relações personalizadas" (p. 484). Dessa forma, o fazer-se e o desfazer-se situacional dos agrupamentos políticos, cujos alinhamentos são muitas vezes instáveis, e cujas fronteiras não são claramente definidas, dependem do estabelecimento de relações pessoais. O distanciamento das abordagens normativas a esse respeito implica a busca pelos sentidos nativos das ações e dos eventos e por ferramentas conceituais capazes de capturar a complexidade dos contextos práticos, marcados por tensionamentos e intrincados nós.

QUESTÕES DE FAMÍLIA

A experiência dos primeiros tempos na associação de Jardim Gramacho foi marcada pelo contato com inúmeras pessoas, e uma de minhas grandes preocupações era memorizar seus nomes e fisionomias. Nesse primeiro momento, eu identificava indivíduos singulares, com os quais começava a me acostumar. Aos poucos já não era preciso fazer nenhum esforço para reconhecê-los e lembrar seus nomes, e a essas informações foram se somando as histórias de cada um. Foi assim que as pessoas com quem eu interagia foram deixando de ser apenas indivíduos e passaram a compor um conjunto de relações, que se revelavam com o tempo e com a nossa convivência. Irmãos, filhos, cônjuges, primos, os laços de parentesco davam novos sentidos às relações que anteriormente eu imaginava serem apenas entre "indivíduos" ou "associados" que estabeleciam entre si vínculos, de certa forma, "neutros" ou homogêneos.

Importante destacar que, no mundo da catação no aterro, o parentesco era uma variável fundamental, pois consistia em uma das principais formas de inserção na rampa. São muitas as histórias de catadores que souberam dessa oportunidade de trabalho por intermédio de conhecidos, vizinhos, colegas ou parentes e que, ao adentrarem esse universo, levaram também seus familiares.

A influência familiar – o que Bastos (2008, p. 103) chamou de "cultura familiar" – era uma das principais motivações para a escolha desse

tipo de trabalho.[13] Quando os catadores não levavam familiares consigo no momento em que entravam na rampa, muitas vezes o ofício se reproduzia geracionalmente. Por isso no aterro poderíamos encontrar três gerações de uma mesma família. As redes de parentesco eram cruciais não só nas formas de acesso, através dos convites de familiares próximos, mas também na própria adaptação do trabalhador ao ambiente. Era comum que catadores mais experientes e próximos – como os parentes – se responsabilizassem pelos novatos e assumissem o papel de seus mentores (Millar, 2008, p. 28-29).

A sociabilidade e as relações pessoais, tais como os laços de parentesco, de amizade e de vizinhança, são características marcantes nos universos considerados "informais". Neles, as relações entre pessoas próximas vão muito além da partilha de momentos de lazer fora do espaço de trabalho, ou mesmo de momentos de descontração durante o ofício, traduzidos em conversas, piadas e fofocas. Elas são verdadeiras fontes de recursos, mobilizados em diversos contextos que envolvem fornecimento de refeições, concessão de empréstimos, ajuda financeira ou execução de serviços.[14]

Quando o trabalho dos catadores passa a ser alvo de processos de regulamentação que visam a formalizar a atividade em organizações coletivas, a família passa a operar a partir de duas lógicas contrapostas que imputam sentidos muito distintos às relações baseadas no parentesco. Nos princípios teóricos da economia solidária, as famílias não podem ser consideradas empreendimentos solidários, pois "formas tradicionais de solidariedade vicinal e familiar carregam em si obrigações e hierarquias

13 De acordo com dados da pesquisadora, baseados em questionários feitos com os catadores sobre as motivações de estarem na atividade, o desemprego pessoal e a sobrevivência da família, somados, alcançaram 47%, seguidos da cultura familiar (34%) e da comodidade (13%) – que agrega o fato de o aterro ser próximo de casa (Bastos, 2008, p. 112).

14 Em contextos sociais de extrema pobreza, como em determinados bairros de Porto Príncipe, no Haiti, as modalidades de sobrevivência individual e de reprodução familiar articulam uma série de atividades que incluem relações não mediadas pelo dinheiro, como a cooperação, a solidariedade e diferentes formas de escambo (Neiburg; Nicaise, 2010, p. 93). Millar (2008) também identificou a centralidade das relações pessoais e das redes de parentesco em várias etapas do trabalho dos catadores, indicando, assim, a existência de práticas de cooperação nesse universo.

que impedem o exercício pleno da democracia" (Motta, E., 2010, p. 130). Essa ideia, presente em diversos trabalhos acadêmicos, compreende a família como "um arranjo necessariamente hierarquizado e com posições de autoridade bastante fixadas" (p. 131).

A lei nº 5.764, de 1971, que institui a Política Nacional de Cooperativismo, define, no parágrafo único do art. 51, a impossibilidade de compor "uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração os parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral" (Brasil, 1971). No formato prescrito pela lei, a sociedade deverá ser administrada por uma diretoria ou conselho de administração composto exclusivamente de associados eleitos pela assembleia geral (art. 47) e monitorado por um conselho fiscal formado por três membros efetivos e três suplentes (art. 56). Não podem ainda fazer parte do conselho fiscal "os parentes dos diretores até o segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau", assim como o associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

Essas duas lógicas distintas a respeito da família, ao incidirem sobre o universo dos catadores em Jardim Gramacho – em que o modelo do aterro e das organizações coletivas funcionava complementarmente em um arranjo anterior à PNRS –, contribuíam para aprofundar suas contradições. As controvérsias na gestão das organizações se misturavam inextrincavelmente à problemática densa das relações pessoais que incorporavam as instituições, dando corpo, substância e movimento às suas formas abstratas.

Na associação de Jardim Gramacho, a família trazia a questão do pertencimento, tornando-se uma categoria em disputa na medida em que se apresentava para uns como fonte de legitimação e, para outros, como fonte de acusação. Nesse contexto, estava em jogo fundamentalmente a disputa pela extensão das fronteiras da coletividade, prerrogativa para a reivindicação de "direitos" daqueles que se encontravam no interior da rede. A descrição etnográfica apresentada na próxima seção evidencia os diferentes sentidos nativos imputados à ideia de "família" em meio a um cenário de conflito no aterro.

Tendo em vista seu desenrolar público (Marques *et al.*, 2007, p. 40), os conflitos emergem como a condição de produção de reputações, processo que supõe o olhar do outro e engendra um "esforço ativo de fazer

prevalecer certa imagem de si para outro em inevitável tensão com imagens concorrentes" (p. 36). Assim, os limites do caráter público dos conflitos são alvo de tentativas de controle, que intervêm na forma como são vividos e conduzidos. Ao contrário da imagem naturalizada como *locus* da união e da cooperação, que tem como princípio basilar a unidade, a família não se apresenta como uma totalidade fechada e estável, uma vez que também está sujeita às injunções da política e às transformações em suas fronteiras. As posições dos indivíduos e os limites que circunscrevem as coletividades estão em redefinição permanente, e a multiplicidade de fatores que intervêm no processo faz do desenrolar dos conflitos algo imprevisível.

Esse ponto é especialmente importante na medida em que vigora, tal como apontou criticamente Marilyn Strathern (1999), uma sentimentalização da ideia de relacionalidade – imaginário provavelmente derivado do universo do parentesco –, em que os relacionamentos são algo inerentemente estimável, o que termina por reduzir a reciprocidade ao altruísmo. Existe por trás desse imaginário, o que é ainda mais significativo, uma concepção específica do "social", consolidada também pelas teorias do estrutural-funcionalismo, segundo as quais "a sociedade é algo inerentemente solidário, [...] é uma boa coisa ter relações sociais e [...], de alguma forma, os conflitos e guerras fragmentam algo [...]" (p. 169).

Isso traz implicações diretas quando tratamos de organizações como cooperativas e associações, já que essa moralidade sentimental está impregnada nos sentidos assumidos e na maneira como o trabalho associado e cooperativado é concebido de modo geral, incluindo as formulações das políticas e das leis. Ao atribuir a tais instituições a existência de sentimentos fraternos, como a solidariedade e a colaboração, pautados pelo preceito da garantia de participação igualitária em uma "coletividade" específica, uma série de dicotomias é reificada, como: dinheiro/afeto, razão/sentimento, individual/social, cálculo/moral, quantidade/qualidade, mercantilização/relação social. Somado a isso, ainda de acordo com esse prisma, está o fato de que "as mulheres são estereotipicamente relegadas ao polo sentimental da vida social" (Strathern, M., 1999, p. 169). No lugar da ideia de "sociabilidade", que implicaria as noções de comunidade e de empatia, Marilyn Strathern sugere o uso do termo "socialidade" como

um modo de fugir ao sentimentalismo e ao valor moral da ideia de relação, direcionando-se para o seu caráter formal. A narrativa etnográfica a seguir problematiza tais concepções e fornece contrapontos a partir da experiência prática dos catadores, o que ajudará a matizar o ideário das relações familiares, pessoais e associativas no universo da catação pelo prisma dos conflitos.

"A GENTE É UMA FAMÍLIA"

Vitória pertencia à segunda geração de uma família de catadores. Além da mãe, dona Janira, que criara oito filhos com o trabalho no aterro, alguns dos irmãos de Vitória também exerceram a atividade na rampa. Reconhecida como umas das primeiras lideranças do local, dona Janira participou do processo de organização dos catadores no contexto de fundação da primeira cooperativa de Jardim Gramacho, decorrente da remediação do aterro e da transferência de sua gestão da Comlurb a uma empresa privada. Assim, tanto Vitória como sua mãe e alguns dos seus irmãos haviam participado no passado da Coopergramacho, na qual tiveram a experiência de atuar em cargos administrativos. O irmão mais novo de Vitória também se beneficiou da confluência de organizações não governamentais, de ações sociais e de políticas comunitárias que se direcionaram para o bairro nos anos subsequentes à regulamentação da atividade do aterro. Ele buscou aprimorar sua qualificação ao participar de eventos nacionais e internacionais, como o Fórum Social Mundial, e de cursos de capacitação, inclusive daqueles voltados à formação de lideranças. Bem jovem, já havia alcançado o cargo de vice-presidente da cooperativa. Alguns anos depois, ele levaria à frente a ideia de fundar uma associação de catadores no bairro, tornando-se seu presidente – posto no qual se mantinha durante a pesquisa de campo.

Um dia fui convidada para almoçar no centro de referência com Vitória e outros integrantes da secretaria. Essas conversas proporcionadas pela comensalidade eram sempre longas e pareciam manter uma estrutura: em determinado momento, histórias do passado eram recontadas, e os mitos passavam a circular, recriando e dando sentido ao presente. Nesse dia, as memórias dos tempos passados foram desencadeadas por uma situação específica: o episódio tragicômico em que Vitória e

mais duas pessoas foram atacadas por um enxame de abelhas. Sabrina, que também trabalhava na cooperativa nessa época, havia se trancado no escritório por medo dos insetos, recusando-se a abrir a porta para ajudar as colegas. Vitória, em tom jocoso, reivindicava a dívida que Sabrina mantinha com ela desde então.

Segundo Vitória, quando sua mãe foi diretora administrativa da Coopergramacho, a instituição teria "entrado no eixo". Com seu jeito sarcástico, ela dizia que o encarregado de produção "parecia um feitor" e que, em sua presença, ninguém podia nem conversar. Por outro lado, a cooperativa ia "de vento em poupa" e "até a Comlurb [teria ficado] impressionada". Chico, seu irmão mais novo, era o vice-presidente da organização, enquanto ela trabalhava na prensa e também na parte administrativa. Vitória se lembrou das planilhas de controle de produção que havia feito, e Sabrina confirmou que elas facilitaram muito o trabalho, pois todos passaram a ter noção da produção completa, organizando-se melhor. Nessa época, eles haviam instituído dois turnos de trabalho e, com isso, a produção dobrara. Dona Janira e o encarregado permaneciam trabalhando nos dois turnos. A maior parte da produção era de plástico fino, e a cooperativa tinha ganhado maquinário, caminhão, prensa e esteira.

No início, Vitória dizia que o discurso de sua mãe era o de que "aqui é uma família"; tudo era repartido por todos, de acordo com o modelo da cota-parte. Minha interlocutora ponderava: "Uma família é aquilo: quando alguém está mal, precisando de ajuda, você ajuda". Então, se alguém ficava doente, deveria apresentar um atestado médico, e os dias de ausência eram compensados por quem trabalhava no período. No entanto, com a vigência dessa lógica, em pouco tempo, por volta de um mês depois, já teriam sido apresentados oitenta atestados médicos; muitos não queriam mais trabalhar, porque, no final do mês, ganhariam a divisão equivalente a dos que trabalhavam. Vitória então apontava a pilha de atestados em cima da mesa para a mãe e constatava com ironia: "Olha a família aí...".

Depois disso, o grupo teria chegado à conclusão de que cada um tinha de cuidar do seu: "Família porra nenhuma". A cooperativa se organizou, passou a ter ponto e seu horário de entrada foi antecipado em meia hora para o café da manhã. Eles forneciam almoço, café e, para o turno da noite, jantar. O encarregado de produção, muito rígido, em caso de in-

fração, costumava dar suspensão inicial de quinze dias: “Normalmente começa com três, né?”, explicava Vitória. Ele conferia se todo mundo estava uniformizado, e dona Janira, adotando o mesmo esquema, passou a verificar se os uniformes estavam sujos. Assim justificavam a exigência: “Tinha que estar limpo porque cada um ganhou dois”.

A Comlurb teria ficado impressionada pela grande quantidade de gente trabalhando após a implementação dos dois turnos. Chegada a época da eleição, embora a Comlurb desejasse a permanência daquela chapa, Vitória ressaltou que sua mãe fez questão de fazer uma eleição limpa e legítima. A chapa de oposição tinha como plataforma acabar com os dois turnos e encerrar o expediente mais cedo às sextas-feiras, por causa da “cervejinha” e coisas semelhantes: “A gente avisou que, se perdesse, também não ia mais continuar. Ficar numa gestão com essa plataforma, que não quer nada!? Ah, vá pra puta que o pariu!”. Entretanto, a oposição ganhou, e eles saíram.

Vitória continuava a narrativa: “Então entrou a Ana, ela bebia muito. Uma vez pegou o maior carregamento de plástico fino, responsável pela maior parte da produção da cooperativa, e gastou tudo bebendo, cheirando e com putas”, explicando que a representante “era homem”. Disse ainda que Ana e as mais próximas do conselho, suas amigas, gastavam o dinheiro com si mesmas, que “era uma panela”. Segundo o relato, o caminhão e todo o maquinário teriam sido vendidos, e a cooperativa, contraído várias dívidas. Depois disso, cada administração teria sido “uma pior que a outra”. Vitória contou que, certa vez, contrataram secretárias que usavam terninhos: “Terno não dá competência a ninguém, eles vão se foder”. Em dado momento, a Comlurb teria sido obrigada a dar apoio de gestão, porque a “coisa [teria] degringolado”. Antes, a gestão era toda feita pelos catadores: “De lá para cá, parece que escolhem cada vez pior os presidentes”.

A narrativa é significativa em vários sentidos. Primeiramente, funciona como um mito de origem, que conta os motivos pelos quais, nas organizações de catadores da localidade, se configurou um esquema de trabalho por produção individual em detrimento de um sistema coletivo de partilha dos ganhos. O mito se estrutura precisamente na noção de família, conferindo-lhe sentidos específicos. A ideia vigente no senso comum que associa família à solidariedade, à cooperação, à partilha e

ao bem comum é desconstruída, e o conceito passa a ser relacionado, ao contrário, a um mecanismo de exploração do outro. Nesse sentido, a avaliação de uma remuneração justa passa a ter como referência a medida do esforço despendido individualmente.

A narrativa aponta ainda outras questões maiores, como a lógica que permeia o desmembramento das organizações e a criação de outras unidades. No caso relatado, a derrota nas eleições e a vitória da chapa de oposição teriam motivado a saída das antigas lideranças, que terminaram por fundar uma associação. Conversando com dona Antônia – uma veterana na rampa com três gerações subsequentes da família atuantes na catação em Jardim Gramacho –, soube que, havia quatro anos, ela participara da fundação da Cooperjardim, um desmembramento da ACAMJG. No mito de origem sobre a emergência da cooperativa, dona Antônia contou que a então presidente teria montado uma "armadilha" para tirar seu antecessor, o qual não teria permanecido no cargo nem por três meses. Segundo a narrativa, em decorrência de um problema de saúde na família, o antigo presidente teria relatado sobre a necessidade de pegar, como empréstimo, um dinheiro do caixa, comprometendo-se a devolvê-lo na semana seguinte após a venda dos materiais. No entanto, antes que ele tivesse registrado a ação na ata, a pessoa a quem teria pedido ajuda convocara uma assembleia e o denunciara com o intuito de tomar seu lugar. Dona Antônia contou ainda que a nova presidente teria comprado um caminhão de 10 mil reais e o vendido a 4 mil reais, sumindo depois com o dinheiro.

Histórias como essas são muito recorrentes nas narrativas dos catadores sobre o universo das organizações em Jardim Gramacho. Elas indicam as lógicas subjacentes às dissidências e à fragmentação das unidades institucionais, que se contrapõem ao discurso formal da necessidade "natural" de se ampliar a representação da categoria. Além disso, jogam luz sobre o imaginário construído em torno das organizações, no qual denúncias de traição, roubo e "panelas" parecem ser elementos estruturais nos repertórios discursivos e em seus efeitos práticos. Nesse universo, as acusações eram um dos princípios centrais da dinâmica das relações, da circulação de pessoas e da afiliação institucional. Tal como nos contextos marcados pela cosmológica da bruxaria (Evans-Pritchard, 2005), as acusações eram suscitadas entre pessoas que nutriam certa proximidade

pela convivência – isto é, fruto de relações pessoais – e envolviam juízos morais. Nessa ótica, a bruxaria pode ser entendida como um sistema de valores que regula a conduta humana e como um sistema de ação que gera formas de controle social sobre as relações entre vizinhos, parentes, etc., representativas de "relações dinâmicas interpessoais em situações não auspiciosas" (p. 75-76).

No contexto dos catadores de Jardim Gramacho, acusações semelhantes exprimiam juízos morais que recaíam, como suspeita ou denúncia, sobre a conduta de sujeitos próximos, situados ou não em posições de poder. Ademais, eram centradas principalmente no questionamento de sua idoneidade e na desconfiança em relação ao apoderamento pessoal e indevido de propriedade alheia ou de recursos coletivos. A menção recorrente a tais condutas parecia reforçar a crença em sua existência. A ocorrência de roubos, traições e apropriações indevidas era quase inquestionável; no entanto, curiosamente, da perspectiva do narrador, esses comportamentos nunca diziam respeito a si próprio, ou seja, as acusações recaíam invariavelmente sobre outrem.

Além dessas questões, a narrativa mítica de Vitória ainda discorre sobre a capacidade administrativa do grupo que estava à frente da cooperativa naquele período e legitima a competência dos membros de sua família para a gestão, com a ideia de autonomia expressa pela frase "era tudo feito pelos catadores". Essa afirmação se contrapõe estruturalmente à ideia de que havia necessidade de um apoio externo para a gestão, vindo da empresa. A competência observada na gestão do grupo era atribuída à organização, à rigidez e ao aumento da produtividade impostos pela administração aos cooperados. A vitória da chapa concorrente, cuja plataforma era acabar com o esquema de trabalho em vigor, termina por mostrar ainda a reticência, e mesmo a repulsa, dos catadores em relação à imposição do controle disciplinar, o que também se expressava na valorização da autonomia, da liberdade individual e da flexibilidade do trabalho representados pela rampa.

A caracterização de tais narrativas como mitos não busca questionar ou invalidar a sua legitimidade, mas somente deslocá-las do registro da veracidade, pautado pela fidedignidade, como se visassem à reprodução de uma imagem cristalizada e unívoca de uma experiência passada. As narrativas míticas, com as quais entrei em contato através de diversos

fragmentos ouvidos de pessoas distintas, não recompõem uma imagem acabada e nítida. Elas compõem uma paisagem imperfeita, que não se pretende uma totalidade e na qual inúmeras peças parecem faltar, enquanto outras, tendendo à sobreposição, parecem não se encaixar direito. O quebra-cabeça dos mitos, assim como o passado, é imperfeito[15] e, embora se mostre significativo ao apontar elementos e questões fundantes, devemos aceitar nele a existência de inúmeros hiatos, contradições e inconsistências. Encontrados com certa frequência nas narrativas dos catadores, tais hiatos devem ser pensados como parte mesmo desse universo.

"A GENTE NÃO É DA FAMÍLIA"

Frequentando a associação de Jardim Gramacho, pude conhecer outros irmãos de Vitória, assim como outras famílias de associados que participavam da organização. Além de Chico – que nem sempre estava presente durante as minhas visitas ou então permanecia de forma breve no local em função de seus inúmeros compromissos fora dali –, também conheci Flávia, irmã mais velha de Vitória e Chico. No início do campo, Flávia era bastante assídua na associação, e eu costumava encontrá-la batendo material ou na cozinha, já que algumas vezes preparava o almoço para um círculo de pessoas mais estreito, ligado à administração. Flávia foi a principal acusada na reunião sobre a sujeira no terreno. Ela era a responsável por uma fração do material doado pela coleta seletiva e cuidava em particular das lonas provenientes do Feirão, estabelecimento contíguo à associação.

Além de Vitória, Chico e Flávia, conheci ainda a irmã mais nova da família, Darcy, que frequentava esporadicamente o local nos primeiros tempos e não parecia ligada ao universo da catação. Quando surgia,

15 Antze e Lambek (1996), ao pesquisarem a questão da memória em contextos etnográficos diversos, ressaltam que ela é uma prática em curso, essencialmente incompleta, que conforma a experiência e contém uma dimensão moral capaz de gerar consequências para as relações no presente. Dessa forma, passado e presente estariam em interação mútua, engendrando ajustamentos contínuos, e o lembrar bem como o esquecer seriam ações simbólicas, morais e produtivas, mediadas cultural e socialmente. Essas ações conformariam relações e compromissos em direção tanto ao futuro quanto ao passado, que, como em seu sentido gramatical, seria *imperfeito*, continuando ao longo do tempo.

normalmente no final da tarde, trazia consigo uma mala de roupas para vender – atividade que, conforme me contou, se somava à venda de bebidas. Apesar disso, ao longo do tempo, sua presença se tornou mais recorrente e seu *status* na associação foi se transformando. Havia ainda a dona Máxima, tia dos irmãos, que atuava como contratada responsável pela limpeza, assim como um de seus filhos, Breno, que também trabalhava como contratado.[16] No contexto das demais organizações de catadores da localidade, ainda figurava o irmão mais velho da família, Vitor, que presidia uma das cooperativas do bairro, fundada em 2009.

Destaco ainda outras duas famílias com as quais convivi na associação e cujas histórias nos permitirão traçar alguns contrapontos na análise das relações naquele universo: a família de dona Cilene e a de dona Zélia. Apesar de, naquela época, eu já ter conseguido descortinar alguns laços de parentesco, foi no evento de aniversário de dona Cilene que tomei conhecimento real da extensão de sua família. Certa tarde, enquanto esperávamos as quentinhas para almoçar, descobri que era aniversário de Nina, uma de suas filhas, que naquela ocasião fazia 25 anos. Ao comentarem sobre o aniversário de dona Cilene, que também seria por aqueles dias, fui convidada para o almoço comemorativo que ocorreria no sábado. Logo no início do campo, tomei conhecimento do laço de parentesco de Nina e Patrícia, que eram irmãs; posteriormente, soube que Rogério também era irmão delas. Nina era casada com William, um catador associado com quem não tive muito contato. O que me surpreendera, no entanto, foi descobrir o parentesco do grupo com Carmem, que conheci em minha primeira visita e de quem eu era relativamente próxima.

Convidada por Carmem para o almoço de sua mãe, agradeci o convite e confirmei presença. Comentei com Patrícia que, nos primeiros tempos da pesquisa, na comemoração de aniversário da associação, havia lhe perguntado se ela e Carmem eram irmãs, ao que ela negou. Rindo, perguntou-me se as duas se pareciam, o que indicava que elas eram apenas

16 Primo dos irmãos, Breno foi afastado da associação depois de ser flagrado tentando se apoderar de um computador do escritório. O episódio foi denunciado por um dos membros do conselho fiscal em reunião da diretoria e do conselho gestor – da qual não participei –, em que se decidiu por seu afastamento e pelo veto de sua permanência na organização. Eu não o conhecia, mas creio que seu cargo como contratado deveria ser algo próximo ao de auxiliar de motorista ou equivalente.

meias-irmãs, só por parte de mãe. Carmem, no passado, tivera um relacionamento com Beto, mas na ocasião seu companheiro era Pascoal. Beto e Carmem eram sócios-fundadores da ACAMJG e faziam parte do conselho fiscal, cargo que ela posteriormente deixara. No período da pesquisa, tanto Beto quanto Pascoal faziam parte do conselho fiscal da cooperativa residente na associação, a Coopercamjg. Carmem tinha dezesseis anos de rampa em Jardim Gramacho, vivia de aluguel em uma área próxima ao aterro e criara os filhos com o trabalho da catação. Embora eles tivessem computador e acesso à internet, a sensação de Carmem era a de que não conseguira nada para lhes deixar de legado: "Se eu morrer, não tenho nada pra deixar; não juntei nada. Nem o dinheiro do enterro eu vou ter".

Outra família com quem convivi na associação era a da dona Zélia, que morava em uma localidade depois de Magé, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas que havia comprado um barraco nas imediações do aterro para seus dois filhos permanecerem quando estivessem trabalhando, "porque ir e voltar é complicado". Ela era mãe de Valdo e Moacir, os jovens catadores que eu acompanhava na associação. Moacir, o mais novo de nove irmãos, tinha 19 anos, enquanto Valdo tinha 20. O mais velho dos irmãos tinha 41 anos, e, com exceção da dupla mais nova, que ainda morava com a mãe, todos eram casados. Apesar de trabalharem na rampa, Valdo e Moacir estudavam. O mais velho já havia terminado o ensino médio, e o outro, que cursava o último ano, disse que não queria fazer faculdade, mas que faria a prova do Enem. No início daquele ano, os dois começaram a fazer cursos técnicos. Valdo cursava informática e Moacir fazia curso de *designer* gráfico em uma instituição privada no município de Duque de Caxias. Os cursos terminariam dentro de dois anos, e, segundo os jovens, seu professor tinha quase certeza de que sairiam do curso empregados, já que obteriam um certificado da Adobe. Com o dinheiro que conseguiam do trabalho na associação pagavam os cursos, que custavam 250 reais por mês, e as contas de casa, ficando com o que sobrava. Para conciliarem o trabalho com os estudos regulares, eles frequentavam o curso no horário de sábado à noite. Surpresa, perguntei-lhes se sobrava dinheiro para saírem à noite, e Moacir me respondeu que não gostava de sair porque "era da igreja". Valdo, então, contou-me que o irmão "entrara pra igreja" por causa da namorada, também evangélica.

Apesar dos vínculos familiares serem característicos, e mesmo constitutivos, da atividade do catador, sobretudo nos contextos informais, no âmbito da associação a categoria "família" assumia sentidos diversos que se tornavam alvo de disputas. A existência do laço familiar poderia ser articulada tanto como fonte de legitimação quanto como objeto de acusação. Enquanto uns buscavam reafirmar posições de liderança e cargos ocupados, outros temiam a criação de privilégios, a formação de hierarquias e a eventual distribuição não equitativa de recursos. Se tais disputas tinham nas relações pessoais o motor de sua dinâmica, o alvo dos conflitos eram as coisas, cujo acesso passava pela questão do pertencimento a determinada coletividade.

Inicialmente, foi através das insatisfações em torno da partilha de recursos que tal cenário foi se revelando. Certa vez, Zacarias me contou que estava na ACAMJG desde o início e, em determinado momento da conversa, lançou a seguinte declaração: "A gente divide o nosso com a associação, mas a associação não divide o dela com a gente". O objeto da primeira oração se refere à cobrança da taxa administrativa de 15% sobre o total da produção dos catadores; já o objeto da segunda oração foi esclarecido por Zacarias, que forneceu mais referências para seu entendimento. Ele alegou que a associação não dividia "nada" com eles e completou: "Nem comida, nem nada, tá entendendo? Já deu pra entender, né? A gente não é da família. [Quando] tem evento, eles pegam material bom e nem traz pra cá, não divide".

Os critérios para a partilha de recursos não individuais também eram objeto de reflexão e crítica de outros associados. Caetano certa vez expressou insatisfação a esse respeito, dizendo que o regimento interno apresentava apenas deveres – "não pode isso, não pode aquilo" – e que os catadores não tinham direitos. Os associados se sentiam alijados e reclamavam que não eram convidados para os eventos, como a inauguração do centro de referência, em que não usufruíram da partilha dos lanches oferecidos na ocasião. Da mesma forma, também causava descontentamento questões relativas à distribuição de cestas básicas e de outros itens, como roupas. Eduardo relembrou de uma ocasião em que a ACAMJG havia recebido 150 cestas básicas. Na época, ele teria questionado a Chico o motivo por que os catadores não as ganhariam. O presidente então teria explicado que os catadores já ganhavam muito na rampa, que

as cestas seriam entregues a uma cooperativa de catadores em Bangu e que aquelas que sobrassem seriam destinadas às crianças da localidade. Eduardo também reclamou das ocasiões em que chegavam roupas doadas: "Um montão boa, eles entocam lá no polo e ninguém mais vê. Depois sai cada um com o maior sacão em cada mão. Assim não dá".

Mas foi o episódio do falecimento de Dayse que pareceu catalisar as insatisfações, impulsionando e dando corpo às críticas, especialmente devido ao modo como o cenário foi se reconfigurando diante de sua ausência e da vacância de seu posto. Algum tempo depois do ocorrido, encontrei Carmem batendo material no galpão e lhe perguntei como estavam as coisas: "O negócio aqui anda meio esquisito", respondeu. "Só tem família ali dentro." Carmem então argumentava que Dayse era a única pessoa do núcleo administrativo que ainda dialogava com eles: "[Antes] contava as coisas. Agora...". Perguntei então se houve alguma conversa sobre como ficaria a situação após a morte da colega, e sua resposta foi negativa: "Antes tinha reunião pra tudo, depois não teve mais nada".

Em outra ocasião, Eduardo acrescentou mais elementos à narrativa desse caso, conectando dois eventos distintos. Carmem foi quem teria visto e denunciado a tentativa do filho de dona Máxima de levar o computador da associação. Como consequência, ela teria sido excluída do grupo, já que, de acordo com Eduardo, seria indicada para ocupar o lugar de Dayse. Anteriormente a essa declaração, eu havia conversado com Carmem a respeito da postura dos catadores de reclamarem muito, mas de se calarem quando deveriam falar. Embora se identificasse com as pessoas que falavam, ela concluiu: "Só que aí o que acontece? Quem passa a ser perseguido é você".

Sobre o desenrolar da morte de Dayse e a nova composição do escritório, Eduardo comentou que, em vez de Carmem, quem ocupara o cargo da falecida fora a irmã mais nova da família à frente da administração: "Eles colocaram a Darcy e agora já colocaram mais uma lá dentro". Ele se referia à Gabrielle, uma jovem que encontrei ao lado de Vitória na primeira vez que visitei a associação. Vitória havia me dito que Gabrielle fora inserida no escritório para ser "treinada" – procedimento do qual Eduardo discordava. Meu interlocutor também criticava a tia da família, dona Máxima: "Ela quer mandar mais que o Chico". "E cooperativa não pode ser negócio de família", concluía.

Ao abordar o tema da partilha dos recursos da associação, dona Zélia levantou uma matéria complexa que concernia tanto a uma problemática da representatividade, quanto a uma discussão sobre o direito e a propriedade coletiva. Dissertando sobre os motivos pelos quais a associação – que, por vezes, era referida por ela como "cooperativa" – não dava certo, dizia: "Só dá dinheiro pra eles, pra família. Mas tudo que eles conseguem é com nosso nome". Em compensação, "o catador não ganha nada, só o que vende".

(IN)FORMALIZAÇÕES

A formalização da atividade dos catadores, se pensada a partir da criação da PNRS, tende a assumir um sentido pontual e preciso, definido pelo marco regulatório. Tal definição esconde a dimensão processual desses fenômenos, que não se constituem linearmente, mas são antes marcados por movimentos espiralados e atravessados por ambiguidades e contradições.[17] Para abordar a formalização no contexto de Jardim Gramacho e identificar a emergência de contradições na relação formal/informal, refletimos sobre os enredos normativos que passaram a incidir sobre a atividade dos catadores a partir dos processos históricos que antecederam a criação das leis regulamentadoras. Essa perspectiva coloca em relevo o fato de que processos de formalização se dão, muitas vezes, a partir de soluções informais, sintetizadas na ideia de (in)formalizações.

Quando a PNRS foi instituída em 2010, as organizações de catadores de Jardim Gramacho já tinham uma longa história, visto que a primeira cooperativa da categoria havia sido criada em 1996. Como vimos, nesse contexto específico, a experiência dos catadores e o imaginário sobre essas organizações não se configuraram unicamente a partir dos princípios da solidariedade e do interesse comum, mas sobretudo através de uma dinâmica de acusações, desconfianças e conflitos. As narrativas míticas/históricas de golpes e armadilhas, de gestores que se apropriaram de recursos para fins particulares, de formação de grupos e panelas surgiam como elementos estruturais nos discursos a respeito do caráter organi-

17 A relação formal/informal, por muito tempo pensada de modo estanque como uma antinomia, vem cada vez mais sendo analisada etnograficamente e percebida a partir de imbricamentos, interpenetrações e mutualismos (Pinheiro-Machado, 2008).

zacional. As acusações eram assim um dos princípios da dinâmica das relações, da circulação de pessoas e da afiliação institucional nesse universo, e indicavam as razões da reticência de grande parte dos catadores do aterro em relação ao modelo das cooperativas e associações.

Somava-se a isso o fato de o trabalho dos catadores nas organizações, durante o período da pesquisa, não implicar a ausência ou exclusão de suas atividades no aterro de resíduos, já que os circuitos comerciais conformados pela cooperativa e pela associação tinham os materiais do aterro como fonte de matéria-prima. Isso contribuía para acentuar as contradições sobre o modelo instituído pela lei. Esta opunha ambos os espaços e associava a atividade no aterro ao polo da informalidade e a atividade na cooperativa ao polo da formalidade, aprofundando as tensões em torno de sua implementação. Um paradoxo que envolvia esses conceitos se tornava nítido quando as concepções nativa e normativa eram justapostas. Para os catadores, a inserção nessas organizações não configurava uma relação laboral marcada pela formalidade, e o modelo de trabalho formal continuava a ser atrelado à "carteira assinada" – categoria e objeto material que representava os direitos dos trabalhadores conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Sobre os rumores que circulavam na rampa diante da expectativa de fechamento do aterro, Eduardo me dizia: "Eu não sei, acho que é mentira, porque, você sabe, xepeiro fala muita mentira, mas o que dizem lá na rampa é que o governo vai dar indenização para cada catador, pros mais velhos, 50 mil reais, e pros mais novos, 25 mil". Em seguida, mesmo compondo o conselho fiscal da cooperativa residente na associação e participando das atividades para sua formalização, Eduardo confessou que, se conseguisse um emprego de carteira assinada, também deixaria o ramo da reciclagem: "Largava isso aqui". Na mesma direção, Lúcio deixava claro que sabia que não tinha garantias na associação: "Graças a Deus, eu nunca me machuquei; só furei o pé com prego, essas coisas. Mas, se acontecer uma coisa séria, eu não tenho plano de saúde, não recebo com atestado, nada". Quando lhe perguntei o que faria após o fechamento do aterro, ele respondeu não saber. No entanto, contou que já havia trabalhado com carteira assinada, mas que não havia deixado a rampa porque não quisera: "A verdade é que aqui eu ganho o dobro do que ganharia com carteira assinada".

Nesse ponto, uma característica relacionada ao universo comercial e ao empreendedorismo se revela: a possibilidade de ascensão. Esta, no entanto, não necessariamente se apresenta a todos os trabalhadores que lidam com algum ramo do comércio. Podemos então pensar em termos de uma "carreira" (Goffman, 1996) do catador através do próprio caso de Eduardo. Ele estava na associação havia quatro anos e, ao ser contratado, começou a trabalhar como "ajudante de motorista". Depois de um tempo, resolveu sair dessa função para catar na rampa. Na condição de catador, ele pôde se tornar um "associado". Naquele tempo, além de integrar ativamente a ACAMJG, compunha o conselho fiscal da Coopercamjg. A trajetória profissional de Eduardo, portanto, vai de ajudante de motorista a membro do conselho fiscal. Outros exemplos de ascensão se davam a partir da prosperidade econômica. O enriquecimento não deixava de vigorar como uma possibilidade e era sintetizado pela frase "isso dá dinheiro!", que ouvi de diversas pessoas. Crescer com o negócio da catação, no entanto, não deixava de ser um empreendimento arriscado.

Certa vez, ouvi Bezerra comentar com Lúcio sobre o que havia ocorrido recentemente com um catador conhecido que morava nas redondezas. Ele tinha levado seis tiros dentro de sua própria casa e ficara duas semanas em coma, falecendo poucos dias depois. Bezerra relatou que o catador enriquecera com alumínio – "já comprava até de quem catava na rampa" – e que, na ocasião do atentado, portava um cheque de 40 mil reais. O irmão do homem baleado também estava presente e conseguira fugir, levando o cheque. Para Bezerra, a morte tinha sido obra da máfia do alumínio: "Ninguém dá seis tiros só pra assaltar". Apesar de ter conseguido escapar, o irmão do assassinado foi visto logo após o atentado na casa onde tudo ocorrera. Eles julgavam o irmão "louco", e Bezerra concluiu que "o dinheiro só serviu pra matar ele [o catador vítima]". O episódio, que tematiza a possibilidade de ascensão e enriquecimento na atividade, também ajuda a colocar em evidência certa fluidez entre as categorias de catador e "deposista", tão reificadas por discursos de atores externos, mas que se mostravam mais flexíveis e transitivas na prática. Da perspectiva de alguns catadores da rampa, representantes bem-sucedidos nas organizações de catadores eram considerados "depositas", e tal categoria, nesse sentido, poderia também funcionar como um mecanismo de acusação.

A análise do processo histórico de criação das cooperativas em Jardim Gramacho ainda revela outro ponto, que ajuda a qualificar e compreender os sentidos nativos conferidos à formalidade e a ampla reticência a respeito das organizações de catadores pelos que trabalhavam na rampa. O aterro abrigava todos os catadores da economia de recicláveis da localidade, ramificada em distintos circuitos comerciais. Segundo Millar (2010, p. 179), para se entender o "fracasso da cooperativa em desenvolver uma organização comunitária vibrante, é necessário enfatizar que ela foi criada e continua a ser mantida pela empresa que opera o aterro, e não por uma iniciativa de base por parte dos catadores".

No contexto de remediação e regulamentação do aterro, no qual uma empresa privada ganhara o processo licitatório para gerir o empreendimento, a cooperativa criada ali emergiu com prédio, maquinário e infraestrutura fornecidos pela empresa gestora. Esta também contratava e pagava os salários dos administradores da instituição e da assistente social que atendia os membros cooperativados.

Os administradores e secretários eleitos eram membros da cooperativa e assumiam a responsabilidade de supervisionar as finanças e a administração diária da organização. No entanto, a inserção da empresa gestora do aterro no processo de criação e manutenção da cooperativa teve como consequências o estabelecimento de divisões entre o escritório e a linha de produção. Ainda de acordo com Millar (2010, p. 179), os que ocupavam os cargos administrativos não atuavam na esteira rolante que compunha a linha de produção e raramente se identificavam como catadores. Essa configuração gerava acusações e insatisfações com os secretários e gestores, tanto a respeito do tratamento que dispensavam aos catadores como em relação aos benefícios não repartidos do trabalho coletivo, fazendo com que os catadores cooperados tivessem um sentimento de posse escasso em relação à propriedade real da cooperativa. A mudança da empresa gestora em 2002 não alterou a estrutura de trabalho, dando continuidade à cooperativa e aos pagamentos de seus administradores.

Esse ponto é central na medida em que indica as possíveis razões pelas quais o modelo cooperativista em Jardim Gramacho se desenhou a partir de relações de poder desiguais no interior da organização, gerando uma profunda desconfiança nos catadores da localidade quanto ao traba-

lho organizacional. Minha hipótese sugere que a assimetria instaurada pela cooperativa original estruturou um modelo que se replicou nas organizações posteriores, derivadas de cisões entre grupos que participaram do processo de organização introduzido na localidade na década de 1990.

Essa hipótese se desenvolve com base na narrativa etnográfica sobre o trabalho de produção das associações que constituem as fronteiras institucionais. Desdobrando a questão da fabricação permanente das relações pessoais e da dinâmica dos conflitos que as atravessam, a narrativa se direciona para as contendas geradas em virtude dos cargos e posições de poder nas organizações, diante da assimetria que se instaurou pela imposição de uma clivagem centrada nos conselhos gestores/diretores. Como as relações pessoais estavam imersas em um trabalho constante de redefinição, as fronteiras institucionais das organizações também eram indefinidas, passando por um processo de construção permanente.

"ISSO AQUI NÃO É COOPERATIVA"

Em seu estudo etnográfico de sistemas políticos na Alta Birmânia, no sul da Ásia continental, Leach (1996)[18] analisou grupamentos e unidades políticas a partir da chave da instabilidade, na qual faccionarismos e conflitos internos não configuravam anomia, mas processos de mudança social. Em sua análise, as posições ocupadas pelos indivíduos em um sistema ideal de relacionamentos de *status* podem levar a alterações na estrutura de poder. Com inspiração nesse estudo e sem perder de vista as tensões e dinâmicas próprias das interpessoalidades, os cargos e posições de poder na associação são colocados em foco e analisados a partir de episódios conflituosos. Para Leach, o poder era pensado como um atributo de "detentores de cargo" (p. 73), isto é, de pessoas sociais que ocupavam posições às quais o poder se ligava. Aqui assumimos a ideia da associação, não como uma entidade de fronteiras definidas, nem como um coletivo homogêneo e acabado, mas como uma unidade política aber-

18 No contexto etnográfico da população Kachin, Leach (1996) identificou diferentes princípios formais de organização que atravessavam as comunidades e que se apresentavam como alternativas ou incongruências em seus esquemas de valor. Os processos de transformação eram engendrados pela manipulação de tais incongruências ou por mudanças no foco do poder político dentro de um dado sistema.

ta e instável, em permanente processo de redefinição no que diz respeito tanto à sua composição interna quanto às suas fronteiras externas com outras instituições.

Após apresentar a associação e as principais atividades que constituíam o trabalho de administrá-la, enfocamos questões e episódios problemáticos derivados de sua gestão. Ao final do capítulo, a descrição de um drama social e de uma controvérsia em torno das fronteiras institucionais entre a associação e a cooperativa permite discutir questões que adquiriam centralidade nesse contexto: o pertencimento e a propriedade.

Em minha primeira visita à associação, como já dito, fui recebida pela diretora financeira. Naquele dia, eu apenas começava a conhecer Vitória e tentava me familiarizar com aquele espaço e com o excesso de estímulos que ele apresentava. Conversamos durante quase toda a tarde, e partilhar de sua companhia se mostrou uma espécie de "recepção". Posso dizer que ela ficou – na expressão corrente – "fazendo sala" para a pesquisadora recém-chegada, o que mudou com o passar do tempo e com a minha presença assídua na área. Ao longo daquele dia, além de me explicar o funcionamento da associação, ela também me contou a história de sua vida e a de sua família.

Foi na infância que Vitória conheceu o aterro de Jardim Gramacho, quando o local ainda apresentava as características de um "lixão". Aos 11 anos, ela já havia começado a catar para ajudar a mãe, que tinha oito filhos. Em nossa conversa, relatou a dificuldade de aceitar que passaria a vida, sobretudo a adolescência, naquele local: "Gramacho engole as pessoas" – costumava dizer. Sobre sua família, destacou a história de militância do avô e do pai, envolvidos em movimentos sindicais em Recife. O avô teria sido um dos fundadores do sindicato dos estivadores de Recife, atividade seguida pelo pai, que também se tornara sindicalista da categoria em uma época de força da organização. Após a morte do avô, começaram a surgir dificuldades, e a família se mudara para Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, no intuito de melhorar de vida. Diante das mudanças na profissão ocasionadas pela modernização tecnológica, o pai de Vitória não conseguiu mais trabalho, e sua mãe, para sustentar a família, começou a catar na rampa de Jardim Gramacho. Com esse trabalho, que exerceu por 25 anos, a matriarca criou seus oito filhos, que aos poucos começaram também a praticar o ofício para ajudar na renda familiar. O pai, que

nunca teria se adaptado a essa situação, passou a beber muito e entrou em depressão.

Com sua experiência sindical, o pai de Vitória, que falecera havia cinco anos, teria participado da elaboração de alguns itens do regimento interno da ACAMJG. Ela destacava em sua narrativa, no entanto, o matriarcado da família. Essa tradição forte de mulheres se constituiria, sobretudo, pela história de sua mãe, apontada como uma das primeiras lideranças que emergiram no mundo da catação em Jardim Gramacho. Esse papel de liderança se relacionava com o enfrentamento das arbitrariedades que ocorriam com os catadores no "lixão" quando ainda não havia nenhum tipo de regulamentação oficial da atividade naquele espaço.[19] A avó de Vitória, que era rezadeira e parteira e cuja religiosidade misturava catolicismo e candomblé, teria feito o parto da neta e o de seu irmão mais novo, Chico. Vitória dizia confessar o candomblé e brincava que, se fosse homossexual, concentraria em sua figura quase todas as características dos grupos minoritários: "mulher, preta, pobre, catadora, macumbeira; só faltava ser lésbica".

Aos 17 anos, Vitória teve uma filha e foi mãe solteira. Na ocasião de nossa conversa, a filha tinha a mesma idade da mãe ao gestá-la. Minha interlocutora mencionou com orgulho o fato de a jovem ter estudado em colégio particular e ressaltou que, apenas nos dois primeiros anos da ACAMJG, quando a situação estava mais difícil, a menina frequentara uma escola pública. Vitória também destacou o perfil intelectualizado que conferia a si mesma e ao irmão, atribuindo a qualidade ao histórico familiar e à boa educação que tiveram na infância, antes de a trajetória familiar sofrer um revés e eles perderem o padrão de classe média. Ao enfatizar sua formação cultural distinta da dos outros catadores, dizia com humor: "Já tive fase marxista, fase comunista, de achar que ia conseguir mudar o mundo, mas hoje eu estou na fase capitalista!". Apesar disso, afirmava: "Ainda acredito no ser humano".

19 Dentre essas arbitrariedades, destacam-se as relações conflituosas dos guardas com os catadores, cuja entrada era proibida pela empresa que operava o aterro, suscitando expulsões e até espancamentos. Segundo catadores antigos, certa vez eles se juntaram e formaram um grupo grande para invadir o espaço. Como consequência da união e da luta, ganharam o direito de trabalhar no local (Millar, 2010, p. 185).

A criação da associação em 2004 se deu em meio a ações sociais e políticas de desenvolvimento comunitário no bairro por organizações não governamentais, cuja emergência remonta à remediação do lixão e sua transformação em um aterro controlado na segunda metade da década de 1990. No início dos anos 2000, alguns catadores representantes da cooperativa instalada no aterro participaram de fóruns sociais e outros eventos, além de cursos de capacitação e formação de lideranças comunitárias, o que aprofundou a experiência da organização cooperativista. Nessa época, as expectativas de esgotamento da capacidade do aterro e de seu consequente encerramento já estavam presentes.[20]

As iniciativas de organização e de capacitação de representantes comunitários foram sendo ampliadas e articuladas a outros empreendimentos institucionais.[21] Nesse âmbito, a ACAMJG surgiu diante da perspectiva de fechamento do aterro e da articulação dos catadores da localidade com representantes de organizações de catadores. O Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (Ibiss), que desde a criação da associação lhe fornece apoio institucional, foi a entidade responsável por articular os futuros representantes da ACAMJG com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), resultando na participação de cinco catadores de Jardim Gramacho no I Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis em 2003, em Caxias do Sul (Millar, 2008, p. 30).[22] Em 2005, com o apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), foi criado o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG), que passou a representar o bairro.[23] Nos anos de 2009 e 2010, surgiram mais três cooperativas de catadores na região.

20 Millar (2010, p. 186; nota 4) ressalta que, desde 2005, o fechamento do aterro foi continuamente prorrogado.

21 As principais instituições apoiadoras que acompanhavam o processo de organização dos catadores eram: o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, o Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (Ibiss), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Serviço Social do Aterro Metropolitano de Gramacho, dentre outros (Bastos, 2008, p. 123).

22 O futuro presidente da associação também participou de um grupo de jovens lideranças como parte de um projeto do Ibiss em 2001 (Millar, 2008, p. 30).

23 A inserção do Ibase em Jardim Gramacho deu-se em função do projeto "Comunidades Coep", apoiado por Furnas Centrais Elétricas S.A. Por meio dele, foi financiada a construção da sede do fórum, com a parceria de cerca de trinta instituições locais.

Vitória havia trabalhado em um projeto do Ibase e, por isso, assistira ao VII Fórum Social Mundial em Nairóbi, em 2007. Seu pai falecera logo após a volta dessa viagem e, segundo ela, não teria visto a ascensão da ACAMJG, porque, nessa época, a associação "só dava despesa". Inicialmente, um pequeno grupo de catadores empenhados na ideia de fundar uma organização da categoria[24] se reunia com regularidade no fundo de um bar para planejar suas ações, apenas posteriormente passando para uma sede alugada.[25] A sede própria situada no terreno que frequentei durante a pesquisa seria conseguida apenas em 2007, após um período de longas negociações.

Em 2005, o Ministério do Meio Ambiente destinou um montante de recursos, gerenciados pela Comlurb e provenientes de uma multa cobrada à Petrobras, para a construção de um polo de reciclagem no local. As negociações com a prefeitura de Duque de Caxias giravam em torno da desapropriação de um terreno para a instalação do polo e de um contrato de concessão de uso desse espaço. A Comlurb entregou o polo de reciclagem pronto em 2007 numa cerimônia em que o prefeito da cidade assinou um contrato de concessão de uso para a associação.[26] Esta adquiriu o termo de compromisso e cessão do terreno, assim como o Registro Geral do Imóvel (RGI) doado e a licença ambiental para seu

As atividades do fórum são divididas em três grupos de trabalho, compostos pelos moradores do bairro, que identificam demandas e buscam realizar ações que articulem outras entidades e também o poder público (Ibase, 2005).

24 De acordo com Millar (2008, p. 30), no período de fundação, quatorze catadores estavam envolvidos ativamente em colocar a associação em funcionamento. A ideia de criá-la surgiu de conversas entre seu futuro presidente e um grupo de amigos que se conheciam desde a adolescência, quando todos começaram a trabalhar juntos no aterro.

25 Ver Brandão (2007 *apud* Bastos, 2008, p. 145).

26 Através da assinatura de um termo de comodato envolvendo a Comlurb, a prefeitura de Duque de Caxias e, como interveniente, o Ibiss, a associação recebeu um "Polo de Reciclagem, localizado no bairro de Jardim Gramacho, composto de um galpão para separação e semibeneficiamento do material reciclável, e mais um módulo destinado à capacitação dos catadores". Dentre os equipamentos recebidos, constavam ainda "duas prensas e um caminhão destinado a dar início à retirada de material potencialmente reciclável pela via da coleta seletiva no município e/ou outros locais do estado" (Bastos, 2008, p. 127).

funcionamento,[27] expedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema).[28]

Desde sua fundação, que completava na época sete anos, a situação da ACAMJG havia mudado. No período de campo, essa mudança se revelava principalmente através do centro de referência, construção mais recente edificada no terreno da associação. Na primeira vez que entrei nesse espaço, observei inúmeras caixas embaladas no chão e pacotes de coisas que tinham acabado de chegar, como equipamentos de ar-condicionado, mesas, arquivos, cadeiras, projetor, dentre outras. Começaria ali uma obra na semana seguinte, então pude acompanhar as transformações do espaço. Os tetos dos compartimentos foram rebaixados e divisórias foram instaladas, delimitando a área de entrada em duas partes: uma mais à frente e outra ao fundo. Na frente, à esquerda, havia o auditório, com projetor e cadeiras de fila tripla, que também era utilizado como "sala de reuniões". Ao fundo, após a divisória, localizavam-se: a sala de informática, que abrigaria vários computadores; a sala de artesanato, onde cursos e oficinas seriam ministrados; a sala de projetos, para reuniões mais reservadas; e a sala do presidente. Um banheiro feminino e um masculino ocupavam o canto direito dos fundos, e, na entrada, ao lado direito, havia um refeitório com cozinha, fogão, geladeira e filtro de água.

Em nosso primeiro dia de conversa, contei a Vitória que havia conhecido outras cooperativas de catadores no Rio de Janeiro e em alguns municípios vizinhos, como Mesquita. Eu mal havia terminado de pronunciar essa informação e ela logo me interrompeu, com uma certa expressão de desagrado: "Isso aqui não é cooperativa, é associação". Diante do meu silêncio um pouco constrangido, continuou: "Associação é uma entidade representativa da categoria. Mas aqui os catadores são associados e as cooperativas, também". Esses dois arranjos institucionais que pareciam tão claramente distintos em sua declaração pedagógica, na prática, mostravam-se bem menos discerníveis. Talvez seu desagrado e seu

27 Essas informações foram cedidas pela associação e disponibilizadas no texto do projeto "Catadores de sonhos, recicladores de ideias", concedido à autora.

28 A Feema foi sucedida pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) em 2008, após ser fundida a mais duas instituições: Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e Instituto Estadual de Florestas (IEF).

esforço de demarcar fronteiras fossem já um reflexo dessa dificuldade de identificar e tornar visíveis os contornos imprecisos desses espaços institucionais no plano prático da experiência de trabalho.

Em sua função representativa, a associação abrigava outras quatro cooperativas do bairro;[29] duas delas atravessavam um processo de formalização,[30] e outra, a Coopercamjg, funcionava naquele mesmo terreno. As sobreposições entre a ACAMJG e a COOPERCAMJG iam, no entanto, além da conjugação do mesmo espaço físico, abrangendo também a composição dos conselhos diretores/gestores. A própria diretora financeira ocupava o mesmo cargo na associação e na cooperativa.[31] Os cargos do conselho eram escolhidos por eleição direta entre os associados. No período da pesquisa, não houve eleições, embora eu tenha presenciado mudanças pontuais em alguns cargos.[32]

A associação contava em seu quadro com 1,4 mil associados, porém apenas 150 poderiam ser considerados membros "ativos". Vitória se orgulhava da autonomia da instituição que ajudara a fundar: "Foi tudo criado pelos catadores". Ressaltava que eles não eram mais "público-alvo" de ninguém: "A gente faz nossos próprios projetos".

Condizente com a perspectiva de quem ocupava seu cargo, no desenrolar da conversa ela me disse: "Olha, isso aqui é uma empresa, mas só que o objetivo não é o lucro, é garantir renda para os catadores, [para] que eles consigam se sustentar com esse trabalho". Assim, eu logo fui alertada sobre a dimensão econômica do trabalho dos catadores e das práticas comerciais que constituíam essa atividade, isto é, sobre o caráter de "cooperativa" daquela organização, ou ao menos sobre seu arranjo

29 As quatro cooperativas eram: a Coopergramacho, a Cooperjardim, a Coopercaxias e a Coopercamjg.

30 Esse processo compreendia a regularização jurídica – através da emissão de um CNPJ – e o estabelecimento de um regimento interno, entre outros procedimentos.

31 Havia ainda outros membros que participavam concomitantemente dos conselhos da cooperativa e da associação (o assunto será aprofundado ao longo deste capítulo).

32 Algumas mudanças se deram por falecimento, como o caso do vice-presidente falecido em 2008, cujo nome foi dado ao centro de referência construído no terreno, como homenagem. Conforme já visto, durante a pesquisa de campo, ocorreu o falecimento de outro membro do conselho, próximo à diretora financeira, o que causou alterações na ocupação dos cargos administrativos, mas sem resultar em nova votação para a composição geral do conselho.

temporário. A renda proveniente da atividade econômica era o que primordialmente mobilizava as energias e concentrava as atenções dos catadores. Ela me explicou o esquema de trabalho por produção individual que ali vigorava: se a pessoa trabalhasse tantos dias e juntasse *x* de materiais, receberia o equivalente à sua contribuição *x* em reais. Ressaltou que o trabalho com divisão coletiva dos ganhos não dava certo e que os catadores não gostavam de atuar dessa forma. A associação cobrava uma taxa administrativa equivalente a 15% da produção de cada um para arcar com os custos de manutenção.

Apesar do funcionamento aparentemente simples da associação, com o tempo percebi que a prática apresentava uma diversidade de problemas para a gestão do trabalho dos catadores. Suas questões, reclamações, insatisfações e desconfianças recaíam sobre os ocupantes dos cargos gestores, que eram vistos como aqueles que deveriam resolver os entraves. Da mesma forma, reparei que a dificuldade de observar as fronteiras institucionais entre a cooperativa e a associação não se restringia a mim, mas atingia outros catadores que ali atuavam e que eram identificados como "associados ativos". Longe de terem seus contornos definidos de antemão, a definição institucional e a cristalização das fronteiras entre as duas organizações eram um processo em construção do qual não se excluíam flagrantes disputas.

Em uma reunião ocorrida dois meses e meio após meu primeiro dia, Chico, o presidente da associação, junto com Amauri e César, presidente e vice-presidente da cooperativa, respectivamente, reuniriam os associados para esclarecerem a separação institucional das duas organizações. Foi dito e reafirmado aos presentes que cooperativa e associação eram coisas distintas. A associação lidaria apenas com questões relativas à representação dos catadores externamente, nas negociações, em prol dos direitos da categoria. Era um período de efervescência política e de definição sobre o arranjo futuro daquele universo, com a previsão de fechamento do aterro ao final daquele ano. Esse quadro criava para as lideranças de catadores e representantes da categoria uma demanda por incontáveis reuniões de negociação com membros do poder público e de outras instituições.

Naquela reunião, os associados foram avisados de que todas as demandas, reclamações e observações relativas ao trabalho com os mate-

riais deveriam ser endereçadas aos representantes da cooperativa, e não mais ao presidente da associação. Este falou sobre sua dificuldade de estar na posição de liderança e de representação, e sobre o excesso de responsabilidade que recaía sobre si, admitindo estar farto de receber apenas cobranças. Disse ainda que, se os catadores quisessem dividir as responsabilidades com ele, seria ótimo. Nessa ocasião também foi anunciada uma mudança na estrutura da composição da diretoria da cooperativa que acarretaria outras no âmbito de representação de alguns cargos, criando-se um clima de tensão. Essa controvérsia e seus desdobramentos são analisados adiante, após a apresentação das relações que mantêm com outras problemáticas relativas à gestão da organização.

"TIPO UMA ONG"

Certa vez, após a reunião que oficializou a separação institucional entre as duas organizações, comentei a respeito desse evento com o presidente da associação. Ele me explicou que a ACAMJG não poderia comercializar formalmente, mas que tinha conseguido uma prerrogativa jurídica, com o efeito de uma licença provisória, com validade até o final de 2012. Esse dispositivo permitia a comercialização em caráter excepcional até que a atividade se reorganizasse, garantindo aos catadores condições de continuarem trabalhando após o encerramento do aterro.

Diante do caráter excepcional desse momento de interstício, havia uma indefinição até mesmo sobre o *status* da associação e sobre o que seria dela, como ela redefiniria suas atividades e seus objetivos e como seria mantida diante do novo contexto, em que se desarticularia o arranjo no qual as organizações da localidade até então tinham assentado as suas bases. Chico me explicou que a associação ia "virar tipo uma ONG". Na verdade, uma das possibilidades aventadas sobre seu futuro era a de se tornar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip),[33] para que pudesse prestar serviços sociais, desenvolver parcerias, etc. Ao longo do processo, no entanto, outras possibilidades foram surgindo, e

33 De acordo com a lei federal nº 9.790/1999, Oscip é um título fornecido pelo Ministério da Justiça para facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal), permitindo que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

as indefinições se adensavam à medida que as negociações com o poder público, com os eventuais parceiros não governamentais e com outros atores se imbricavam. Estas formavam um emaranhado que parecia se intrincar cada vez mais e que tornava a decisão sobre investir em uma ponta ou outra do imbróglio institucional algo incerto e arriscado.

A especificidade daquele momento transitório acarretava mudanças nas formas de gerir a associação, uma vez que seus membros, em especial os representantes da categoria dos catadores, deveriam cuidar não apenas do trabalho de comercialização que compunha a renda dos associados, mas também das negociações que definiriam os rumos dos catadores que atuavam no aterro.[34] Além disso, deveriam buscar alternativas para viabilizar a continuidade da associação que fossem independentes do arranjo em vigor – o qual começava a entrar em decadência, com a diminuição progressiva da quantidade de material recebida pelo aterro.

Nesse contexto, discutiremos aspectos de gestão da ACAMJG e as iniciativas adotadas para a redefinição de um modelo futuro, através do qual a existência da organização pudesse ser viável financeiramente. A partir desse enquadramento etnográfico, abordaremos algumas problemáticas daí decorrentes, que incidiam sobretudo nas relações entre os associados e se revelavam, em grande parte, no dilema de imprecisão das fronteiras entre a cooperativa e a associação. Se a inconsistência desses contornos, próxima da justaposição, era evidente nas práticas comerciais com os recicláveis, as fronteiras se apresentavam de outra forma em relação ao trabalho de gerir o empreendimento e seus recursos.

Algum tempo após as obras no centro de referência, que dariam vida nova ao lugar com a instalação dos equipamentos recém-chegados, recebi da diretora financeira uma mensagem eletrônica com um convite para a inauguração do espaço: “A ACAMJG tem o prazer de convidá-los para a inauguração do seu centro de referência em coleta seletiva. Será um prazer contar com a sua presença. Att., Vitória”. A mensagem era acompanhada de uma programação do evento, que previa um café da

34 Essas negociações, que constituem a “política externa” da associação em conjunto com as outras organizações de catadores da localidade, serão analisadas no próximo capítulo, dedicado ao trabalho de representação das lideranças da categoria e ao processo de encerramento do aterro de resíduos do bairro.

manhã, a exibição de dois documentários seguidos de debates, e oficinas – uma delas, em especial, seria ministrada na sala de artesanato. Nesse dia, cheguei à associação munida de uma filmadora para registrar as atividades. Logo na entrada do centro, um grupo grande de pessoas – dentre as quais moradores do bairro, crianças da comunidade e alguns catadores representantes das outras cooperativas locais – movimentava-se ao redor de uma ampla mesa com água, café, frutas, sanduíches, bolos e salgadinhos, para o café da manhã dos convidados. Na cozinha, Janete, uma das contratadas, vestia uniforme verde e organizava no balcão mais bandejas com salgadinhos, frios e frutas para fazer a reposição dos itens na mesa.

Ao adentrar um pouco mais o espaço, percebi que a sala de informática estava aberta e equipada com diversas células compostas por computadores e mesas individuais, além de mesas maiores no centro. Alguns computadores estavam ligados e eram utilizados por crianças. Ao lado, uma movimentação incomum tomava a sala de artesanato.

Numa de minhas primeiras vezes na associação, participei de uma conversa com um grupo de catadores que se reuniu para tomar cerveja ao final do expediente. Foi quando conheci Carmem, que, na companhia de Gabrielle e Kelly, estava sentada com um pincel nas mãos, colorindo pequenas flores feitas de PET. As moças tinham uma encomenda de mil unidades de flores para confeccionar, devido a um convênio que a associação tinha estabelecido com uma *designer* de joias, cuja coleção lançaria peças de PET trabalhadas em ouro. Uma porcentagem dos ganhos obtida com as peças seria revertida para a associação.

Ao entrar na sala de artesanato no dia da inauguração, encontrei Gabrielle e Kelly em companhia de muitas outras mulheres e crianças. Todas vestiam um colete amarelo em cujo verso constava o nome da *designer* e a logomarca da associação. Na frente, havia o nome da coleção, fruto de uma parceria entre uma empresa multinacional de bebidas e a artista, que estava presente e dava instruções para aquelas que vestiam o colete amarelo. Algumas delas pintavam as flores com tintas de cores diversas, outras cortavam garrafas em formas específicas. Havia muitas garrafas PET transparentes espalhadas pelo chão, e algumas crianças se divertiam com elas. Nas paredes da sala eram expostos cartazes com fotos de algumas associadas, como Patrícia, Nina, Elisabeth e sua filha Elisângela, todas maquiadas e vestidas com as joias de PET da coleção.

Havia também uma fotografia da própria *designer* sentada em uma lona no terreno da ACAMJG, além de fotos do presidente da associação.

No convite para a inauguração, constavam três logomarcas: a da associação, a da *designer* e a da coleção de PET. O evento tinha a finalidade clara de divulgação e articulação institucional, sobretudo na busca de parcerias externas que ali estavam sendo ensaiadas e negociadas, como Vitória confirmaria posteriormente, em um almoço comigo e com as meninas do escritório: "Sem querer ofender os amigos, né, [eu], a Alcione,[35] que vieram prestigiar, mas a inauguração foi basicamente por causa de quatro parcerias potenciais".

A primeira parceria era com um *shopping* da localidade. A segunda, com uma multinacional norte-americana de lojas de departamento com atuação no Brasil desde 1995, considerada uma das maiores empresas varejistas do país, mas que não pôde mandar um representante para o evento. A terceira era com uma empresa estatal brasileira que projeta, fabrica e comercializa componentes pesados e possui um complexo industrial no estado do Rio de Janeiro. Esta oferecia curso profissionalizante e capacitação, e, como não poderia comparecer ao evento, agendou uma visita ao espaço dois dias antes. A quarta parceira em potencial chamarei de "Materna".[36]

Durante a inauguração do centro de referência, a principal estratégia de articulação institucional ocorreu na sala de artesanato, onde se tentou fechar um contrato comercial com a Materna. Ali, a *designer* havia montado uma bancada improvisada onde um ourives confeccionava peças da coleção. As joias eram produzidas com PET de embalagens de produtos da Materna e, após o tratamento com ouro, foram ofertadas como peças promocionais às representantes da empresa vindas de São

35 Alcione promovia cursos de formação de modelos em comunidades e se articulava para implementar um curso ali na associação para crianças e adolescentes do bairro, o que aconteceu posteriormente.

36 Empresa brasileira de produtos de beleza para rosto, corpo e banho – óleos corporais, perfumaria, tratamento capilar, proteção solar, cuidados infantis e higiene oral. Criada no final da década de 1960, a empresa adotou o modelo de venda direta na metade da década seguinte. De acordo com esse modelo, os produtos chegam aos clientes através de "consultoras", que lhes apresentam o catálogo de produtos e recebem suas encomendas.

Paulo. Após essa atividade, as duas representantes foram almoçar com o presidente da associação e com César, o vice-presidente da cooperativa, que também era o secretário-executivo da associação.

As expectativas a respeito dessa parceria eram grandes. No mês seguinte, perguntei a Vitória se a empresa havia fechado negócio, e ela me disse que ainda não tinha resposta, mas que os representantes haviam adorado a ideia e o produto, e que estavam avaliando a proposta. Caso o negócio desse certo, a associação conseguiria que acessórios de PET feitos por catadoras associadas a partir de embalagens de produtos da Materna fossem vendidos nos catálogos da própria empresa. Essa seria uma forma de ampliar o projeto das joias de PET, com a possibilidade de expandi-lo para todas as cooperativas. Vitória me explicou que a Materna nunca havia trabalhado com artesanato e que contava com mais de um milhão de vendedoras, conforme sua representante havia mencionado na inauguração. Havia a chance de se fechar um contrato regional, para Rio de Janeiro e Espírito Santo, porque iniciar o projeto com uma demanda nacional traria dificuldades para a produção. Um mês depois, ao retomar esse assunto com a diretora financeira, soube que ela planejava ir a um evento da empresa em São Paulo com a expectativa de firmar um contrato no final do ano, portanto quatro meses após o evento de inauguração.

De tempos em tempos, eu procurava me inteirar dos convênios e parcerias da associação. O segundo semestre de 2011 havia começado com boas expectativas e algumas conquistas. Darcy, que havia assumido a posição anteriormente ocupada por Dayse, e Vitória contavam sobre o quiosque conseguido no *shopping* do município para vender os produtos da *designer*. Diferentemente do que acontecia no quiosque localizado em um *shopping* da Zona Sul do Rio, em que eram revertidos para a associação apenas 10% das vendas da coleção, no novo *stand* a instituição receberia 50% sobre todos os produtos vendidos, já que o ponto de venda teria sido conseguido através dela. Com isso, não apenas as vendas aumentariam, mas também a demanda pela produção. Vitória planejava distribuir chamadas para o curso de artesanato, em que informaria da possibilidade de se conseguir emprego no quiosque ou da reversão de parte das vendas para aqueles que se destacassem.

Em outra ocasião, ao passar pelo centro de referência, vi algumas meninas na sala de artesanato – Gabrielle, Kelly e outra, que não conhecia. Elas estavam fazendo um estoque de peças, pois na semana seguinte haveria um desfile dos alunos que Alcione havia formado em seu curso de modelo na associação. No desfile, os alunos exibiriam as joias de PET da coleção da *designer*. Darcy, que chegou em seguida, afirmou que a inauguração do quiosque se daria dentro de um mês.

Em paralelo a essas iniciativas, a associação também investia em um projeto próprio, que visava à obtenção de financiamento para a estruturação do polo de reciclagem, a reforma do terreno, a compra de equipamentos e a implementação de um piloto de coleta seletiva em oito bairros do município como medida de inclusão social e econômica dos catadores da localidade. O projeto, ao qual tive acesso através de uma cópia cedida por Vitória, ao longo de 24 páginas, apresentava o histórico de atividade dos catadores do local, as condições e a infraestrutura do bairro e das organizações da categoria, bem como a relação desses trabalhadores com políticas públicas que promoveram avanços jurídicos e ampliaram seus direitos. Além disso, também constava no texto o histórico de atividades, eventos e ações realizados pela associação, o detalhamento da situação do polo de reciclagem, assim como os itens dos quais a organização carecia. Dessa forma, eram expostos os motivos que justificavam a implementação de um programa de coleta seletiva na região, desenvolvido pelos catadores em colaboração com os órgãos públicos, as empresas privadas e a população do município.

Dentre as descrições, eram relatados: a precariedade da instalação elétrica, com quedas de energia decorrentes do uso das prensas; o desnível do terreno em relação à rua, ocasionando inundações com as chuvas e prejuízos para a produção; a ausência de instalação hidráulica para a conservação; e a dificuldade de deslocamento dos fardos de materiais e de logística em geral devido à ausência de terraplanagem. Também eram mencionadas as deficiências nas instalações elétrica e hidráulica das salas de suporte administrativo, e a carência de equipamentos para cozinhas e banheiros. Com o financiamento do projeto, os recursos seriam investidos no suprimento dessas demandas e também no aterramento do galpão, na construção de uma plataforma para carga e descarga, na aqui-

sição de fogão industrial, *freezer* e utensílios para uma cozinha industrial, bem como na compra de itens de refeitório, chuveiros, vasos sanitários e armários para vestiário, além de mais quatro galpões de triagem com estrutura semelhante ao já existente. Estas seriam as demandas de infraestrutura para a implementação do projeto-piloto de coleta seletiva. Com esse mecanismo, o polo de reciclagem, que almejava abrigar as organizações dos catadores, tentaria se manter economicamente, realizando a gestão de resíduos do município, além de participar da formulação de políticas públicas nessa área e contribuir para a educação ambiental e melhoria da qualidade de vida daquela população.

O projeto, escrito pela diretora financeira, foi apresentado a instituições diversas ao longo do ano. Como Vitória relatou certa vez, "ela estava atirando para todos os lados, para ver se acertava alguém". No dia seguinte, ela iria a Brasília, onde encontraria o presidente da associação, que já estava lá desde o início da semana, articulando o evento de mobilização nacional que ocorreria em favor da coleta seletiva, assim como as atividades para a Rio+20, prevista para o próximo ano. Na ocasião, Vitória enviara o projeto da associação para o secretário estadual do Trabalho, que teria lhe pedido que o mandasse por e-mail na semana anterior e alegado, posteriormente, que não o havia recebido. Mesmo entendendo a alegação como uma desculpa, ela não deixou de reenviá-lo.

Cada vez que era apresentado a alguma instituição, o projeto deveria sofrer modificações, e Vitória já o havia reescrito diversas vezes. O texto já tinha sofrido tantas mudanças que ela já demonstrava dificuldade de identificar as versões. Segundo ela, as mudanças eram necessárias, pois cada pessoa a quem o projeto era apresentado impunha uma condição diferente, à qual o texto deveria se adaptar. Ela exemplificava: "Ah, se tivesse isso, o projeto podia passar" ou "Ah, só se deixasse de ter aquela parte tal". Daquela vez, o secretário teria dito que estava tudo certo com o projeto, com exceção de um item, pois a verba concorrida não poderia se aplicar à construção. Vitória então voltava ao texto, excluindo a parte da construção dos galpões e adaptando-a para a reforma da estrutura já existente. Além dessas medidas, ela também ambicionava a implementação de outros programas para os catadores de Jardim Gramacho, como aqueles que concediam microcrédito a mulheres empreendedoras,

ou os que atendiam às pessoas que não desejassem seguir com a catação, ou ainda o projeto Cidadão Olímpico, que visava à destinação de vagas em cursos de capacitação para o trabalho nas Olimpíadas de 2016 na área de hotelaria e outras. O segundo semestre de 2011 foi um período de trabalho intenso, e a sensação de contagem regressiva para as resoluções mobilizava as energias, ao mesmo tempo que acentuava um estado geral de tensão.

CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA GESTÃO

Uma das principais reclamações que ouvia dos catadores associados, logo que comecei a frequentar a associação, referia-se ao estado do terreno e à ausência de limpeza, com muito material espalhado pelo chão, já atravessando o limiar entre lixo e sujeira. Durante os dois primeiros meses de campo, o espaço havia adquirido um cheiro forte, com a acumulação de lama e a proliferação de moscas e mosquitos. Beto, com quem conversei bastante nessa época, voluntariamente me acompanhou em uma caminhada ao redor do terreno. Enquanto andávamos, ele me mostrava a sujeira que se acumulava nas laterais do galpão e se indignava com o que víamos: "Olha isso aqui, tá um lixo!". Beto não compreendia aquela situação e lamentava: "A ACAMJG podia ser um modelo". Apesar de terem "tudo pra ser um exemplo", a administração estava deixando a desejar.

A repercussão do problema e o crescimento das tensões em torno dele fizeram com que o assunto fosse levado a uma reunião, em que se estabeleceram penalidades para quem descumprisse a obrigação de limpar o local ou se descuidasse das próprias responsabilidades na lida com os materiais. Em determinado momento, a diretora financeira havia mencionado a organização de um mutirão com os associados para a limpeza do espaço em um final de semana. Ao conversar sobre a ideia com Rogério, soube que ele não compareceria porque não concordava com a sugestão de que os próprios catadores fizessem o serviço. Rogério argumentava que todos eles tinham 15% dos seus ganhos descontados em função da taxa administrativa da associação. Para ele, portanto, a limpeza do terreno teria de ser feita por uma empresa terceirizada, paga pela associação com o dinheiro da taxa.

Algum tempo depois, ao chegar ao polo, vi que um trator havia sido providenciado para retirar o acúmulo de sujeira das laterais do terreno.

Encontrei Flávia, a principal acusada pela sujeira na reunião, auxiliando na limpeza com a ajuda de Darcy. Diante de minha surpresa, ao vê-las colocando as lonas na pá do trator para a remoção do lixo, Darcy fez uma piada com a irmã: "Tamo limpando a 'rampinha' da Flávia", e riu. Após esse dia, as mudanças foram sensíveis, o espaço ficou mais arejado e com maior circulação, e o cheiro forte que havia tomado conta do local também diminuiu de intensidade, quase desaparecendo.

Resolvida essa questão, as reclamações, no entanto, não deixaram de existir, sendo direcionadas para outros tópicos. Para algumas pessoas, como Rogério, a crítica assumia a forma genérica de um descontentamento que definia como "desorganização". Ele expressava seu desejo de sair da associação porque achava que lá não era organizado. Com o passar do tempo, as críticas foram se cristalizando em pontos mais específicos. Alguns associados, por exemplo, reclamavam da falta de diversificação dos compradores dos materiais, citando, em especial, o caso do Alemão. Conversando com seu Moisés a esse respeito, ele expôs sua impressão sobre Vitória: "O negócio dela é administração e tirar o dela. Ela não tem jogo de cintura, não tem aquele ímpeto empreendedor de saber quem tá vendendo, quem tá fazendo o melhor preço e negociar".

Dona Zélia partilhava da mesma opinião. Ela mencionou que vender para São Paulo valeria mais a pena e que era possível conseguir preços melhores para o material: "Mas eles só querem saber do Alemão". As críticas recebiam ainda outros contornos quando essa relação comercial deixava de assumir características institucionais e passava a ser entendida pela chave das interpessoalidades. Uma desconfiança especial atravessava esses julgamentos na medida em que a diretora financeira e o proprietário da empresa dos plásticos haviam tido um romance no passado. Vitória já havia mencionado em conversas comigo o namoro com Alemão, o que aumentava as desconfianças dos associados sobre as relações comerciais entre as duas instituições.[37]

37 Em outras cooperativas dessa natureza, a relação com compradores também é marcada pela lógica da confiança, em detrimento da lógica concorrencial pelo melhor preço. Naquela, o comprador é considerado "um amigo, um parceiro, que realiza adiantamentos em momentos difíceis e ajuda no transporte do material para o depósito" (Pérez, 2019, p. 71).

De fato, o ponto crítico para o qual convergia a maior parte das reclamações, críticas e desconfianças dos associados poderia ser resumido na falta de transparência sobre os detalhes dos processos de gestão, inclusive no que concernia às contas. Beto era um dos mais dispostos a apontar esse problema; ele se definia como "sócio-fundador" da associação e se colocava como a pessoa mais crítica ali dentro: "Eu falo mesmo". Ele me relatava abertamente o que considerava todos os problemas dali e reclamava com frequência da ausência de transparência com as matérias contábeis, revelando, inclusive, que havia dois anos não se fazia a prestação de contas. A isso se somavam boatos de que a associação estava "no vermelho". Beto dizia não entender como isso era possível e demonstrava seu desejo de saber "onde estava o dinheiro" que deveria ser encaminhado para um fundo da ACAMJG.

Em outra ocasião, Eduardo me mostrou o quadro tipo lousa que ficava na "gaiola", sala localizada nos fundos do prédio administrativo que continha um portão gradeado motivador do apelido. Ele me contou que, naquele quadro, branco e aparentemente sem uso recente, deveria estar o balanço de tudo o que entrava e saía da associação: "Tem mais de dois anos que esse quadro tá vazio". Ele me disse também que a administração alegava estar "no vermelho" e, assim como Beto, achava a situação incompreensível em virtude da quantidade elevada de material que os associados conseguiam, somada à coleta seletiva doada à associação por empresas e instituições.

Em meio a esse clima, no início do segundo semestre de 2011, ao chegar à associação e cruzar o centro de referência, encontro dona Máxima, a contratada responsável pela limpeza, e pergunto se estava tudo bem. "Mais ou menos, né? O galpão caiu com a tempestade de sábado!", respondeu ela. Ao me direcionar ao galpão, percebo com surpresa que toda a estrutura de telhas galvanizadas responsável pela cobertura e proteção do espaço de triagem estava no chão. Alguns fardos de plástico fino que estavam abaixo da área coberta impediram que a estrutura encostasse diretamente no solo em algumas partes. O equipamento que servia para levantar os fardos, mas que eu nunca tinha visto em operação, como era muito alto, atravessou as telhas e fez um buraco na estrutura do telhado. Muitas lonas também ficaram inacessíveis, presas debaixo do teto caído.



Figura 20 – Cobertura do galpão caída após tempestade.

Fonte: Acervo da autora.

Esse evento contribuiu ainda mais para encorpar as críticas sobre a gestão da organização. Beto reiterava suas reclamações: "Ninguém sabe onde estão os recursos para levantar o polo", referindo-se ao galpão que havia caído. Naquele momento, o caminhão azul havia quebrado e sido levado para reforma, e o caminhão vermelho, comprado de segunda mão, havia chegado na semana anterior. Apesar de haver claros indícios de como os recursos da associação estavam sendo utilizados, a ausência de informação precisa a respeito dos gastos gerava desconfianças e alimentava especulações sobre a gestão das finanças.

Na semana seguinte, a reforma do galpão havia começado. Uma empresa terceirizada fora contratada e, de acordo com Vitória, estimara em 21 dias o término da obra. Quando faltava apenas uma semana para estourar o prazo, conversei novamente com a diretora financeira, que reclamava da morosidade dos funcionários: "Não adianta ter um grupo de oito funcionários se só trabalha um de cada vez". No entanto, ela dizia que não ia "ficar batendo boca com peão", pois só queria tudo pronto em uma semana, e o problema era da empresa. Apesar disso, a obra somente seria concluída mais de um mês depois.

O término desse processo, no entanto, não havia servido para arrefecer as críticas sobre a gestão. Conversando com Eduardo acerca da reforma, ele comentou que a obra teria sido barata, já que não houvera a compra de materiais novos. Na verdade, segundo meu interlocutor, haviam sido reutilizados os materiais que já compunham a estrutura antiga, que, por sua vez, fora apenas pintada. Somente os pés das pilastras seriam novos, o que, em parte, condizia com as informações que recebi dos encarregados da obra.[38] Eduardo também mencionou a ausência de algumas telhas da estrutura que cobria o galpão, acusando a diretora financeira de tê-las vendido como material de sucata. O controle sobre o procedimento da obra contrastava com a falta de informação sobre os detalhes do contrato com a empresa. E a conclusão sobre o caráter "barato" da reforma correspondia à tentativa de se calcularem os custos sem se dispor de dados precisos, estabelecendo-se referências para se estimar o montante de recursos existentes e se especular sobre possíveis desfalques ou usos indevidos pelos gestores.

A tensão em torno dessas questões crescia com o passar do tempo, e a reiterada ausência do presidente da associação, envolvido em negociações e atividades que se davam fora dali, acentuava os dilemas causados pela falta de transparência e de canais de reclamação. Alguns catadores diziam que, antes de falecer, o vice-presidente da associação, seu Glauber, dava conta dos problemas: "Agora, quando o Chico está viajando, não tem ninguém, porque o Amauri não faz esse papel". Mazinho achava que Chico trabalhava muito porque estava sempre viajando. No entanto, as pessoas tinham muitas reclamações a expor, mas ninguém a quem recorrer. Beto mencionava: "A gente pergunta das contas pro Chico, e ele só responde que é muita cobrança em cima dele", relatando, em seguida, que o presidente devolve a pergunta oferecendo o cargo a quem lhe estivesse cobrando informações. Beto afirmou ter prometido para si mesmo que, da próxima vez, diria ao presidente para "deixar o cargo então".

38 Segundo os funcionários da empresa contratada, algumas colunas eram novas, mas aquelas que apenas sustentariam o telhado eram as mesmas de antes e estavam sendo pintadas com tinta especial contra enferrujamento. As vigas teriam que passar por manutenção a cada dois anos; do contrário, não seria possível impedir o avanço da ferrugem.

Em determinado momento, Beto admitiu ter cumprido a promessa. Dentre as suas reivindicações, também se incluía a realização de novas eleições para presidente. Ele disse que chegara a dizer a Chico que iria se candidatar, o que teria motivado a irritação do presidente. Diante dessa reação, Beto teria recuado e desistido de tentar a candidatura para evitar confusão entre eles. No entanto, dizia ter o apoio de outros associados, que o incentivavam: "Pô, se você disputar a presidência, vai ser bom, vai mudar um monte de coisa". Ele lembrava que, no passado, havia reunião para eleição, reunião para prestação de contas, reunião para reclamação, mas que nada daquilo existia mais: "Ninguém sabe nada".

Distante dos ideais utópicos do projeto associativista, a prática de gerir uma organização e lidar com os desafios diários que se impunham revelava discordâncias, desconfianças e um ambiente atravessado por conflitos. Esse quadro, no entanto, não constituía um estado de "anomia social", conforme antecipado neste capítulo. Como indicam diversas etnografias centradas em contextos políticos, os conflitos podem ser entendidos como constitutivos da própria política: "O que está em jogo na atividade política é a disputa e o desafio que ela gera. Conflitos e desafios parecem ser inerentes a tal atividade" (Heredia, 2004, p. 166-167). Assim, contextos caracterizados pela atividade política, tais como as cooperativas e associações, são indissociáveis de "enredos complexos envolvendo conflitos, alianças, tensões, aproximações e distanciamentos, sempre concebidos em termos morais" (Marques *et al.*, 2007, p. 31).

Em consonância com as perspectivas de pesquisadores dedicados à etnografia da política,[39] a postura analítica aqui adotada segue uma recusa em tratar os conflitos como episódios disruptivos, já que essa ideia se baseia na suposição de um equilíbrio original e pré-conflitual. Esses fenômenos são tomados em sua positividade, e, nesse sentido, o conflito se torna um valioso instrumento metodológico. Não entender as disputas, brigas, intrigas e rixas como uma forma de desequilíbrio é também reconhecer o conflito como "inerente à vida social e identificá-lo como um fluxo, sem que tenha necessariamente uma resolução definitiva" (Marques *et al.*, 2007, p. 35). Ele varia ao longo do tempo quanto à sua intensidade,

39 Sobre o tema e as diferentes perspectivas que o envolvem, ver Comerford e Bezerra (2013), e Palmeira e Barreira (2004).

pertinência, motivações, escopo de pessoas atingidas, e assume uma "dimensão dramática, que é tanto ritualmente vivida quanto ritualmente narrada" (p. 39).

Assim, as formas assumidas pelos vínculos entre os membros da organização se apresentavam como um dos principais desafios cotidianos. Gerir as associações que compunham a organização, incluindo as relações entre os seus participantes, era um trabalho constante, cujos resultados se mostravam instáveis e, por isso mesmo, passíveis de fricções e esgarçamentos, levando a um investimento permanente em sua reconstrução. Os conflitos também eram motores de edificação dessas relações e dinamizavam a reconfiguração dos vínculos pessoais, assim como das fronteiras institucionais. A composição dos agrupamentos e coletivos assumia figurações diversas e precárias, delineadas pela dinâmica das relações interpessoais.

O DRAMA INSTITUCIONAL E SEU DESENROLAR

A ocasião em que os principais representantes das duas organizações reuniram os catadores para reiterar formalmente a separação entre a associação e a cooperativa desencadeou uma crise, que expôs com mais nitidez um conflito antes latente no âmbito institucional. O ponto sensível da reunião, que tinha como pauta a aprovação do estatuto da Coopercamjg, configurou-se a partir do anúncio de mudança na diretoria da cooperativa, cuja composição passaria de quatro para apenas três membros. Antes, a diretoria era composta por presidente, vice-presidente e dois secretários – um executivo e outro financeiro/tesoureiro. Mas a partir daquele momento, ficou estabelecido que haveria apenas o presidente, o seu vice e o tesoureiro. Na ocasião, também se decidiu que haveria em breve uma votação para a tesouraria da cooperativa.

A mudança poderia parecer um detalhe, não fosse o fato de que a secretária financeira era Vitória. Dayse ocupava a secretaria-executiva, posição que foi eliminada. O efeito prático das transformações era, portanto, a retirada das duas parceiras dos cargos de poder da organização, gerando um clima tenso. As duas apresentaram um nítido descontentamento com a situação: aparentavam estar contrariadas e não conseguiam esconder as expressões faciais sisudas, de desagrado e aborrecimento. Após a reunião, como tentativa de represália, Vitória começou a dizer

que o terreno era da ACAMJG, que estava tudo no nome da associação e que os membros da cooperativa não teriam onde ficar.

Os associados ligados à cooperativa, sobretudo aqueles que compunham o seu conselho diretor e fiscal, ficaram preocupados diante das ameaças. Eles se diziam sócios-fundadores da associação e, nessa qualidade, tinham ajudado a construí-la. Reclamavam, especialmente, da injustiça de terem de "começar do zero" e deixarem tudo que já existia com a ACAMJG. Durante a reunião, Carmem levantou, veio em minha direção e me pediu que anotasse tudo o que fosse deliberado e passasse para ela. Naquele dia, eu tinha feito minha primeira visita oficial ao aterro, em meio ao processo de obter permissão para fazer pesquisa no local. Eu havia tido um encontro com o gerente do espaço, e aquela era a etapa final para que eu conseguisse a autorização, que depois me foi concedida. Por causa desse encontro no aterro, quando cheguei à associação, a reunião já havia começado. Atrasada, ao sentir o clima tenso que pairava ali, senti-me constrangida para fazer anotações, mas depois soube que Carmem havia conseguido gravar o áudio da reunião com o seu celular.

Logo após o anúncio de sua retirada da diretoria da cooperativa, perguntei a Vitória o que havia acontecido para que ela e Dayse saíssem do conselho; sua resposta foi "nada". No entanto, ela continuava repetindo que o terreno era da ACAMJG e que "eles", da cooperativa, não teriam direito a "nem 1 centímetro quadrado".

*

A situação havia deixado todos consternados, e, mesmo entre os membros da cooperativa, não parecia haver muita clareza sobre as relações de confiança e as alianças que se desenhavam nesse quadro. Como ficou claro em conversa com Beto na semana seguinte, não havia uma sobreposição direta entre um grupo, que seria da cooperativa, e outro, da associação. Na visão de meu interlocutor, Carmem, Pascoal (seu companheiro), Patrícia (sua irmã) e Flor estavam do lado de Vitória, e, dessa forma, ele concluía que estaria ocorrendo uma "tentativa de golpe de Estado". Encontrei Beto, Mazinho e Eduardo tomando cerveja em uma barraca anexa ao Feirão e parei para conversar. Eles recordaram um episódio específico da reunião da semana anterior, em que Amauri havia declarado estar abrindo mão dos 800 reais que recebia pelo cargo no conselho

da ACAMJG. Raciocinando alto, diziam para mim: “Ele tinha família, sustentava genro, nora, filha... Como abrir mão dos 800 reais? É porque ele está ganhando por fora. Como se fosse um ‘cala a boca’”. Beto achava que eles estavam se articulando para deixar a cooperativa com “uma mão na frente e a outra atrás”, ressaltando que tudo estava no nome da ACAMJG: “O terreno, convênios com outras empresas... E a cooperativa vai ter que começar do zero”.

Beto desenvolvia então sua ideia sobre a articulação que imaginava ocorrer. Ele achava que o grupo não poderia deixar a ACAMJG, porque se todos fossem para a cooperativa, a votação de qualquer questão seria sempre ponto pacífico, já que Vitória, Chico e Dayse votariam alinhados. Segundo Beto, para que pudesse haver uma composição justa nas votações, deveria haver pelo menos quatro pessoas de cada lado. Afirmou ainda que estava procurando um advogado para ler o estatuto da associação.

Comentei com ele a respeito das reuniões que estavam ocorrendo com os governos municipal e estadual e com outras entidades, como ONGs, para negociar a situação dos catadores após o fechamento do aterro. Naquele mesmo dia, eu havia participado da oitava reunião sediada na associação com os representantes da ACAMJG e das cooperativas do bairro, filiadas a ela, mas não me lembrava da presença de Beto em nenhum encontro. Amauri, presidente da cooperativa, e seu vice, César, participavam ativamente dessas reuniões desde o início. Beto argumentou que não ficava sabendo de sua realização: “É mais fácil dividir com quatro do que com vinte”. A cooperativa estava passando por um processo de formalização, e seu estatuto tinha sido definido. Segundo César, a organização estava articulando junto a uma ONG o provimento de capacitação jurídica para as pessoas que compunham o conselho, além de integrar um projeto voltado para os catadores. Na semana seguinte, César distribuía o folheto do referido projeto e, vez ou outra, vestia uma camisa que divulgava a logomarca do projeto e a da ONG.

Enquanto Beto permanecia alheio aos meandros das negociações que ocorriam, sua sensação sobre a iminência de um “golpe” foi se transfigurando para uma conspiração pessoal contra ele. Sua justificativa geral para isso advinha do fato de ele apontar os problemas que aconteciam. Mas a percepção de uma articulação particular contra ele veio de uma in-

formação desencontrada fornecida por Dayse, que havia dito a Mazinho que Beto fora a sua casa no final de semana levar o estatuto da cooperativa. Beto negava o fato, e o boato terminou por criar nele a sensação de um complô pessoal.

No entanto, as negociações das quais ele desconfiava, que serão analisadas no próximo capítulo, assumiam uma escala maior. Elas giravam em torno das alternativas ao, cada vez mais provável, fechamento do aterro, o que atingiria a totalidade dos catadores que ali atuavam. Na rampa, circulava a ideia um tanto quanto vaga sobre o pagamento de uma "indenização" do governo a todos os catadores. Segundo Mazinho, a assistente social teria afirmado em reunião que, para os catadores continuarem na atividade, a verba pleiteada seria destinada ao polo de reciclagem e à construção das cooperativas – organizações através das quais os catadores poderiam seguir trabalhando com a implantação da coleta seletiva. Beto não concordava com o fato de que somente os catadores organizados fossem contemplados. Como veremos adiante, ele não era o único que pensava dessa forma.

*

No âmbito institucional, o imbróglio entre as duas organizações continuava a se desenrolar. Os esforços dos membros da cooperativa, sobretudo daqueles comprometidos com cargos gestores, concentravam-se nos procedimentos e nas negociações para garantir que a organização pudesse funcionar após o fechamento do aterro, especialmente com a perspectiva de eventual saída do terreno onde se situavam e que era sede da associação.

No entanto, diante dessa possibilidade, alguns membros estavam receosos de deixar a ACAMJG e "começar do zero". Eduardo, que fazia parte do conselho fiscal e afirmou estar frequentando as reuniões, não escondia sua apreensão em recomeçar, pois achava que a tarefa exigia muita responsabilidade. Segundo seu relato, Mazinho lhe teria dito que não sairia da associação. As negociações com o poder público municipal e estadual sinalizavam a possibilidade de alugar galpões nos quais as cooperativas da localidade pudessem se instalar temporariamente até seu estabelecimento definitivo no polo de reciclagem, que seria estruturado no

terreno da ACAMJG. Eduardo afirmou que eles já tinham encontrado um galpão que poderia ser alugado, assim como alguns doadores de material. Quando o espaço temporário para abrigar a cooperativa ficasse pronto, todos sairiam de lá, com exceção de Mazinho.

A postura de Mazinho recebia críticas de outros membros da cooperativa. Para Carmem, ele só queria "saber de bater o material dele, mais nada". Diante das incertezas sobre os rumos das organizações e das atividades naquele universo, o sucesso da cooperativa requeria esforços de todos, como participação em reuniões e negociações. Carmem enumerava para mim os compromissos que os envolvidos teriam com a cooperativa e aproveitava para criticar Mazinho: "Olha lá, hoje tinha reunião, olha ele aí. Amanhã tem outra, e sábado tem outra. Mas ele só quer saber de ganhar o dinheiro dele aqui e pronto. Pra ele, tanto faz como tanto fez". Esse comentário convergia com uma crítica que certa vez ouvi de Zacarias – no entanto, genericamente direcionada a todos os catadores: "O grande mal do Jardim Gramacho é que, se tem manifestação, vão cem, mas lá trabalham mais de mil. Ninguém quer abrir mão de um dia de trabalho para reivindicar, lutar pelos seus direitos". Colocando-se entre a minoria, reclamava: "Aí, depois que você chega, vem perguntar como é que foi. 'Ah, você não foi, não? Então vai procurar saber com outra pessoa'". No centro da crítica residia uma questão significativa: reivindicar, lutar pelos direitos, frequentar reuniões requeriam tempo e trabalho em prol da coletividade. Isso, ao mesmo tempo, impossibilitava que tais esforços fossem investidos na atividade comercial na rampa, que gerava ganhos financeiros individuais.

Na reunião a que assisti em meu primeiro dia na associação, os catadores discutiam o regimento interno que vigoraria quando da criação do polo de reciclagem. Nessa ocasião, alguns catadores perguntaram se, com a transformação do polo e a união das cooperativas, eles deixariam de ser da ACAMJG. Conversando com Vitória em um momento posterior, ela se lembrou da reunião e mencionou a preocupação dos associados e seu desejo de não deixar de fazer parte da associação. Ela apontava esse temor da desfiliação como uma prova da representatividade da ACAMJG, e sua leitura reforçava a legitimidade da organização e dos seus principais representantes.

No entanto, com a crise institucional posteriormente instaurada pela separação entre cooperativa e associação, a questão do pertencimento foi ganhando outros contornos. A expressão "começar do zero" se direcionava àqueles que não eram incluídos nas fronteiras institucionais da associação e sintetizava alguns dos significados que esses contornos alternativos assumiam. À medida que o tempo ia passando, as negociações com o poder público não avançavam. Sem resultados práticos que levassem a definições, os ânimos iam se acirrando e a crise se ampliava, condensando problemas e insatisfações que já vinham ocorrendo. Como exemplo, é possível resgatar as controvérsias sobre o trato e a qualidade das relações, sobre as perdas de materiais, em particular com o episódio do incêndio, e sobre a gradativa ocupação do cargo de Dayse – após seu falecimento – por Darcy. Todos esses feixes problemáticos terminaram por desembocar em um flagrante conflito de proporções maiores.

*

O clima na associação estava "quente". Eu estava no terreno conversando com alguns catadores, até que, em um determinado momento, César chegou. Quando me aproximei para cumprimentá-lo, ele foi logo dizendo: "Vai sugar eles ali, ó", apontando para outra direção. Surpreendi-me com sua reação e perguntei se eu o estava "sugando", mas ele não me respondeu e logo foi embora. Foi Beto quem me explicou então o que havia acontecido; contou que César tinha falado "umas verdades" para Vitória, tornando a situação tensa. Naquela semana, Beto não foi trabalhar, pois, conforme havia me relatado, ele teria ido conversar sobre o material queimado no incêndio[40] com Vitória, que, por sua vez, o teria chamado de um termo ofensivo. Ele respondeu à provocação, e os dois acabaram discutindo, até que ele foi embora. Os colegas lhe contaram que, mesmo após sua partida, Vitória ainda teria continuado a falar dele por um tempo. Beto decidiu então reclamar com Chico: "Ali ela só administra, só pesa e paga o pessoal. Ela não pode ficar chamando ninguém disso, não". Chico, entretanto, teria dado razão a ela, "porque [era] irmã", ao invés de

40 O incêndio é tratado no segundo capítulo deste livro.

reconhecer seu erro. Sentindo-se injustiçado, Beto teria tirado satisfação com Chico, e os dois trocado ameaças de teor agressivo.

Beto afirmou que denunciaria a associação à justiça – "tem muita coisa errada" – e voltou a reclamar da prestação de contas e da ausência de informação sobre o dinheiro: "Ninguém sabe pra onde está indo". Como exemplo, ele mencionava a reforma do caminhão azul: "Dizem que a reforma do caminhão foi 30 mil, mas isso dá pra comprar um novo, né?". Beto contou, no entanto, que Chico havia ligado várias vezes para pedir desculpas. Nesse momento, Mazinho chegou informando que a associação iria reaver 50% do valor do material queimado no incêndio. Mazinho e Beto concluíram então que, se Chico tivesse tomado essa decisão antes, "não tinha acontecido essa merda toda". Mazinho calculou que sua perda de material com o incêndio havia sido de mais ou menos 300 reais. Diante de minha pergunta se ele ficara satisfeito com a resolução, respondeu: "Assim eu perco, mas pelo menos não perco tudo". Seu Moisés afirmou ter perdido três lonas de PET – o equivalente, segundo seus cálculos, a "200 e poucos reais" –, mas como não estava presente nesse dia, esperou até a semana seguinte para conversar com Chico sobre o ressarcimento das perdas do incêndio.

Na semana anterior àquela em que o conflito atingiu o seu clímax, eu havia conversado com Chico, que comentou sobre o racha ocorrido entre ele e César, seu amigo desde a adolescência. Segundo Chico, o conflito mantinha seus contornos no plano estritamente institucional, e em nenhum momento foram mencionadas as querelas envolvendo Vitória e a disputa entre a gestão da cooperativa e da associação. Chico mencionou o fato de que César ficava "falando merda por aí"; no entanto, sua interpretação se referia à atuação política do amigo, condenando sua postura em meio às negociações com o Estado. Aos olhos de Chico, o companheiro estava "comprando", ou seja, assumindo, funções do Estado, falando em seu nome: "Ele tá ali para cobrar do poder público, e não [para] ficar trabalhando pra eles", pois isso significava "ser usado pra dar legitimidade" aos representantes do Estado. Chico afirmou então que não falaria mais nada que dissesse respeito aos outros e ao Estado, porque isso recairia sobre ele: "Depois cobram de você, e seu nome é que fica associado; parece que você está apoiando". Segundo ele, essa era a "diferença" entre os dois; no seu entendimento, César "estava se achando e querendo competir"

com ele, que dizia não estar ali para isso. Eles eram amigos e tinham crescido juntos: "Não tem nada a ver ele vir com essa onda de disputa". Chico falou ainda sobre a presidente de uma das cooperativas do bairro: "Ela me liga, fica preocupada quando vê ele agindo assim", mas afirmou já ter falado "mil vezes" sobre o assunto com César e que não falaria mais nada.

Sobre Gil e outros representantes do governo estadual envolvidos mais diretamente nas negociações com os catadores, Chico dizia conhecê-los muito antes de entrarem no governo. Ele estava irritado com a situação e os acusava de terem mentido, pois teriam dito que, no início do mês seguinte, que já se aproximava, toda a questão envolvendo os catadores e as organizações estaria acertada. Já se passavam mais de cinco meses de negociações, contando apenas o período em que eu acompanhava o processo de perto. As reuniões tomavam tempo e energia das lideranças, e nenhuma das promessas e soluções aventadas pelas instâncias governamentais municipais e estaduais havia se concretizado. Chico concluía então: "Não aguento mais ficar sendo cozinhado". Referindo-se ao âmbito da política formal e governamental, do qual guardava reservas e nutria desconfianças, Chico dizia "fazer política sem ser político". E apontava sua atuação e a de seus companheiros Delorme e Bernadete[41] como uma "linha", cuja convergência era explicada pelo fato de já estarem "calejados", de saberem identificar pessoas mentirosas, "pilantras", que só queriam se aproveitar das demais. Implicitamente, ele sugeria com a explicação que César não estava alinhado com os outros nesse sentido.

*

Diante da descrença com os rumos das negociações com o poder público, Chico buscava articular caminhos alternativos, aproveitando-se de seu trânsito na esfera do poder federal, em instituições não governamentais diversas e mesmo na iniciativa privada. No dia em que percebi os ânimos exaltados na associação e ouvi narrativas sobre a irrupção de um cisma, com o acirramento da tensão entre Vitória, César e Beto, ocorreu

41 Delorme e Bernadete eram presidentes de cooperativas de catadores situadas no município do Rio de Janeiro, e não em Duque de Caxias. Eles compunham a coordenação estadual do MNCR junto com Chico e outros representantes de catadores da localidade, como César.

uma reunião atípica, que era parte das alternativas articuladas por Chico para que as organizações de catadores não dependessem exclusivamente do Estado. A essa altura, Chico e as demais lideranças de catadores não acreditavam mais nas intenções dos representantes do poder público, cuja atuação era vista como uma estratégia para "cansar", minando as energias dos catadores em sua mobilização.

Alguém comentou que, na reunião com órgãos públicos ocorrida mais cedo naquele mesmo dia, Gil, o representante do Estado à frente das negociações, havia falado que a ONG que intermediava a verba para a construção dos galpões temporários das cooperativas teria deixado o processo. A reunião que presenciei no auditório do centro de referência foi conduzida por uma empresária e produtora que já envolvera a associação e seus associados em alguns projetos, como a participação em uma campanha publicitária de uma empresa multinacional de bebidas – que acompanhei – e outros projetos que davam visibilidade aos catadores e à associação, sobretudo ao seu presidente, Chico. Nesse dia, a empresária expôs aos representantes de catadores uma proposta de conformação de uma rede empresarial de cooperativas que atuasse em parcerias estratégicas para a execução da coleta seletiva e outras atividades. A ideia era formalizar o trabalho e transformar os catadores em agentes ambientais. Em sua perspectiva, através do diálogo com as empresas, o jogo ficaria mais limpo que o da política formal, pois as corporações apoiadas pela Comlurb já estariam, todas, comprometidas com o prefeito, que buscava a reeleição.

Na reunião, além da empresária, de Chico e de Vitória, estavam presentes: a assistente social que trabalhava com os catadores da localidade desde a formação da primeira cooperativa na década de 1990; a representante da Coopergramacho; a vice-presidente da Cooperjardim; o presidente da Coopercaxias; representantes de uma cooperativa de Búzios e uma de Cabo Frio, situadas no litoral fluminense; o presidente de uma das cooperativas do município do Rio de Janeiro que integrava a coordenação do MNCR; Delorme; Carmem; Pascoal e a *designer* de joias. Após a exposição da proposta, Chico tomou a palavra e disse ter entrado em contato com representantes do Banco do Brasil e apresentado um projeto para as cooperativas do bairro, com a criação de uma linha de beneficiamento para PET e construção de um galpão para cada cooperativa.

De acordo com Chico, o banco aprovaria a proposta desde que as cooperativas a aceitassem. Ele reiterou algumas vezes que aquele projeto não deveria ser confundido com o que estava sendo negociado com o Estado. "Ouvir, a gente pode ouvir todo mundo"; no entanto, reforçava que eles deveriam firmar acordo com o que fosse acertado ali. As negociações com o Estado tinham no centro da disputa um fundo monetário a ser destinado aos catadores do bairro em função dos serviços prestados ao longo das três décadas de funcionamento do aterro e da perda do local de trabalho com o seu fechamento. Em relação a essas articulações, Chico afirmou: "A gente quer o fundo, sim, mas uma coisa não exclui a outra [...]. Não se pode abrir mão de direito, nem jogar o que já aconteceu fora".

Em seguida, a assistente social ponderou sobre a materialização das ações. Em primeiro lugar, seria preciso verificar a situação jurídica e contábil das cooperativas. A representante da Cooperjardim afirmou que a cooperativa já tinha todas as certidões; já o presidente da Coopercaxias declarou que a organização tinha apenas ata e estatuto, e que obter as certidões custaria em torno de 9 mil reais. A assistente social então lembrou que a criação de uma rede requeria a legalização de todas as organizações e, diante do quadro de possibilidades que se apresentavam, expôs uma questão para os presentes: a conformação jurídica da rede. Se ela fosse uma empresa, a alternativa de convênio com o Banco do Brasil seria excluída; se fosse uma central de cooperativas, seria mantida. Havia ainda a hipótese de se conformar uma Oscip e, como consequência, outro leque de possibilidades se abriria e/ou fecharia – o mesmo acontecendo em relação à categoria Organização Social (OS).[42]

Ficava claro, portanto, que a própria definição do que viria a ser aquele espaço e suas organizações estava em aberto. Em quatro dias, numa segunda-feira, haveria uma reunião com os representantes do Banco do Brasil e do BNDES em que as cooperativas deveriam informar sua posição. Não havia certeza, no entanto, se todas as quatro fariam

42 Organização Social (OS) é um título que a administração pública outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, de modo que ela possa receber determinados benefícios do poder público (dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.) para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade (Azevedo, 1999, p. 135-142).

parte da rede. A assistente social afirmava que era preciso pensar o papel de cada um na rede e percebeu a ausência dos representantes da Coopercamjg, especialmente de César.

Após a reunião, outro momento de tensão irrompeu. Enquanto eu ia até a cozinha pegar um café, Chico e a empresária ficaram conversando diante de um computador portátil. Quando voltei à sala, Chico, nitidamente exaltado, começou a me mostrar sua caixa de correio eletrônico. Ele havia acabado de receber uma mensagem que Gil, representante do governo estadual, endereçava à mesma pessoa com quem Chico negociava o projeto da rede junto ao Banco do Brasil. Na mensagem, Gil marcava uma reunião para o mesmo dia em que Chico e o representante do banco já haviam agendado um encontro. Além disso, enviava anexo um pré-projeto com o diagnóstico da ONG que intermediava o processo, acompanhado da planta dos galpões que estavam sendo planejadas ao longo dos meses de reuniões. Ao final, convidava as duas instituições financeiras – o BNDES e o Banco do Brasil – a fecharem o projeto de Jardim Gramacho como se estivesse tudo em comum acordo com os catadores e como se só houvesse um único projeto.

A mensagem não havia sido enviada diretamente a Chico, que só tomou conhecimento de seu conteúdo porque outra pessoa lhe encaminhara. Percebeu, então, que tinha sido excluído da lista de endereços eletrônicos da mensagem de Gil. Imediatamente, Chico escreveu para o representante da Fundação Banco do Brasil, reiterou a reunião para o dia 19 às 15 horas, conforme combinado previamente, e perguntou se a parceria estaria "de pé". Consternado e muito nervoso, confessou aos presentes seu receio de ter marcado aquela reunião para nada e de todo o trabalho ter sido em vão. A empresária, para acalmá-lo, disse que o representante do banco logo ligaria. Em seguida, o telefone tocou, e era a resposta confirmando que estava tudo certo. Chico reforçou sua preocupação com a proposta do representante estadual, que via o projeto como um concorrente, e se contrapôs a ele. Ao longo da ligação, explicou que os catadores negociavam havia oito meses com aquelas autoridades e que, após inúmeras reuniões, nada havia acontecido, que não tinham avançado em nenhum ponto, demonstrando não confiar mais nas proposições do governo. Além de confirmar a reunião e a proposta dos catadores, seu interlocutor ressaltou que o convênio só seria fechado se todas as coo-

perativas estivessem presentes. O episódio acabou servindo para tornar claro o imperativo de posicionamento por parte das organizações, que deveriam decidir, afinal, se estariam todas juntas ou não.

*

No dia do evento marcado, procurei Darcy para confirmar o horário da reunião, que se aproximava, e ela aproveitou para acrescentar que o encontro era "só pra diretoria". O adendo indicava implicitamente uma restrição à minha participação, mas optei por ignorá-lo. Logo em seguida, encaminhei-me para o centro de referência, onde a reunião aconteceria. Darcy e sua tia, dona Máxima, observaram que eu havia conversado durante parte do dia com os associados ligados à cooperativa enquanto a reunião não começava.

Após a reunião, quando ainda estávamos na sala do auditório, Vitória criticou o vocabulário usado naqueles encontros, aludindo em especial ao representante do Estado, que teria dito que "queria chamar mais atores para o processo". Vitória, que também desconfiava das intenções dos gestores públicos de realizar as ações com sucesso, indignava-se: "Pra que ficar repetindo esse palavrório?". Desde nossa primeira conversa, ela já havia demonstrado, com base em sua participação nas organizações não governamentais, uma visão crítica a respeito dos acadêmicos, sobretudo no que se refere à vaidade e ao fato de que "não se cansam de falar para eles mesmos".

No final desse dia, Vitória se aproximou e iniciou uma fala que pintava um quadro diferente da tensão reinante entre ela e o conselho da cooperativa. Minha interlocutora dizia que os associados, fazia algum tempo, estavam vendendo material para outros estabelecimentos, como os depósitos no entorno do aterro. Naquele dia, eles teriam sido avisados e repreendidos pela conduta, o que teria causado problemas. Ao tentar aprofundar a narrativa, perguntei as razões de determinados fatos, ao que ela respondia evasivamente, até se retirar, terminando a conversa.

*

Duas semanas depois, na associação, Vitória se aproximou de mim e começou um diálogo com a seguinte sentença: "O ser humano não presta".

Contou então que, na semana anterior, ela havia flagrado "as mesmas pessoas de sempre" roubando a associação. Segundo o relato, os autores da infração colocavam galões de 20 litros de água no fundo das lonas para pesá-las. Com o garrafão sem tampa, a água escorria quando as lonas eram postas na caçamba e assim não servia como prova do golpe. Ela também acusou esses associados de colocarem terra nas lonas e comentou que perdera um dia inteiro de trabalho para revistar o material de todos. Enquanto fazia a revista, eles mesmos teriam dito que não estava na lona deles aquilo que ela procurava. Sobre o roubo, ela disse não ter sido a primeira vez, e que era sempre o mesmo "grupinho" que praticava as ações. Eu quis saber quem eram as pessoas, e ela apontou cinco associados. Vitória lhes teria dito que "não precisavam mais descer o material, que podia ficar lá na rampa mesmo", sugerindo a expulsão do grupo. Disse-lhes ainda que não utilizassem mais o terreno para bater o material e que fossem vender para outro lugar: "Depois, foi todo mundo chorando falar com o Chico".

Em seu relato, Vitória apresentava uma inversão completa de perspectiva ao se defender: "Eles ficam acusando os outros de roubarem porque são eles que roubam". Referiu-se ainda à morte de Dayse, indiretamente responsabilizando os acusados pelo adoecimento da amiga. Segundo Vitória, eles ficavam "perturbando a cabeça do sujeito" e, por isso, Dayse "tinha voltado a dar convulsão, que já não tinha [havia] oito anos". "Você faz as coisas pelas pessoas e, no dia seguinte que você morre, nego só quer saber quanto vai ganhar", teria comentado com Chico. Essa foi uma das críticas que fizera à época do falecimento da amiga, quando os associados reclamaram do luto decretado por ela, que teria atrasado para a semana seguinte o pagamento pelo material daquela semana de trabalho, posteriormente perdido com o incêndio. Aborrecida, via essa postura como uma falta de respeito e de consideração à falecida, que era sua melhor amiga, seu braço direito e pessoa de confiança na associação.

Ao conversar com Eduardo nesse dia, perguntei sobre César: "Nem vem mais aqui", respondeu. E sobre Amauri afirmou: "Só chega, bate o material dele e vai embora". Eduardo concluía: "Eles não tão mais enturmados, não". Contou ainda da expectativa de, no mês seguinte, estarem indo para um galpão próprio, de acordo com o que César havia afirmado. Nesse momento, o desgaste causado pelo acirramento dos conflitos

tinha afetado parte dos associados, que deixava de frequentar a ACAMJG. Caetano me contou que saíra da associação, assim como Flor. Leila me disse que não estava mais frequentando o lugar, e William, embora negasse o rompimento do vínculo, não comparecia à associação havia dois meses. Novamente comentavam que a ACAMJG viraria uma ONG e que o "nome" do catador era usado para que conseguissem as coisas.

*

O antropólogo Victor Turner, em sua obra *Schism and continuity in an African society* (1996), formula o conceito de drama social para tratar dos conflitos que assolavam uma aldeia ndembu, localizada na região Noroeste da antiga Rodésia do Norte, atual Zâmbia, durante a década de 1950. Em sua formulação, os conflitos latentes que recorrentemente eclodiam e que atravessavam todos os âmbitos da vida entre os ndembus se davam pela atuação concomitante de princípios estruturais contraditórios. A continuidade da aldeia através das gerações, via sucessão dos chefes, era definida pelo princípio da matrilinearidade, cuja ascendência se dava por linha materna, através do irmão da mãe. A contradição residia na sua convivência com o princípio virilocal das regras de casamento, segundo o qual, com o matrimônio, as mulheres deveriam se deslocar para a casa dos maridos. Esses dois princípios entravam em choque na organização social dos ndembu, fazendo com que homens e mulheres da aldeia vivessem em tensão permanente por estarem sempre divididos entre suas lealdades como irmãs e irmãos e como maridos e mulheres.

Os conflitos analisados por Turner seguiam um padrão que, incorporado em sua conceituação do drama social, é composto por quatro fases: a crise, que irrompe manifestando tensões latentes próprias das interações e relações; a ampliação da crise, que se dá em escala, abarcando cada vez mais esferas e atores; a regeneração, na qual os sujeitos agem em busca de soluções para as brigas e discordâncias; e o rearranjo, desfecho que depende do sucesso do drama, podendo acarretar a redefinição de posições e relações, ou a cisão, rompimento definitivo que resulta na criação de uma nova aldeia a partir dos mesmos princípios estruturais.

No caso dos ndembu, segundo Turner, os rituais, sua realização e vivência, seriam precisamente o que poderia atuar de modo eficaz na conciliação das querelas, por meio da *performance* e da ação simbólica neles

desempenhada. Através da linguagem performativa, os rituais coletivos, em especial os ritos de aflição, não apenas tematizavam os conflitos, manifestando-os, como permitiam trabalhar em sua própria resolução. A ênfase ritual no interesse comum das aldeias (re)construía simbolicamente a unidade do grupo para além das clivagens internas.[43]

Com inspiração na análise de Turner (1996), este tópico se concentrou na descrição de um drama social, em cujo centro residia a problemática das fronteiras institucionais entre a associação e a cooperativa. Ao longo deste capítulo, evidenciei um conjunto de contradições que atravessava o cenário etnográfico, proveniente de matrizes distintas que entravam em choque diante do processo de formalização da atividade. Enquanto alguns princípios próprios do universo de trabalho da rampa seguiam vigentes com a transposição (parcial) da atividade para o âmbito organizacional, os princípios legais que passaram a incidir nesse mesmo âmbito criaram uma série de tensões e conflitos que se manifestavam através das relações pessoais, das interações e dos jogos de poder.[44] Assim como no caso dos ndembus, o parentesco formava o núcleo a partir do qual lógicas divergentes se defrontavam e os problemas relativos a diferentes critérios de pertencimento se desdobravam.

Para além do parentesco, os conflitos se atualizavam através de outras relações pessoais, e, como vimos, as interpessoalidades apresentavam uma dinâmica instável, permanentemente em mudança. Nela, os grupos, as alianças, as concorrências, as amizades e mesmo os laços familiares estavam em jogo, (re)fazendo-se constantemente, conforme a configuração das questões, posições e querelas que surgiam. As relações pessoais, tanto quanto as relações institucionais entre as organizações,

43 Para a compreensão dos aspectos contemporâneos e criativos da noção de drama social em *Schism and continuity in an African society*, e sobre os desdobramentos dos conceitos de drama, ritual e *performance* na obra de Turner, ver Cavalcanti (2007, 2013).

44 Em uma análise etnográfica no contexto de um terreiro de umbanda, no Rio de Janeiro, baseada no conceito de drama social de Turner (1996), Maggie (2001) identificou a vigência de dois princípios estruturais distintos, que chamou de "código de santo" e "código burocrático", através dos quais a disputa de poder no terreiro se dava entre o pai de santo e o presidente da instituição. Atualizados em diversos contextos pelos atores em jogo, os dois códigos acarretavam uma série de ambiguidades e contradições para o universo ritual sincrético daquela religião.

devem, portanto, ser entendidas como relações em movimento. Nesse sentido, não há uma forma fixa na composição de determinado coletivo ou organização, assim como não há uma lógica preponderante, uma hierarquia estável ou lealdades inquebrantáveis. As acusações e os conflitos permeavam e impulsionavam essa dinâmica, e todos os atores tentavam se orientar nesse contexto de acordo com as informações disponíveis e as ponderações suscitadas. Tais informações, é bom lembrar, além de passíveis de questionamento, eram sempre parciais para todos os indivíduos. Nesse cenário, não busquei apresentar uma versão mais autêntica que a dos próprios interlocutores, tampouco arbitrar versões legítimas ou corretas, mas enriquecer a compreensão do contexto pesquisado a partir da apresentação do máximo de versões possível. Dessa forma, minha posição parte do princípio de que, quanto maiores as divergências, maior será a chance de traduzir para o leitor a complexidade própria do universo analisado. A consideração e o entendimento dessa complexidade foram um alvo almejado como estratégia para incitar reflexões.

No drama social apresentado, uma série de conflitos relativamente latentes no espaço da associação eclodiu, atingindo o clímax. Querelas em torno de relações de poder, *status* e cargos de prestígio não eram uma singularidade da associação de catadores de Jardim Gramacho, mas problemáticas recorrentes, e mesmo corriqueiras, em uma infinidade de contextos sociais. No universo etnográfico tratado, vivia-se a tensão de um momento de transição que conformava uma especificidade histórica – o fechamento do aterro após 35 anos –, o que, por sua vez, ajudava a potencializar e evidenciar os conflitos.

Se os antagonismos poderiam ser identificados parcialmente como fruto de matrizes formais, princípios legais e lógicas distintas que conviviam em permanente tensão nesse universo, tais disputas, atualizadas nas interações e relações pessoais, tinham as coisas como alvo. O acesso ou direito a coisas como convênios, equipamentos, terreno, materiais recicláveis, dentre outras, passava pela questão do pertencimento a determinado coletivo. A economia dos recicláveis em Jardim Gramacho era composta por redes potencialmente infinitas, que teciam vínculos com os mercados globais de recicláveis (Millar, 2012a). Sendo um conceito autoilimitado, como apontou Marilyn Strathern (2014b), a rede opera como metáfora narrativa da extensão e entrelaçamento sem fim dos fenôme-

nos. Em função dessa amplitude, a antropóloga propõe a metáfora do corte para pensar as formas como essas redes potencialmente expansíveis ao infinito são interrompidas. Nesse sentido, a manutenção da estabilidade poderia ser imaginada como uma interrupção de um fluxo ou um corte numa expansão. A autora identifica então um eficaz mecanismo euro-americano para o corte – a "posse" –, que é poderoso devido a seu "efeito duplo como questão, ao mesmo tempo, de pertencimento e de propriedade" (p. 319). Se os híbridos se proliferam ao infinito, e as tecnologias aumentam as redes, o estabelecimento de uma condição de proprietário garante que elas sejam cortadas em um tamanho conveniente.

Pensadas por esse prisma, como efeitos do mecanismo da "posse", as questões de pertencimento e de propriedade que se destacavam no contexto da associação de catadores eram justamente aquelas que envolviam as fronteiras das organizações, a partir das quais os contornos da coletividade se encontravam em disputa. Essas questões traziam à tona problemáticas como: quem pertence a determinado coletivo? Quem faz parte da associação? Quem ela representa? Em *nome* de quem ela obtém seus recursos? E quem tem direito ou acesso aos recursos que passam a ser sua propriedade? Dessa forma, as disputas dos catadores pelo pertencimento ou não à associação atualizavam os conflitos em torno da posse e terminavam por descortinar uma problemática da representação.

No desenrolar do drama social tratado por Turner (1996), tudo parecia caminhar para a cisão da aldeia – o que, afinal, não acontece. Tal como a história narrada pelo antropólogo, o drama social analisado neste capítulo, no âmbito da associação de catadores, caminhava em direção a uma ruptura. Na sequência desse enredo, muitas foram as reviravoltas. No entanto, ao contrário das peças teatrais, os atos que se sucedem nos dramas cotidianos não chegam a um final definitivo, culminando em um desenlace esclarecedor no qual a trama se ilumina em sentidos unívocos e acabados. O desenrolar da história envolvendo os catadores e o aterro de Jardim Gramacho deu-se pleno de contradições e conflitos, e a narrativa do seu provisório desfecho não pode ser contada sem incorporar tensões e ambiguidades.

No contexto etnográfico ndembu, os rituais eram eventos em que os conflitos poderiam ser tematizados, presentificados e trabalhados na construção da unidade. No contexto dos catadores de Jardim Gramacho,

não encontramos uma dimensão ritual semelhante em que tal convergência poderia ser ensaiada. No entanto, existia uma esfera pública e externa que envolvia os atores e na qual suas relações eram tematizadas e performadas: as reuniões e assembleias. Estas podem ser consideradas uma instância alternativa em que *performance* e representação tinham lugar, e em que o desenrolar do drama estava em jogo. Mesmo sem envolver a linguagem e os componentes rituais tradicionais, como os ritos de aflição ndembu, as reuniões dos catadores podem ser vistas como rituais da política, nos quais os problemas e conflitos não eram apenas tematizados e encenados, mas negociados efetivamente a partir da *performance* dos atores em um verdadeiro embate. As lideranças, nesse sentido, apresentavam uma atuação forte, da qual dependia em grande medida o sucesso ou o fracasso das resoluções sobre o que era disputado. Nesses rituais políticos, a vida e o futuro dos catadores da localidade estavam em questão.

4

UMA POLÍTICA DA VISIBILIDADE[1]

Neste capítulo, o foco da narrativa se desloca da associação de catadores para o aterro de Jardim Gramacho. A gestão de resíduos no Rio de Janeiro passava por uma reconfiguração no momento em que a pesquisa era realizada. Ao atravessar esse período, prenúncio de inúmeras transformações, o aterro de resíduos se apresentava como um cenário em decomposição. Nesse contexto etnográfico, a relação do aterro de Jardim Gramacho com as imagens constitui uma especificidade notável, assumindo dimensões políticas. Os recorrentes registros fotográficos e produções audiovisuais no aterro contribuíram para influenciar de diversas formas a trama vivenciada pelos catadores, que girava em torno da perda de sua fonte de renda com o fechamento iminente do local onde trabalhavam.

Os processos de negociação que se desenrolavam naquele momento estabelecem o recorte para uma análise etnográfica da atividade política dos catadores, a partir da problemática da representação. A narrativa privilegia as práticas inerentes ao exercício de representar que foram adotadas tanto pelas lideranças quanto pelos catadores como um todo, incluindo os que não integravam cooperativas e trabalhavam de forma independente na rampa. Ao envolver dilemas e embates, colocando as situações em suspenso, a representação se mostrava uma arte complexa, na qual os catadores se engajavam a partir de uma arena específica – o aterro de Jardim Gramacho.

A ideia explorada neste capítulo começa a tomar forma com a evidência de que os catadores estavam permanentemente envolvidos em *performances*, através de suas inúmeras atuações, seja diante de câmeras

1 Parte da discussão deste capítulo foi publicada previamente em M. R. Lima (2018, 2019), com adaptações.

de cinema para a produção de filmes ou reportagens de televisão, seja em reuniões com representantes do poder público ou em assembleias para a discussão do futuro da categoria. Com base na aliança entre uma antropologia da imagem e da *performance*, encontrei os instrumentos adequados para discutir a política dos catadores de Jardim Gramacho, que tinha na *visibilidade* uma de suas principais estratégias de luta e negociação.

Em consonância com o objeto da análise, a experiência com as imagens é radicalizada em uma tentativa de incorporá-las à produção do conhecimento antropológico. Assim, a descrição que compõe o corpo etnográfico do capítulo segue em grande parte o formato de fotogramas. Essa estratégia narrativa se constitui conceitual e literariamente por meio dos mesmos instrumentos e linguagens em operação no contexto pesquisado. Assim, os fotogramas se mostram dispositivos metodológicos, narrativos, mas também epistemológicos, na medida em que constroem uma estética própria, que permite pôr em primeiro plano as imagens e as *performances* em detrimento da explicação e da interpretação. Nos fotogramas, recursos fílmicos, como montagem e justaposição, são utilizados para construírem um enredo que mostra tanto a ação dos catadores a partir das imagens quanto as próprias imagens em ação.

O "MUNDO DE IMAGENS" DOS CATADORES EM JARDIM GRAMACHO

Em uma das primeiras vezes que fui a Jardim Gramacho, guardei na memória uma conversa reveladora a respeito das imagens. Eu e Vitória conversávamos demoradamente sempre que surgiam pausas em suas atividades. Nessa ocasião específica, ela contava da época em que o documentário *Estamira* (2005) fora gravado no aterro de Jardim Gramacho. Segundo sua narrativa, quando o fotógrafo Marcos Prado chegou lá, ninguém aceitava ser filmado, e ela fugia, assim como a maioria dos demais. Perguntei-lhe então o motivo pelo qual as câmeras não eram bem-vindas, ao que Vitória respondeu: "Eu não tô aqui pra servir de exemplo de miséria. [...] não tem poesia na miséria. Só tem poesia se você não vive nela. Não é por causa de uma fotografia que a miséria fica bonita".

Em outro momento, Leila, sem que eu direcionasse a conversa, também abordou o tema das imagens: "Hoje o catador se mostra mais, né? O catador se escondia. Se chegasse uma filmagem... Falou em tirar uma

foto do catador, dava até briga, entendeu? O catador se escondia das câmeras. Eu também era uma que não podia ver uma câmera que eu me escondia". Ela citou ainda o cineasta Eduardo Coutinho e a gravação do seu documentário *Boca de lixo* (1992), rodado em um vazadouro de resíduos de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Leila contou que tinha 9 anos e já trabalhava na feira para ajudar em casa. Na ocasião em que conversávamos, ela tinha 30 anos e afirmou não se recordar muito bem da época de gravação do filme.

> Tem muitos anos, eu só me lembro do filme porque veio agora esse negócio de documentário, aí as coisas voltam, né, na memória. O filme deu um ibope bom pra reputação do catador, mas mesmo assim o catador ainda continuou abandonado. Na minha casa, mesmo no tempo desse filme, não tinha televisão.

Perguntei se, em sua opinião, esse primeiro filme teria ajudado o catador, e ela me respondeu: "Eu tenho certeza de que não ajudou nada, porque o catador só foi visto agora. O catador hoje tá na moda porque é agora. Mas o catador continuou abandonado, lutando pra poder trabalhar, entendeu?"[2]

"As imagens se movem através da vida dos povos andinos de diversas formas." Essa afirmação, que introduz a análise de Deborah Poole (2000) sobre o que chamou de "mundo andino de imagens", poderia servir adequadamente para descrever o universo de Jardim Gramacho. Expondo o problema político da representação, Poole afirma que a experiência etnográfica despertara sua "curiosidade sobre as formas pelas quais as imagens e as tecnologias visuais atravessam as fronteiras daquilo que com frequência entendemos como culturas e classes diferentes e separadas" (p. 3).

A ideia de "mundo de imagens" permite pensar uma *política da representação*. Por entender os atos de ver e representar como meios de intervir no mundo, Poole (2000) destaca a natureza simultaneamente material e social da visão e da representação, cunhando o termo "economia

2 Em M. R. Lima (2019), retomo esse episódio ao analisar o filme de Eduardo Coutinho como um marco das representações sobre o lixo, os catadores e os espaços urbanos dos lixões e aterros.

visual" para analisar a complexidade e a multiplicidade envolvidas em mundos de imagens específicos. Essa economia visual se daria a partir de três níveis de organização: o da produção, que abrange tanto os indivíduos como as tecnologias que produzem imagens; o da circulação de mercadorias, em que as imagens são pensadas mais apropriadamente como imagens-objeto visuais; e, por fim, o nível da recepção, no qual as imagens são apreciadas e interpretadas, num processo em que devemos deixar de lado o seu "significado" para questionarmos como elas adquirem *valor*.

Essas considerações ajudam a emoldurar o quadro de análise do universo dos catadores de materiais recicláveis em Jardim Gramacho. Dentre as múltiplas linguagens e mídias pelas quais as informações e as imagens circulam cotidianamente, destaco o cinema para refletir sobre o "mundo de imagens" específico daqueles trabalhadores. A ocorrência de eventos como a produção de filmes e suas consequências simbólicas e materiais constituem uma *biografia imagética* desse universo, que afeta de diversas formas tanto a trajetória dos sujeitos envolvidos quanto a do próprio aterro como paisagem, ou, mais apropriadamente, como cenário.

As imagens aqui são entendidas como mais um tipo de objeto dentre aqueles circulantes no contexto dos catadores de Jardim Gramacho. Elas têm capacidade agentiva, criam afetos, produzem efeitos, são performativas, não são matéria inerte. No entanto, não são coisas como PET e papelão, pois apresentam características próprias da materialidade de uma substância distinta. Sob o prisma da capacidade de circulação, essas qualidades – como fluidez, alcance e reprodutibilidade – se mostram muito potentes: as imagens, podemos dizer com Freedberg (1989), são poderosas.

A criação de imagens a partir de produções cinematográficas em Jardim Gramacho não apenas tornou familiar o "estar em frente às câmeras", mas também engendrou ali a multiplicação de iniciativas midiáticas, que alimentavam uma dinâmica de "devires imagéticos" (Gonçalves; Head, 2009) com desdobramentos para a própria história da localidade. Não empreendo uma extensa análise dos documentários sobre o tema dos resíduos e dos catadores, mas indico algumas questões pontuais trazidas por essas imagens como instrumentos de (re)criação de valores simbólicos e materiais, assim como outros efeitos concretos acarretados nesse contexto etnográfico.

Os filmes em destaque são bastante significativos da visibilidade adquirida pelo local e pelos sujeitos que ali atuavam. De todo o elenco de atores envolvidos nas negociações em que o aterro de resíduos era o objeto de disputa central, os catadores eram os mais atingidos pelas mudanças que se anunciavam e pelo novo cenário que estava sendo forjado. Eles perderiam, pois, o acesso direto à fonte de matéria-prima, isto é, aos bens comuns constituídos pelos resíduos, que se revertiam em sua principal renda e representavam para muitos uma alternativa, ou refúgio, ao trabalho assalariado (O'Hare, 2017).

Esse processo de indefinição e negociação que acompanhei durante quinze meses foi documentado e noticiado de diversas formas. Para além do cinema, produziu-se uma infinidade de reportagens de jornal impresso e digital, matérias em *blogs* e em *sites* governamentais, entrevistas com representantes dos catadores e de outras instituições envolvidas, campanhas publicitárias de empresas privadas e campanhas educativas para a sociedade civil sobre o tema dos resíduos, além de seminários e fóruns cujos conteúdos foram registrados e disponibilizados na internet. Essas informações e imagens eram difundidas no território fluido do mundo digital, assim como eram múltiplos os canais e mídias através dos quais era possível "entrar em contato" com o universo dos catadores de Jardim Gramacho. Esse contato operado pela imagem não constitui uma mera figura de linguagem, mas deve ser entendido como uma mediação concreta, exemplificada pelo meu próprio caso. Depois de assistir a dois documentários sobre o local, fui levada a tomar a decisão de conhecer Jardim Gramacho pessoalmente e avaliar as possibilidades de ali estabelecer o campo para a pesquisa.

As inumeráveis "tecnologias do olhar" existentes na atualidade se destacam menos pela configuração de um processo ordenador ostensivo, que atuaria como mecanismo de controle, do que pela oferta constante de pontos de vista, que se interpõem entre o eu e o mundo (Xavier, 2003, p. 57; Cardoso, 2014). O incremento do aparato tecnológico de (re)produção audiovisual, com progressiva mobilidade, compactação e conectividade, aprofunda o processo identificado por Benjamin (1975) em relação às consequências do surgimento do cinema e sua capacidade de reprodutibilidade técnica.

A difusão de tais tecnologias e o amplo acesso a elas na contemporaneidade produzem ainda outros efeitos. A experiência com câmeras, registros fotográficos e produções audiovisuais permitiu aos catadores saírem da posição de objeto diante das lentes e passarem à condição de sujeitos de suas próprias imagens. Munidos de aparelhos celulares ou câmeras portáteis, eles também passaram a participar como criadores da profusão de registros do universo da catação e a fazer circular suas imagens de Jardim Gramacho, retroalimentando a dinâmica desse devir e os próprios contornos da biografia imagética do local.

O cinema documentário costuma ser concebido pelo senso comum como o registro fiel de uma realidade. Todo filme, no entanto, de ficção ou não, fornece um prisma particular, uma dentre muitas maneiras possíveis de enxergar determinada situação. Esses olhares que o cinema apresenta são construídos através de uma série de técnicas: a forma de enquadrar uma cena, o modo como ela é iluminada, o tipo de foco, a distância e a angulação nas quais os objetos são captados, sem contar o processo de edição das imagens após a gravação, em que cortes, reordenações de falas, inserção de trilhas sonoras, narrações, dentre outros recursos, são trabalhados.

Dessa forma, cada filme é produto do olhar de seu criador e também da relação que este estabeleceu com as personagens no momento em que a gravação era um evento em aberto. Cada diretor, com sua equipe, constrói uma "lente específica" a partir da qual podemos alcançar uma ideia, ter acesso a informações, histórias e pontos de vista, passando a conhecer universos diferentes, capazes de modificar nossa compreensão e as formas pelas quais enxergamos o mundo.

A breve apresentação dos documentários a seguir busca ilustrar algumas formas pelas quais os resíduos e os catadores foram tematizados pelo cinema. Assim, é possível identificar determinadas transformações nos modos de representação dessa categoria, que refletem processos de (res)significação de sua figura e de sua atividade ocupacional. Para além da construção de representações sobre o universo da catação, o evento fílmico operou a transformação de pessoas em personagens, de lugares em cenários e de histórias em enredos. Gerou efeitos concretos que incidiram nas maneiras como a atividade da catação e a economia da reciclagem se (re)configuraram com o fim do aterro.

PROJEÇÕES DE CINEMA

No documentário *Boca de lixo*, de Eduardo Coutinho, cujo cenário é o vazadouro de Itaoca – local conhecido como um "lixão" de São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro –, há muita resistência das pessoas em se mostrarem diante das câmeras e de falarem abertamente. Essa postura dos catadores foi interpretada como uma consciência sobre o tipo de apropriação desqualificadora que a mídia costuma fazer das imagens do lixo, atualizando o estigma da situação "desumana", de miséria e degradação, daquelas pessoas pela proximidade com os resíduos (Lins, 2004). Ao longo da filmagem, Coutinho vai vencendo essas barreiras e desenvolvendo uma relação mais próxima com aqueles que serão seus personagens. Sua narrativa vai desenhando um quadro a partir do qual emerge uma diversidade entre os catadores. O documentário mostra suas práticas como um trabalho digno, e as pessoas descrevem sua ocupação e as preferências sobre os tipos de materiais a serem coletados, descortinando a dimensão econômica da atividade e suas formas de organização. Ao exibir momentos de descontração, laços de amizade e locais de moradia, o filme opera a humanização das personagens para além da construção de tipos sociais e provoca uma mudança nos sentidos atribuídos aos catadores e aos espaços e atividades relacionados aos resíduos.

O documentário *Estamira*, de Marcos Prado, passa-se no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e traz como personagem principal uma catadora, cujo nome dá título ao filme. Apesar de estarem envoltos em circunstâncias tão parecidas, *Boca de lixo* e *Estamira* apresentam diferenças significativas entre si, o que se deve, principalmente, às singularidades da personagem de Prado e sua situação limítrofe. A protagonista é diagnosticada clinicamente como portadora de distúrbios mentais, com um histórico de vida permeado por episódios trágicos, de abusos e violências. As imagens mostram que, além de catar, ela dormia em meio aos resíduos, passando a semana no aterro, de onde também retirava os alimentos para comer. Antes de apresentar esse quadro e a história da personagem, o diretor põe o espectador em contato direto com o discurso, a voz e a linguagem de Estamira: "Por vários minutos, permite-se que ela fale suas profecias, deixando que seu vocabulário tome forma, antes de

introduzir as opiniões de seus descendentes e os 'fatos' de sua existência" (Jaguaribe, 2011, p. 194).

Vamos, assim, estranhando e descobrindo ao mesmo tempo sua oratória e sua maneira de pensar, por vezes carregada de crítica e lirismo; uma filosofia que tangencia a poesia, a moral e a razão, em que a fronteira entre a insanidade e a lucidez, a sensatez e a incongruência, é posta em questão. Ao habitar e tensionar esses limites – entre o normal e o anormal, o social e o antissocial, o aceitável e o inaceitável –, *Estamira*, que não se enquadrava nos padrões sociais esperados e conhecidos, faz uma crítica aos valores vigentes na sociedade contemporânea:

> Eu transbordei de raiva com tanta hipocrisia, com tanta mentira, com tanta perversidade. [...] As doutrinas errada, trocada, ridicularizou os homens, ridicularizou mesmo. Fez do homem pior do que um quadrúpulos. [...] Eu não admito as ocorrências que existe, que tem existido com os seres sanguíneos, carnívoros terrestres.

Diante de todo o contexto, e apesar dos procedimentos estéticos inseridos na narrativa, o filme não supera em seu quadro geral os sentidos negativos associados aos resíduos, aos espaços e às pessoas ligadas a eles. Aliado aos estigmas da loucura, o filme termina por reforçar a ideia de marginalidade, de exclusão e do aterro como um universo desumano à parte da sociedade.

Com o mesmo cenário – o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho –, o documentário *Lixo extraordinário* (2010), de Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley, apresenta um quadro diverso daquele composto pela protagonista de Prado. Comparando os dois filmes, podemos dizer que há uma mudança significativa na maneira de encarar a figura do catador. A visão apocalíptica de *Estamira* continua a fornecer uma perspectiva marginal ante a tarefa de compreender o universo mais amplo dos catadores e seu trabalho. Já em *Lixo extraordinário*, a personagem principal é o artista plástico Vik Muniz, e a narrativa se desenrola consoante a execução do seu projeto de criar obras de arte feitas com resíduos, cuja ambição é "mudar a vida de grupos de pessoas com o mesmo material com que eles lidam no dia a dia". Para conseguir realizar seu objetivo, Muniz se envolve com os catadores da localidade, conhece as lideranças e representantes da categoria, assim como outros âmbitos e espaços re-

lacionados a esse trabalho. Com a ajuda dos catadores, Muniz forma retratos em painéis com materiais do aterro, produzindo obras de arte que são expostas e vendidas.

Embora o projeto do artista traga implícita a ideia de que a mudança ansiada dependeria de pessoas e fatores externos ao próprio universo dos catadores, colocando-os como objetos da transformação, e não como seus agentes (Millar, 2012b), o documentário põe em relevo a dimensão política da atividade daqueles trabalhadores e retrata as questões que os mobilizam, além de outros espaços relacionados a esse trabalho, como a associação. O catador passa a ser enquadrado não mais ou unicamente pela via da marginalidade e da exclusão social, mas da organização política, emergindo como uma categoria profissional que luta por seus direitos.

Dessa forma, o documentário protagonizado pelo artista plástico aponta novos espaços e práticas relativos ao trabalho dos catadores e intervém diretamente no cenário retratado, gerando efeitos ambíguos que incidem de distintas formas sobre os envolvidos e o local. A narrativa fílmica exerce agência, sobretudo, na projeção dos representantes de catadores, o que traz visibilidade e legitimidade para as lideranças do bairro.

DE QUEM É A FACE? LIDERANÇA, VISIBILIDADE E ASSIMETRIAS

A posição de liderança e seu exercício no universo de Jardim Gramacho são circundados por dificuldades e dilemas. A seguir, enfocamos a figura de Chico, presidente da associação, que não ocupou lugar expressivo na narrativa até aqui. De fato, sua ausência recorrente pode ser apontada como um elemento significativo a seu respeito. Sua presença pôde ser sentida com mais intensidade através da falta. Esse dado aponta para a rotina cotidiana que envolvia o trabalho das lideranças em meio ao tenso processo de negociações e de transição vivido pelos catadores na época do acompanhamento em campo.

A figura dos líderes e o exercício da liderança colocam uma gama de problemas de pesquisa, como, por exemplo, “as modulações em pessoas e situações de um conjunto complexo e articulado de propriedades sociais, emoções, formas de ser, de agir e de se relacionar com os outros que fazem de alguém um líder” (Neiburg; Nicaise; Braum, 2011, p. 21). Nesse

sentido, é preciso entender as dimensões que organizam o universo das lideranças e os elementos que fazem alguém ser reconhecido como tal em determinados contextos e interações.

Para contextualizar a figura de Chico como uma liderança, devemos remontar à biografia imagética de Jardim Gramacho, cuja dinâmica de produção de imagens proporcionou ao futuro presidente ganhar visibilidade e alcançar uma projeção sem precedentes dentre os representantes de catadores da localidade. Ao se tornar uma das personagens retratadas em uma produção cinematográfica de grande repercussão, a figura de Chico ganhou considerável capital simbólico, pois sua imagem se tornou conhecida e adquiriu valor, estampando campanhas publicitárias e outras iniciativas. Esse processo não ocorreu sem gerar uma série de ambiguidades, acentuando a já difícil posição de liderança diante do imperativo de *representar*.

O cotidiano de Chico era repleto de viagens, palestras em escolas, seminários sobre "sustentabilidade", encontros de catadores, reuniões com autoridades, declarações para a imprensa, enfim, compromissos que exigiam sua presença em lugares diversos.[3] A projeção alcançada por sua imagem, aliada a seu carisma e a habilidades retóricas e políticas, permitiu que ele circulasse por esses espaços de forma mais intensa e com maior alcance, e sua atuação ganhou novas dimensões. Ele teve a oportunidade de viajar para o exterior e conhecer os EUA e diversos países na Europa; chegou mesmo a participar da cerimônia do Oscar por sua atuação no filme. A transformação de Chico em uma figura pública permitiu que ele tivesse inserção e trânsito no governo federal, assim como lhe deu acesso a representantes de entidades diversas que constituíam potenciais parcerias.

Essa posição implicava responsabilidades que geralmente vinham acompanhadas de cobrança e pressão. Para Vitória, seu irmão sabia lidar bem com a responsabilidade e com a oscilação entre os mundos extremamente diferentes pelos quais circulava. Como exemplo, ela citou o fato de Chico já ter jantado com o ex-presidente Lula e ter frequentado

3 Nesse aspecto, o contexto de Jardim Gramacho mostra consideráveis semelhanças com a descrição de Neiburg, Nicaise e Braum (2011) do que ocorria em Bel Air, Porto Príncipe, Haiti.

festas da *Playboy* a convite da diretora da revista. No entanto, embora a rotina o obrigasse a transitar todo o tempo entre universos discrepantes, Chico não havia deixado Jardim Gramacho; ao contrário, continuou trabalhando na associação, mobilizando esforços e energia pela causa dos catadores e morando em Duque de Caxias.

O caso de Chico, por ser paradigmático, ajuda a realçar determinadas características que marcam a figura da liderança, como: a *mediação*, aspecto central daqueles que atuam politicamente e exercem o papel de representantes; a circulação e tradução entre mundos diferentes; e a capacidade de articulação, de constituição de contatos e relações. Embora as lógicas e os sentidos sociais e simbólicos assumidos pelas práticas de mediação se diferenciem segundo suas especificidades socioculturais e históricas, essas são qualidades importantes e prezadas em uma liderança em contextos bastante distintos, como o das associações comunitárias (Neiburg; Nicaise; Braum, 2011), o da política partidária (Kuschnir, 2007) ou o das populações indígenas (Albert, 2002; Clastres, 2003).

Outro ponto significativo da posição de Chico foi colocado por Goffman (1988, p. 35), ao tratar do que pode ser chamado de "profissionalização dos representantes de uma categoria estigmatizada", os quais, com o tempo, teriam se ocupado totalmente da própria atividade de representação e da movimentação constante que ela implica. Assim, a ausência de Chico é atribuída a sua conversão em um representante profissional da categoria, o que nos ajuda a apontar um dos principais problemas da posição de "profissional", responsável por deflagrar um paradoxo. Por ser um representante, seu cotidiano de trabalho se profissionalizou, promovendo seu afastamento em relação à própria categoria representada, que tende a ter cada vez menos elementos para identificar o líder como um "igual".

Ao pensarmos no caso aqui tratado, não fica difícil compreender que a rotina de Chico e a de um catador da rampa, ou mesmo da associação, que não exercesse qualquer cargo administrativo, eram radicalmente distintas.[4] Essa discrepância já estabelece certa assimetria entre

4 Em M. R. Lima (2018), argumento que a posição dos catadores em distintos arranjos laborais na economia dos recicláveis influenciava a postura política e o tipo de reivindicação que adotavam diante dos recursos em disputa na questão do encerramento do aterro.

representantes e representados. O caso de Chico envolve ainda outros elementos que acentuam essa desigualdade inicial, sobretudo o fato de que ele não tivera muito contato com a rampa na rotina de trabalho, o que levava, inclusive, a acusações do tipo: "Ele não sofreu o que a gente sofreu na rampa; já começou na diretoria da cooperativa". Com a grande projeção e visibilidade alcançadas, que possibilitaram a Chico circular no exterior e o consolidaram como uma figura pública, as assimetrias se aprofundaram ainda mais.

No capítulo anterior, descrevemos a atividade de gestão da associação, que não se separava da dinâmica das relações interpessoais. Vimos que alguns dos nódulos geradores de conflitos nesse contexto eram a ausência de informação precisa sobre a gestão e a indefinição sobre os critérios de partilha dos recursos coletivos, o que gerava desconfianças e acusações quanto à possível apropriação indevida desses recursos para fins pessoais. A partir da acusação de que se usava "o nome do catador" para a obtenção dos recursos que supostamente eram apropriados de maneira individual, uma problemática da representação era assinalada.

Com base no caso de Chico, podemos analisar esse problema por outra ótica, já que a questão apresentada pelos associados, em tom acusatório, de que os representantes se utilizavam "do nome" do catador para conseguir recursos parece ter afinidade com os dilemas colocados pela visibilidade de Chico. Pela projeção e valorização de sua imagem, o presidente da associação abria uma série de oportunidades e por vezes obtinha ganhos concretos. Fosse com publicidade, através de convênios, ou com a participação em eventos, palestras e programas de TV, ou ainda de outras formas, sua imagem foi projetada, circulou amplamente e se valorizou. O problema se coloca precisamente quando entendemos que, se os representantes falam "em nome" dos catadores, o inverso também é verdadeiro, e os representados são (re)conhecidos "pela imagem" daquele a quem foi incumbido o papel de representá-los.

Como Chico representava a categoria e seu rosto, de certo modo, metonimizava os catadores do país, sobretudo os de Jardim Gramacho, os dilemas de propriedade se colocavam também em relação à sua imagem pessoal. Em que medida os ganhos obtidos a partir de sua pessoa e de sua imagem deveriam ser partilhados entre toda a categoria? Nesse

cálculo complexo, como avaliar ou mensurar alguma divisão desse tipo de recurso ou bem? A partir de quais critérios morais, éticos ou objetivos essa partilha poderia ser estabelecida ou reivindicada?

Essas questões não são simples e se somam aos inúmeros episódios nos quais alguma das partes se sentia lesada na divisão dos recursos. Tais episódios eram forjados em um contexto de representação e de propriedade coletiva, e implicados em uma concepção jurídica segundo a qual os catadores organizados em associações são concebidos como "sujeitos coletivos". Certa vez, em um almoço, Vitória e Sabrina comentavam sobre Chico e sua representatividade. Vitória apontava a legitimidade do irmão como liderança, dando como exemplo o fato de que, quando ele falava, conseguia chamar a atenção das pessoas. Nas manifestações, ainda que a maioria imaginasse se tratar de um dia de folga, para conversar e tomar cerveja, quando Chico discursava, mesmo que por quinze minutos, as pessoas escutavam. Já na opinião de Sabrina, Chico pensava "até demais na categoria", embora "não precisasse daquilo" e pudesse seguir sozinho – ou seja, embora conseguisse ganhos exclusivos para si. Ela se referia às insistentes reclamações dos catadores com a associação, e dizia: "Ele faz tudo por isso aqui, mas não tem reconhecimento das pessoas". Ainda assim, ele seguiria lutando não somente por si próprio, mas por toda a categoria; categoria que, no entanto, estava longe de ser homogênea. Mesmo no âmbito mais restrito da associação, a heterogeneidade dos catadores estava presente, e o problema da representação se impunha.

Podemos dizer, *grosso modo*, que, no capítulo antecedente, a análise se deteve na "política interna", enfocando os conflitos vivenciados pelos catadores no interior da associação. Neste capítulo, abordamos a "política externa", com a ampliação da escala da associação para o aterro, o que compreende a totalidade dos catadores que atuavam no local. Com esse deslocamento, ficará evidente que a problemática da representação e os conflitos a ela associados, ao contrário de se resolverem ou amenizarem, irão se aprofundar e tornar mais dramático o desafio de mediação e negociação com o mundo "exterior" pelas lideranças. A dificuldade que se apresentava, portanto, não era a de se chegar a uma situação harmônica ou a uma posição homogênea e coesa, mas, sim, a de se alcançar um mínimo de concordância diante da flagrante diferença que atravessava

aquele universo – prerrogativa para que uma solução que atendesse a todos pudesse ser pleiteada e tivesse êxito.

Esse deslocamento de foco do contexto das organizações de catadores para a rampa como um todo, em termos numéricos, corresponde à passagem de uma centena de pessoas para aproximadamente 1,5 mil trabalhadores. Se os ruídos de comunicação, a falta de informação e a dificuldade de convergência já se faziam sentir no âmbito da associação, quando passamos a considerar a totalidade dos catadores que compunham a atividade no aterro, esses problemas se potencializam e complexificam significativamente.

Dois pontos já mencionados merecem revisitação: a desconfiança suscitada pelas organizações e pelo modelo cooperativista entre os catadores da rampa e, aliada a isso, uma aversão aos mecanismos disciplinadores, o que também poderia ser traduzido em termos de valorização da autonomia individual. Nesse sentido, a recusa à formalização e à adesão a organizações revela não apenas uma falta de identificação ou de empatia com lideranças específicas, mas também uma negação do caráter representativo, uma certa resistência à oficialidade do Estado e à imposição de seu modelo, com seus dispositivos de disciplina e controle, que buscavam transformar ou extinguir o universo da rampa.

Não se trata, porém, de negar a existência de ordenação, de regras e de um conjunto de práticas organizadas e complexas do trabalho exercido pelos catadores. Pelo contrário, muitos deles pareciam (re)afirmar esse mundo ao se posicionarem contrariamente às medidas previstas na lei e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), como o fechamento do aterro e a implantação do modelo cooperativista. Nesse sentido, a lógica dos catadores e o desejo de permanecerem naquele território se traduziam em uma conduta "contra o Estado" (Clastres, 2012), em uma postura ativa diante do seu poder coercitivo.[5]

Se muitos na rampa não queriam sequer ser representados – passando a existir para o Estado através de cadastramentos, registros, iden-

5 A. C. Marques (2011, p. 649), ao pesquisar brigas de família no sertão de Pernambuco, sugeriu a possibilidade de encontrar "socialidades contra-Estado no seio mesmo de sociedades de Estado, e assim buscar formulações que ajudem a transpor o abismo que as separa".

tificação, dentre outros procedimentos –,[6] no contexto de disputa ante o desmantelamento daquele espaço, que se anunciava cada vez mais próximo, não havia para os catadores caminho alternativo à negociação com o Estado para a reivindicação de direitos e a obtenção de possíveis ganhos (ou compensação pelas perdas). Nesse processo, repleto de idas e vindas, de reviravoltas, expectativas e desesperanças, os catadores reconheciam as potencialidades da imagem como instrumento de barganha, pressão, negociação e luta. A biografia imagética da localidade e a trajetória de Chico eram claras demonstrações dos poderes agentivos e da capacidade produtiva da imagem, fato explicitamente assinalado pelos representantes da categoria.

Se a projeção e a visibilidade de Chico funcionavam muitas vezes como recurso estratégico na mediação com agentes externos, configuravam-se ao mesmo tempo como um grande complicador na articulação interna dos catadores e em sua possível "união". No próprio âmbito das cooperativas, as fendas que existiam levavam as lideranças a atuar na mediação permanente daquela realidade para que os laços não se rompessem de vez, ou mesmo para que se criasse a possibilidade de um desfecho comum capaz de contemplar a totalidade dos catadores.

Uma das maiores dificuldades que se apresentava, para além das desconfianças e das distâncias estabelecidas pelas assimetrias, era a superação dos ruídos de comunicação e a gestão de informações fidedignas entre os catadores. No contexto da rampa, era muito difícil convencê-los a se inteirarem das etapas em andamento e das negociações em jogo. Nesse sentido, a rampa funcionava como uma "caixa de dissonância" – metáfora para expressar o ambiente do aterro, no qual ruídos e rumores eram disseminados e amplificados –, que tornava a tarefa de qualquer catador que buscasse informar e representar um desafio altamente complexo.

Nesse cenário, no entanto, não atuavam apenas catadores e seus representantes; o elenco era extenso e diversificado. Forças e interesses diversos se aproximavam na disputa pelas coisas valiosas que o ater-

6 Muitos catadores na rampa expressavam o desejo de permanecerem invisíveis naquele espaço, onde tinham a oportunidade de fazer renda e reconstruir suas vidas, independentemente de seus históricos. Muitos manifestavam essa vontade com a frase: "Meu passado condena".

ro tinha a oferecer. De um lado, estavam as materialidades recicláveis, matéria-prima e fonte de riqueza dos catadores; de outro, o gás metano produzido por essas materialidades e explorado pela empresa que ganhara o último contrato de licitação do aterro, no qual o encerramento das atividades estava previsto. Na tentativa de mediação atuava o poder público em suas três esferas – municipal, estadual e federal –, cujos representantes tampouco partilhavam dos mesmos interesses ou atuavam de modo convergente nas negociações. Como alternativa de mediação, também participava do processo um conjunto de ONGs, entidades civis e fundações diversas, que agiam, quando necessário, como possíveis representantes jurídicos dos catadores. Somavam-se ao grupo ainda os já mencionados agentes da mídia, em suas múltiplas facetas, representados por jornalistas e repórteres de TV nacional e internacional, de jornais impressos, de *blogs* e da mídia independente, além de documentaristas, pesquisadores e outros. O desfecho da trama, que escreveria mais um capítulo da biografia daquele espaço, estava em suspenso.

Para desenvolver esse enredo, a análise recorre a instrumentos conceituais e narrativos que conjugam política e imagem em uma mesma reflexão. Se a política se faz a partir do visível (Rancière, 2009), o aterro de Jardim Gramacho parecia o contexto mais adequado para se discutir a luta política dos catadores. Nesse espaço, precisamente, e através da visibilidade produzida em seu entorno, o exercício da representação e as estratégias de ação dos catadores nos embates travados se dariam em grande medida pela imagem.

FIGURAÇÕES DO REAL

A análise que alia imagem e política encontra seu ponto de partida na experiência etnográfica. Ao longo dos quinze meses de campo, acompanhei o processo de negociação dos representantes dos catadores para a construção de um plano de encerramento do aterro que estabelecesse garantias e viabilizasse alternativas de trabalho e geração de renda para a categoria. Durante esse tempo, participei de dezenas de reuniões em diferentes lugares, embora a associação tenha abrigado a maioria delas.[7]

7 Ao longo de todo o trabalho de campo, entre os anos de 2011 e 2012, incluindo todas as modalidades de reunião na associação, na Secretaria Estadual do Ambiente e no

Uma opção para realizar o debate sobre esse processo seria mergulhar no extenso material de pesquisa que obtive – as anotações de todas as reuniões e a centena de horas de gravação de seu áudio – e fazer uma descrição detalhada e cronológica dos diálogos, propostas, discussões e encaminhamentos no decorrer de todos esses meses.

Escolhi, no entanto, seguir uma direção menos convencional, mesmo porque muito do que foi discutido nessas reuniões, como ficou evidente mais tarde, não teve resultados concretos. No cerne de toda essa mobilização, encontrava-se o aterro de resíduos, alvo das disputas. A escolha por fazer uma narrativa densa sobre as reuniões de negociação significaria deixar de fora da análise algo que era central em todo o processo. Por isso, neste capítulo, a narrativa privilegia o material etnográfico proveniente da minha relação com o espaço do aterro, que se deu através das imagens. Ele contempla desde minha decisão de conhecer Jardim Gramacho, após assistir aos documentários, passando pelo evento que me motivaria a obter as autorizações para fazer pesquisa ali, até a produção de um filme ficcional, em que os catadores do aterro atuariam como figurantes.

O acompanhamento de três dias de gravação, portanto, corresponde à minha inserção etnográfica na rampa. Esse evento introduz a narrativa etnográfica do capítulo e expõe aspectos centrais que são aprofundados ao longo do texto. Com essa atividade, pude ter uma compreensão mais abrangente de tudo o que estava envolvido nas negociações e ter contato direto com os catadores da rampa, para além daqueles pertencentes às organizações da localidade. Pude perceber nitidamente, assim, a diversidade de pontos de vista que apresentavam quanto ao fechamento do aterro, assim como as expectativas que nutriam em relação ao espaço de trabalho.

Ao participar do evento fílmico, eu não apenas acompanhei os catadores por meio da observação *in loco*, como também optei por radicalizar a experiência com as imagens, levando uma câmera para o campo e tornando-me um vetor a mais de produção audiovisual naquele contexto.

Fórum Comunitário, voltadas para o encerramento do aterro ou outros fins, acompanhei cerca de quarenta encontros – uma fração reduzida do total que os próprios representantes frequentavam.

Eu forjava, assim, uma situação etnográfica que me permitia observar diretamente a atuação dos catadores diante das câmeras e a própria agência desse objeto, que se tornava um ator naquele cenário ao provocar as pessoas, criar situações e produzir relações.

Participando desse evento ao lado dos catadores e portando uma câmera, consegui perceber as formas pelas quais eles demonstravam consciência das potencialidades das imagens, que procuravam explorar através de diferentes jogos. Ficava nítido que, para muitos, a visibilidade se apresentava como recurso e instrumento político, um meio de ensaiar possibilidades e oportunidades que poderiam ser abertas por intermédio da câmera e de seus efeitos. A partir desse episódio, a proposta de conjugar imagem e política em uma mesma análise tomou forma, mediada pela ideia-chave de *representação*. Esta abarca em seu campo semântico tanto o universo das artes como o da política, além do próprio debate epistemológico das ciências sociais – três dimensões que estão, portanto, articuladas pela e na narrativa etnográfica.

Ao longo do capítulo, não exploro a ideia de representação como um objeto ou produto de uma atividade, mas como um exercício, como a própria atuação dos sujeitos em um cenário específico – e, neste caso em particular, em meio a um drama. Nesse sentido, as imagens, o teatro e a política se encontravam à medida que os sujeitos representavam papéis. Por esse prisma, o aterro era o cenário onde os atores exerciam o papel de catadores, seja por meio das atividades cotidianas da economia da reciclagem, seja por meio das negociações nas quais o plano de encerramento do aterro estava em disputa, ou ainda por meio da atuação para um filme ficcional ou etnográfico. Essa estratégia apresentou a vantagem de deslocar a atividade de representação de esferas exclusivas – política e artística –, evitando que se restringisse às lideranças ou àqueles que participaram da produção cinematográfica.

Turner (1988, 2008), Goffman (2002), Geertz (1990) e outros autores enriqueceram as teorias sociológicas e antropológicas a partir da interface com o teatro. “Drama”, “ator” e “cena” foram alguns dos conceitos inspirados pela linguagem das artes e que abriram espaço para o campo de estudos da antropologia da *performance*. Diferentes tendências, perspectivas e abordagens coexistem em torno da *performance*, conforme apontaram Hartmann (2005) e Langdon (2009) ao traçarem um panora-

ma teórico da noção. Como recurso analítico e narrativo, a *performance* possibilita apreender os fenômenos sociais e culturais em seu movimento constitutivo, suas manifestações expressivas em um "evento" (Bauman, R., 1977), através de encenações, gestos e falas singulares.

Essa noção permite conjugar processos e eventos que de outro modo tenderiam a ser analisados separadamente, como, por exemplo, o trabalho da catação, a atividade de negociação política centrada no fechamento do aterro e a participação em uma produção audiovisual. Goffman (2002) enfatiza a incorporação do paradigma da representação nas atividades rotineiras e evidencia um teatro cotidiano mesmo nas ações mais fortuitas, como apresentar-se publicamente a alguém desconhecido.

Se esse teatro da vida cotidiana constituía o alvo do empreendimento teórico de Goffman, outros autores, como Turner, enfocavam a liminaridade, os eventos extraordinários em que os papéis rotineiros eram postos em suspenso – como os rituais. Conciliando as duas abordagens com o pensamento de Walter Benjamin, Dawsey (2005) propõe um metateatro cotidiano, a partir do acompanhamento de trabalhadores boias-frias no estado de São Paulo. Nesse metateatro, a conduta performática dos trabalhadores, envolvidos em brincadeiras e encenações nos canaviais e carrocerias de caminhões, produzia um estranhamento em relação ao cotidiano. Na medida em que a experiência de "cair na cana" e virar boia-fria se apresentava como um rotineiro estado de exceção, o teatro dos boias-frias, através do riso e de um olhar dirigido às margens, atento aos elementos residuais, operava uma "alienação da alienação".

A antropologia da *performance*, assim, possibilita a extensão desse olhar atento a gestos, atuações e encenações para os mais variados universos sociais, especialmente por estar ancorada na noção de experiência: "Trata-se não apenas de pensar a *performance* enquanto expressão, mas também de pensar a expressão enquanto momento de um processo, ou melhor, de uma experiência" (Dawsey, 2005, p. 26). A *performance* como aparato conceitual permite pôr em relevo as experiências múltiplas vivenciadas nesse contexto pelos sujeitos, cuja atuação se desenvolvia de maneiras particulares, as quais, longe de seguir um roteiro prévio, operavam a própria construção da trama aberta que se descortinava.

As *performances* dos catadores no aterro efetivavam suas diversas *atuações* em um mesmo cenário, de modo que todas essas representações

fossem incorporadas na produção da realidade que viviam, em um movimento de apropriação radical que parecia operar na direção da imanência.[8] Na proposta de pensar a *representação* como exercício, as atuações dos catadores, que se iluminam e ganham sentido através da chave conceitual da *performance*, também se desenvolvem em um cenário específico: a *arena*, que, como palco de rituais, espetáculos e batalhas, foi escolhida como imagem adequada para a reflexão sobre o aterro de Jardim Gramacho.

Ao proporem uma agenda de pesquisa centrada na "etnografia da vida associativa", Cefaï *et al.* (2011) partem da ideia de "arenas públicas" e defendem que a reflexão sobre o tema deve passar por etnografias de situações de prova, de emergência e de crise, de litígio ou de disputa, de processo ou de controvérsia. Para os autores, trata-se de, "à maneira do cineasta", "seguir os cursos da ação em vias de se fazer e de mostrar como esses cursos de ação se encadeiam uns aos outros numa arena pública". Nessa arena, articulada por intermédio das formas de mobilização coletiva, dos estados da opinião pública e dos dispositivos da ação pública, a *visibilidade* assume grande importância, na medida em que "uma parte dos espaços públicos está hoje midiatizada pela mídia de massa" (p. 39-43).

Pensar o aterro de Jardim Gramacho como uma arena acentua a articulação das dimensões imagética e política e chama a atenção para o fato de que nela estava sendo mobilizado o cenário da democracia participativa, através de disputas em que os catadores buscavam garantir seus direitos, negociando condições futuras de trabalho. Essas lutas se davam através da informação digital e das multimídias, o que permitia à enxurrada de imagens que as retratavam tomar parte nas batalhas travadas. Tais imagens eram mobilizadas como recursos políticos, uma vez que representavam instrumentos centrais na construção de narrativas e contranarrativas sobre o cenário, os atores e o processo que os envolvia.

Antes de iniciar a narrativa etnográfica, resta apresentar a terceira dimensão articulada pela ideia de representação: a epistemológica, relativa à produção do conhecimento antropológico através de um texto. Nesse

8 Já as brincadeiras e as *performances* dos boias-frias operavam um movimento de transcendência do cotidiano e impediam que suas condições de vida fossem naturalizadas (Dawsey, 2005).

sentido, cabe explicitar as formas e estratégias pelas quais optei, neste capítulo, por construir uma grafia antropológica específica, que corresponde ao desafio de incorporar no texto não apenas um saber sobre a alteridade que se busca conhecer, mas também sobre a antropóloga, igualmente imersa e atuante no cenário que englobava os "nativos", e ainda sobre o processo e os modos pelos quais a relação entre pesquisadora e seus interlocutores foi construída. Isso implica incorporar ao texto o próprio elemento mediador dessa relação, que foi analisado nos eventos: as imagens. Essa proposta se inspira na releitura da ideia de representação de Gonçalves e Head (2009), que vislumbra "novas possibilidades de se construir um texto etnográfico que leva em conta não mais a visão/imagem *versus* a escrita, mas, sobretudo, a ideia de imaginação enquanto categoria poderosa para articular um novo modo de representar/apresentar essa relação com outro" (p. 17). Nesse novo modo de representação/apresentação da alteridade, a capacidade imaginativa assume um lugar fundamental.

Assim, a participação dos catadores, registrada por mim através de uma câmera, como figurantes de um filme de ficção, representando a si mesmos, abria espaço para que eles refletissem crítica e imaginativamente sobre as possibilidades e probabilidades que envolviam o fim daquele cenário, cujo desfecho também estava em jogo. Assim, ao atuarem, os catadores buscavam influir concretamente nesse processo, e é nesse sentido que sugiro uma leitura das suas *performances* como *figurações do real*.

Com a inserção da câmera, as imagens que atuaram no campo, a partir do seu registro fílmico, podem também figurar no texto. Interessa-nos com esse registro não somente ilustrar, mas explorar outras formas de incorporação das imagens à narrativa etnográfica. Como o material captado não é composto de imagens estáticas, mas em movimento, provenientes de um registro audiovisual, esse exercício etnográfico envolveu também explorar as técnicas próprias da construção das narrativas fílmicas, em especial a montagem. O recurso da edição, na medida em que opera com cortes, justaposições e fragmentos, permite ensaiar, por meio de "aproximações sucessivas" (Ribeiro, J., 2005, p. 632), outras formas de exibir e tecer conexões.

A narrativa textual, especialmente a escrita acadêmica, disciplinada por um conjunto de cânones, padrões formais e normas técnicas, ca-

racteriza-se pela linearidade e pelo imperativo de coerência interna e encadeamento lógico. A narrativa fílmica, ao ser construída a partir de procedimentos e exigências distintos, carrega o potencial de revelar e traduzir elementos, conexões e movimentos que tendem a ser suprimidos por não terem lugar nos rígidos parâmetros do texto "científico",[9] sendo uma expressão daquilo que Mead (1995, p. 10) chamou de "verbalmente inarticulado".

Por expressarem e captarem de modo qualitativamente distinto das palavras aspectos relacionados ao corporal e ao material – como sentidos, movimentos, postura, gestos, comportamentos intersubjetivos, padrões de autoapresentação e rituais da vida cotidiana (MacDougall, 2006, p. 272) –, as imagens constituem um terreno fértil no qual uma antropologia imagética se alia a uma antropologia da *performance*. Com isso, potencializa-se a busca de meios técnicos e de recursos expressivos que aprofundem a compreensão de eventos e fenômenos sociais complexos no conhecimento antropológico produzido.

O texto a seguir se estrutura por fragmentos que, encadeados, apresentam cenas do registro em vídeo. A imagem é inserida nesses fragmentos sob a forma de uma tríade de fotogramas, que compõe uma síntese visual da cena e das *performances* que dela fazem parte. A narrativa em texto é o instrumento por meio do qual as imagens estáticas dos fotogramas entram em movimento. Na reconstituição textual, são inseridos não apenas os elementos visíveis do registro audiovisual, mas também os invisíveis, que se encontram fora do quadro e cujo acesso se torna possível com recurso à experiência de campo.

A partir dessa estratégia, mediada pelo híbrido pesquisadora-câmera, criou-se a possibilidade de colocar em foco os elementos residuais, os temas, os discursos e as *performances* que ficaram de fora do *script* ficcional e à margem das câmeras, mas que puderam ser recuperados pelo olhar etnográfico. O trabalho antropológico também consistiu em

9 "Os textos acadêmicos tendem a organizar a complexidade de fenômenos desconcertantes em visões gerais limpas. Eles fazem esquemas suaves que são mais ou menos lineares, dentro de uma lógica demonstrativa ou argumentativa na qual cada evento segue o que veio antes. [...] Simplificações que reduzem uma realidade complexa a tudo o que se encaixa em um esquema simples tendem a 'esquecer' o complexo" (Law; Moll, 2002, p. 3).

atentar para os detalhes desprezados e coletar sentidos imprevistos nos fragmentos marginais, de modo que, ao final, tivessem seu valor recriado dentro de um novo quadro. Os fotogramas são intercalados com narrativas etnográficas mais convencionais, baseadas no material escrito do caderno de campo e em fotografias. Essa mudança estética foi necessária para inserir eventos, informações e elementos alheios ao registro fílmico na narrativa etnográfica mais geral sobre as negociações em torno do fechamento do aterro.

(META-)HISTÓRIAS DA RAMPA: FOTOGRAMAS ETNOGRÁFICOS

A estética dos fotogramas foi a estratégia narrativa adotada para descrever os principais eventos que sintetizam minha experiência etnográfica com a câmera na arena de Jardim Gramacho no contexto de fechamento do aterro. Aqui, os fotogramas aparecem encadeados por pequenos títulos ou separados por asteriscos. Os colchetes abrigam descrições da cena, e os diálogos são reproduzidos com a indicação descritiva das personagens (em siglas), no intuito de se resguardar seu anonimato. Personagens identificadas pelo nome nos fotogramas não figuram como personagens no restante da etnografia e, portanto, não interferem no anonimato. Outros personagens, que não constam em outras partes do estudo, são identificadas pela indicação descritiva, pois não quiseram revelar seus nomes no momento da filmagem. A grafia das falas tenta reproduzir ao máximo a oralidade e manter expressões e coloquialismos considerados incorretos ou inexistentes no registro formal da língua. Descrições em colchetes podem aparecer nos diálogos para ressaltar aspectos visuais da *performance*, das interações ou do cenário.

O FILME



A história

[Uma sirene toca. Movimentação de pessoas. Um homem armado e com uniforme de segurança cruza a imagem ao fundo. Catadores transitam, e alguns carregam barricas. Pessoas passam com rádios comunicadores. Uma carreta está localizada atrás da personagem de touca (PT), que fala ao ser interpelada pela antropóloga-câmera.]

> Eu: Qual que é a história aí?
> PT: A história do filme é a seguinte: o Ângelo Antônio, ele é um homem de classe média alta bem-sucedido. [...] O filho faz pra ele, de presente, faz um trabalho. Faz uma maquete. Que ele ajuda o filho dele a fazer um trabalho de escola.

[Câmera focaliza o gestual da personagem, que mexe as mãos cobertas por grossas luvas brancas, sujas nos dedos. A vestimenta da personagem ganha o foco.]

> PT: Aí, passa um tempo, ele tem problemas, o filho dele vem a falecer. Ele acaba separando da mulher. Aí com aquela depressão toda, ele acaba perdendo o emprego, ele cai numa depressão total. Ele cai no fundo do poço. E onde ele vem parar? No lixão [...].

[Alguém encosta em mim, e dou um grito. A câmera faz um brusco movimento e encontra o rosto sorridente da liderança da cooperativa 3, que me pede para filmar algo de seu interesse. Concordo e peço para ele esperar o fim da cena com a personagem de touca, que prossegue.]

> PT: Ele teve uma briga com a mulher. Ela pegou essa maquete do filho, quebrou e jogou fora no lixo. Então ele veio pro lixão também pra tentar achar essa maquete, entendeu? Ele tem idas e vindas, tem problema com bebida, cachaça e tal. Aí, nisso tudo, ele encontra um refúgio, uma cooperativa de catadores, começa a fazer parte e aí ele começa a se reerguer novamente. O nome do filme é até *Entre vales e montanhas*.



A captura

[Barulho de sirene tocando. Urubus voando no céu. No centro da imagem, uma catadora com colete laranja empunha uma câmera fotográfica. Após tirar a fotografia, ela entrega a câmera a outro catador, e a cena fotografada se desfaz. Um dos retratados comenta: "Eu quero essas fotos, hein, gente!". Rapidamente minha câmera e, como consequência, eu somos capturados pela liderança da cooperativa 3 (LC3), que me interpela e aponta para a estrutura da produção próxima de nós.]

> LC3: Aí, filma a gente ali no *set* de filmagem, mulher. Aqui, ó, o equipamento, pô, na moral, você tem que ter umas dicas de analista. Vou entrevistar todos os diretor do filme. Eu quero que você me acompanha pra fazer um documentário com o pessoal do filme.

[Olha para os lados em busca de pessoas conhecidas, até que avista um dos produtores do filme. Aponta em sua direção, para a qual se encaminha, e me pede para segui-lo. O produtor (P) chega ao nosso encontro, e a liderança da cooperativa 3 começa a sua entrevista com as apresentações.]

> LC3: Ele é produtor do filme, eu sou liderança do movimento dos catadores e presidente da cooperativa 3. O que que você tá achando de trabalhar no lixão?
>
> P: Tô muito feliz de estar aqui. A gente só tá aqui porque tá com a ajuda de vocês, ajuda dos catadores e de todos os órgãos que estão aqui.
>
> LC3: Você sabe que todos os aterros têm que ter o encerramento até 2013; todos os aterros vão ser fechados. Com o fechamento dos aterros, vão ficar de 300 mil a 400 mil catadores desempregados. Você pretende com esse filme ajudar essa categoria, que o poder público olhe com mais amor, que a sociedade faça a sua parte de reciclar seu lixo? Qual a mensagem que você pretende passar pra esse pessoal?
>
> P: Eu acho que tem que juntar todos os catadores, tem que juntar o poder público. Eu sei que tem gente aqui que tá na terceira geração catando e que não tem uma outra profissão. Aqui tem uma profissão que consegue fazer a sua vida, sustentar seus filhos, sua família. [...] Então eu acho que, de alguma forma, o filme pode ajudar a ver que aqui também tem história.
>
> LC3: Eu quero saber o que você achou de essência, o que que tem aqui de bom. O que que você viu de bom nesse grupo de catadores todos?

P: Eu vejo liberdade aqui. Eu vejo muita liberdade. Eu vejo pessoas que trabalham aqui e ganham mais do que um salário mínimo aí fora. Eu vejo gente de atitude e garra aqui trabalhando. É isso que eu vejo.

[Ao longo dos três dias de filmagem, a liderança da cooperativa 3 continuou capturando a câmera-antropóloga para entrevistar a equipe de filmagem e os catadores do aterro.]



Olhar à margem

[Avisto um grupo de quatro catadores desconhecidos sentados em um local à margem da atividade que ocorria na rampa; dois usavam boné e dois tinham uma camisa amarrada na cabeça como forma de proteção das orelhas e do pescoço. Apresento-me e pergunto se eles querem gravar um depoimento. O catador de boné branco (CBA) demonstra uma expressão de desagrado, mistura de reticência e certo aborrecimento. Mas o catador de camisa verde (CCV) amarrada à cabeça começa a falar. Um deles se prepara, amarrando a camisa na cabeça como uma touca ninja – o catador ninja (CN). No cenário ao fundo, a equipe de produção coordenava a atuação dos figurantes na rampa.]

Eu: O que que vocês tão achando dessa filmagem no local de trabalho de vocês?

CN: Tá atrasando um pouquinho meu dinheiro.

CCV: Tá mais ou menos, que eles tão vendo o lado deles e nós tamo vendo o nosso. Eu, particularmente, tá prejudicando um pouco o meu lado.

Eu: Mas o que que tá atrapalhando mais?

CCV [aponta para a rampa]: Vem uma carreta, aí os catador do filme tem que ficar lá pra catar. Atrapalha nós a catar nosso material. Aí tem que esperar outra carreta pra nós poder trabalhar. E assim vai indo. Eles vão em uma, nós vai em outra.

CCV: Vem uma [carreta] pro filme e uma pros catador normal. Assim, atrapalha no dia a dia, né? [...] Nós tem horário de ir embora.

Eu: Qual horário que vocês vêm?

CCV: Eu chego aqui 7 hora, 6 e meia. Dá 1 hora, eu tô indo embora. Às vezes, eu fico até mais tarde, mas é meio difícil. E nós vai levando no dia a dia, né? Porque, particularmente, é melhor tá aqui do que tá por aí sendo pego por polícia por ações errada.

CN: Aqui nós tamo trabalhando, tirando nosso dinheiro honestamente. Ninguém tá prejudicando ninguém.

Eu: E vocês tão aqui há quanto tempo?

CN: Eu já trabalhei aqui várias vezes. Trabalhei lá fora, em firma. Aí, quando não tem nada lá fora, pra não fazer nada de errado, né, a gente vem pra cá pra dentro pra tirar o nosso dinheiro.

Eu: E o que que vocês vão fazer quando isso aqui fechar? Vocês tão sabendo do fechamento aqui?

CN: Tamo sabendo do fechamento. Mas, e você, sabe alguma coisa sobre isso?

[Repentinamente, viro a potencial fonte de informação a respeito do assunto que havia colocado. Todos me olham na expectativa da resposta. Titubeio um pouco ao responder.]

Eu: Eu sei que vai fechar. E sei que...

CN: Sabe qual vai ser nosso destino?

[Ninja interrompe minha resposta com essa questão e pergunta, apontando para a câmera: "Tá gravando ainda?". Respondo afirmativamente.]

Eu: Eu tô perguntando se vocês têm alguma... algumas coisas em vista.

CN: A Comlurb, ela vaza lixo aqui há mais de trinta anos, correto? Então, a gente patrocinou essa vazada de lixo aí por mais tempo, porque o certo é que deveria vazar lixo aqui por quinze anos. Como nós viemos tirando material esses anos todo daqui de cima, foi dando espaço pra mais quantidade de lixo vazar. Então a Comlurb foi enricando com isso. Então, por isso que eles têm alguma responsabilidade com a gente, entendeu? Eu sou catador cooperativado. Eu tenho mais de quinze anos catando aqui dentro. Então eu posso muito bem recorrer isso aí. Porque nós patrocinamos essa vazagem.

Eu: Mas a cooperativa que você faz parte tá vendo alguma alternativa pros catadores quando isso aqui fechar?
CN: Tá tendo, sim, mas... tem que analisar os fato, colocar tudinho na mesa e ver o que que vai ser melhor pra mim, pra todo mundo. Que não adianta nada só eu me dar bem, que nem tem muitos fazendo aí. Só um só se dá bem, e o resto tudo se ferrar!?



O extraordinário

[Converso com uma liderança da cooperativa 1 (LC1), que voltava a atuar como catador no aterro depois de um afastamento por conta do trabalho nas organizações de catadores.]

Eu: Quais são as impressões desse primeiro dia de filmagem?
LC1: A filmagem é normal, pô. Só atrapalha um pouquinho o andamento do trabalho. O que eu tô gostando é de estar voltando a trabalhar, né? Depois de quase quatro ano sem tá catando dentro da frente de serviço,[10] o ritmo continua praticamente o mesmo. E a sorte continua melhor do que antes, achei 50 reais... Aí tô gostando, né? Tô pensando sinceramente a voltar a trabalhar dentro do aterro de novo, até porque eu tô sem renda, não tô ganhando renda de lugar nenhum, entendeu? E só trabalhar pelo movimento, só ficar na questão de articulação e não ter renda nenhuma... Quem é catador sempre vai ser catador. Eu acho que é isso que diferencia a gente de Gramacho dos outros grupo e das outras pseudoliderança que a gente vê por aí pelo

10 "Frente de serviço" designava os catadores que trabalhavam no aterro e que não tinham filiação com as organizações da categoria – o termo era usado com maior frequência entre seus representantes. A expressão foi introduzida após o cadastramento dos trabalhadores pela atuação da assistente social, designando-os de forma mais técnica, formal e não estigmatizada.

cenário. Se a gente não der certo como liderança, eu acho que a gente pode sempre recomeçar de novo. Embora muitos falaram que voltar pro aterro é tá dando um passo atrás. Mas eu não achei dar um passo atrás, não, olha aqui [com um sorriso no rosto, tira a nota de 50 reais da mochila e começa a sacudi-la diante da câmera]. Eu tô me sentido muito bem voltando dentro do aterro. São quatro anos; a saudade era imensa.



Vida real

[Uma mulher branca, de touca de lã com o símbolo da Nike e colete verde-limão, chamada Marli, encontra-se sob um toldo. Ao fundo, o sol bate com intensidade nas lonas enfileiradas e no morro avermelhado das camadas de terra que compõem o aterro.]

Eu: Como você acha que deveria ser o filme?
Marli [bem assertiva]: Vida real. O governador do Rio vendo junto com cada um que tá patrocinando isso aqui [levanta o braço e aponta para a rampa, onde o filme estava sendo gravado] como é que vai ser a rampa depois que fechar. O que que aconteceu com milhões de pessoas que perdeu, igual o garoto que perdeu a perna a semana retrasada; o menino que perdeu uma perna com uma pedra que caiu da carreta, é mentira? Então eu quero saber isso, bota isso na vida real do filme, gente! Agora, contar o ator só catando o lixo ali em cima, como se isso aqui fosse um carnaval, como se isso aqui fosse uma brincadeira, não é. Não é uma brincadeira, isso aqui é vida real. E quando esse filme de vocês acabar, vocês todos vão pra casa, e a maioria dessas pessoas aqui vai passar necessidade. É mentira, gente? Eu tô mentindo? Eu só tô aqui há dez anos. Tem uns que trabalha há quarenta, trinta. [...] Eu tô pensando que esse filme é uma coisa... Por isso que não ganha nada! Por isso que eles não conseguem ganhar o Oscar, porque eles não fazem uma coisa

vida real. O *Central do Brasil* chegou perto, igual àquele outro, né? Como o *A vida é bela* chegou e atropelou. Por quê? Porque eles falaram a real, o que acontece de verdade, como o pai da criança morreu. Agora, aqui, não é vida real, não. É uma brincadeira.

Eu: E quais são as alternativas que você tá vendo pra quando isso aqui acabar e não existir mais?

Marli: Nenhuma ainda. Nós estamos em projeto tentando toda semana uma reunião, não é? Estou indo numa reunião aonde eu estou lutando pra ter um curso pra pessoas com a idade dele [aponta para o catador ao lado], da minha idade, da idade dele, dos jovens também. [Alguém fora do quadro pergunta a ela: "Você tá indo?". Ela vira em direção à voz feminina para responder]. Eu tô indo na reunião, sim, senhora. A reunião foi parada pra fazer esse filme!

[A câmera focaliza a interlocutora de Marli, uma senhora negra com chapéu estampado com bandeiras do Brasil (SCB), sentada embaixo do toldo. Ela menciona a cooperativa. Ouve-se a voz de Marli dizendo: "Cooperativa não, isso é furada".]

SCB: Eu não aceito. Doação na cooperativa deles é só pra eles. E nós, vamo passar fome? Eu mesmo crio quatro netos, que a minha filha morreu e me deixou sozinha e Deus.

Marli: Vai ficar muitas pessoas desempregadas. Eu tô pensando que esse filme é vida real. Vida real! [Uma voz discordante surge de trás de Marli perguntando: "Não é vida real, não?".]

Marli: Nãããão... Isso é só uma história do lixo.

[A nova interlocutora de Marli (CTA) é uma catadora branca e não usa nenhum colete, apenas uma blusa preta e, na cabeça, uma touca amarela.]

CTA: Olha ali, ele caiu no lixo e tudo [aponta para a rampa, onde o ator principal estava gravando uma cena]. Tá gravado que ele caiu. O documentário do lixo já foi feito, entendeu? Aquilo não é documentário do lixo. Ali ele tá mostrando como a gente está catando, entendeu? Ele tá necessitado pra catar ali, ele tá precisando catar pra sustentar a família, entendeu? É o que eu tô sentindo ali, é a ficção ali, que ele tá catando pra sustentar a família dele, como muitos catador aqui faz. Como muitas mulher de família aqui faz, entendeu? Isso aqui é vida real. Isso aqui é vida real.

Marli: Não! Não!

CTA: É vida real, porra! [Marli pede calma.] Sabe por causa de quê? Porque você tá aqui, você é real, tá me entendendo?

Marli: Eu sei.

CTA: Você é uma catadora. Você trabalha pra sustentar sua família, tá me entendendo?

Marli: Calma, meu amor.

CTA: Então, isso aqui é uma vida real. Eu trabalho pra sustentar meus filho como muitos aqui. Eu pago aluguel, eu pago conta de luz, pago telefone, e se isso aqui acabar amanhã eu vou tá na rua. Mas graças a Deus que eu não vou tá na rua, porque eu faço salgado, eu faço festa pra fora... Eu tô com 27 anos, tô nova.

Marli: É isso que é o problema, você é nova. Mas a maioria não é.

Eu: Você acha que mesmo um filme que não é documentário tá mostrando...

CTA: A vida real! Aqui é real. Se isso aqui não fosse real, como que ia ter alguém aqui dentro?

[Todos começam a dar sua opinião e a falar ao mesmo tempo. A câmera focaliza um senhor de boné verde (SBV).]

SBV: Mostrando o nosso dia a dia, né? Mostrando o nosso dia a dia, o jeito que nós convivemos aqui dentro pra saber o que nós passamos aqui em cima. Porque se nós não precisasse, nós não taria aqui em cima.

Marli: Olha só, o risco tá sendo muito grande de ficar todo mundo passando necessidade. Nós estamos lutando muito. Com o Senai, é com o Senai? Uns tão falando que é com o Senai, outros tão falando...

SCB: A reunião é às quinta-feira, né? Eu vou vim. Eu não sabia, eu não sabia.

Marli: É toda as quinta-feira, vocês têm que vim, gente!

SCB: Eu tenho medo, porque eu sou da terceira idade.

Marli: Aí você vai sair daqui, você vai pra onde?

SCB: Eu vou sair daqui, quem vai me dar emprego?

Marli: O que que você vai fazer quando isso aqui fechar amanhã?

SCB: Eu já tô preocupada agora.

Marli: Você é aposentada?

SCB: Sou pensionista. Mas eu só tinha salário de fome.

Marli: Agora, fora isso, você vai fazer o quê? O que que você sabe fazer na vida? Você não foi preparada.
SCB: Só trabalhei, não estudei. Já tem um problema sério.
Marli: Então, nós estamos lutando na reunião, nós estamos tentando lutar pra botar a gente em um campo de trabalho.
SCB: Eu sei, bota eu num lugar, uma faxina o que for, qualquer coisa. Porque, senão, meu neto, como que eles vão viver?
Marli [voltando-se para a câmera]: Eu não sei se isso aí que você tá gravando vai passar na Globo, que é uma que manda no nosso país, ou em emissora de televisão. Mas eu vou dizer uma coisa pra você: isso aqui é muito sério. Isso aqui não é brincadeira, não. Então vê isso daí. Procura saber quem tá na reunião, porque eu acho que quem tá na reunião participando disso daí [aponta para a gravação do filme], ganhando o que tão ganhando, eles deviam falar isso. Pra botar no filme mesmo. Quem sabe? Não tem eleição ano que vem? Esse filme, eu acho que deveria botar mais realismo. Bota uma carreta dessa caindo em cima de... não matando, né? Mas não tem uma tecnologia duma carreta dessa caindo aí e matando pessoas igual matou dias atrás. E essas pessoas não teve nada. Ninguém sabe nem o nome dessas pessoas.
Eu: Hoje tinha um corpo mais cedo aí?
Marli: Tinha.
Eu: Mas de gente que tava trabalhando aqui?
Marli: Trabalhando na rampa.
Eu: Quem morreu tava trabalhando na rampa?
Marli: Trabalha na rampa, sim, senhora. Como todos que morre aqui, trabalha na rampa.
Eu: Mas eles não divulgam muito essas informações, né?
Marli: Não, é bem abafado. Eu não sei por quê, mas é abafado. Agora, vocês deveriam saber que hoje tinha um morto aqui. Então, então faz um filme real.





A escravidão do passado

[Aproximo-me de um grupo de catadores que descansava enfileirado no chão após o almoço. Ao fundo, a paisagem é contornada por cadeias de montanhas. A certa altura, grandes chaminés cuspindo fogo e fumaça permanentemente interrompem o cenário verde do horizonte. Como eu não conhecia a maioria dos que estavam no grupo, pedi primeiramente que se identificassem. O vídeo começa com cada um dizendo seus nomes.]

> Eu: Laura, você tinha dito que esse filme tá diferente do outro? [*Lixo extraordinário*, do qual ela havia participado.]
> Laura: O mais diferente é que esse nosso [*Lixo extraordinário*] deu muita emoção, as pessoas gosta muito, que eu sei, que eu sou contratada, eu dou palestra lá sempre. Mas esse agora, não sei... Desde pequena eu gosto tudo das coisa assim mais difícil, sofrido. Então essa cena que eles tão fazendo aí, eu acho que vai dar mais emoção, porque vai ser tipo filme de terror. A gente lutando, na dificuldade. O outro também era, mas esse aí eu acho que vai ser mais emocionante pra gente, porque é tudo diferente do outro. Então eu tô amando, tô gostando muito... [abre um sorriso] Eu não tô desfazendo do outro! Mas esse filme aí, é porque eu gosto muito das coisa da escravidão. E esse filme tá fazendo uma presença assim da escravidão, as pessoa lutando.
> Ilana [fora do quadro]: É a realidade da vida.
> Laura: A realidade... que é ao vivo mesmo, então a gente tá fazendo um filme ao vivo mesmo.
> Eu: Como vocês imaginam que vai ser a história do filme?
> Ilana: Pegando a vida real. O que a gente passa.
> Laura: Não é? É vida real mesmo. Isso aqui agora, não. O que foi o nosso tempo de escravidão aqui, que foi nossos tempo de escravidão, foi muito sofrimento.

[Todos começam a lembrar e a contar histórias do passado na rampa.]

> Eunice: Naquela época, a gente catava o material e ainda tinha que puxar o material todinho lá pra baixo no carrinho, no burrinho sem rabo. Nós sofremo muito. Agora não, agora não tem tanto sofrimento conforme teve antigamente.
> Laura: Não tinha um caminhão. Agora tem um caminhão pra gente levar.

Eu: Escravidão que você fala é o catar aqui como era antes?
Laura: É... o sofrimento. A gente catava no sofrimento. Tinha um guarda lá na portaria, ela aqui sabe, que o homem era triste. Ele era horrível. E não tinha caminhão pra subir material, tinha horário.
Eunice: Era por dentro d'água, nós subia por dentro do mangue.
Laura: Com a água assim aqui, ó! [Laura aponta no corpo a altura da água, que batia na cintura.]
Eunice: Mulher não podia entrar. Mulher não podia entrar pra aqui pra cima pra trabalhar. Só homem podia passar pela portaria. A gente passava por dentro do mangue. Agora é mamão com açúcar.
Jovem catador: Eu peguei moleza, porque eu não cheguei a pegar essa época. Agora é caminhão, direitinho, tudo direitinho.
Jeová: Naquela época, esse material que a gente catava aqui era tudo carregado na mão, no braço.
Laura: E o segurança da época metia a faca nas lona e carregava tudo.
Jeová: Antigamente, os guarda vinha e queimava as lona; era o maior prejuízo pra todo mundo. A gente vivia revoltado. Sofremo. O sofrimento antigamente era muito grande aqui nesse lixo. Não era fácil, não. Hoje em dia tá tudo fácil. Hoje em dia tá tudo a nosso favor.
Eu: E como é que foi essa mudança?
Eunice: Com a tirada dos guarda foi mudando tudo. Primeiro, entrou os guarda já mais compreensivo, que não humilhava tanto o xepeiro, entendeu? Que a gente era muito humilhado aqui dentro. A gente vinha pra trabalhar, não sabia se a gente ia voltar pra casa, muito acidente, muita coisa que acontecia aqui com os catador. Agora a gente pode dizer que tá no mar de rosa. A gente sofre, mas não é tanto conforme a gente sofria antigamente, no passado, entendeu?
Laura: Hoje em dia aqui não cai nada com fartura, não, acabou. Acabou os lixo tudinho, acabou. Antigamente a gente levava coisa.
Eunice: Eu já levei sessenta saco de arroz. Sessenta saco, 60 quilo pra casa. A gente levava fardo de carne seca, é... Danone pras criança, tudo. A gente não precisava nem ir no mercado pra comprar nada. Com o dinheiro que a gente ganhava aqui era só pra comprar roupa, calçado pras criança, alguma coisa pra deixar assim. A gente ganhava menos naquela época, mas felizmente tinha muita coisa pra gente levar também.

[A gravação é interrompida pelo chamado da produção para que os catadores fossem filmar.]



Personagens e trajetórias

[Do grupo de catadores com o qual eu conversava e que foi chamado para gravar, restaram apenas Laura e Ilana, que permaneceram sentadas sob uma sombra.]

> Eu: Antigamente as condições eram mais difíceis, mas tinha mais coisa boa?
> Laura: Se você entrasse aqui 5 horas da tarde, você arrumava dinheiro. Olha, era tanto material, era tanta coisa, que você ficava boba. Você catava pouco material e levava muita coisa pra vender. Aqui teve ocasião, tinha umas carreta que vinha de Teresópolis, olha, duas viagem de cigarro que ela trazia. Pa-co-te. Não era carteira, não, pacote. Você, quando passava da portaria pra dentro, você tinha que ajoelhar e agradecer muito a Deus.
> Ilana: É verdade. Era muito difícil mesmo entrar aqui.
> Laura: Eu tenho trinta anos de rampa aqui, mas aí foi indo, depois foi ficando fraco. Aí eu botei uma cozinha aqui dentro. Comecei a cozinhar com uma lata de 20 [litros]. Aí, em vez de eu pegar dinheiro, exigia uma barrica de material. Quando era de tarde, eu tava com sete, oito lonas, vendia salgado, aí foi crescendo. O povo foi gostando. Quando eu vi, eu já tava dando almoço pra quarenta pessoa. Eu levei oito ano cozinhando aqui dentro, no chão. Chegava de manhã cedo, fazia a tampinha assim: [inclina o corpo para a frente e fica apoiada nos joelhos para fazer uma demonstração no chão]. Primeiro dava o lanche, depois metia o feijão no fogo, fazia feijoada. Mas tinha coisa com fartura. Fazia tudo quanto é tipo de comida. Pintava salmão, fazia salmão; pintava feijoada, fazia feijoada. Todo mundo comia comigo. Não tinha limite também, não. Arrumava essas lata de sorvete, outras latas de Neston. Eu enchia aquilo ali, que você sabe que xepeiro come, né? Isso foi

como eu levei minha vida ali uns oito ano, mas depois o pessoal foi vendo aquilo, foi vendo aquilo, aí foi, estragou tudo, aí aonde eu me aborreci e parei. Aí parei, comecei só catar [com uma expressão de sofrimento]. Minhas força tão acabando, são trinta ano dentro do aterro. Eu criei filho, neto e já tenho um casal de bisneto. Agora apareceu um menino pra ser meu sobrinho. Pra mim chega. Deus me deu... tirei aquela foto, fiz o meu quadro, meu quadro tá rodando o mundo. E agora eu tenho muito conhecimento, eu sou muito conhecida. Agora eu tô saindo logo mais encontrar um grupo de repórter. Hoje eu tô mais por conta de repórter. E, graças a Deus, dou minhas entrevista. Tenho meu dinheirinho pra poder comer. Tô fazendo 63 no dia 20... Agora a rampa, pra época que era, acabou. Eu não tenho nem animação pra mim catar. Vou sentir muita saudade daqui. Porque a minha morada mais é aqui. O lugar onde a gente criou nossos neto, né? Então, é onde eu agradeço muito a Deus, de Deus ter me botado nesse lugarzinho que eu estou. Eu sempre falo pro pessoal: "Você vai começar do chão". Eu comecei da terra, do chão. Quando eu vou dar palestra, eu falo isso tudo.

[A cena é invadida por uma voz masculina. A câmera vira e encontra um senhor sentado no chão, com colete verde-limão, boné do Brasil, bigode grisalho e olhos claros. Pergunto seu nome: "Jerônimo".]

Jerônimo: Eu vivi toda a minha vida praticamente aqui dentro. Tive muita sorte, graças a Deus. Achei muitas coisas boas, no começo, né? E hoje eu vou tocando até me aposentar, né? E hoje eu sou feliz. Muitas das pessoas diz, eu trabalho aqui, faço o que gosto e gosto do que faço. Trabalho feliz. Se, por um acaso, um dia a rampa acabar – que o plano deles é acabar –, a gente vai ficar com saudade, né? Eu triste não vou ficar, eu vou ficar com saudade.
Laura: Porque é muita história que tem pra contar daqui de dentro...
Jerônimo: Muita história. Quando começou, a gente era tudo jovinho. Essa aqui tá viva hoje, tem que agradecer primeiro a Deus, depois a mim.

[Ilana, rindo, levanta as mãos, com os braços flexionados para cima, e olha para o céu como agradecimento.]

Jerônimo: O trator ia capar ela. Isso tem quinze ano atrás. Aqui é vida real, né?
Eu: E o senhor acha que o filme vai ser vida real também mostrada? Ou não?
Jerônimo: No meu modo de vista, vai ser.

Eu: Quando a gravação tá acontecendo, o senhor fica pensando como é que tá, como é que vai aparecer ali?
Jerônimo: Eu já tenho meus gestos. Eu não quero ser melhor do que ninguém, mas eu tenho que fazer meu gesto.
Eu: Como é que é o gesto do senhor então?
Jerônimo: Se tiver uma lona e for levinha, eu vou fazer meu gesto com muita força [flexiona os braços para a frente, em um ângulo de 90 graus, com os punhos cerrados, o que faz as veias se sobressaltarem]. Deu pra entender? Eu tenho que fazer meu personagem. Tem que ter o equilíbrio de corpo.



Roteiro e direção

[A câmera capta uma cena da equipe de produção. Alguém fora do quadro faz um comentário, dirigindo-se a mim: "Ele teve uma ideia aqui, ó". A câmera se movimenta até encontrar a personagem. Edilson era um jovem catador; usava boné e um brinco de pedra na orelha. Ao seu lado se encontravam dois catadores, dentre eles, a liderança da cooperativa 3. Ele me conta sua ideia.]

Edilson: Fazer uma entrevista com as pessoas. Tipo assim, com os mais íntimos, pra ir na casa, tudo, pra saber como a pessoa veio parar aqui no lixo, como começou a trabalhar. Aí a pessoa vai falando desde o momento que começou, por que veio... saber quantos filhos tem, por que parou, por que não arruma um emprego de carteira assinada, se é bom, se é ruim.
Eu [para Edilson]: E você, veio parar aqui por quê? Como?
Edilson: Eu sempre trabalhei, depois... eu estudava, trabalhava e fazia curso. Aí depois minha mulher ficou grávida, minha namorada, né, era, no caso. Eu tinha o quê? Uns 17 pra 18 anos. Eu trabalhava na Sadia, eu fui mandado embora. Aí meu sogro trabalhava aqui em cima. Ele me trouxe pra trabalhar uma vez. Aí, no primeiro dia, eu arrumei 70 reais. Era um mês pra ganhar

700! Aí, no primeiro dia, eu arrumei 70 e não quis mais saber. Comecei a vim trabalhar, trabalhar... um dia tirava 100, outro dia 150, 90, 80. Aí, eu tô aí até hoje, há seis anos.
Eu: Quantos anos você tem?
Edilson: 23 anos. Agora eu tenho dois filhos, indo pro terceiro.
LC3: E a Roxana, o que que ela tá fazendo aqui? Entrevista uma mulher, porra!
Adriano: O que que ela tá fazendo aqui? Trabalhando!
Eu: Quer falar, Roxana?
Roxana: Ai, falar o quê?
Adriano [respondendo antes de mim]: A sua história de vida, por causa de quê você veio parar aqui. O que que aconteceu?
Eu: O que você quiser falar. Se quiser falar do filme, se quiser falar sua história de vida...
Roxana: Por que eu vim parar aqui?
Adriano: Isso.
[Apesar de demonstrar reticência, e após um silêncio com uma expressão de dúvida, Roxana aceita falar. Os três catadores em volta reagem e começam a rir, empolgados.]
Roxana: Eu tive neném ano passado. Aí, com 1 mês, ela entrou de resguardo, aí eu vim trabalhar porque o meu marido recebe salário mínimo, e eu tive que ajudar, entendeu? Porque eu tive ela num momento difícil, eu era de menor. Já trabalhei aqui uns anos atrás, mas foi escondido, com a minha vó. Minha avó trabalha aí já tem trinta anos, já. Sempre sustentou a gente com o aterro, entendeu? Desde pequena, a gente comia as coisa daqui... [aponta ao longe a avó, que figurava para o filme]

DESDOBRAMENTOS: UMA ASSOCIAÇÃO ALTERNATIVA

Além da atuação como figurantes, alguns catadores também trabalharam no filme como assistentes de produção. Pelo menos oito participaram da equipe, o que ocorreu a partir de um acordo entre os produtores do filme e a empresa Novo Gramacho, responsável pela gestão do aterro. No último dia de gravação que acompanhei, encontrei Davi, o representante da empresa, que coordenava a área de responsabilidade social e ambiental e participava diretamente das negociações com os representantes dos catadores.

Sobre o acordo para a contratação do grupo de assistentes, Davi explicou que a produtora aceitara formalizar um contrato de trabalho para os catadores da equipe de modo que eles tivessem uma referência no currículo além da catação, que pudessem buscar outras alternativas e abrir o espectro de possibilidades futuras. Para ele, os catadores poderiam ir a Paulínea, que abrigava um polo cinematográfico, em busca de inserção em outra área.

Segundo Davi, a empresa estimava que 670 catadores não queriam continuar com a reciclagem após o fechamento do aterro, o que representava 56% daquele universo, cuja população era calculada em aproximadamente 1,2 mil pessoas. Desse total, 10% faziam parte da associação e das cooperativas, 20% gostariam de se inserir nestas últimas e 15% ainda não sabiam o que queriam fazer. Dessa forma, ele havia elaborado a estratégia de formar um grupo de lideranças, no qual estariam incluídas as pessoas que atuaram no filme.

A ideia era que esse grupo trabalhasse em núcleos, de modo que cada líder ficasse responsável por dez catadores da rampa, orientando-os e passando-lhes informações, dentre outras tarefas. Se o grupo inicial tivesse 35 pessoas, número de catadores que atuaram como figurantes no filme, haveria 350 catadores compreendidos pelos núcleos. Davi explicava que eles deveriam se dividir em dois grupos: o primeiro seria capacitado para trabalhar em uma fábrica de blocos de tijolo em sistema de cooperativa, produzindo dois tipos de tijolos, sendo um deles "verde" (feito a partir de entulho de construção); o segundo grupo atuaria junto a uma fábrica de vassouras produzidas com materiais recicláveis (garrafas PET). Com essas duas iniciativas, previa-se a geração de uma renda média inicial de 600 reais para cada pessoa, com a possibilidade de aumento desse valor conforme a cooperativa e a produção fossem se estruturando.

Davi era crítico do modelo de trabalho que estava sendo discutido no plano de transição após o fechamento do aterro, pois achava que um projeto no qual todas as cooperativas tivessem a mesma estrutura e os mesmos equipamentos poderia gerar competição. Uma boa proposta seria então aquela em que cada cooperativa apresentasse uma especialidade diferente: enquanto uma teria um triturador de plástico, outra teria uma prensa, e assim por diante. Afinal, se todas seguissem um mesmo modelo, com um galpão, um caminhão, uma prensa, elas também conti-

nuariam vendendo para o mesmo comprador. Em sua visão, não eram necessárias obras faraônicas, nem competição, pois havia espaço para a diversidade, e ela tinha valor.

A coleta seletiva, a seu ver, teria que ser bem pensada para evitar que várias cooperativas em competição se tornassem incapazes de se sustentar. Como exemplo, Davi citou as próprias cooperativas do aterro que tinham seus custos e contas bancados pela empresa. Ele não acreditava que isso seria viável: "Tem que ter sustentabilidade". Ele reconhecia que a ACAMJG conseguia se sustentar; mas, embora afirmasse que as cooperativas teriam de buscar parcerias com empresas privadas, o que era previsto pela PNRS, criticava a associação, dizendo que o objetivo não deveria ser "virar uma ONG", fazendo parcerias, cursos e eventos.

Davi acreditava na criação de soluções que fossem boas para todos e, nesse sentido, mencionou a produção do filme de ficção como uma oportunidade: "Caiu como uma luva". Para ele, no momento em que o debate sobre o fim do aterro e o futuro dos catadores estava acontecendo, o filme era um exemplo de que era possível conseguir ganhos por meio da negociação. A equipe de produção estava precisando de coisas, e os catadores também; eles conversaram e chegaram a um acordo bom para todos. Na visão de Davi, o mais interessante desse evento era o fato de estar tudo junto ali – as empresas, a Comlurb, os catadores, os atores, a produção, os tratores. "Isso, pra mim, é uma imagem muito bonita. [...] é maravilhoso ver isso como um cenário de filme. Acabar com essa imagem."

No final, eles reuniriam os 35 participantes do filme, dentre figurantes e assistentes de produção, para fazer o esquema dos núcleos. Sobre a participação dos catadores nas gravações, Davi dizia ser uma experiência única para eles, que envolvia aprender a se comunicar, "pois tinha o rádio pra comunicação entre a equipe, pra saber se a informação estava chegando, saber que existiam metas, saber se elas estavam sendo cumpridas". Segundo ele, enquanto havia cursos de formação de lideranças com um "monte de joguinhos" para fazer as pessoas aprenderem, ali, por sua vez, era um cenário real, onde já havia tudo. "É perfeito!" – dizia.

Nesse contexto é que a figura de Rita surge como liderança dos catadores do aterro de Jardim Gramacho. A proposta de conseguir catadores voluntários que atuassem como representantes e formassem núcleos para o repasse de informações entre os trabalhadores da rampa atraiu

Rita, que se ofereceu para executar a atividade. A ideia inicial também era incorporar os catadores noturnos às discussões e ao mapeamento feito pela empresa. O controle da população de catadores do turno da noite era problemático, com ausência de fiscalização e de uma estimativa concreta do número e do perfil de pessoas que exerciam o ofício.

O grupo, inicialmente numeroso, começou a se reunir semanalmente, porém, ao longo do tempo, poucas pessoas restaram como lideranças responsáveis por núcleos. Nesses encontros, teria surgido a ideia de formar uma associação para representar os catadores da rampa que não fossem filiados às organizações do bairro. Assim, a associação buscaria alternativas para aqueles que não desejassem ingressar nas cooperativas após o fechamento do aterro. Com o incentivo da empresa Novo Gramacho, através da figura de Davi, em 2011 a Associação dos Catadores e Ex-catadores (Acex) foi criada, e Rita, eleita sua presidente (Xerez, 2013).

A emergência da Acex e da figura de Rita como liderança em Jardim Gramacho aparecia como consequência da pouca legitimidade do modelo cooperativista entre os catadores da rampa. A solução antevista por esse grupo, no entanto, configurou-se no mesmo modelo organizativo que partilhava da descrença dos catadores: uma associação. A Acex surgia com a proposta de apresentar uma alternativa à figura de Chico como liderança da categoria, fazendo concorrência com a associação existente e criando uma acirrada disputa em torno da representatividade.

Rita criticava Chico pela ausência e pela distância que mantinha com os catadores da rampa, por deixá-los desinformados e alheios às negociações sobre o destino do aterro e de seus trabalhadores. Ela também questionava a legitimidade de Chico como líder, endossando a ideia de que a projeção midiática por ele alcançada equivalia ao seu afastamento em relação aos catadores e a seus interesses, o que era sintetizado na acusação de ter "se vendido." De outro lado, Chico e os demais representantes das cooperativas do bairro ressaltavam o alinhamento de Rita com a empresa Novo Gramacho e com a Comlurb, instituições que, de sua perspectiva, tinham interesses opostos aos dos catadores e eram os principais oponentes na luta da categoria. Dessa forma, a legitimidade de Rita era questionada por ter se tornado liderança com o incentivo da empresa e supostamente por ser manipulada por ela, dividindo os catadores do aterro e influenciando-os a não apoiarem a luta dos representantes das

cooperativas. Ao longo do processo de negociação, as tensões, divergências e conflitos entre Chico, Rita e as demais lideranças foram recorrentes, na medida em que todos participavam das reuniões que tinham como objetivo construir um plano de transição para os catadores em virtude do encerramento do aterro.

As reuniões são eventos de dimensões múltiplas e se apresentam como espaços centrais na conformação e atualização das redes de relações. Elas também se constituem como espaços estratégicos para a legitimação das lideranças, que ali travam uma competição pelo prestígio (Comerford, 1999).

PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL

[Uma massa de gente se concentrou nas instalações da cooperativa do aterro e criou um falatório geral, composto de vários pequenos grupos de conversa que ali se formaram. Até que a assembleia começasse, muitos rumores e discussões se instalavam. Representantes dos catadores que desejavam discursar subiam no palanque formado pela esteira da cooperativa. Sem qualquer equipamento de som ou microfone, os catadores tentavam fazer suas vozes serem ouvidas pelos demais, muitas vezes em vão.]



[Uma catadora de vestido verde (CVV) sobe ao palanque e começa a discursar com sua voz potente. Oficialmente, a assembleia não tinha começado ainda. Um representante se aproxima dela e pede calma; outro pede que ela fale devagar. Alguns catadores ao redor comentam que não será possível ouvir nada. Os representantes em cima do palanque começam a pedir silêncio. O barulho do ambiente vai se intensificando, e a jovem decide recomeçar seu discurso.]

> CVV: Eu não tô aqui pra representar ninguém. Se é o bolo, eu quero a minha parte do bolo. Se vocês querem a parte do bolo de vocês, eu não quero saber de cooperativa, eu quero a parte do meu dinheiro. [A massa começa a aplaudir e a gritar: "Êêêê!", demonstrando adesão à sua perspectiva.] Se existe algum dinheiro... quem quer cooperativa aí? Quem quer trabalhar em cooperativa?

[Vários catadores fazem sinal negativo com os braços levantados e gritam: "Nãão". Rita, representante da associação dos catadores que não queriam seguir nas cooperativas, dá risada diante do discurso da jovem e da reação despertada na plateia. Ao término de sua fala, outro catador, de camiseta vermelha (CCVm), sobe ao palanque e levanta o dedo para discursar.]

> CCVm: Eu nunca me apresentei aqui pra ninguém, sabe por quê? Porque eu sou fundador dessa cooperativa aí, tá entendendo? Eu tenho prova [levanta a mão verticalmente com a palma aberta]. Agora, veja bem, eu deixei a cooperativa montada. Até hoje não houve interesse de ninguém pra que a gente pudesse prosperar na cooperativa. Então, eu, junto com os meus amigos, principalmente os cadastrado no colete verde, não queremos cooperativa, porque não vai pra frente. Então, nós estamos aqui pra saber se existe uma indenização real. Se não tiver, que fale claro pra gente. É isso aí e acabou. [Sua fala tem o apoio dos catadores, que aplaudem e gritam: "É isso aêêê!".]

*

[Um dos representantes que estava no palanque, liderança da cooperativa 3 e irmão de Chico, tenta falar. Quando passa a explicar que o dinheiro do fundo dos catadores não existia ainda, começa um alvoroço. Um dos catadores se destaca em meio à massa e começa a gritar revoltado, com o dedo apontado para o representante que discursava: "Existe, sim! Existe, sim, porra! O dinheiro existe". Alguns catadores também falam: "Ô, meu dinheiro aí, minha parte! Eu também quero meu dinheiro". Outro catador pergunta: "Cadê o dinheiro?", e o colega ao lado responde: "Tá com eles. Tá tudo com a cooperativa". Catadores no palanque levantam e abaixam os braços, pedindo silêncio e calma. Todos começam a falar ao mesmo tempo. Um catador de camisa amarela (CCA) se aproxima do palanque e pede para subir. A liderança da cooperativa 3 (LC3) e o catador de camisa amarela começam a discutir.]



LC3: Se é pra ter indenização ou não, vamo lutar. Agora, o dinheiro não tá comigo, meu irmão. Não tem dinheiro nenhum. Agora, vamo lutar, a gente tá aqui pra se juntar e lutar pelos nossos direito. [Começando a se exaltar] Eu não tô aqui pra ser julgado por ninguém. Quer brigar? Vamo pra porta da prefeitura, vamo lá pro governo do estado, vamo pra outro lugar qualquer. Mas aqui não, aqui é pra lutar pelos nossos direito.

[O catador de camisa amarela segue falando com César em tom exaltado e, ao mesmo tempo, dirige-se para as pessoas abaixo do palanque. Ele reclama pela ausência de Chico.]

CCA: Depois que usou os catadores, ele, através de nós, usou eu, usou de mim, usou o nosso conhecimento, a nossa amizade [apontando para todos] [...]. Depois que conseguiu o que quis, cadê que ele vem aqui representar nós? Cadê? Não vem, não vem [Catadores aplaudem o seu discurso em adesão e gritam: "Aêêêê!".] E nós é maioria. Nós é maioria. [Virado para a plateia e apontando para a liderança da cooperativa 3, ele continua o discurso.] Por que o irmão dele não tá aqui? Depois que usou e abusou do nosso nome, pegou as assinatura pra conseguir o que queria, e agora não aparece, meu irmão? Ele tinha que tá aqui.

[Os catadores se inflamam. O representante da cooperativa 1 comenta: "Ninguém tá ouvindo ninguém, nós tem que tirar alguma coisa daqui, gente. Se nós ficar brigando, não vai sair". Então, ouvem-se berros com pedidos de silêncio.]

*



[A catadora de vestido verde (CVV) volta ao palanque. Seu timbre de voz potente permite que todos a ouçam.]

> CVV: Aqui só tem pequeno. Peixinho pequeno nós não quer, não, nós quer peixão. [Aplausos efusivos. No fundo, ouve-se gritar: "É isso aêêê!".]

[A gritaria recomeça. Os representantes do palanque falam entre si, a plateia fala também, ninguém se ouve. Zico sobe ao palanque. Algumas pessoas aplaudem e gritam. Um catador grita: "Eu quero meu dinheiro!". A liderança da cooperativa 1 (LC1), segurando a publicação da PNRS, pega novamente o megafone – que dessa vez parece surtir efeito – e inicia um discurso.]

> LC1: Alô, rapaziada! Eu sei que tá todo mundo exaltado, sei que todo mundo quer passar a sua visão. E essa reunião aqui não é pra fazer nada, é pra ouvir a visão de vocês. O que é daqui só vai sair se vocês demandar. Ninguém vai ultrapassar a vontade de vocês, não. É a vontade do co-le-ti-vo. Nós tem que brigar pelos benefício que nós tem direito. Nós tem di-rei-to. Só que nós tem que discutir o que que nós quer. Não é brigando contra a cooperativa ou contra fulano ou sicrano. Daqui vai sair gente pra garantir as etapa pra chegar lá. Zico [recusando o megafone]: Isso aqui que nós tá fazendo [abre os braços e aponta para a massa de pessoas embaixo] não vai dar certo. Nós tem que sentar e conversar todo mundo e botar na pauta o que nós quer. Então eu diria o seguinte: um montão quer indenização, um montão quer cesta básica, um montão quer capacitação e um montão não tá nem aí, mano. Eu acho que nós, que depende do material reciclável... que não é lixo, é material reciclável. É dinheiro, irmão. E todo mundo aqui lida com dinheiro, porque ninguém aqui é bobo, todo mundo é esperto. Por mais que nós não estamos organizados, porque cada um quer uma coisa, o mais importante, irmão,

é nós sentar, todo mundo conversar e ver o que nós quer. Aconteceu uma coisa aqui que eu não gostei. Pessoas que tão com nós tão falando que não queriam que filmasse isso aqui. Isso aqui, pra nós, é um momento histórico. Porque mostra que nós tá unido, por mais que não teja um montão de pessoa aqui, porque no trabalho na rampa tem muito mais. Assinatura geral forja. A filmagem vai mostrar que tá geral aqui, geral aqui lutando.

[Algumas pessoas ao redor pedem: "Calma aí, calma aí". No meio da multidão, uma senhora de boné rosa (SBR) começa a falar, com o dedo erguido.]

SBR: O dinheiro do fundo dos catadores saiu. Eu quero meu dinheiro, eu quero meu dinheiro!

[O falatório recomeça. No palanque, Zico e os representantes tentam responder à senhora.]

*

[Próximo a mim, um catador comenta sobre o dinheiro com uma moça ao seu lado: "São 4 milhões pra cada catador". No palanque, o catador mais velho de bigode (CDB) pega o megafone e tenta informar sobre o dinheiro.]





CDB: Eu vou falar sobre a questão que o dinheiro do governo federal destinou a cada um. Se vocês não ouvirem, nós não podemos dar uma explicação. Existe um dinheiro, sim, que a Dilma Rousseff destinou [catadores começam a aplaudir]; são 140 milhões, e o catador está inserido dentro desse programa federal, e são 200 mil catadores [os representantes do palanque mostram a PNRS: "Tá aqui, porra!"]. E nós orientamos vocês que venha ouvir a verdade aqui das pessoas que têm responsabilidade. [Um catador grita: "Então fala logo!".] Eu fundei essa cooperativa aqui, fui o primeiro presidente e saí

porque não coadunei com muitas ideias. Eu sou um homem honesto. [Outro catador também grita: “A cooperativa faliu, cara!”.]
[O falatório aumenta. No palanque, Rita balança a cabeça desapontada.]

*

[Um homem de camiseta laranja (HCL) pede silêncio.]

HCL: Eu já fui em reunião e eu sei que o dinheiro existe, sim [gritos de euforia], Escuta! Escuta! Só que vocês tem que entender uma coisa, gente, o dinheiro não vai ser dividido do jeito que tá todo mundo pensando que vai ser dividido, não.



[Nesse momento, Rita intervém exaltada, ameaçando o homem de camiseta laranja. Todos gritam. Um senhor fala: “Apanhou o dinheiro dos catador!” e começa a xingar em voz baixa o homem de camiseta laranja. Todos falam ao mesmo tempo. O homem de camiseta laranja segue sua explicação para um grupo próximo ao palanque.]

HCL: Eu tô falando como morador e catador. Palavra do presidente da Câmara de Vereadores de Duque de Caxias: 50% pra ser investido no bairro e 50% pra ser investido nas cooperativa. [Muitos gritam ao mesmo tempo.]
Zico: Calma, calma. O que os invejosos quer é isso. A gente desunido. Se for assim, com todo o respeito, eu vou embora. Vocês tão fazendo o que a concorrência quer: é a desunião. Pra não ter acordo.
[Um catador sobe ao palanque e começa a falar.]
Catador: Nós não quer cooperativa, nós quer nosso dinheiro, meu irmão. Dez mil, 15 mil, nós queremos nosso dinheiro. Nós não quer cooperativa, não.

*

[A representante da cooperativa sobe ao palanque e, depois de insistir, consegue falar.]

Lisandra: Eu sou catadora igual a vocês todos. Eu conheço todo mundo. Nós, da cooperativa, não queremo dinheiro pra cooperativa também, não, gente! A gente quer é fazer uma união pra que nós, como catador, vamo pro Ministério Público, pra Defensoria Pública. Se existe dinheiro, a gente também quer dinheiro. Agora, se vocês não deixam a gente como liderança passar informação... Porque quem vai pra reunião no Inea [Instituto Estadual do Ambiente], na SEA [Secretaria de Estado do Ambiente], na prefeitura, somos nós. Ninguém quer o catador aqui na cooperativa, gente. A gente quer o direito de vocês e o nosso. O Chico não é o único representante. Agora, vocês têm que entender uma coisa: com o filme, ele deu vi-si-bi-li-da-de pro catador. Não adianta. Se com o Chico tá difícil, sem ele vai ficar pior, sabe por quê? Porque ele hoje é a porta da imprensa, de botar a gente em qualquer lugar. O catador tem que entender isso. Se o catador não quer ele como representante... Deixa eu falar, gente! Cada um tem a sua escolha. Mas ele abre a porta – a p-o-r-t-a – da prefeitura, a porta do governo. Vocês tão entendendo? A gente tem que aproveitar o momento. E o momento é o Chico. [Um catador ao meu lado diz: "Isso!".]



[Catadores próximos fazem perguntas. Ela pede calma, tenta explicar, mas não consegue ser ouvida. Ela se exalta para fazer sobressair sua voz e retoma o discurso.]

Lisandra: A gente quer que saia do meio de vocês uma comissão pra ir brigar junto com a gente. Porque se vocês acham que a gente briga só por quem tá na cooperativa, quando a gente sai, a gente fala dos 1,3 mil que têm naquela porra daquele aterro lá [aponta para trás na direção da rampa]. A gente não fala de cem nem de duzentos. Eu sou catadora dezesseis anos dentro do

aterro. Eu trabalho aqui dentro com dignidade, com respeito por vocês [bate no peito]. Pelo trabalho nosso que existe aqui dentro, nem 15% eu tiro, porque eu sou catadora. Agora o que a gente quer é que saia uma comissão daqui, do meio do catador que tá na frente de serviço, pra ir lá pra fora brigar com a gente. A gente não quer catador em nenhum caralho de cooperativa. A gente quer o direito do catador, que é meu, que é seu, que é dele, que é de todo mundo, porra! Agora, vocês quer ficar brigando!

[Muitos catadores se aproximam dela para fazer perguntas, e ela segue esclarecendo dúvidas e explicando o processo para um grupo menor. A catadora de vestido verde incita os colegas a fazerem uma passeata na rua. Uma parte dos catadores começa a caminhar em direção à entrada do aterro, dispersando-se. Muitos pequenos grupos de conversa se formam. Um barulho ensurdecedor toma conta do ambiente.]

*



[A liderança da cooperativa 1 (LC1) sobe ao palanque e começa a gritar: “Vinte e cinco! Vinte e cinco companheiro tirado por vocês!”. Pega o megafone e continua: “Vinte e cinco catadores comprometidos a dar sequência às discussões. Não é brincadeira. Não é oba-oba. Então, por favor, gostaria que os 25 interessados a participar dessa comissão de lideranças dê seu nome aqui à Lisandra. Vinte e cinco, faz uma fila aqui de 25 liderança”.]

Rita [exaltada]: Essa comissão já existe e vocês não vão sabotar ela!

Catadora [gritando]: Tem que sair daqui, tem que sair daqui [referindo-se à lista]!

Rita: São dez catadores. Isso foi feito na rampa, pra todo mundo, e ninguém quis, entendeu? Então não vão sabotar essa que já existe.

Catadora: Cadê a tua comissão de catadores? Tá aqui! A rampa toda tá aqui.

> [Lisandra explica a Rita que ela está na comissão, mas que deve sair 25 pessoas de quem está ali. Ela ouve e aceita. O catador de camisa amarela sobe ao palanque e explica aos outros: "São vocês que vão escolher. São vocês". As pessoas começam a citar nomes. Lisandra avisa àqueles que colocam o nome na lista que, na terça-feira, às 10 horas, deveriam comparecer à associação para uma reunião.]

*

A experiência da assembleia geral foi surpreendente para todos os presentes, lideranças e catadores. Inicialmente, a surpresa advinha da percepção gradativa de todas as dificuldades que envolviam o evento e que fizeram com que ele se delineasse como uma experiência do caos. Tudo parecia caminhar para que a assembleia chegasse ao fim sem qualquer avanço ou resultado prático: o barulho; a impossibilidade de se fazer ouvir; a ausência de instrumentos para amplificar a voz e ordenar as falas individuais em sequência; os conflitos; as desconfianças; os desencontros de informações. Isso acarretaria consequências catastróficas para a legitimidade das lideranças e para o processo de negociação de garantias no contexto de fechamento do aterro.

O episódio mostra com especial nitidez o complexo exercício da representatividade e as formas decisivas pelas quais as *performances* colocavam a situação à prova, deixando o seu desenrolar e os possíveis desfechos em aberto. Nas atuações, diversas estratégias foram testadas, e uma série de outros atores foram mobilizados na tentativa de contornar o caos – como a edição da PNRS, para legitimar os discursos, ou o megafone, que não surtiu efeito até que uma interação bem-sucedida com o objeto criou um mediador eficaz para a organização das falas. Nesse sentido, a *lista* ganhou destaque como um dispositivo crucial para que o evento tivesse êxito, conferindo materialidade e durabilidade àquilo que a assembleia havia produzido.

Os inscritos na lista compuseram um conselho de lideranças, formado por 25 pessoas, que voluntariamente se dispôs a participar da atividade de representação junto com as lideranças já existentes. Essa ação e seus desdobramentos foram fundamentais para que as negociações avançassem e os catadores tivessem condições de seguir nas disputas que ainda se dariam nessa arena.



Figura 21 – Lista com os catadores que formariam o conselho de lideranças para atuar nas negociações.

Fonte: Acervo da autora.

O CONSELHO DE LIDERANÇAS

Na assembleia, um conselho de lideranças se formou e passou a se reunir semanalmente na ACAMJG, agregando novos integrantes e iniciando um novo ciclo de negociações. Nesses encontros, em que se esclarecia o andamento dos acordos e se decidiam as etapas e atividades nas quais as lideranças se engajariam, comparecia um número cada vez maior de catadores. As tarefas eram divididas, e a cada reunião um boletim sobre o desenvolvimento das metas e o cumprimento das resoluções era avaliado e debatido. Representantes de outras esferas – do poder público municipal e estadual, de fundações e ONGs – também participavam dos encontros.

Diferentemente das inúmeras outras reuniões de catadores que acompanhei na associação, essa se distinguia por um clima lúdico, caracterizado por uma atividade aparentemente recreativa. Na prática, ocorria uma "dinâmica de grupo",[11] que tematizava o papel e o exercício da

11 As dinâmicas de grupo são técnicas pedagógicas que servem a objetivos diversos. Eugênia Motta (2004, 2010) analisa as dinâmicas de grupo no contexto da economia solidária e aponta o seu caráter ritual, cuja eficácia atua na criação de coesão e de uma experiência comum, incluindo vocabulário e representações via engajamento do corpo, cânticos e jogos.

liderança e tinha como alvo os representantes do conselho formado na assembleia. Três folhas grandes de papel pardo foram pregadas na parede, e a representante de uma das cooperativas, Lisandra, escrevia na primeira folha "1ª reunião"; na segunda, "metas"; e na terceira, "responsável". Abaixo, as informações correspondentes deveriam ser preenchidas. Terminada essa etapa, Chico, que havia chegado à reunião portando uma dezena de bolas de soprar, disse: "Agora, quem tem o nome no mural pega uma bola em cima da mesa".



Cada um deveria encher a bola e escrever nela uma meta que constasse no quadro, junto com o próprio nome. Todos que seguravam uma bola deveriam então se encaminhar ao centro da sala. A dinâmica tinha início com cada um jogando sua bola para o alto sem deixá-la cair no chão. Quem deixasse a bola cair sairia da atividade, e aqueles que ficassem deveriam manter o objetivo de não deixar nenhuma das bolas chegar ao chão. Aos poucos, elas foram caindo até não restar mais nenhuma no alto. Chico então se levantou e disse:

> Se poucas pessoas ficarem responsáveis por um monte de coisa, se poucas lideranças tiverem compromisso, as metas vão cair no chão e ninguém vai alcançar meta nenhuma. Esse é o teor da brincadeira. Se o Ciro larga a responsabilidade dele sobre mim, eu tenho que ficar segurando mais. César largou, são três coisas que eu tenho que fazer; a Mariana largou, são quatro. E aí é isso que acontece [aponta para as bolas no chão]. Então não adianta ninguém vir pra cá se não tiver compromisso. Ninguém vai alcançar meta nenhuma, porque poucos vão ser responsável por muita coisa. Deu pra entender? Assim, com uma brincadeira bem simples, a gente percebe o quanto que cada um aqui é responsável.

A dinâmica tinha uma segunda parte, em que cinco grupos eram formados para debater a seguinte questão: "Você sabe claramente o objetivo do seu grupo?". Cada agrupamento recebia então uma folha de papel pardo em que deveria anotar as metas discutidas. No final, um representante de cada grupo deveria apresentá-las em voz alta para todos. A partir disso, o conselho poderia estabelecer estratégias para alcançá-las.

Terminada a atividade, aproximei-me da mesa e vi que Chico portava o livro *Aperfeiçoe suas técnicas de liderança*, de John Adair. O representante da COOPERCAMJG, César, mostrava-me o boneco que havia desenhado na bola de soprar, dizendo que já fizera essa dinâmica em um seminário de direitos humanos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e que inclusive fizera o mesmo desenho na bola. A liderança, portanto, não seria natural ou uma vocação, mas uma qualidade contextual, construída com a vivência de uma série de práticas, como assembleias, reuniões, dinâmicas e outras.

O espaço da liderança está sempre em movimento e é pautado pelo transcurso das vidas pessoais e pela mudança nas configurações e nas redes das quais essas pessoas fazem parte. As redes de sociabilidade são cruciais, e as diversas modulações que assumem constituem a dinâmica dos grupos, desenhando um campo de afinidades e solidariedade, concorrência e conflitos, cujo caráter relacional, inerente às formas associativas, é objeto constante de negociação.

*

Os recursos constituem um aspecto fundamental da luta política na qual as lideranças se engajam, já que é através da mediação dos representantes e das negociações em curso que os possíveis beneficiados conseguem acessá-los. A perspectiva de encerramento do aterro era a principal questão a mobilizar as energias dos catadores e seus representantes em Jardim Gramacho. O principal recurso em negociação nesse contexto correspondia à constituição de fundos de caráter compensatório – Fundo Municipal de Participação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (FPC) e Fundo de Revalorização do Bairro de Jardim Gramacho (FVB). A formação do fundo dos catadores decorre da concessão onerosa dos serviços de aproveitamento do biogás do aterro, outorgada pelo município do Rio de

Janeiro e repassada à empresa Novo Gramacho Energia Ambiental S.A. pela Comlurb, através de um convênio entre esta e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. A justificativa para o FPC foram os trinta anos de prestação de serviços não remunerados de catação no aterro e a consequente ampliação do tempo de vida útil desse espaço em função da retirada de 9 mil toneladas diárias de material pelos catadores.

Inicialmente, os recursos do fundo deveriam ser aplicados prioritariamente na geração de alternativas de trabalho e renda através do fomento ao cooperativismo. Os objetivos eram: garantir a "segurança alimentar" e a "inclusão social" dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do aterro; promover o treinamento desses trabalhadores, visando à sua capacitação continuada na perspectiva do cooperativismo popular e da economia solidária; e fortalecer a infraestrutura das cooperativas e associações locais – com o financiamento de equipamentos e de maquinário para o transporte, triagem e reciclagem do material recolhido. A destinação dos recursos do fundo para esses objetivos, como vimos, desagradava uma grande parcela dos catadores, não afeitos ao modelo cooperativista e não desejosos de integrar as organizações locais. Dessa forma, a mobilização dos catadores se orientou para a construção de uma alternativa que ampliasse as possibilidades previstas para a aplicação do fundo, de forma que este atendesse também àqueles que não pretendiam continuar a trabalhar com os resíduos e com o ramo da reciclagem.

*

Um dos principais desafios do conselho de lideranças era contornar as informações desencontradas ou a falta de informação entre os catadores do aterro, o que deveria ser feito com a agregação do maior número possível de pessoas ao processo. O conselho tentava, portanto, motivar cada vez mais catadores a se mobilizarem pelo pagamento dos fundos prometidos e pela realização das ações anunciadas. Com o apoio da Fundação Banco do Brasil, em parceria com a associação de catadores, os representantes do conselho passaram a integrar um projeto de mobilização para enfrentar o encerramento do aterro. Cada liderança que se engajasse nas reuniões e nas ações propostas receberia uma ajuda de custo de 100 reais por dia como forma de compensar o tempo de atuação no conselho, não investido nas atividades comerciais que geravam a renda dos catadores.

Reunindo-se semanalmente, o grupo organizou uma agenda de trabalho com propostas para o processo de fechamento do espaço.

Na primeira reunião do conselho, os catadores estavam preocupados com a diminuição dos materiais descarregados no aterro, sentida por todos, assim como os efeitos diretos dessa diminuição em sua renda semanal. Seu Zé me contou que, à noite, as carretas estavam chegando de meia em meia hora, de quarenta em quarenta minutos, e que antes elas chegavam de cinco em cinco minutos, não sendo raro chegarem três seguidas: "Quando você tinha uma conta para pagar, você ia lá e tirava seu dinheiro". Dessa forma, era possível deixar de trabalhar por um dia e compensar a falta no dia seguinte: "Agora não. Mesmo se você dobrar, você só consegue tirar a mesma coisa que tirava num dia normal antes, sem dobrar. Isso vai te deixando nervoso".

Corriam informações/boatos de que, no final do mês, a Comlurb tiraria mais cinco carretas diárias e que o "rampão" se juntaria à "rampinha". Eles temiam essa situação e previam que, assim, todos iriam "se matar" para conseguir "tirar" sua renda dos materiais. Um dos catadores, Kiko, sugeriu que eles tentassem acionar a mídia para relatar a situação. Chico, então, comprometeu-se a contactar a imprensa.



A reunião da semana seguinte deu-se um dia após a publicação na capa do jornal *O Globo* da reportagem "Ratos e urubus rasgam a fantasia".[12] Chico relatou ter encaminhado a ideia de envolver a imprensa nos proble-

12 No dia 10 de outubro, o jornal deu início a uma série de reportagens chamada "Enquanto a Copa não vem". A matéria em questão trazia uma foto do aterro de Gramacho abaixo do subtítulo: "Rio sonha chegar a 2014 sem lixões, mas joga 79,4% dos resíduos em áreas impróprias" (Alencar, E., 2011).

mas dos catadores, fazendo com que a mídia denunciasse a situação do aterro. Por esse motivo, a matéria foi projetada na parede da sala da reunião de modo que todos acompanhassem sua leitura. Lisandra, presidente de uma das cooperativas do bairro, leu em voz alta a reportagem, que, além de falar de Jardim Gramacho, mostrava um mapa com todos os lixões e aterros do estado e fornecia um panorama geral da situação dos resíduos, relacionando-o à expectativa dos megaeventos. O texto chamava a atenção para o prazo final estipulado pelo governo estadual para a erradicação de todos os lixões do Rio de Janeiro – 2014. Perante o relato da situação de crianças trabalhando nesses locais, Chico esclareceu que eles sabiam que não era o caso de Jardim Gramacho, mas que a informação era positiva para todos terem ciência daquela realidade: "A gente não é o único aqui, não somos os únicos no Rio de Janeiro e nem somos os únicos do Brasil [...]. [Apesar disso,] Gramacho é o que está no foco".

Após a leitura da matéria, a atenção se voltou para a agenda de trabalho. Nas primeiras reuniões do conselho, a agenda envolvia a meta de recolhimento de um abaixo-assinado para que fossem realizadas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e na Câmara de Vereadores dos municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, além do acionamento da Defensoria Pública e do Ministério Público através de ofícios, e de uma reunião com a Procuradoria do Trabalho de Nova Iguaçu, dentre outras ações.[13]

Especificamente na reunião descrita, a agenda de trabalho versava sobre a criação de mecanismos que fizessem a informação circular entre os catadores do aterro. As propostas previam informativos, carros de som ou a disponibilização de uma sala na entrada do aterro por onde os catadores pudessem passar e se informar. Chico apresentou uma agenda de compromissos marcados para os próximos dias, incluindo uma viagem a Brasília, na qual seria acompanhado por um dos representantes da frente de serviço a ser escolhido ao fim daquela reunião.

13 Deve-se ressaltar aqui a atuação de uma assistente social que mantinha uma proximidade de longa data com os catadores e cujo auxílio era frequentemente solicitado. Ela acompanhou o desenvolvimento da organização cooperativista desde a fundação da primeira cooperativa do bairro, e sua presença constante fornecia suporte aos catadores. Nesse contexto específico da reunião, ela assumiu a responsabilidade pela adequação formal dos ofícios enviados aos órgãos públicos.

Nesse mesmo dia, em uma sala separada, o conselho escolhia seu representante por unanimidade. Após a decisão, os catadores justificavam seu voto, destacando as expectativas e a confiança depositadas naquele que seria a sua "voz" em Brasília: "A gente tá colocando a confiança em você!"; "Você tem que contar pra gente, passar a informação"; "Se der cópia de algum documento pro Chico, pede cópia pra gente também". A viagem incluía uma audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República, através do ministro Gilberto Carvalho, e reuniões com representantes da Fundação Banco do Brasil, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e da ONG de defesa do meio ambiente WWF. O encontro com representantes desta última tinha em vista o evento Rio+20, considerado pelos catadores possível instrumento de barganha com o poder público, como mostra a fala de Chico:

> Ano que vem tem a Rio+20, e a WWF é uma das organizadoras da Rio+20. Por causa do documentário *Lixo extraordinário*, uma das coisas que as pessoas mais perguntam no mundo todo é como ficou aquela coisa de Gramacho. Se vocês ouviram [na reportagem do jornal lida anteriormente] que tem que fechar Gramacho no mês seis, a Rio+20 acontece no meio do mês seis. Se fechar no início do mês, não adianta ninguém vir conhecer o que é Gramacho, porque Gramacho tá fechado, porque aí o Estado diz: "Nós fizemos nossa parte". Então, qual é a estratégia deles? É fechar antes que a conferência aconteça. [...] Temos que manter o aterro aberto. Nossa reunião com o Gilberto Carvalho é justamente para isso, a gente faz um relatório mais ou menos de duas páginas para levar para ele, tira xerox dessa reportagem e leva para ele. [...] E tem outra coisa. Não pensem que a gente vai se reunir com esse pessoal lá em Brasília e está tudo resolvido. O problema de Gramacho são quase quarenta anos de esquecimento! Não vai ser assim de uma hora para outra. Tem a questão do trabalho, da moradia...

O trecho demonstra com clareza o tipo de disputa em torno da Rio+20. A iniciativa do poder público municipal do Rio de Janeiro de antecipar o encerramento do aterro era vista como uma estratégia para preservar a imagem "sustentável" da cidade para o mundo e habilitá-la a receber as autoridades que viriam discutir soluções ambientalmente responsáveis para o planeta. No entanto, essa postura mascarava a situa-

ção, já que fechar o local, sem viabilizar soluções para as mais de mil famílias que tinham no espaço sua fonte principal de renda, representava um contrassenso diante da proposta do evento. Nesse sentido, "manter o aterro aberto" era a principal estratégia política dos catadores e significava poder mostrar ao mundo uma imagem alternativa da capital, através da situação enfrentada por eles, que ia de encontro àquela que se tentava forjar pela prefeitura do Rio de Janeiro.

No mesmo dia, concomitantemente à reunião, acontecia uma incursão da Polícia Federal em Jardim Gramacho, na qual algumas pessoas foram presas e alguns depósitos, fechados, incluindo o do Alemão.[14] Soubemos da notícia ao término da reunião, e o clima tenso que caracterizava aquele período ficou ainda mais dramático. Muitos especulavam sobre os motivos da ação, vendo-a como uma represália à organização e às iniciativas dos catadores. Além da redução progressiva dos materiais que chegavam à rampa, pareceu nítido para muitos ali que o "governo" estava orquestrando uma estratégia para desmantelar as bases daquele universo e acabar com a economia que sustentava os catadores, sem construir alternativas ou a contrapartida devida.

Após a reunião, para tentar compreender melhor o que estava acontecendo, em companhia de outra pesquisadora que também acompanhava os encontros, decidi ir até a portaria do aterro, aproveitando a presença de dois catadores (Kiko e Fernando) que, após a reunião, seguiriam em direção ao aterro por "dentro" – caminho contrário ao que vai para a rodovia Washington Luís, rota de saída de Jardim Gramacho. Ao longo do passeio, percebi Kiko conversando, de forma interessada, com inúmeros catadores da rampa. Ele tentava cumprir com a responsabilidade, assumida pelo conselho, de ampliar a comunicação com os companheiros da frente de serviço e informar sobre o andamento do processo e as ações dos catadores organizados. Kiko avisava sobre o fechamento do aterro – que muitos viam como "lenda" –, chamava os colegas para as reuniões,

14 Foram fechados 31 depósitos e empresas considerados ilegais, sem licenciamento ambiental ou com irregularidades. A operação contou com 210 agentes das polícias Militar, Civil e Federal, além de técnicos do Inea. Segundo uma das notícias sobre o episódio, chegava a seis o total de pessoas detidas responsáveis pelos estabelecimentos irregulares, número que confere com minhas anotações de campo.

falava sobre a viagem a Brasília e dizia que o conselho estava unido para "fazer o dinheiro sair". Procurava fazer sua parte e executar o papel de liderança, o que requeria um grande esforço diante da descrença quase geral dos companheiros.

Em uma das reuniões, Ciro, catador que havia entrado no conselho e tido uma participação bastante ativa, relatava as dificuldades que o grupo encontrava ao tentar transmitir as informações das reuniões para os catadores que trabalhavam na rampa:

> A gente fala e ninguém quer escutar; falam que a gente quer o dinheiro deles. [...] Eu chego lá contando as novidades da reunião e eles dizem: "Vocês tão perdendo seu tempo". Não chega um e diz assim: "Legal, tamo contando com vocês, me deixa informado de tudo o que acontece". Ih... Desses 100 reais aí, precisa ver o drama! Eles dizem: "Tá aí, já tá se vendendo...".

No dia seguinte, a incursão policial em Jardim Gramacho saiu nos jornais, e a tensão nas reuniões cresceu. Os ofícios enviados ao Ministério Público e à Defensoria Pública não surtiram efeito e ficaram sem resposta. Em Brasília, o ministro Gilberto Carvalho havia cancelado a reunião, e a procuradora do Trabalho de Nova Iguaçu também não pôde comparecer ao encontro com os representantes dos catadores, que se deslocaram em vão até o local, o que gerou desgaste e nervosismo no grupo. No final de uma das reuniões, Chico pediu a palavra: "Quero dizer mais uma coisa: pouco andou até agora. Amanhã damos outra cartada, que é com a procuradoria pública. Se não andar, a gente vai ter que partir para a ação direta: manifestação". Os protestos na rua sempre foram um recurso político utilizado pelos catadores, embora nesse contexto tenham sido vistos como a última cartada. Tal estratégia pode ser eficaz mesmo sem se efetuar, pois a possibilidade de "ação direta" pode funcionar como mecanismo de barganha com o poder público, cuja tendência é buscar evitar as manifestações pela repercussão e visibilidade que podem vir a adquirir.

Em mais um encontro do conselho, Chico anunciou que a Rede Globo faria uma reportagem de doze dias em Jardim Gramacho e falou aos catadores sobre a possibilidade de participarem e darem entrevistas. Ele explicou que se tratava de "uma espécie de documentário" para ser exibido no *Jornal Nacional*. Ciro se mostrou desconfiado: "A Globo tem muitos só-

cios que têm interesse nas lixeiras. O que a gente falar com eles, eles vão usar contra a gente". Chico retrucou: "Existem vários tipos de repórter. Quem vem aqui é repórter sério". Alguém então ressaltou a importância de se estar ao máximo em "evidência" naquele momento. Em seguida, Chico explicou qual deveria ser o intuito dos catadores: "Discutir no direito o que querem e não falar mal da vida dos outros". Vitória completou: "A imprensa sempre foi muito simpática à causa dos catadores, independente de emissora".

*

Acompanhei as reuniões do conselho até o final de dezembro de 2011, afastando-me do campo até março do ano seguinte. As negociações prosseguiram, e as investidas em favor da sensibilização do governo federal foram positivas. A Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (Pangea), que tinha convênios com o governo federal, juntou-se ao processo, e um de seus representantes passou a acompanhar a mobilização dos catadores, fornecendo-lhes suporte institucional. O mês de março foi decisivo: a convite das lideranças, representantes do governo federal visitaram Jardim Gramacho com o objetivo de ouvir as demandas da categoria e verificar a situação dos catadores e do bairro, definindo assim o tipo de ação que poderia ser adotado na esfera federal.

A equipe do governo conversou com os membros do conselho na associação e, em seguida, visitou o aterro, onde os catadores puderam se manifestar, auxiliados por um carro de som. Os representantes do governo federal circularam pelo bairro e se encaminharam ao Centro de Referência em Assistência Social (Cras). Por fim, a equipe se reuniu na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), no Rio de Janeiro, onde Chico apresentou um documento com um conjunto de ações em benefício dos catadores. Os representantes que participaram do evento,[15] em especial

15 Estiveram presentes representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Cidades, do Ministério da Cultura, da Fundação Banco do Brasil, da Petrobras, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Patrimônio da União, além de representantes da Comlurb, da prefeitura de Duque de Caxias e da Secretaria de Estado do Ambiente.

aqueles ligados ao âmbito federal, comprometeram-se a fornecer o apoio necessário para o cumprimento das reivindicações.

Essa visita, interpretada pelos envolvidos como um marco para a localidade, com forte carga simbólica, foi imprescindível para a articulação entre os governos do estado e dos municípios de Caxias e do Rio. Havia muito tempo, os catadores vinham tentando mediar, sem grandes resultados, essa relação, pois haveria rivalidade e desconfiança mútua entre as instâncias, de forma que tudo sempre terminava em um "jogo de empurra". Essa articulação impulsionou o aval do prefeito Eduardo Paes e viabilizou as assinaturas da então presidente da Comlurb, Ângela Fonti, e do prefeito de Caxias, José Camilo Zito, para autorizar a criação do fundo. Este, que anteriormente existia apenas sob a forma de uma minuta, tramitava pela burocracia da prefeitura de Caxias havia pelo menos um ano. Assim, faltaria somente que a empresa Novo Gramacho assinasse o contrato de criação do fundo, oficializando a Caixa Econômica Federal (CEF) como secretaria executiva e entidade responsável pelo pagamento.

A articulação política dos catadores, pela atuação do conselho de lideranças e com o apoio de representantes de outras entidades, conseguiu que os recursos do FPC fossem antecipados e operacionalizados pela CEF, que quitaria as cotas e forneceria o pagamento dos auxílios através do sistema Cartão Cidadão. Esse procedimento foi identificado em análises do Programa Bolsa Família e parece reforçar a hipótese de que se criou um padrão institucional para a gestão entre as esferas municipal e federal (Helal; Neves, 2010).

A visita de representantes da União, que só acompanhei através da reconstrução narrativa dos envolvidos, foi descrita pela assistente social do aterro como "um dia apoteótico em Jardim Gramacho". No informativo que o conselho elaborou para suprir o problema de comunicação entre os catadores, o evento foi descrito como um "momento histórico".[16] Voltei ao campo na reunião preparatória para a segunda assembleia geral

16 A segunda edição do informativo, de responsabilidade do MNCR, narrava o contexto da visita e suas consequências práticas, convidando os catadores para a assembleia que seria realizada no dia 31 de março. A equipe responsável pela comunicação era composta por três lideranças do conselho, dentre as quais duas eram também representantes do MNCR no Rio. A tiragem dos informativos era de 2 mil exemplares.

dos catadores, que ocorreria no dia seguinte. Foram planejadas as ações e o desenvolvimento do evento, além de apresentados os critérios para a garantia do acesso ao fundo dos catadores. A assembleia seria o momento de informar ao coletivo maior de trabalhadores sobre esses critérios e de ouvir suas dúvidas, questionamentos e reivindicações.

ASSEMBLEIA GERAL FINAL

Cheguei às 7 e meia da manhã no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) onde ocorreria a assembleia. Na reunião da véspera, eu havia me voluntariado para atuar como facilitadora (responsável por auxiliar o coordenador, que deveria ser um dos catadores do conselho de lideranças, nos grupos de trabalho). Terminei por exercer as inúmeras atividades que se mostravam urgentes e necessárias a cada momento. A programação previa a abertura para credenciamento, a assembleia e as orientações gerais, o início dos grupos de trabalho para discussão das propostas e consideração dos catadores e, por fim, o almoço. Logo depois, haveria a plenária em que as propostas dos quinze grupos de trabalho seriam lidas por cada representante para a aprovação das regras de acesso ao fundo, especialmente as que diziam respeito ao tempo de liberação dos recursos e a seu valor.[17]

*

[Uma catadora discursa e gesticula segurando uma caneta. Em torno dela se forma um círculo de catadores que discute propostas a serem votadas na plenária. Uma equipe de filmagem alemã também capta imagens. Todos os catadores seguram uma folha de papel com as propostas a serem debatidas.]

17 Os critérios de acesso ao fundo eram: ter se registrado no Cadastro Único do governo federal (CadÚnico) entre os meses de janeiro e fevereiro de 2012; ter iniciado a atividade de catação no aterro até 31 de dezembro de 2010; ter catado no mínimo até 31 de maio de 2011; ser idoso de mais de 60 anos que comprovadamente tenha trabalhado no aterro e se afastado da atividade há no máximo dez anos; ser portador de deficiência congênita que tenha se afastado da atividade no aterro há no máximo três anos; e ser portador de deficiência adquirida em razão da catação e que tenha se afastado há no máximo cinco anos, sempre contados a partir da data de janeiro de 2011.



Catadora: Vai valer a nossa opinião, porque o que vale é a nossa força. Se todo mundo lutar, nós conseguimos aprovar, sim!

[Seu discurso recebe aplausos. Um catador-coordenador, responsável pela condução do grupo de trabalho que estava naquele círculo, e o representante do Pangea, que atuou como facilitador e mediador na assembleia, organizavam as falas. Um catador de camisa listrada (CCL) vai ao centro do círculo e começa a ler anotações do bloco de papel que segurava.]

CCL: Para organizar nossa vida, queremos receber o dinheiro de uma só vez. Só acaso, seis vezes.

Catadora: Isso é proposta ou não? Porque, senão, eles não dava o informe nem pra nós optar.

Mediador: Isso aqui é uma proposta, ela tem toda razão. Vocês vão dizer o que vocês querem. Eu não tenho nada a ver com o fundo, eu vim aqui ajudar na assembleia porque eu já fiz, eu trabalho com os catadores em vários lugares do Brasil. Nós vamos ter que aprovar é ali [aponta para o ginásio onde seria a plenária para a votação das propostas de todos os grupos de trabalho]. Não é uma coisa contra a outra, entende isso. Então, aprova na assembleia que vocês querem o dinheiro uma vez só. ["É isso!" – um catador exclama.] Calma aí, deixa eu continuar, vamos lá. Aprova na assembleia que vocês querem o dinheiro de uma vez só, no máximo seis meses. No máximo. Por quê? Porque vocês vão ter que ir pra uma negociação. Eu vou chamar um representante do grupo pra falar, o representante vai falar o que tirou no grupo e, no final, nós vamos fazer o seguinte: vocês estão de acordo que esse fundo tem que ser pago de uma vez? ["Sim" – um catador responde.] Se não tiver jeito de pagar uma vez, o catador não aceita que seja pago em mais de seis meses. ["Isso aí!" – alguns catadores reiteram.] Mas vamos deixar cla-

ro aqui, vocês sabem. [“Nada de seis nem de doze” – catadores comentam.] Olha só, as propostas vão ser votadas e vai ganhar a posição da maioria.

*





[Aproximadamente 1,3 mil catadores se reúnem no ginásio do Ciep para a plenária. O mediador chama ao microfone cada representante dos grupos de trabalho (RG). Eles vão ao centro do grande círculo, pegam o microfone – ligado a uma caixa de som potente – e informam a proposta criada entre os catadores do seu grupo.]

RG7: Eu só vou dizer o seguinte: nós quer o dinheiro todo de uma vez só e acabou.

[Devolve o microfone e se retira. Cada declaração semelhante recebe manifestações de apoio, palmas e gritos eufóricos de grande quantidade de catadores.]

RG8: O grupo oito preferiu tudo de uma vez.
[Catadores aplaudem, gritam: “Êêêêê!” e se cumprimentam.]
RG9: Tudo de uma vez só!
RG11: A questão é que eu estava na reunião ontem, eu aceitei a atenção dos representantes, porque na questão do número dois no item “b”, eles colocaram que poderiam liberar esses recursos de uma vez só pros idosos e pros deficiente físico. Então por que que não pode disponibilizar também em valor único, em cota única, pra nós também? Porque pegando em cota única nós podemos resolver nossa vida o mais rápido. Outra coisa, hein, gente, não esqueça, nós temos que liberar esse recurso, tentar a liberação no prazo má-xi-mo de 45 dias!

[Muitos aplausos e gritos. A representante do grupo onze devolve o microfone.]

*

[Depois de todos os representantes se pronunciarem, o mediador sobe em uma mesa no centro do ginásio e pega o microfone.]



Mediador: Vocês fizeram uma discussão, levantaram uma série de ideias, essas ideias estão no papel que vocês tinham e vão ser passadas pro papel, pro Gil [representante da SEA], que está aqui. Essas ideias vão ser todas levadas pro comitê gestor do fundo, pra Caixa, pra Novo Gramacho. E essas ideias vão ser aproveitadas. Duas coisas que foram apresentadas em todos os grupos e é isso que nós vamos votar agora, ok? A primeira proposta é que o dinheiro do fundo seja pago de uma única vez. Quem é a favor dessa proposta?

[Um mar de mãos levantadas toma o espaço. Muitos gritos de "Eeeeeu!" e assobios.]

Mediador: A proposta de que o dinheiro do fundo seja pago para todos os catadores de uma só vez foi aprovada por unanimidade! A segunda proposta que foi discutida em todos os grupos e foi apresentada aqui é que o fundo seja pago pra todos os catadores em, no máximo, 45 dias. Quem é a favor da proposta de que o fundo seja pago em, no máximo, 45 dias levanta o braço [os braços se levantam, e o mediador segue]. A proposta de que o fundo seja pago em, no máximo, 45 dias foi aprovada por unanimidade! Vocês aprovaram aqui outra proposta. Isso vai ser levado à Novo Gramacho e à Caixa. Vocês não têm garantia de que eles vão aceitar. Então, como vocês sabem, a luta é de vocês. Ninguém vai sair iludido de que o problema tá resolvido. Vocês estão me ouvindo? O problema não tá re-sol-vi-do. Vocês têm que sair daqui e continuar lutando. A Novo Gramacho está negociando com a Caixa Econômica Federal a criação do fundo. O fundo não foi criado ainda formalmente. Por isso é importante vocês terem aprovado isso pra mostrar

que tem que criar o fundo logo e resolver. Por isso vocês têm que continuar unido e lutando.

*



[O mediador passa a palavra a Chico, que apareceu apenas na hora da plenária. Ele pega o microfone e começa seu discurso do chão.]

Chico: Pra poder garantir essa assembleia, custou muito, custou muito. [...] Hoje eu só sou uma pessoa. Vocês é quem vão fazer a mudança. Hoje é vocês [aponta para os catadores] que vão mudar tudo. Não pense que esse fundo é só pra Jardim Gramacho. Vocês vão mudar a história de um país que nunca pagou nada pra catador, nunca pagou. Hoje todos que estão aqui... são vocês os protagonistas da história. Hoje é vocês que votam. Hoje é vocês que demandam. Hoje é vocês que faz a diferença. E eu acredito em vocês. Sei que vocês têm a capacidade de mudar tudo isso. Vamo mudar essa história. Essa assembleia mostra que os catadores têm consciência e tão unidos num único propósito: mudar a história de Jardim Gramacho. É muito pouco o que tá acontecendo hoje. Ainda tem que fazer mais. Vocês merecem muito mais pelos trinta anos de trabalho que vocês fizeram [catadores concordam com a cabeça]. Se não fosse vocês, Jardim Gramacho não duraria nem quinze anos. Se durou trinta anos, é porque vocês trabalharam. Sabe quantas toneladas vocês tiram por dia de material reciclável? Duzentas toneladas de material reciclável. Isso foi pesado pela Comlurb. Hoje eu tô aqui. Mas eu sei muito bem o que que eu fiz. Só fiz porque vocês tão junto, amigo. Hoje, se eu não tivesse aqui pra votar, não tinha diferença. Hoje vocês votam. É vocês que vão falar quanto e quando vocês vão receber. Hoje vamo fazer a diferença. Vamo mostrar pra eles que reciclagem não é coisa de gente pobre, é coisa de gente inteligente [as pessoas ao redor aplaudem, e ele encerra o discurso].

> Mediador: Então eu acho que agora a gente vai encerrar o trabalho. A assembleia foi bonita, vocês deram um exemplo de categoria organizada, de gente séria que sabe o que quer [muitos aplausos]. E daqui pra frente é muita luta, e a gente acaba a nossa assembleia aqui. Obrigado e uma salva de palmas!

REVIRAVOLTAS

Em 10 de abril de 2012, é noticiada na imprensa a decisão do prefeito Eduardo Paes de antecipar o fechamento do aterro de Jardim Gramacho para 23 de abril. As lideranças de catadores ficaram perplexas e logo reagiram, emitindo notas de repúdio ao que viam como uma decisão "unilateral", que ignorava todo o trabalho de articulação e mobilização feito até o momento. Como os trâmites para a criação do fundo não tinham se concretizado, os catadores se viram diante da possibilidade de serem alijados do processo e de terem comprometidas as suas garantias financeiras e institucionais para enfrentar a perda da fonte de renda e a transição para outro meio de vida. Já no dia seguinte à decisão, saiu a primeira mensagem no *blog* da ACAMJG:

> Depois de quase um ano e meio de negociações, reuniões intermináveis com SEA, Inea, PMDC [Prefeitura Municipal de Duque de Caxias] e governo federal, ligo a televisão e, surpreendentemente, vejo o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, comunicando que antecipará para o dia 23/04/12 o encerramento do Aterro de Gramacho. Até onde, nós, catadores(as) sabíamos, fazia parte das negociações encerrar o aterro somente após a liberação do Fundo de Apoio a Catadores(as), fundo esse que até o momento é uma promessa, hoje ninguém sabe responder como nem quando esse fundo será efetivamente repassado para os(as) catadores(as).[18]

Em 12 de abril, os catadores lançaram uma nota escrita por Chico em nome do conselho de lideranças, na qual constava o seguinte trecho:

> Em Nome da Rio+20, o prefeito Eduardo Paes cometerá o genocídio de 1.896 famílias (15 mil pessoas). O Conselho de Lideranças dos Catadores e Catadoras do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho vem nesta nota ex-

18 A mensagem já não estava mais disponível no *blog* à época de publicação deste livro.

> pressar sua profunda indignação com a forma como os/as catadores/as vêm sendo tratados no processo de fechamento do Aterro de Gramacho. (MNCR, 2012a)

Na nota, a prefeitura do Rio e a Comlurb são citadas por "nunca [terem se disposto] a sentar-se à mesa para discutir e ajudar a colocar em prática o fundo e essas ações". Diante da enxurrada de notícias sobre o encerramento do aterro e a situação dos catadores na imprensa, o conselho declarou:

> Hoje vemos pessoas dando várias informações desencontradas à imprensa, que falam que estamos tendo acesso a cursos de formação, a recursos e a outras ações de apoio, além de dizerem que nos pagarão os recursos do fundo após nos organizarmos. Informamos à sociedade do Rio de Janeiro que até o momento NÃO RECEBEMOS NADA. [...] Às vezes nos perguntamos se essas informações são jogadas na imprensa porque as pessoas não sabem o que está acontecendo ou se isso é feito para tentar jogar os catadores uns contra os outros. Queremos informar que os/as catadores/as estão organizados, sim, temos um Conselho de Lideranças composto por cinquenta catadores/as e realizamos uma Assembleia Geral dos Catadores e Catadoras de Gramacho no dia 31 de março deste ano, com a participação de mais de 1.200 catadores/as, que foi organizada e conduzida por nós mesmos. Se isso não é organização, então nos digam o que é. Colocar a culpa da inoperância do poder público na mão do povo é sempre mais fácil. (MNCR, 2012a)

Em seguida, informaram que não iriam mais "aceitar imposições e propostas que não saem do papel", exigindo respostas sobre como iriam alimentar seus filhos a partir do dia seguinte ao fechamento antecipado do aterro. A nota também informou a decisão do conselho de lideranças de, caso nenhuma proposta dos catadores se concretizasse, realizar uma "manifestação pacífica" em frente à prefeitura da capital (MNCR, 2012a). No dia seguinte, uma nova nota do conselho foi emitida, com uma lista de solicitações e um calendário para seu cumprimento.

> [...]
> 1) que o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho só seja fechado após a efetiva liberação dos recursos do fundo;

> 2) que a Comlurb faça as mudanças necessárias nos termos do contrato assinado com a Empresa Novo Gramacho e a oriente a avançar nos procedimentos exigidos para a liberação imediata dos recursos do fundo para os/as catadores/as junto à Caixa Econômica Federal;
> 3) que os recursos do fundo sejam pagos de uma só vez para todos/as os/as catadores/as, de acordo com a decisão da Assembleia Geral dos/as Catadores/as de Gramacho, realizada no dia 31 de março de 2012;
> 4) que esses recursos sejam depositados diretamente nas contas dos/as catadores/as beneficiários do fundo, a serem abertas junto à Caixa;
> 5) que a Caixa coloque uma tenda no aterro para encaminhar a abertura das contas dos/as catadores/as que forem definidos como beneficiários do fundo, de forma a facilitar o acesso de todos aos recursos disponíveis;
> 6) que a Caixa Econômica Federal não cobre os custos financeiros da operação de adiantamento dos recursos, incorporando este como um investimento social, o que está em perfeita consonância com os objetivos dessa respeitada instituição financeira pública;
> 7) que os representantes da Empresa Novo Gramacho não interfiram mais na organização dos catadores e catadoras do aterro, pois a sua ação está confundindo os catadores e criando instabilidade entre as pessoas. (MNCR, 2012b)

Dois dias após a divulgação dessa nota, a associação lançou um vídeo nas redes sociais, em que os catadores do conselho convocavam a população do Rio de Janeiro e aqueles "a favor da causa dos catadores" a participar da manifestação marcada para o dia 18 de abril. Esclareciam também que as notícias da imprensa não eram verídicas e que não haviam recebido nada, assinalando ainda a injustiça cometida pelo prefeito.

No dia 16 de abril, Chico e os representantes dos catadores se reuniram com Gilberto Carvalho e com o prefeito Eduardo Paes. Nessa reunião, Paes anunciou a postergação do fechamento do aterro para o mês de maio e se comprometeu a pagar uma bolsa de 500 reais mensais para cada catador pelo período de seis meses até que os trâmites necessários para a efetivação do fundo fossem concretizados e convertidos em dinheiro. No dia seguinte, o conselho gestor do fundo seria oficializado na SEA e sacramentaria os benefícios pelos quais os catadores lutavam havia tanto tempo.

Na reunião, ficou acertado um prazo para a entrega da lista com os nomes de todos os catadores que teriam direito ao pagamento. Na resolução final, foi acordado o valor de 23,8 milhões de reais a serem divididos entre os catadores cadastrados. Depois de duas prorrogações, a data estabelecida para o fechamento definitivo do aterro – desta vez com a anuência dos catadores – foi doze dias antes da realização da Rio+20. A prefeitura decidiu antecipar o valor correspondente ao fundo, que deveria ser pago posteriormente pela Novo Gramacho, e cancelar a bolsa acordada diante do recebimento dos recursos, em cota única, pelos catadores.

DINHEIRO



No dia 1º de junho, os catadores se dirigiam ao Ciep do bairro com a promessa de receberem um cartão da CEF que daria acesso à conta bancária na qual o dinheiro do fundo dos catadores seria depositado. Cada um dos aproximadamente 1,7 mil catadores beneficiados receberia cerca de 13,9 mil reais. Uma fila cuja real extensão era difícil de verificar havia se formado ao redor da grade que cercava a instituição. Na entrada do local, um aglomerado de pessoas se espremia, na expectativa de adentrá-lo e esperar sua vez de obter o tão esperado cartão. A tarefa naquele dia seria atender a todos os catadores que tivessem preenchido os requisitos para a retirada do documento, e, para tanto, dois estandes da CEF haviam sido montados dentro do Ciep. Diante da enorme fila e da falta de previsão para acessar o interior do espaço, os catadores reclamavam.

A fila teve momentos de confusão. Um policial militar chegou a ameaçar os catadores com uma pistola para conter o empurra-empurra. No entanto, ele baixou a arma, intimidado com a presença da "imprensa", quando um rapaz se aproximou com uma câmera. Os catadores pegavam

seus celulares para filmar a confusão. Alguns colocavam a culpa nos próprios trabalhadores; outros, nas cooperativas (responsáveis pela organização do processo); e outros, nos policiais. Por fim, a fila foi organizada.

Do lado de fora, eu encontrava conhecidos. Marco havia saído da Cooperjardim, por não conseguir conciliar sua atividade política como representante da cooperativa e o imperativo de ganhar dinheiro para o sustento. Ele disse que, para seguir em cooperativa, seria preciso implementar a coleta seletiva, e as reuniões que tinham esse objetivo "não davam em nada". Lembrou que a Secretaria de Meio Ambiente do município comprara quatro caminhões para a coleta seletiva, tema que fora discutido em diversas reuniões de que participei desde o início do campo. Porém, revelou: "Os caminhões chegaram, mas a coleta não está indo para o catador".

Marco estava trabalhando como vigia durante a madrugada e tinha decidido seguir o conselho da equipe do filme e procurar uma agência de figuração. Ele estava trabalhando na montagem de um cenário no Riocentro para a Rio+20 e havia sido selecionado também para trabalhar em um curta-metragem como ator – e não como figurante. Na época, ele já havia feito alguns ensaios, e as gravações estavam para começar. Sobre o dinheiro do fundo, ainda pensaria melhor sobre onde investi-lo, mas considerava a possibilidade de comprar carros usados, reformá-los e revendê-los.

Edson, jovem catador que conheci nas filmagens no aterro, contou ter feito o curso de construção civil no Cras, com duração de uma semana; ele já estava trabalhando, com carteira assinada, ganhando 970 reais por mês e descansando nos fins de semana. Com o salário, reformava a casa, onde desejava morar com os filhos; portanto, investiria o dinheiro da indenização em outra coisa.

Caetano contou que estava na Cooperjardim e que Lisandra estaria "botando material sem cobrar nada". Ele disse que ainda não havia retomado os estudos, mas que tinha voltado a tocar na igreja e em bares. Kiko comentou que sua filha havia nascido e que ele estava trabalhando de carteira assinada: "Estou feliz, é bem melhor".

Seu Moisés também estava muito feliz, pois naquele dia recebera uma ligação do Senac com a notícia de que havia sido selecionado (com bolsa integral) para o curso de *pizzaiolo*, a começar no dia seguinte. Já

Valdo e Moacir, filhos de dona Zélia, tiveram que interromper o curso que faziam, pois, com a diminuição dos materiais no aterro e a consequente redução de sua renda, não tiveram mais condições de pagar pelos estudos. Em compensação, haviam se inscrito no curso de montagem e manutenção de computadores, uma das modalidades oferecidas aos catadores no Cras.

Pelé, que fazia parte do conselho de lideranças, contou-me que Rita havia tirado o CNPJ de sua associação e que os associados já estavam trabalhando. Pelé era irmão do presidente de uma das cooperativas do bairro e disse que queria deixá-la. Contou que, antes, a organização contava com mais de duzentos cooperados, mas que naquela ocasião restavam apenas dezoito: "Essas cooperativas são fachada; não divide o bolo com os cooperados e ainda cobra 30%". Perguntei a ele sobre a ACAMJG, ao que respondeu: "O Chico participou das leis, ele tava junto lá em Brasília [...] ninguém gosta dele aqui, não". Apesar de considerar a existência das comissões de lideranças – tanto o conselho fruto da assembleia quanto a comissão anterior formada pela empresa e encabeçada por Rita –, Pelé afirmava: "A maioria vai fazer curso e não quer saber de cooperativa, não". Ele próprio ainda não havia decidido o que faria com o dinheiro do fundo.

Depois da gravação do filme ficcional, Roxana parou de catar. Inicialmente, ficou trabalhando no setor de limpeza da empresa Novo Gramacho e, depois, foi transferida para um prédio no centro do Rio de Janeiro. Sobre o novo emprego, comentou: "Tem muita câmera lá, não dá nem pra descansar". Confessou que não se acostumava com a situação e que não estava gostando do esquema. Afirmou ainda que seu sonho era fazer faculdade de serviço social e que já havia falado sobre isso com Davi, da Novo Gramacho. Perguntei-lhe se já havia conversado com a assistente social do aterro sobre esse desejo; ela negou, alegando vergonha.

As conversas na fila se entremeavam com reclamações sobre a "bagunça" e a desorganização do processo. Ouvi relatos sobre pessoas que haviam passado a noite ali. Os que conseguiam pegar o cartão, saíam se vangloriando e com sorriso no rosto. Um catador com quem conversei dizia: "Nego é foda, já passou de carro aqui folheando nota de 50 reais". Em tom de brincadeira, contava que sofria desde que chegara à rampa e que, com aquela fila, continuava sofrendo para se livrar dela.

FECHAMENTO

[Rita chega ao aterro e declara ao repórter a seu lado: “Eu vou enterrar aqui a minha roupa”. Retira de uma sacola plástica o seu vestuário da rampa – o colete laranja, o meião e a touca –, mostra as peças para a câmera e coloca a touca na cabeça: “E hoje eu vou deixar tudo aqui, enterrado”. Logo, dezenas de repórteres e câmeras se aglomeram a seu redor, fazendo perguntas, anotando respostas e pedindo que ela mostre diversas vezes a roupa de catadora que levava na sacola.]

[Corte]

[Perante a equipe de imprensa e outros presentes, a carreta da prefeitura do Rio se aproxima de ré e levanta a caçamba para o despejo dos resíduos. No centro da cena estão Rita e seu Jerônimo, posicionados em frente ao caminhão. Os dois puxam o colete e mutuamente se ajudam a rasgá-lo. O trator se aproxima enquanto Rita segura o pedaço de colete, jogando-o em seguida na direção do veículo. A cena passa em câmera lenta. Seu Jerônimo se posiciona em frente ao trator, em meio a resíduos, para jogar a sua parte. A cena se desfaz, e os dois saem de perto do trator.]

[Corte]

[Jornalistas se aproximam com câmeras e microfones. Seu Jerônimo cai aos prantos diante dos repórteres. Uma autoridade tenta consolá-lo, dizendo: “É um momento de alegria”. Ele responde com um choro gritado: “Eu sei, mas é 22 anos aqui. É 22 anos aqui dentro”.]

[Corte]

[Seu Jerônimo sobe no trator acompanhado do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para enterrar os últimos resíduos.]

[Corte]

[Uma autoridade convoca “todos os profissionais de imagem” a entrarem no ônibus e se dirigirem ao local onde ocorreria o último ato de fechamento, na entrada do aterro.]

[Corte]

[Eduardo Paes, ajudado por Chico, e rodeado por Rita, outras lideranças e demais catadores, prende um cadeado em uma grossa corrente que une duas vigas de madeira colocadas na entrada do local. Um tecido é puxado, revelando uma placa com a seguinte inscrição: "Aterro Metropolitano de Gramacho FECHADO. Proibido jogar lixo neste local". Braços levantados e gritos de "Êêêê!" invadem a cena.]

[Corte]

[*Close* na placa]

*

A descrição anterior corresponde à cerimônia de fechamento do aterro exibida em um programa da Rede Globo dedicado ao evento, que ocorreu no terceiro dia do mês de junho de 2012. A reportagem, com duração de 45 minutos, tinha o objetivo de retratar os últimos dias do aterro de Jardim Gramacho. Esse evento encerraria o meu trabalho de campo na localidade, iniciado em abril do ano anterior. No dia da cerimônia, embora já estivesse pronta para sair, com a filmadora na bolsa, detive-me na porta de casa e decidi não comparecer. Assim, a imagem veiculada pela imprensa seria a oficial, e seu valor proviria justamente disso. Pensar que o comparecimento àquela cerimônia poderia me fazer acreditar em um "fim" foi o que me impediu de atravessar o umbral e encerrar o meu campo no dia do "marco histórico" oficial. Dessa forma, decidi voltar ao campo logo no dia seguinte para ver de que modo o episódio havia repercutido, bem como para me certificar de que a história de Jardim Gramacho seguia viva.

O QUE RESTOU DO FIM



Foi com surpresa e mesmo choque que eu chegava a Jardim Gramacho no dia seguinte ao fechamento do aterro e me deparava com o que parecia um cenário fantasmagórico. A sempre movimentada avenida Monte Castelo, que cruzei no primeiro dia de trabalho de campo quando tentava chegar à associação, parecia um caminho solitário. Os bares, as barracas, os depósitos, tudo aquilo que dava ao local uma dinâmica intensa estava inanimado. A paisagem, inerte. Tirei da bolsa a câmera para filmar o silêncio que tanto me impressionava.

Aproximei-me da entrada do aterro e encontrei o encarregado da vigilância, Bernardo. Ele me informou que eu havia ido no "dia errado": "Ontem era que tinha de tudo aqui – repórter, político...". Perguntei-lhe como havia sido a cerimônia, e ele respondeu: "Foi rápido, só subiu uma carreta pra simular que era a última, e pronto". Quis saber o que seria daquele lugar a partir de então, e ele disse: "Os tratorzeiros daqui, já foi todo mundo pra Seropédica". Quanto aos funcionários da empresa, responsáveis pela gestão do universo dos catadores, afirmou: "Mais ou menos umas quarenta pessoas, vai ser todo mundo demitido" – o que incluía a assistente social e o coordenador de responsabilidade social e ambiental.

Bernardo me contou sobre a fofoca do momento: a briga entre Vitória e Rita, que haviam "saído no tapa". Para ele, "aquilo ali era briga de facção, as duas eram inimigas". Contou ainda que a associação de Rita, a Acex, já estava funcionando, e me deu a indicação do local – onde também havia a "fábrica de vassouras".

Enquanto conversava com ele, um homem chegou e perguntou sobre Darcy, irmã de Vitória, pois gostaria de receber o "pagamento". Bernardo perguntou se ele havia entrado na lista, e ele respondeu afirmativamente. Foi então que resolvi passear um pouco mais, indo até o Cras, que ficava ao lado do Ciep onde as etapas finais do processo de ressarcimento dos catadores tinham ocorrido. Chegando lá, percebi que, assim como o homem que eu acabara de encontrar na portaria do aterro, outras pessoas também circulavam por ali e se dirigiam ao centro, na tentativa de conseguir receber o dinheiro. Naquele local havia sido efetuado o cadastro dos catadores na lista do fundo e ali também se realizava o CadÚnico do governo federal.[19]

19 O CadÚnico é um banco de dados que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e, por meio de um sistema informatizado, disponibiliza informações para a

Conversei com a coordenadora do Cras, que me contou do aumento na adesão dos catadores aos cursos. Antes, muitos ainda não acreditavam no fechamento do aterro, e outros estavam envolvidos com a questão do fundo. Segundo ela, quinhentas inscrições em cursos do Senai[20] e do Senac[21] tinham sido feitas até aquela data. A instituição funcionava desde janeiro por conta do cadastro dos catadores e, naquele momento, estava sendo oferecido curso de informática pela Faetec[22]. Também se tentava montar no Cras cursos de idiomas e de depilação.

Em seguida, permaneci sentada na recepção e conversei com conhecidos que apareceram por lá. Encontrei Washington, filho do falecido Glauber, que era uma liderança entre os catadores. Comentei que passara pela entrada do aterro e que havia ficado surpresa com o deserto da paisagem. Naquele dia, pensando na rampa que já não existia mais, Washington, em uma conversa já permeada pela nostalgia, falou de seus sentimentos: "Aquilo ali era uma mãe. Uma gastação danada, uma zoeira, a gente chegava na maior alegria lá. Vou sentir saudade...". Apesar de jovem (32 anos), ele tinha dezessete anos de rampa. Lembrou-se então de seu pai, que era muito querido por todos, conhecido e estimado até pelos motoristas e caminhoneiros. Flor, que estava ao lado, lembrou-se das homenagens feitas ao pai de Washington na associação e também nas redes sociais.

Flor estava trabalhando no Cras como auxiliar de serviços gerais havia três meses. Ao saber da notícia, fiz a seguinte saudação: "E aí, ex-catadora?". Ela parou para pensar, como se pela primeira vez tivesse olhado a situação por esse ângulo. Sorriu, inclinando lateralmente a cabeça, e repetiu "ex-catadora", com uma entonação que trazia o sentido de "quem diria...". Ela também deu sua versão para a briga entre Vitória e Rita, atribuindo-a à questão do fundo. Depois dessa peleja, Flor saiu do conselho

seleção de beneficiários de programas sociais do governo federal, como o Programa Bolsa Família. A concessão do benefício financeiro desse programa é operacionalizada pela CEF. O Cras é a instância municipal em que se realizam o cadastramento e a atualização de dados da população no CadÚnico.

20 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

21 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

22 Fundação de Apoio à Escola Técnica.

e deixou a atividade de representação. Relatou ainda: “Tem um monte de gente que chega no Cras todo dia atrás da lista porque ficou de fora”.

Washington contou que estava no Cras porque queria se inscrever no curso de auxiliar de eletricista. Comentou que corria uma informação entre os catadores de que a Petrobras compraria uma extensão de 10 quilômetros de terras ao redor do aterro. O boato gerava expectativas de “especulação imobiliária” entre eles, que viam no cenário uma oportunidade de ganhar uma renda extra. Segundo Washington, o pessoal estaria “segurando os barracos”, com a esperança de vendê-los para a Petrobras. Ele afirmava que a empresa já havia comprado uma fábrica perto de “sua área”.

Depois de um tempo, chegou ao Cras um homem que morava na Região dos Lagos, dizendo que, em dois meses, já haveria crianças passando fome em Jardim Gramacho: “[Porque] 14 mil não dá pra nada”. Flor comentou então: “Tirando você, teve um monte de gente que não fez o cadastro porque não acreditou”. Ela contou que, enquanto bebia cerveja na praça do bairro junto com outros catadores, “só via o pessoal passando com TV de plasma de 42 polegadas na cabeça, um monte”, o que a levava a pensar: “Esse povo é maluco. Daqui a pouco, o dinheiro acabou”. Sobre a quantia que recebera como compensação pelo trabalho de catadora no aterro, afirmou: “Tá na poupança, porque o meu salário aqui [no Cras] dá pro gasto”. O ex-catador que morava na Região dos Lagos disse que havia muita gente nos bares bebendo: “No sábado, todos os bares daqui estavam cheios”. Flor completou: “Não tem ninguém na ACAMJG hoje porque tá todo mundo curando a ressaca”. Nenhum dos conhecidos que encontrei no Cras nesse dia havia comparecido à cerimônia de encerramento do aterro. Em relação a isso, Flor comentou apenas: “Aquele pessoal gosta muito de mídia”.

5

"SOLUÇÕES AMBIENTAIS" DO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI

Nas primeiras semanas de meu trabalho de campo, iniciado em abril de 2011, vi estampada na capa do jornal *O Globo* a foto de uma catadora trabalhando no aterro com a seguinte manchete: "Gramacho: o começo do fim". Essa matéria se reportava a outra no interior do jornal, "Gramacho, um adeus que não deixa saudade" (p. 8). Logo abaixo, como extensão, outra matéria, com o título "O drama dos catadores sem lixo", contava a história da catadora que aparecia na foto de capa e seu drama de sustentar o neto deficiente. A última parte da reportagem mencionava a associação local e apresentava um de seus representantes: "Catadora desde os 11 anos, a diretora da associação de catadores de Gramacho cobra as promessas das autoridades" (Captação..., 2011). Na página ao lado, uma foto mostrava o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de costas, com os braços levantados, registrando com um celular uma carreta da prefeitura que despejava a primeira carga de resíduos na central de tratamento de Seropédica, inaugurada naquele dia. Na manchete, lia-se: "Prefeitura pretende utilizar lixo seco para a geração de energia elétrica: central de tratamento de Seropédica começa a receber detritos da capital" (Motta, C., 2011).

O processo de fechamento do aterro de Jardim Gramacho correspondeu à reconfiguração da gestão de resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse contexto estavam envolvidos atores, forças e interesses que não se restringiam aos catadores e nem sempre convergiam com sua perspectiva. Embora esses aspectos tenham ocupado o foco etnográfico da discussão até aqui, este último capítulo contextualiza outras dimensões do processo e apresenta, de forma panorâmica, a partir de abordagem e de materiais distintos, o universo que cerca os

catadores nessa arena de disputas e que, de certo modo, os ultrapassa.[1] Apresentamos as empresas e os empreendimentos envolvidos no cenário da gestão de resíduos e identificamos a lógica que está na base dessa reconfiguração, caracterizada pelo viés da modernização tecnológica. Esse novo modelo é, então, contextualizado nas concepções de desenvolvimento que forjam um paradigma para o capitalismo no século XXI: o de uma economia que se pretende "verde" e que, para tanto, utiliza o discurso ambiental como justificação de suas estratégias corporativas nos mercados abertos pelos resíduos.

O (RE)APROVEITAMENTO ENERGÉTICO E AS CENTRAIS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS (CTRS)

O aterro de Jardim Gramacho era uma peça estratégica da gestão de resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo da capital, já que das 9 mil toneladas diárias despejadas no espaço, 80% eram provenientes daquele município. O encerramento das atividades só seria possível caso fosse viabilizado um local alternativo para o vazadouro, o que aconteceu com a construção da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) em Seropédica – CTR Santa Rosa. Esse novo modelo é anunciado como uma alternativa "moderna", capaz de oferecer soluções "verdes" para a destinação dos resíduos por meio de altos investimentos em maquinário e tecnologia e pela operacionalização de produção energética.

No artigo 3º, inciso 7º, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o conceito de "destinação ambientalmente adequada" prevê o "aproveitamento energético" como uma das opções para a destinação dos resíduos, ao lado da reutilização, da reciclagem, da compostagem e da recuperação. Já o parágrafo 1º do artigo 9º diz o seguinte:

> Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento

1 Assim, este capítulo final não apresenta simetria com os demais, o que se explica pela escolha em abordar esses outros tópicos, mesmo que de forma breve, em vez de ignorá-los devido à impossibilidade de lhes dedicar um tratamento equânime e etnográfico.

> de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental. (Brasil, 2010; §1º, art. 9º, cap. 1, tít. 3)

Antes mesmo da sanção da lei nº 12.305/2010, que institui a PNRS, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) já se manifestava em nota pública, de 29 de julho de 2010, pedindo ao presidente da República o veto a esse parágrafo. Os motivos elencados pelo movimento eram os seguintes:

a) O interesse da indústria de plástico em implantar incineradores no Brasil e, com a queima de resíduos, eximir-se de suas responsabilidades socioambientais. Isso, "inclusive, estimula o maior consumo de embalagens no mercado brasileiro. O que vai na contramão dos objetivos da PNRS";

b) A garantia de emprego para milhares de pessoas na cadeia produtiva gerada com o reaproveitamento dos resíduos seria prejudicada: "A exemplo da experiência nos EUA, enquanto um incinerador emprega um posto de trabalho, a mesma quantidade de dinheiro investida na reciclagem emprega 646 trabalhadores. A queima de resíduos significa, portanto, dar as costas a quem precisa de trabalho";

c) Haveria falta de controle social em relação à construção de incineradores: "O modo como os incineradores estão sendo implantados em todo o Brasil, sem nenhum esclarecimento ou consulta à população, um processo encaminhado sem qualquer transparência e sem qualquer debate público, também vai contra a proposta de gestão integrada";

d) Poluição seria gerada:

> A incineração de resíduos é apontada pela ONU como uma das principais fontes geradoras de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), que são danosos à saúde e ao meio ambiente. Não investir com toda a prioridade no reaproveitamento e na reciclagem e permitir a implantação de incineradores também significa deixar de lado um compromisso assumido pelo Brasil em 2001, quando assinou a Convenção de Estocolmo, tratado da Organização das Nações Unidas (ONU), que recomenda que o seu uso seja eliminado progressivamente. (MNCR, 2010)

O movimento dos catadores ainda remarcou a subtração da última frase do parágrafo 1º do artigo 9º da lei, que garantia que a queima de resíduos fosse feita somente após o esgotamento de todas as outras op-

ções de reaproveitamento e reciclagem. Além disso, a nota demonstrava que a categoria, equivalente a cerca de 800 mil pessoas, era responsável por 90% dos produtos que chegavam à indústria de reciclagem, e que, dos 5.560 municípios brasileiros, apenas pouco mais de trezentos adotava sistemas de coleta seletiva. Desse universo, somente 142 mantinham relação de parceria com associações e cooperativas de catadores, o que correspondia a 2,5% do total de municípios. Nesse sentido, o movimento advertia que, em virtude dos elevados investimentos financeiros exigidos pelos sistemas de incineração, sua implantação inviabilizaria projetos socioambientais e de infraestrutura para a coleta, triagem e reciclagem de materiais. E concluía:

> O *lobby* de empresas multinacionais de equipamentos de incineração junto às prefeituras por todo o Brasil tem causado estranhamento à sociedade civil organizada, que não vê chegar investimentos para os programas de coleta seletiva, mas assiste a cenas de demonstração do interesse dos administradores públicos em investir quantias milionárias em uma tecnologia atrasada, recheada de incertezas quanto a seus efeitos e benefícios econômicos. (MNCR, 2010)

Apesar dos apelos e da mobilização dos catadores, o parágrafo não foi vetado. Inúmeras iniciativas de construção de empreendimentos baseados em tecnologias WTE (Waste to Energy), CDR (Combustível Derivado de Resíduos) ou em "reaproveitamento energético" foram incentivadas e implementadas. Os gases decorrentes da combustão dos resíduos incinerados se transformariam em energia elétrica, e aqueles produzidos pela decomposição dos resíduos acumulados nos vazadouros e aterros poderiam gerar energia via construção de termelétricas ou de usinas de biogás. A recuperação do gás metano oriundo do agenciamento das matérias em decomposição nos aterros, além da geração de energia e da venda do biogás das usinas, também permitiria o acesso ao mercado de créditos de carbono.

O CAPITAL VERDE

A CTR de Seropédica é operada pela empresa Ciclus, que foi fundada em 2010 e é uma concessão da Comlurb formada como Sociedade de

Propósito Específico (SPE)[2] para a realização da gestão integrada de resíduos sólidos. Na apresentação institucional da empresa, a CTR é apontada como "a solução mais segura, moderna e eficiente para tratar resíduos sólidos, domiciliares e de grandes geradores".[3] Formado por um "conjunto de tecnologias integradas", o projeto da central é composto de aterro sanitário bioenergético, estação de captação e tratamento de biogás para geração de energia limpa, estação de tratamento de chorume para transformação em água de reuso, dentre outras unidades. Além de transformar resíduos em "energia limpa e renovável", a Ciclus se apresenta como a responsável por solucionar "um dos maiores problemas ambientais do estado do Rio de Janeiro, com o encerramento do Aterro Metropolitano de Gramacho e o fechamento e recuperação ambiental dos lixões de Seropédica e Itaguaí". Como consequência de sua busca por "soluções inovadoras", a empresa afirma atrair "investimentos na ampliação das indústrias já existentes e na chegada de outras, gerando mais empregos, valorização do município e crescimento sustentável".

A Ciclus une dois grupos empresariais: a Julio Simões, responsável pela logística das Estações de Transferência de Resíduos (ETRs), e a Haztec, que cuida da tecnologia de tratamento de resíduos, incluindo o projeto técnico e o modelo institucional (Nogueira, 2010). Em um artigo da revista *IstoÉ Dinheiro*, de julho de 2009, a Haztec Tecnologia e

2 A SPE é a sociedade ou modelo de negócio cujo objeto social e razão de ser é justamente o cumprimento de um propósito específico. Por meio dela, duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas unem suas habilidades e seus recursos financeiros, tecnológicos e industriais para executar objetivos determinados de forma lucrativa – quando estes são alcançados, a empresa é extinta. A lei nº 11.079/2004, que instituiu o regime de Parceria Público-Privada (PPP), prescreve a possibilidade de adoção da forma de companhia aberta pela SPE (S.A. aberta), com a chance de negociação em mercado de seus valores mobiliários (§2º, art. 9º). Por se tratar de um empreendimento que decorre da outorga de uso de bem público, de titularidade da União, a SPE deve ser objeto de licitação. Atualmente, tornou-se comum a constituição de uma SPE para a formação das PPPs, comumente utilizadas para grandes projetos de engenharia, com ou sem a participação do Estado. Essa sociedade é também uma forma de empreendimento coletivo, empregada em geral para compartilhar o risco financeiro da atividade desenvolvida (Silva; Schultz, 2018).

3 Todas as citações sobre a Ciclus foram retiradas do *site* da empresa: http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus_ctr.php.

Planejamento Ambiental S.A. é apontada como "uma das maiores potências do Brasil em serviços ambientais" (O empresário..., 2009). A matéria tratava da ascensão meteórica de Paulo Tupinambá, oceanógrafo que deixou a carreira de pesquisador universitário para aventurar-se no setor privado. Com um faturamento que não chegava a 10 milhões de reais por ano em 2007, a empresa fechava 2008 com um faturamento estimado em 420 milhões de reais. Criada em 1999, a Haztec angariou, no período de 2007 e 2008, dois fundos de investimento bancários como sócios: o Fundo Infrabrasil, gerido pelo Banco Santander S.A., e o Fundo de Investimentos em Participações (FIP) controlado pelo BBI, o braço de investimentos do Bradesco S.A., que injetou 100 milhões de reais na empresa naquele período.

Era forte a atuação da Haztec no estado do Rio de Janeiro, contando com quatro CTRs localizadas nos municípios de Nova Iguaçu, Barra Mansa, São Gonçalo e Seropédica, todas administradas por meio de concessões públicas junto às prefeituras locais. A CTR de Nova Iguaçu, desenvolvida em 2003, foi pioneira no mercado de créditos de carbono ao obter o primeiro projeto de mitigação de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) registrado na ONU, de acordo com o Tratado de Kyoto.[4] Na época, a central era administrada pela Novagerar, adquirida pela Haztec em 2008 (Nogueira, 2010).

A Haztec constituía apenas a "face mais vistosa" de um "conglomerado cuja receita anual [em 2008] somava 540 milhões [de reais]" (O empresário..., 2009). O conglomerado em questão é o grupo Synthesis Empreendimentos, *holding* brasileira fundada em 2002 que atua no segmento de participações e investimentos, cujo objetivo é identificar e desenvolver oportunidades de capital de risco no Brasil, em associação com outros investidores, financiando companhias emergentes com foco nas áreas ambiental e *offshore*. Também controlado por Tupinambá, o Synthesis era composto por três braços principais: a Haztec, a Confidere – construtora controlada igualmente por Tupinambá – e o Consórcio Novo Gramacho. Este último, que venceu a licitação da Comlurb para operar por quinze anos o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, era forma-

4 Disponível em: https://web.archive.org/web/20110901224708/http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus_apresentacao.php.

do pelas empresas Biogás Energia Ambiental – por sua vez constituída pela Logus e pela Heleno Fonseca –, J. Malucelli, construtora de obras paranaense, e S.A. Paulista de Construções e Comércio (Consórcio..., 2007).

Em junho de 2013 foi inaugurada a Gás Verde S.A., usina de biogás do aterro de Jardim Gramacho, apontada como a primeira usina de gás verde do país. Ela foi criada exclusivamente para o projeto, tal como a Novo Gramacho Energia Ambiental S.A., com quem partilha o mesmo controle acionário. Seu objetivo era fornecer à Refinaria Duque de Caxias (Reduc), da Petrobras, o gás gerado pela decomposição das matérias descartadas no aterro. A promessa era de que o gás viesse a suprir 10% da demanda energética da refinaria, sendo bombeado para a Reduc por meio de um gasoduto com 6 quilômetros de extensão (Usina..., 2013). Pela produção desse combustível, o contrato de vinte anos celebrado em 2009 com a Petrobras previa o recebimento de 800 milhões de reais pelo Consórcio Novo Gramacho (Lisan, 2013). Na ocasião, também foi anunciado que o projeto de aproveitamento energético do biogás fora aprovado e registrado pela United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) para certificação e futura comercialização de créditos de carbono (Gás Verde S.A..., 2013).

Com o apoio da Petrobras e em parceria com a prefeitura do Rio, o consórcio investiu 240 milhões de reais nas obras de instalação dos poços e da tubulação de gás no aterro. De acordo com as declarações dadas por Tupinambá à imprensa na época, a Comlurb ficaria com a maior participação da receita de crédito de carbono que o consórcio obtivesse com a operação em Jardim Gramacho, equivalente a 36%. No entanto, em seus termos, "mensurar o montante em valor absoluto é difícil, pois o crédito em carbono é negociado em ações em bolsas de valores e sofre muita volatilidade" (Lisan, 2013). Tupinambá constava como sócio majoritário, dono e/ou administrador de vinte empresas no Rio de Janeiro, dentre as quais se encontravam as principais companhias do estado atuantes no mercado ambiental de resíduos através de tecnologias energéticas, cujo capital social foi avaliado em mais de 1,3 bilhão de reais.[5]

5 Informações obtidas em: https://www.consultasocio.com/q/sa/paulo-mancuso-tupinamba?page=3.

A CAPITAL VERDE

A criação de CTRs, usinas de biogás e outros empreendimentos baseados em tecnologias de reaproveitamento energético instaura um novo modelo para a gestão de resíduos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No ano de 2011, o governo estadual lançava o "Pacto pelo Saneamento" com o Programa Lixão Zero (Ibam, 2015), que ambicionava erradicar todos os lixões do estado até 2014, além de construir diversas CTRs e dobrar os serviços de coleta seletiva e de tratamento de esgoto (Rio de Janeiro, 2011b). A conjuntura histórica na qual essas metas foram traçadas e esse modelo estabelecido era marcada pela expectativa de realização de eventos internacionais de grande porte, os "megaeventos", como a Rio+20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações da FIFA (2013), a Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) – todos sediados, parcial ou integralmente, no município do Rio de Janeiro.

Os megaeventos revelam outros nexos que relacionam Jardim Gramacho à capital do estado. Destaco a Rio+20, não apenas por ser o primeiro dos eventos realizados e por tratar da questão ambiental, mas porque as Conferências das Nações Unidas representam marcos fundamentais da história do aterro de Jardim Gramacho. A conferência Eco 92 ou Rio 92 teve papel central na remediação da qualidade de "lixão" e em sua transformação em aterro controlado, de acordo com as normas técnicas vigentes no período. Bastos (2008, p. 16) indica que o local "somente começa a receber a atenção das autoridades a partir da metade da década de 1990, e a responsabilidade por essa transformação pode ser associada à realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92". Embora o vazadouro de Duque de Caxias já fosse considerado um grave problema ambiental, foi apenas diante da expectativa de sediar a Rio 92 que o Ministério Público obrigou a "Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a adotar medidas ambientalmente corretas para o tratamento e a destinação final dos seus resíduos" (p. 17).

É nesse contexto que a cidade do Rio de Janeiro busca forjar determinada imagem de si para o exterior. A existência do aterro de Jardim Gramacho, que recebeu durante décadas a maior parte do volume de resíduos da capital, era uma mancha incompatível com a imagem de cidade

sustentável que se pretendia projetar e com os princípios que orientavam a Conferência das Nações Unidas, conhecidos como "Agenda 21", após a Rio 92. Vinte anos depois, quando o evento seria reeditado, o problema da destinação dos resíduos em Jardim Gramacho permanecia, e, mais uma vez, o poder público teria que dar solução aos reflexos inconvenientes do aterro sobre a capital, que "contaminavam" a projeção de um Rio "verde", "olímpico" e cosmopolita para o mundo.

A conjuntura de megaeventos que marca a segunda década do século XXI traz implicações significativas para a paisagem urbana da cidade.[6] Da perspectiva econômica, propagandas de televisão anunciavam o Rio como "marca registrada do Brasil", enquanto a cidade recebia o maior fluxo de investimentos no país. A preocupação particular com essa imagem também se devia à visibilidade que eventos desse porte podem promover, incluindo o incremento no setor turístico, com o esperado aumento de visitantes na cidade.

Na página oficial da prefeitura, Rio Cidade Olímpica (Rio de Janeiro, 2013a), a CTR de Seropédica, que "substituiu o antigo lixão de Gramacho", é apontada como "o que há de mais moderno em termos de armazenamento de lixo, protegendo o meio ambiente e respeitando o ecossistema". Da perspectiva do poder público, o estigma do lixão que corrompia e ameaçava a representação da cidade olímpica com a imagem do "atraso" se transforma em evidência de civilidade, com a sua substituição por um "moderno" sistema de tratamento de resíduos, isento de catadores, e por uma futura usina de biogás. No *site*, a galeria de imagens da CTR vem acompanhada da legenda "Lixo responsável: novo CTR de Seropédica acaba com cenários apocalípticos do lixão de Gramacho". No texto de apresentação, a segurança do empreendimento é reafirmada: "Para não haver qualquer tipo de contaminação, o CTR conta com tecnologia de ponta, fazendo de Seropédica um dos centros de tratamento de lixo mais avançados de toda a América Latina".

6 Muitas das obras e empreendimentos desse período foram realizados em meio a denúncias de violação dos direitos humanos e de leis ambientais, dentre outras arbitrariedades, como remoções forçadas, construções em áreas de proteção ambiental, internação compulsória de pessoas em situação de rua, etc. Para mais informações, ver os dossiês do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas Rio, 2013 e 2014 (Ancop, 2014).

À semelhança do que ocorre em outras áreas, como na segurança, a aposta das políticas públicas do Rio de Janeiro e dos investimentos realizados para implementá-las vem se orientando para a "modernização tecnológica". A adoção desse modelo se ancora em um discurso no qual não apenas os benefícios, como eficiência e segurança, estariam pressupostos na concepção de tecnologia, como esta estaria equacionada às noções de "modernidade" e "desenvolvimento".[7]

Para garantir a segurança, o projeto da CTR contava com inúmeras tecnologias; na prática, no entanto, o empreendimento foi inaugurado sem a implantação de todas elas. Um ano e quatro meses após a inauguração da CTR em Seropédica, a Ciclus recebia notificação do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) pela ausência de Estação de Tratamento de Chorume (ETC) na central operada pela empresa. Em matéria publicada n'*O Globo*, foram entrevistados motoristas "chorumeiros" que faziam o transporte do chorume de Seropédica até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro de Icaraí, no município de Niterói (Alencar, E., 2012). Apesar de a construção da ETC ter sido uma exigência para a concessão do licenciamento ambiental do empreendimento, os trabalhadores percorriam 140 quilômetros diariamente em caminhões-pipa, levando quatro horas em média para despejar o líquido poluente na ETE de Icaraí, onde passava por tratamento secundário antes de ser despejado no canal central da Baía de Guanabara.

Seis meses após a notificação, a Ciclus recebia do Inea multa de cerca de 300 mil reais pela ausência da ETC (Aterro..., 2013), cuja construção, orçada em aproximadamente 35 milhões de reais, só começaria em 2014, com a contratação da empresa brasileira Tecnologia em Meio Ambiente (Tecma). Essa companhia também havia sido responsável pelo tratamento de chorume no antigo aterro de Jardim Gramacho (Alencar, E., 2013).

Durante esse processo, uma mudança de tecnologia na CTR foi anunciada na imprensa. De acordo com declarações do secretário de Meio Ambiente e Agronegócios de Seropédica, "a mudança de tecnologia foi facilitada pela compra da CTR Santa Rosa pela empresa Foxx Participações,

7 Essa crença, que legitima a implementação das políticas de segurança, foi chamada por Cardoso (2013, p. 140) de "sobredeterminação técnica", isto é, "a ideia de que a aquisição de avançados meios técnicos permitiria que os resultados prometidos fossem alcançados de forma quase automática".

que é favorável à implantação de uma Central de Reciclagem Energética de Resíduos" (Gama, 2012). A Foxx Participações, criada em 2008, atua na geração de energia via tratamento térmico de resíduos e pertence ao antigo dono de uma marca alimentícia e ao dono de uma fábrica de máquinas: "Até então desconhecida, a Foxx chamou a atenção do mercado quando começou a analisar a aquisição da Haztec" (Cutait, 2012). Esta última, devido a uma "agressiva política de aquisições", que incluiu a incorporação no curto período entre 2007 e 2009 de sete importantes empresas brasileiras – Geoplan, Gaiapan, Novagerar, Aquamec, Hidrogesp, Gaia e Tribel –, entrou em dificuldades financeiras.

Foi assim que as especulações em torno da compra da Haztec se anunciaram na mídia. Em uma operação estimada em 800 milhões de reais, o grupo Foxx[8] e o financista húngaro-americano George Soros estariam perto de fechar negócio e adquirir a Haztec, fundada por Tupinambá. Este, por causa de dívidas, perdera o controle da empresa para os sócios, os dois fundos de investimento bancários, que vendiam então suas participações à Foxx e a Soros (Vaz, 2012).

Nessa época, a Foxx tinha planos de investir 3,2 bilhões de reais em cinco anos para implantar dezesseis Usinas de Recuperação de Energia (UREs), planejando ingressar com, no máximo, 30% do montante – 960 milhões de reais –, ao passo que negociava uma sociedade internacional para capitalizar a companhia e financiar o restante dos empreendimentos (Cutait, 2012). No início de 2013, nascia da fusão das duas empresas a Foxx Haztec, "líder em soluções ambientais no Brasil e maior empresa do setor no Rio de Janeiro", onde possuía quatro CTRs (Nova Iguaçu, São Gonçalo, Barra Mansa e Seropédica) e duas unidades de tratamento de resíduos perigosos (Magé e Belford Roxo). Atualmente a Foxx Haztec é a empresa Orizon Valorização de Resíduos S.A..[9]

A Foxx Haztec fazia parte do grupo Synthesis, que, por sua vez, investiu em quatro projetos de capital de risco, sendo dois deles referentes à Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental e à Novo Gramacho

8 *Holding* que controla as empresas Foxx Soluções Ambientais, de conservação e limpeza urbana, e Foxx Inova Ambiental, de tratamento de resíduos sólidos e geração de energia por meio de fontes renováveis.

9 Informações disponíveis no site da empresa: https://ri.orizonvr.com.br/a-orizon/historico-e-perfil-corporativo/.

Energia Ambiental. Como parte da aquisição da Novo Gramacho, o grupo passou a controlar a Gás Verde S.A., que, como vimos, havia adquirido os direitos de exploração do biogás do aterro de Jardim Gramacho. Em 2014, 50 mil metros cúbicos por dia de gás purificado a 92% de metano, livre de contaminantes, foram entregues à Reduc.

VERDE?

Na contramão dos discursos legitimadores de políticas públicas de modernização tecnológica e de empresas que buscavam vender, construir e gerir essas tecnologias e sua infraestrutura, alguns episódios revelaram possíveis prejuízos da instalação de modernos empreendimentos, como CTRs e usinas, voltados para a gestão e o reaproveitamento energético dos resíduos. Com a inauguração da CTR em Seropédica sem o cumprimento de todas as exigências previstas no licenciamento, como a construção de ETC, constatou-se o aumento no número de casos de doenças respiratórias entre os moradores da comunidade de Chaperó, na divisa de Seropédica e Itaguaí, em decorrência da bioacumulação de metais pesados pelo organismo humano. Pesquisadores, gestores e ativistas alertaram sobre os riscos ambientais da CTR e ressaltaram o equívoco de planejamento estratégico em relação à escolha do local, já que fora construído acima do Aquífero Piranema, na bacia do rio Guandu, que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Platonow, 2013).

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2011, apontaram-se diversos problemas verificados em visita técnica ao empreendimento, dentre eles: indícios de captação ilegal de água do próprio aquífero por meio de poços ou da sucção direta de uma lagoa; solapamento da área; camadas muito finas das mantas de impermeabilização do local; sensores para detectar possíveis vazamentos fora de operação; precariedade na confecção de um cinturão verde na área; ausência de medidas para controle de roedores e marsupiais; e a existência de uma lagoa de chorume (Pereira, A., 2011).

No início de 2014, o Inea e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias checaram denúncias envolvendo descarte irregular de chorume na usina de biogás do aterro de Jardim Gramacho, o que resultou na autuação da empresa responsável. A ETC operava abaixo do permitido pela norma estadual, e, de acordo com amostras coletadas no

entorno, a Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), que deveria ser inferior a 250 miligramas por litro, estava oito vezes maior que o permitido. Um ano depois, com a ausência de mudanças ou adequações, a prefeitura de Duque de Caxias aplicou uma multa de 10,8 milhões de reais à Novo Gramacho e à concessionária Gás Verde S.A., que recorreram na justiça, negando a existência de despejo de chorume *in natura* na Baía de Guanabara (Nitahara, 2015).

Em 2016, houve vazamento de chorume da CTR em Seropédica com potencial de contaminação do Aquífero Piranema (Chorume..., 2016). O vazamento foi estimado em cerca de 50 mil litros e colocou em risco a reserva de abastecimento de água da população, em virtude de uma queda de energia que paralisou a estação de tratamento, fazendo o líquido tóxico transbordar. Pesquisadores detectaram uma falha técnica do projeto, ao constatar que o reservatório construído era pequeno demais e não atendia a capacidade de armazenamento necessária em caso de fortes chuvas, frequentes na região (Fraga; Jannuzzi, 2016).

Em 2019, entidades da sociedade civil, ambientalistas e representantes dos pescadores da Baía de Guanabara denunciaram em audiência um vazamento de chorume dos aterros de Gramacho e de Itaoca e exigiram compensação ambiental pela inviabilização de suas atividades no rio Sarapuí (Um bilhão..., 2019). Nesse mesmo ano, a Ciclus reduziu à metade suas operações de coleta de resíduos nas estações de transferência e de destinação na CTR em Seropédica, alegando falta de recursos e o não pagamento pela prefeitura do Rio de uma dívida de 72 milhões de reais com a empresa (Torres; Scheliga, 2019).

Esses são alguns episódios que nos permitem problematizar discursos e iniciativas apoiados na inovação tecnológica como garantia de eficiência e segurança. Desde os primórdios da história dos sistemas de limpeza urbana e da gestão de resíduos no Rio de Janeiro, "os problemas [...] parecem ser sempre os mesmos" (Aizen; Pechman, 1985, p. 108), assim como o repertório de alternativas mobilizadas para resolvê-los. No primeiro capítulo, vimos como soluções tecnológicas baseadas na incineração e na geração de energia falharam de forma recorrente e como empresas lutavam pelo monopólio dos serviços de recolhimento e destinação de resíduos, sem, no entanto, executá-los a contento. Assim, criavam proble-

mas administrativos e financeiros às prefeituras, que passavam a investir na criação de seus próprios órgãos para prestar os serviços à população.

O contexto dos megaeventos na cidade do Rio, no quadro de um capitalismo do século XXI, compôs um cenário de exceção para as transformações urbanas, no qual os empreendimentos eram justificados, aprovados e executados muitas vezes sem seguirem os trâmites exigidos pela legislação. A inauguração da CTR de Seropédica e o encerramento do aterro de Jardim Gramacho parecem exemplos de iniciativas que apostaram na eficácia tecnológica para a criação de uma imagem de cidade "moderna", "desenvolvida", "avançada" e cosmopolita a ser projetada para o exterior. Além disso, a opção por políticas baseadas na modernização tecnológica também justificou a exploração de um novo setor econômico, no qual o ambiental e o energético se confundem e assumem a forma de empreendimentos milionários apoiados em "tecnologias verdes" que se provam custosas e nem tão eficientes.

Essa nova fase do desenvolvimento capitalista se caracteriza pela "mercantilização dos riscos" (Beck, 2010), que se apresentam como um "barril de necessidades sem fundo" e nunca esgotado. A comercialização dos riscos se torna um fator de fomento econômico de primeira ordem e gera mercados inteiramente novos em uma economia *autorreferencial*, isto é, mobilizada em torno da solução de problemas que, entretanto, acaba por produzir outros problemas, a serem solucionados pelo desenvolvimento industrial. Fazer com que os riscos *aumentem* com as soluções criadas para combatê-los é precisamente o seu motor de propulsão. Muitas vezes as soluções ambientais se enquadram nesse processo de tecnologias sustentáveis, as quais na prática frequentemente geram riscos e problemas, levando à necessidade sem fim de invenção de outras "soluções-problema" (Beck, 2010).

*

No final de 2013, foi inaugurado o Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho, considerado o primeiro do país. No projeto, estava prevista a construção de seis galpões, duas unidades de processamento de resíduos e um centro administrativo para cursos de qualificação profissional dos catadores, além de creche e da elaboração de planos de gestão e capacitação. Os recursos para a implantação do polo provieram de um convê-

nio, firmado em 2012, entre a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), a Reduc (Petrobras) e a organização civil Pangea. A partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2011 entre a Reduc, a SEA e o Inea, ficou determinado que a petrolífera investisse 3,5 milhões de reais na instalação do polo de reciclagem (Rio de Janeiro, 2014). Os compromissos estabelecidos no TAC condicionavam a renovação da licença de operação da Reduc pelos órgãos ambientais estaduais e precisavam ser revistos a cada cinco anos. Como parte do termo, foi firmado ainda um segundo convênio, no qual a Reduc se comprometia a doar seus resíduos recicláveis para o polo de reciclagem (Rio de Janeiro, 2015).

De acordo com informações da SEA, o polo de reciclagem também contou com o auxílio de 1,5 milhão de reais do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam) para a compra de maquinário, que incluía esteiras, moinho de PET e compactadores (Rio de Janeiro, 2013b). Com a presença do então secretário estadual do ambiente, Carlos Minc, e do então ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que fizeram a entrega das chaves aos catadores, inaugurou-se a primeira fase do polo. Naquele momento, a estrutura era composta de dois galpões que operariam o recebimento, a triagem, o enfardamento e a estocagem de resíduos para venda, com estimativa de empregar 110 catadores. Havia ainda a previsão de uma segunda fase, dependente de aprovação e captação de recursos, para a construção de mais quatro galpões, os quais abrigariam cerca de 390 pessoas, totalizando quinhentos catadores contemplados com o empreendimento (Antigo..., 2013).

DESENVOLVIMENTOS (IN)SUSTENTÁVEIS

A descrição e análise do caso do aterro de Jardim Gramacho permite levantar questões a respeito do marco regulatório representado pela PNRS. Conforme visto, a sanção da lei nº 12.305/2010 constituiu um novo enquadramento para a gestão de resíduos, a partir de conceitos, objetivos e instrumentos específicos, com base nas premissas do "desenvolvimento sustentável" e da "inclusão social". A PNRS formalizava a categoria dos catadores de materiais recicláveis e criava um dispositivo jurídico para que associações e cooperativas de catadores pudessem participar da gestão de resíduos, operando o serviço de coleta seletiva. Ao mesmo tempo,

abria a possibilidade para que a incineração de resíduos se enquadrasse no modelo previsto de destinação final ambientalmente adequada.

Ao adotar medidas com orientações opostas, a PNRS parecia abrigar em si dois paradigmas distintos a respeito dos resíduos, que acabavam por entrar em tensão. No paradigma sanitário ou higienista, "se oculta, em vez de solucionar, e se descarta, em vez de recuperar" (Gabard, 2011, p. 19), o que favorece a incineração dos materiais. Já o paradigma do desenvolvimento sustentável abre a possibilidade de que os catadores deixem de ser vistos como parte da "sujeira" que constitui o problema e passem a ser reconhecidos como um "agente ambiental" para a sociedade, por seu "trabalho ambiental e econômico e suas capacidades de autogestão laboral" (p. 21).

Como vimos, a expectativa dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro trouxe implicações para a forma como operou o rearranjo da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana. Privilegiou-se a implantação de medidas mais imediatas e visíveis, como o fechamento de lixões e a criação de aterros, em detrimento de etapas intermediárias previstas na concepção dessas políticas e necessárias para a consolidação de um sistema mais eficiente no longo prazo em termos sociais e ambientais. A estratégia traçada pelas políticas públicas orientou-se para a construção de grandes empreendimentos baseados em tecnologias de reaproveitamento energético e traduzidos no modelo das CTRs, em cujas instalações não era permitida a presença de catadores.

Esses empreendimentos são controlados por grandes grupos corporativos, nacionais e internacionais, com forte tendência à monopolização, a partir de compras e fusões sucessivas – as tentativas de reconstituição arqueológica dessas transações revelam uma verdadeira caixa-preta. Tais processos de fusão e de compra e venda de ações, assim como os processos licitatórios que dão a essas empresas o direito de construir seus empreendimentos e operar os serviços de coleta e destinação de resíduos a partir de PPPs, correspondem à priorização de um modelo fortemente concentrador de renda, forjado no descortinamento de um novo setor no mercado financeiro nacional e internacional, voltado para a área "ambiental".

O caso de Jardim Gramacho, no entanto, apresenta especificidades. O modelo de modernização tecnológica adotado buscava favorecer o se-

tor gás-químico. Nesse sentido, é preciso ressaltar que o aterro se localizava no centro de um complexo industrial caracterizado pela formação de um polo gás-químico em Duque de Caxias, que tem na Reduc um ponto aglutinador. A refinaria criada em 1961 foi dinamizada a partir dos anos 1980, "tornando-se uma das grandes refinarias de vanguarda do sistema Petrobras" (Barbosa, 2012, p. 22), época em que teve início o processamento de gás natural, ampliando as possibilidades produtivas na região. A partir dos anos 2000, formava-se o Polo de Desenvolvimento Gás-químico, atraindo uma cadeia industrial que utilizava o gás natural como insumo da produção de polietileno, matéria-prima para diversos tipos de plástico.

Além de cinco grandes empresas do segmento petroquímico – Rio Polímeros, PoliBrasil, Lanxess, Nitriflex e Quattor –, ganha destaque no Polo Gás-químico a Termorio, maior termelétrica a gás natural do Brasil, inaugurada em 2005 e controlada pela Petrobras (Barbosa, 2012, p. 21). Um conjunto de empresas de processamento, transporte e distribuição de gás, combustíveis e lubrificantes[10] gravitava em torno da Reduc, o que incentivava a instalação de indústrias transformadoras de plásticos e de empresas de grande porte do segmento de polímeros. Esse conjunto formou a primeira aglomeração do tipo gás-químico do Brasil, com investimento privado de 1,08 bilhão de dólares (p. 21).

Esse cenário é fruto de modelos de desenvolvimento que marcaram o Brasil do século XX e que responderam pela inclusão da Baixada Fluminense na economia regional, a partir de sua transformação em centro industrial na era desenvolvimentista e do esforço para a substituição de importações. Na última década do século, o modelo de desenvolvimento industrial da região se alterou e passou a se caracterizar por processos de reestruturação produtiva, de readequação do papel do Estado e de globalização (Ramalho; Fortes, 2012, p. 10).

Em certo sentido, as três décadas de funcionamento do aterro de Jardim Gramacho, que impulsionaram a economia dos recicláveis da localidade a partir do trabalho dos catadores, convergiam plenamente com

10 Dentre as empresas, encontram-se: White Martins, Copagaz, CEG, Butano, Supergasbras, Minasgás, CarboRio, Solutec, RealMinas, Shell, Texaco, ALE, Chevron, Ipiranga e Esso (Barbosa, 2012, p. 21).

o desenvolvimento do setor industrial da região. Outro traço distintivo do aterro era a sua magnitude. A grande escala que envolvia o empreendimento e a atividade dos catadores em Jardim Gramacho chamava a atenção. Dessa forma, o local se transformou em um protótipo ao qual se aludia sempre que fosse necessário exemplificar o resultado da sociedade de consumo, da desigualdade social e do modelo capitalista de produção. Por mais que as conotações que o envolvessem, na maioria das vezes, não fossem positivas, o poder de atração exercido pelo local era inegável, tendo sido amplamente documentado, registrado e fotografado ao longo de sua história.

Esse processo constituiu uma biografia imagética do aterro, materializada em uma infinidade de imagens e narrativas fílmicas, apropriadas pelos catadores, que fizeram da visibilidade um de seus principais instrumentos de luta e de negociação por direitos quando do fechamento do local. A repercussão do caso na imprensa, incluindo jornais impressos, telejornais e programas de televisão, e a projeção conquistada pelas lideranças no processo de organização da categoria permitiram que os catadores tivessem êxito em suas reivindicações. Estas tomaram a forma de indenizações individuais pelo trabalho de prolongamento da vida útil do aterro – com a triagem e retirada dos materiais – e resultaram na construção de um polo de reciclagem para que os catadores organizados tivessem condições de continuar exercendo suas atividades. Esse desfecho não se deu da mesma forma nos outros vazadouros encerrados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no restante do estado (Ex-catadores..., 2015; Ortiz, 2012). No entanto, a construção do polo apenas dezessete meses após o encerramento das operações do aterro dificultou o objetivo de garantir trabalho e renda para os catadores que pretendiam seguir na atividade, atendendo apenas em torno de trinta pessoas (Bastos; Magalhães, 2016, p. 383).

O caso de Jardim Gramacho foi apontado diversas vezes, nas narrativas dos gestores, da imprensa e mesmo das lideranças, como um modelo que estava sendo forjado para o resto do Brasil. A tendência de reconfiguração da gestão de resíduos pela via da modernização tecnológica põe em risco uma política de resíduos pautada nos princípios da coleta seletiva solidária e da reciclagem popular. Mesmo com a criação do polo

de reciclagem em Jardim Gramacho, as políticas de coleta seletiva não foram realizadas no município, tampouco na capital, cujo serviço é prestado em proporção irrisória, em torno de 2% em 2017,[11] além de não ser feito majoritariamente por organizações de catadores.[12]

A estruturação do sistema de coleta seletiva solidária é uma etapa fundamental para a manutenção das cooperativas de catadores, que, com o fim dos vazadouros, deixam de ter canais fixos para o recebimento de matéria-prima. Com isso, passam a depender de iniciativas isoladas, como doações de resíduos de empresas que investem em políticas de responsabilidade social e ambiental. Os dispositivos jurídicos existentes, como o decreto federal no 5.940/2006 (Brasil, 2006), que institui a coleta seletiva nos órgãos da administração pública federal e obriga a destinação dos materiais recicláveis para cooperativas e associações de catadores, não são cumpridos, e os representantes de catadores reivindicam a criação de outros mecanismos legais para a viabilização socioprodutiva das organizações da categoria. A obrigatoriedade de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas cooperativas é um exemplo de reivindicação para que a renda obtida pelos trabalhadores não dependa exclusivamente do volume de materiais doados.

O caso de Jardim Gramacho ainda põe em relevo outros pontos que merecem consideração. A formalização da atividade, com o encerramento do aterro e a criação do polo de reciclagem, resultou na diminuição considerável da renda dos catadores, que passou a ser menor que um salário mínimo (Bastos; Magalhães, 2016, p. 387). Diante disso, a criação de redes de comercialização formadas por cooperativas passou a representar uma opção para valorizar a atividade da categoria e tornar os empreendimentos dos catadores economicamente viáveis no mercado da

11 De acordo com Alvim (2017) e Minc (2017).

12 No Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade do Rio de Janeiro (PMGIRS 2012-2016), consta a informação de que a coleta seletiva, realizada em 41 dos 160 bairros do município, recuperava cerca de 20 toneladas/dia de recicláveis, o equivalente a 4 gramas/dia por pessoa. O sistema de coleta seletiva da capital recuperou, ao longo de todo o ano de 2011, 7.797 toneladas, volume menor que o despejado em apenas um dia no aterro de Jardim Gramacho: 9 mil toneladas/dia (Rio de Janeiro, 2009).

reciclagem. Outra saída foi a participação das cooperativas nos acordos setoriais de embalagens, para que recebam pelo serviço prestado nos sistemas de logística reversa, na medida em que devolvem ao mercado as embalagens descartadas e fabricadas por grandes indústrias poluidoras.

Para promover a inclusão social da categoria, a formalização da atividade deve ser pensada de modo mais amplo, articulando-se a uma política que garanta canais estáveis de acesso aos materiais recicláveis para as cooperativas. A simples concessão de estrutura física e maquinário, embora seja um passo fundamental, não necessariamente assegura a viabilidade econômica do empreendimento e a obtenção de uma renda mínima aos seus membros. Se o modelo de gestão de resíduos focado na construção de aterros modernos e em projetos de reaproveitamento energético se tornar um padrão a ser replicado no resto do país, em detrimento da priorização dos sistemas de coleta seletiva solidária e da reciclagem popular, o "custo social" da incineração (Gutberlet, 2011) recairá diretamente sobre os catadores.

A inclusão social da categoria, prevista pela lei e concebida não apenas em termos de geração de renda mas de ampliação da cidadania desses trabalhadores, poderá ficar comprometida com a entrada de grupos empresariais internacionais no novo nicho de mercado relacionado aos resíduos. Esses grupos articulam os setores ambiental e energético através da instalação de grandes empreendimentos tecnológicos e de sua aposta no mercado de capital de risco. Nesse contexto prevalece o jogo da especulação financeira, representada pelo mercado de ações da contemporaneidade e pela leveza de sua insustentável volatilidade.

A tendência de se reconfigurar a gestão de resíduos pela via da modernização tecnológica põe em risco uma política pública que traz consigo um projeto de país mais igualitário. Nele se aposta no potencial da organização coletiva e da profissionalização de uma categoria historicamente estigmatizada, como a dos catadores, como instrumento de combate à pobreza e às profundas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, os catadores surgem como alternativa à modernização tecnológica da gestão de resíduos, ao encarnarem outro paradigma – o socioambiental –, orientado pelos princípios da justiça social e ambiental, da distribuição de trabalho e renda, da gestão capilar, qualitativa e artesanal de resíduos, e de um modelo popular de

reciclagem. Tais valores se contrapõem a um padrão corporativo e concentrador, calcado em uma suposta eficácia tecnológica como sinônimo de “limpeza”, “modernidade” e “progresso”, tão cara ao século passado, que vai na contramão da construção política de caráter democrático e participativo do país.

CONCLUSÃO

Valorização e visibilidade: paradoxos

Na origem das inquietações intelectuais e das motivações que deram início ao empreendimento que culminou neste livro, havia a ambição de produzir uma análise antropológica do *lixo*. Se essa ideia serviu como ponto de partida do trabalho, ao seu final resta a convicção de que os esforços não foram dedicados ao "lixo", mas precisamente ao seu *avesso*.

Em sua faceta visível, o "lixo" apresenta, em primeiro plano, o estigma dos restos. Remontando a uma história do governo dos resíduos, foi possível explicitar os processos de construção desse estigma, assim como os saberes científicos e procedimentos técnicos desenvolvidos como soluções para tratá-los, que chamei de *tecnologias do ocultamento*. A lógica da invisibilização é o que rege tais tecnologias, cujos efeitos sempre corresponderam à retirada dos resíduos do campo de visão, seja pelo distanciamento, com o seu despejo em locais provisoriamente afastados do perímetro urbano, seja pela incineração das matérias, que resistem à combustão em forma de toxinas, sob aparência invisível.

Uma análise antropológica sobre o tema requeria, portanto, estratégias que possibilitassem fugir da lógica do estigma e dos mecanismos de afastamento e invisibilização que ela engendra. O procedimento metodológico, mas também conceitual e narrativo, adotado neste trabalho consistiu em pôr o foco nos objetos, perscrutando as coisas a partir de sua materialidade, de modo a colocar, de início, as palavras e seus sentidos potencialmente contaminadores em suspenso.

A materialidade constituía, desse modo, um meio de acesso à dimensão visível dos objetos e abria a possibilidade de construção de uma abordagem etnográfica, ao permitir observar a "vida" das coisas e seguir suas trajetórias. No contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os percursos das coisas descartadas levavam a Jardim Gramacho e ao universo dos seus catadores.

A descoberta desse universo correspondeu ao desvelamento de um mundo onde os objetos descartados deixavam uma posição residual

para assumir o protagonismo em uma dinâmica economia da reciclagem. Acompanhando o trabalho dos catadores em um circuito comercial específico e descrevendo o conjunto de etapas, técnicas e conhecimentos que eles dominavam e exerciam em suas atividades cotidianas, a etnografia revelou os resíduos como potenciais *coisas de valor*.

A efetivação dessa potencialidade dependia da mediação dos catadores e da execução bem-sucedida de seu trabalho, que compreendia a operação de complexos processos simbólicos, sociais e materiais. Por meio desses processos, eles recriavam o valor das coisas descartadas. A transformação dessas coisas em "materiais recicláveis" resultava não apenas na valorização dos objetos, mas também na sua conversão em dinheiro para os catadores.

É precisamente em torno dessa bandeira que os trabalhadores se organizaram para reivindicar sua identidade profissional. O reconhecimento da categoria *catadores de materiais recicláveis* reflete outros sentidos e cria um prisma alternativo através do qual se deve perceber esse trabalho. Pôr em relevo os materiais recicláveis como matéria-prima, destacando o seu valor, é o que permite aos catadores se desvencilharem do estigma do "lixo" e das chaves interpretativas oferecidas por essa noção para o entendimento do ofício, relacionadas às ideias de animalidade e de necessidade, que retiram das pessoas a condição de sujeitos.

O reconhecimento dos catadores passava assim pelo combate ao estigma e às noções do senso comum que não davam margem a outras possibilidades senão a desqualificação do trabalho da catação. À medida que a categoria se organizava, esse exercício político foi adquirindo eficácia. A ideia de que "material reciclável" não é "lixo", porque tem valor e gera dinheiro, foi se tornando conhecida, e o apelo para a identificação desses materiais como recursos ficava cada vez mais familiar.

A organização dos catadores e a obtenção de reconhecimento da categoria também passavam pelo rompimento da invisibilização produzida pelos estigmas da atividade e pela ocultação do papel desses atores nas narrativas oficiais sobre a história da limpeza urbana. Essa tarefa, portanto, pressupunha a busca de alternativas ao alijamento do campo de visão, situação na qual as coisas descartadas e os sujeitos que lidavam com elas foram colocados durante séculos.

Através do MNCR, os catadores se organizaram em um movimento nacional, com desdobramentos nos estados e municípios, através do qual discutem e articulam as principais frentes de mobilização da categoria diante do desafio de obter reconhecimento. Como principal demanda, o movimento visa à *formalização* da atividade, entendida como meio de inserir os catadores nas leis e políticas públicas e de possibilitar a conquista de direitos e garantias estatais. O reconhecimento legal do catador como ator coletivo via cooperativas e associações pela PNRS, instituída em 2010, decorre dos esforços de organização social da categoria e de sua mobilização pela construção de um lugar jurídico em que passasse a assumir uma posição legítima em relação ao Estado, deixando de atuar à sua margem.

A análise da associação de catadores de Jardim Gramacho permitiu colocar em evidência as inúmeras contradições engendradas por esse movimento de formalização. Nesse sentido, revelou as diversas etapas e desafios envolvidos na execução prática do processo, sobretudo em contextos nos quais as organizações de catadores haviam sido forjadas em arranjos institucionais anteriores ao novo marco regulatório.

Se, por um lado, a conformação da atividade ao âmbito institucional das organizações coletivas não deixa de ser atravessada por conflitos e disputas internas de poder, relativos às formas de gerir o empreendimento e os recursos provenientes do trabalho, por outro, a experiência diária dos catadores, na lida com uma gama de objetos heterogêneos, proporcionou-lhes a aquisição de um saber prático que se apresenta como uma verdadeira *expertise*. A especialidade desses profissionais provém justamente da relação de proximidade com essas matérias e do conhecimento sensível e altamente apurado em relação às *qualidades* desses objetos. É essa capacidade de distinguir de maneira minuciosa as coisas a partir de suas qualidades que faz deles atores bem preparados para tratar os materiais e operar a gestão de resíduos.

A forma capilarizada de tratamento dos resíduos desenvolvida pelos catadores opera a partir de uma triagem fina, cuja eficácia e controle provêm justamente do desempenho de um trabalho rigoroso, porque especializado e artesanal. Essa *expertise* dos catadores é também uma dimensão a ser considerada dentre as razões que justificam a participação

da categoria na gestão de resíduos, para além do princípio da inclusão social previsto na PNRS.

O caso de Jardim Gramacho, em relação ao panorama mais geral dos catadores no país, mostrou-se paradigmático por apresentar uma relação singular com as imagens. A biografia imagética produzida a partir do volume expressivo de produções audiovisuais centradas no aterro e em seus catadores forneceu um contexto propício ao estudo das formas de mobilização e do exercício de representação da categoria.

A disputa em torno do fechamento do aterro como enquadramento para a análise da atuação das lideranças e da atividade de negociação dos catadores pôs em relevo que a luta política da categoria se dá por meio da visibilidade. A agência das imagens e a ação dos catadores diante das câmeras, assim como a instrumentalização dos registros pelas lideranças através da circulação em diversas mídias, mostraram-se recursos centrais para o desfecho da trama, com a obtenção de compensações e garantias pelos catadores.

Olhando em retrospectiva para o contexto etnográfico de forma mais geral, o desenvolvimento de todo esse processo parece evidenciar alguns paradoxos, descortinados por dois movimentos principais que envolvem o trabalho dos catadores e sua demanda por reconhecimento, e que não deixam de se entrelaçar: a valorização e a visibilidade.

O paradoxo da valorização começou a tomar forma a partir das narrativas de algumas catadoras, especialmente quando se entregavam a um exercício reflexivo sobre a atividade na rampa, baseado na comparação entre passado e presente. Nessas narrativas, as condições de trabalho sofríveis dos tempos passados contrastavam com a abundância de materiais de qualidade disponíveis, o que era descrito pelas categorias "fartura" e "riqueza", e sintetizado pela frase "era muita coisa boa". Enquanto os catadores permaneciam na invisibilidade, dispondo de uma péssima situação de trabalho – permeada por arbitrariedades e violência, e comparável, segundo eles próprios, à época da escravidão –, a qualidade das coisas descartadas e despejadas no aterro era alta. A demanda por melhores condições de trabalho e as ameaças de perda da fonte de renda impulsionaram a organização desses trabalhadores e sua luta por reconhecimento.

À medida que esse exercício ganhava ressonância, a categoria adquiria visibilidade e passava a figurar nas leis, nas políticas públicas, nas ações de responsabilidade social das empresas, nos documentários e na publicidade. A visibilidade dos catadores como fruto da demanda pela valorização do trabalho passava pelo reconhecimento de que materiais recicláveis não eram coisas abjetas, porque possuíam valor.

No caso específico de Jardim Gramacho, a visibilidade e a valorização geraram efeitos ambíguos e paradoxais. Por um lado, a visibilidade dos catadores favoreceu o empoderamento das lideranças e o estabelecimento de articulações institucionais que se mostraram imprescindíveis para que os trabalhadores obtivessem ganhos nas disputas entre forças políticas. Tais conquistas se traduziram em indenizações individuais em dinheiro e na criação do polo de reciclagem com infraestrutura para as cooperativas do bairro. Por outro lado, a produção de uma enxurrada de imagens do aterro e do trabalho dos catadores no local levou ao desmantelamento das dinâmicas daquele espaço. Tais imagens funcionavam em grande medida como retratos-denúncia e expunham uma situação condenável. Da perspectiva dos atores externos àquele mundo, aquela era uma realidade que não deveria existir. A acentuada exposição imagética do local produziu um esvaziamento da paisagem, uma não imagem, como pude comprovar no último dia trabalho de campo. O universo da rampa que conheci havia se decomposto.

O desenrolar desses movimentos de valorização e visibilidade, no entanto, ainda seguia outras direções. O processo envolvendo o "fechamento" do aterro foi amplamente divulgado nos meios de comunicação, e, de certo modo, essa ideia foi naturalizada pelas narrativas de todos os atores envolvidos. Mas, se a empresa que operava o aterro continuou gerindo o empreendimento e se as atividades produtivas continuaram acontecendo no local, em que sentido podemos falar de um *fechamento*?

Esse processo parece convergir com o aprofundamento do paradoxo gerado pela valorização dos resíduos. Ao longo das décadas de funcionamento do aterro, os catadores identificaram a diminuição de materiais de qualidade despejados no local. À medida que mais pessoas deixavam de ver os resíduos pela chave do estigma dos restos e identificavam os objetos descartados como recursos, como matérias-primas que guardavam valor, menor era a incidência desses materiais no aterro. A valorização

dos objetos descartados reivindicada pelos catadores, portanto, levava ao efeito paradoxal de incrementar os desvios dessas matérias. Conforme se ampliava a percepção sobre seu valor, menos disponíveis elas ficavam para os catadores, que buscavam se afirmar a partir da consolidação de um imaginário que revestia esses materiais com sentidos positivos, em combate ao estigma.

Esse movimento se radicalizou com o processo de fechamento do aterro, que corresponde a uma reconfiguração mais ampla da gestão de resíduos no Rio de Janeiro. A partir dele, e tomando os catadores como referência, é que podemos buscar o sentido desse "fechamento". Enquanto os resíduos da capital passaram a adentrar outro fluxo, direcionado à CTR em Seropédica, os resíduos do aterro de Jardim Gramacho continuaram a operar como matéria-prima de uma lucrativa atividade econômica baseada na exploração do gás. Nos dois casos, esses resíduos são apropriados por um conjunto de poucas empresas multinacionais e por grupos financeiros de outros países. À semelhança dos cercamentos dos campos comunais (*enclosures*) que deram origem à era industrial, o fechamento dos aterros (e sua substituição por CTRs) parece representar o desenvolvimento da atividade capitalista no século XXI, com o impedimento aos catadores de adentrar os espaços em que antes tinham acesso direto aos materiais descartados.

Inicialmente desprezados pela maioria, esses bens vão sendo ressignificados pelo movimento de valorização, em grande medida incentivado pelos catadores. A emergência do paradigma sustentável abriu a possibilidade para que a categoria reivindicasse essa valorização e seu reconhecimento como agentes ambientais. Mas esse mesmo paradigma também permitiu que forças corporativas globalizadas entrassem na concorrência pelos bens, através da oferta de soluções ambientais tecnológicas, tornando a já difícil disputa travada pelos catadores ainda mais assimétrica.

A obtenção de materiais, aliada à ausência de pagamento pelos serviços executados, é o principal problema que se impõe aos catadores organizados em cooperativas e associações. Com o fechamento dos aterros e "lixões", com a utilização de tecnologias de incineração nas CTRs e com as taxas extremamente baixas de implantação de coleta seletiva, o arranjo formal promove um afunilamento do acesso às fontes de matérias-primas pelas cooperativas, restando poucas opções para a catego-

ria dar continuidade ao seu trabalho. Do universo de 1,6 mil catadores que atuavam no aterro de Jardim Gramacho, apenas uma centena seguiu com a atividade no polo de reciclagem, fazendo com que a formalização prevista pelo novo marco regulatório produzisse uma incidência de *ex-catadores* acima de 90%.

A dinâmica do capitalismo em sua face contemporânea lança mão de estratégias globais através da compra e venda de ações no mercado financeiro e de parcerias, convênios e fusões entre empresas multinacionais de grande escala atuantes no mercado de capital de risco. Estas buscam assumir os serviços de gestão de resíduos no país com a aposta na modernização tecnológica por meio de grandes empreendimentos. Os catadores, no entanto, também aprenderam a se organizar em movimentos internacionais, unificando a luta da categoria em escala global, através de congressos latino-americanos e mundiais de recicladores, bem como de organizações sem fins lucrativos que apoiam a categoria, como a Global Alliance of Waste Pickers, a Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO) ou a Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA), que luta contra a implementação de incineradores.

O século XXI coloca grandes desafios para a categoria dos catadores, mas também para os gestores públicos e para a própria população de forma geral. Se esta época não se caracteriza pela escassez, como nos séculos anteriores – marcados por guerras, pestes, catástrofes naturais e instabilidade na produção de alimentos –, mas pelo excesso – de objetos, de pessoas, de informação e de relações –, os catadores, com o conhecimento adquirido em meio ao fluxo inesgotável de coisas dispensadas nos aterros, podem ter algo a nos oferecer e a nos ensinar. Precisamente, a capacidade de triar o excesso, refinar o olhar e distinguir qualidades entre uma massa infinita e aparentemente caótica para dela extrair sentidos renovados e, assim, de fragmento em fragmento, recriar o mundo em seu valor.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de F. *Do lixo à cidadania*: estratégias para a ação. Brasília: Caixa Econômica; CNMA, 2001.

AIZEN, Mário; PECHMAN, Robert. *Memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Coopim; Comlurb, 1985.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). *In*: ALBERT, B.; RAMOS, A. (org.). *Pacificando o branco*: cosmologias do contato no Norte-amazônico. São Paulo: Unesp, 2002.

ALENCAR, Bertrand S. Novos protagonistas no espaço urbano: origem, estrutura e emergência das organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 21-25 maio 2007, Belém/PA. *Anais Enanpur*, v. 12, n. 1, Belém, maio 2007.

ALENCAR, Emanuel. Ratos e urubus rasgam a fantasia. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 out. 2011. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/cerca-de-80-do-lixo-produzido-em-todo-estado-ainda-tem-destinacao-inadequada-2742657.

ALENCAR, Emanuel. Chorume de Seropédica percorre 150km de caminhão até ser tratado. *O Globo*, 31 ago. 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/chorume-de-seropedica-percorre-150km-de-caminhao-ate-ser-tratado-5958795#ixzz3WqEXzdGe.

ALENCAR, Emanuel. Finalmente aterro sanitário de Seropédica vai tratar chorume. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/ finalmente-aterro-sanitario-de-seropedica-vai-tratar-chorume-8725532.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Brasil. ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-95.

ALLSOPP, Michelle; COSTNER, Pat; JOHNSTON, Paul. Incineration and human health. *Environmental Science and Pollution Research*, v. 8, n. 2, p. 141-145, mar. 2001.

ALVIM, Mariana. No Rio, apenas 1,9% do lixo é reciclado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 abr. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/no-rio-apenas-19-do-lixo-reciclado-21202718.

ANCOP. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. *Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa*. Fundação Henrick Böll; Fundo Brasil de Direitos Humanos; Ettern Ippur UFRJ; Observatório das Metrópoles Ippur UFRJ; Pacs/Políticas Alternativas para o Cone Sul, nov. 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/11/ancop_dossie2014_web.pdf.

ANRJ. *Polícia da corte*. Códice 318: registro de avisos e portarias da polícia da corte. Fl. 26v, 27, 11 jun. 1808.

ANTIGO lixão de Gramacho é agora o primeiro polo brasileiro de reciclagem do país. *Insea*, 2 dez. 2013. Disponível em: http://www.insea.org.br/antigo-lixao-de-gramacho-e-agora-o-primeiro-polo-brasileiro-de-reciclagem-do-pais/.

ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. *Tense past*. Nova York: Routledge, 1996.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

ATERRO de Seropédica, no RJ, leva multas por não tratar o chorume. *G1*, 22 fev. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/aterro-de-seropedica-no-rj-leva-multas-por-nao-tratar-o-chorume.html.

AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Eurico de Andrade. Organizações sociais. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 51/52, p. 135-142, jan./dez. 1999. Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. 6. ed. São Paulo; Brasília: Hucitec; Editora UnB, 2008.

BANDEIRA, Manuel. *O bicho.* Estrela da vida inteira. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BARBOSA, Rosangela N. de. A regionalização produtiva e os desafios da política no Polo Gás-químico de Duque de Caxias. *In*: RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania*: Baixada e Sul Fluminense. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

BARLES, Sabine. *L'invention des déchets urbaines*. France: 1790-1970. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2005.

BARLES, Sabine. Les chiffonniers, agents de la propreté et de la prosperité parisiennes au XIXe siècle. *In*: CORTEEL, Delphine; LELAY, Stéphane (ed.). *Les travailleurs des déchets*. Toulouse: Éditions Érès, 2011. p. 45-67.

BASTOS, Valéria. Construindo identidades: catador-herói ou sobrevivente da perversa forma de catação? *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 22-26, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34304.

BASTOS, Valéria. Na rota do lixo: da casa ao catador, o primeiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12.; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE, 4., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais* [...]. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.

BASTOS, Valéria. *Catador*: profissão – um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Valéria. O fim do lixão de Gramacho: além do risco ambiental. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, p. 265-288, 2015.

BASTOS, Valéria; MAGALHÃES, A. Lixão de Gramacho: impactos do encerramento para os catadores. *Temporalis*, Brasília, ano 16, n. 31, p. 379-398, jan./jun. 2016.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

BAUMAN, Richard. *Verbal art as performance.* Rowley/Massachusets: Newbury House Publishers, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos*: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. Rio de Janeiro: SMCTE/DGDIC/Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, v. 48).

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENNETT, Jane. Thing power. *In*: BRUCE, B.; WHATMORE, S. (org.) *Political matter*: technoscience, democracy and public life. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010a.

BENNETT, Jane. *Vibrant matter*: a political ecology of things. Londres: Duke University Press, 2010b.

BENNETT, Tony; JOYCE, Patrick. Material powers: introduction. *In*: BENNETT, Tony; JOYCE, Patrick (ed.). *Material powers*: cultural studies, history and the material turn. Londres: Routledge, 2010.

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette; STENGERS, Isabelle. *Histoire de la chimie*. 2. ed. Paris: La Découverte, 2001.

BENVINDO, Aldo Zaiden. *A nomeação do processo de construção do catador como ator econômico e social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas/CEPPAC/UNB, Brasília, 2010.

BIJKER, Wiebe E. The social construction of bakelite: toward a theory of invention. *In*: BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor (ed.). *The social construction of technological systems*: new directions in the sociology and history of technology. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 2012.

BIRD-DAVID, Nurit. Beyond the hunting and gathering mode of subsistence: culture-sensitive observations on the Nayaka and other modern hunter-gatherers. *Man*, New Series, v. 27, n. 1, p. 19-44, mar. 1992.

BOAS, Franz. Sobre sons alternantes. *In*: STOCKING JR. George (ed.). *A formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

BOHANNAN, Paul. Some principles of exchange and investment among the Tiv. *American Anthropologist*, v. 57, n. 1, p. 60-70, 1955.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *RBCS*, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRAIDWOOD, Robert. *Prehistoric men*. 3. ed. Chicago: Chicago Natural History Museum, 1957.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 out. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 ago. 2010.

BRAVERMAN, Harry. *A revolução técnico-científica*: trabalho e capital monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BROUWER, Joke *et al*.; MULDER, Arjen; SPUYBROEK, Lars. The politics of impure. *In*: BROUWER, Joke; MULDER, Arjen; SPUYBROEK, Lars (org.). *The politics of impure*. Rotterdam: V2_Publishing, 2010.

BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CALLON, Michel. Il n'y a d'économie qu'aux marges. *Le libellio d'Aegis*, v. 4, n. 2, p. 1-18, 2008a.

CALLON, Michel. Los mercados y la performatividad de las ciencias económicas. *Apuntes de investigación del Cecyp*, v. 12, n. 14, p. 11-68, 2008b.

CANCLINI, Nestor. *Diferentes, desiguais, desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CAPTAÇÃO do gás metano em aterro desativado custeará capacitação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 abr. 2011. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/captacao-do-gas-metano-em-aterro-desativado-custeara-capacitacao-2794156.

CARDOSO, Bruno. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 119-148, jul./dez. 2013.

CARDOSO, Bruno. *Todos os olhos*: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Faperj, 2014.

CARDOZO, Marcelo. *Percepção de riscos ambientais de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque de Caxias*. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

CARENZO, Sebastian. Desfetichizar para producir valor, refetichizar para producir el colectivo: cultura material en una cooperativa de "cartoneros" del Gran Buenos Aires. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 15-42, jul./dez. 2011.

CARENZO, Sebastian; MÍGUEZ, Pablo. De la atomización al associativismo: reflexiones en torno a los sentidos de la autogestión en experiencias associativas desarrolladas por cartoneros. *Maguaré*, n. 24, p. 233-263, 2010.

CASA do Rio de Janeiro. *História dos serviços públicos urbanos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.casadorio.com.br/servicos-urbanos/conheca/artigos.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 127-137, 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. Drama, ritual e performance em Victor Turner. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 411-440, 2013.

CEFAÏ, Daniel *et al*. (org.). *Arenas públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Eduff, 2011.

CESCONETO, Eugênia A. *Catadores de lixo*: uma experiência da modernidade no Oeste do Paraná (Toledo, 1988/1999). 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. *In*: CATTANI, Antonio David; HESPANHA, Pedro *et al*. (org). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

CHORUME vaza em Seropédica após falta de luz, diz empresa. *G1*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/chorume-vaza-em-seropedica-apos-falta-de-luz-diz-empresa.html.

CLARKE, Alison. *Tupperware*: the promise of plastic in 1950s America. Washington & Londres: Smithsonian Institution Press, 1999.

CLASTRES, Pierre. Troca e poder: filosofia da chefia indígena. *In*: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. *In*: CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COCHOY, F.; GIRAUDEAU, M.; MCFALL, L. Performativity, economics and politics: an overview. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 139-146, jul. 2010.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otávio. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, Lisboa, n. 207, xlviii (2º), p. 465-489, 2013.

COMLURB. Conheça a Comlurb. *Rio Prefeitura*, Rio de Janeiro, 28 jul. 2009. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/comlurb/conheca-a-comlurb.

CONSÓRCIO Novo Gramacho vai operar aterro em Caxias. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 27 fev. 2007.

COOPER, Timothy. Recycling modernity: towards an environmental history of waste. *In*: COMPASS INTERDISCIPLINARY VIRTUAL CONFERENCE, 19-30 out. 2009. Disponível em: https://ore.exeter.ac.uk/repository/bitstream/handle/10036/3210/RecyclingModernityCompass%20preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

COOPER, Timothy. Recycling modernity: waste and environmental history. *History Compass*, n. 8, p. 1.114-1.125, 2010.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores*: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORTEEL, Delphine; LE LAY, Stéphane. Introduction: travailler aux abords des déchets: un clair-obscur contemporain. *In*: CORTEEL, Delphine; LE LAY, Stéphane. *Les travailleurs des déchets*. Toulouse: Éditions Érès, 2011.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

CUTAIT, Beatriz. Foxx planeja crescer queimando lixo para gerar energia. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 jul. 2012. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/ coluna/foxx-planeja-crescer-queimando-lixo-para-gerar-energia.ghtml.

DA-RIN, Sílvio. *Espelho partido*: tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Ed. Azougue, 2004.

DAWSEY, John. O teatro dos "boias-frias": repensando a antropologia da "performance". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 15-34, jul./dez. 2005.

DAWSEY, John. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. *Mana*, v. 15, n. 2, p. 349-376, 2009.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1954. v. I e II, t. I.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A thousand plateaus*. Tradução de B. Massumi. Londres: Continuum, 2004.

DESROISIERES, Alain. Historiciser l'action publique: l'état, le marché et les statistiques. *In*: LABORIER, P.; TROM, D. (ed.). *Historicités de l'action publique*. Paris: PUF, 2003. p. 207-221.

DOUGLAS, Mary. The two bodies. *In*: DOUGLAS, Mary. *Natural symbols*: explorations in cosmology. Londres: Barrie & Rockliff, 1970. p. 65-81.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. *In*: MAUSS, M. *Ensaios de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*: 1763-1808. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000.

EIGENHEER, Emílio. *Lixo, vanitas e morte*: considerações de um observador de resíduos. Niterói: Eduff, 2003.

EIGENHEER, Emílio. *A história do lixo*: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Elsevier/Campus/MinC, 2009.

O EMPRESÁRIO que veio do mar. *IstoÉ Dinheiro*, São Paulo, 15 jul. 2009. Caderno Negócios. Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20090715/empresario-que-veio-mar/12564.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos, viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

EX-CATADORES do Lixão de Itaoca estão na miséria. *O São Gonçalo*, 5 maio 2015. Disponível em: https://www.osaogoncalo.com.br/alerj/877/ex-catadores-do-lixao-de-itaoca-estao-na-miseria.

FISHER, Tom. Plásticos: a cultura através das atitudes em relação aos materiais artificiais. *In*: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (org.). *Cultura, consumo e identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. *In*: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2011. p. 79-98.

FRAGA, Isabela; JANNUZZI, Laís. Cerca de 50 mil litros de chorume vazam de aterro sanitário de Seropédica. *Vozerio*, 22 fev. 2016. Disponível em: http://vozerio.org.br/Cerca-de-50-mil-litros-de-chorume.

FREEDBERG, David. *The power of images*: studies in the history and theory of response. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GABARD, Lucía F. Hacia una articulación global de recicladores. *In*: SCHAMBER, P.; SUÁREZ, F. *et al.* (org.). *Recicloscopio III*: miradas sobre recuperadores urbanos, formas organizativas y circuitos de valorización de residuos en América Latina. Buenos Aires: CICCUS; UNLa; Universidad Nacional de Sarmiento, 2011.

GAMA, Tathiana. CTR mudará tecnologia em 2013: Seropédica passará a ser considerado município verde. *Prefeitura de Seropédica*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 ago. 2012. Disponível em: http://governoderespeito.blogspot.com/2012/08/.

GÁS VERDE S.A. e Comlurb inauguram projeto para fornecimento de biocombustível. *Portal Fator Brasil*, Espírito Santo, 8 jun. 2013. Disponível em: http:// www.revista fatorbrasil.com.br/ver_ noticia.php?not=237247.

GEERTZ, Clifford. The bazaar economy: information and search in peasant marketing. *The American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 28-32, maio 1978.

GEERTZ, Clifford. *Negara*: o Estado teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

GELL, Alfred. *Art and agency*: an anthropological theory. Oxford: Oxford University Press, 1991.

GILLE, Zsuzsa. Actor networks, modes of production, and waste regimes: reassembling the macro-social. *Environment and Planning A*, v. 42, p. 1.049-1.064, 2010.

GILLE, Zsuzsa. Is there an emancipatory ontology of matter? A response to Myra Hird. *Social Epistemology Review and Reply Collective*, v. 2, n. 4, p 1-6, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOFFMAN, Erving. A carreira moral do doente mental. *In*: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOIDANICH, Maria E.; RIAL, Carmen. Um lugar chamado supermercado. *In*: RIAL, Carmen; SILVA, S. R.; SOUZA, A. (org.). *Cultura e consumo*: perspectivas etnográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan/MEC, 2007. (Museu, Memória e Cidadania).

GONÇALVES, Pólita. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GONÇALVES, Raquel de S. *Catadores de materiais recicláveis*: trajetórias de vida, trabalho e saúde. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Marco Antônio; HEAD, Scott. *Devires imagéticos*: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GONÇALVES, Marcelino de A. O movimento nacional de organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: um movimento em movimento. *SÉMATA: Ciências Sociais e Humanidades*, v. 16, p. 101-113, 2004. (Marginados y excluidos: un enfoque interdisciplinar).

GORBÁN, Débora. Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 2, n. 8, p. 3-15, jul./set. 2004.

GOYENA, Alberto. Espólio arquitetônico: notas sobre a partilha, circulação e retorno de edificações demolidas. *Ponto Urbe*, n. 15, 2015.

GRAMACHO: o começo do fim. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1-14, 20 abr. 2011.

GUTBERLET, Jutta. O custo social da incineração de resíduos sólidos: recuperação de energia em detrimento da sustentabilidade. *Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL*, Costa Rica, p. 1-16, 2. sem. 2011.

GUYER, Jane. *Marginal gains*: monetary transactions in Atlantic Africa. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 125-153, jul./dez. 2005.

HAWKINS, Gay. Plastic materialities. *In*: BRUCE, B.; WHATMORE, S. (org.). *Political matter*: technoscience, democracy and public life. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

HAWKINS, Gay; MUECKE, Stephen. Introduction: cultural economies of waste. *In*: HAWKINS, Gay; MUECKE, Stephen (ed.). *Culture and waste*: the creation and destruction of value. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 2003.

HELAL, Diogo; NEVES, Jorge A. Burocracia e inserção social: uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 312-340, set./dez. 2010.

HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. Introduction: thinking through things. *In*: HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (ed.). *Thinking through things*: theorizing artefacts ethnographically. Londres: Routledge, 2007.

HEREDIA, Beatriz. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil*: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuaP/UFRJ, 2004.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *RAM – Revista de Administração Municipal*, São Paulo, n. 284, dez. 2015. Disponível em: http:// www.ibam.org.br /media/arquivos/revista/ram_284.pdf.

IBASE. Diagnóstico IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). *Diagnóstico Social de Jardim Gramacho. Comunidades COEP*. Duque de Caxias, 2005.

IETS. Estratégia de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental para o entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: diagnóstico socioeconômico de Jardim Gramacho. *IETS*, Secretaria do Ambiente, ago. 2010-jul. 2011. Disponível em: https://www.iets.org.br/spip.php? article350.

INGOLD, Tim. Toward an ecology of materials. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 427-442, 2012.

JAGUARIBE, Beatriz. O "Self Reencantado": notas sobre "Santo Forte" e "Estamira". *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 184-195, dez. 2011. Introdução.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Niterói: Eduff, 2008.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LABRUTO, Nicole. Re-use value and re-use economies: notes on rummaging and waste work. *Anthropology News*, v. 53, n. 8, p. 14, out. 2012. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary. wiley.com/doi/ pdf/10.1111/j.1556-3502.2012.53801.x.

LAGROU, Els. No caminho da miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. *Enfoques – Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ*, v. 12, n. 1, p. 18-49, jun. 2013. Disponível em: http://issuu.com/ revista enfoquesufrj/docs/vol12_1.

LANGDON, E. Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *In*: CARDOSO, V. (org.). *Anais do Colóquio Antropologias em Performance*. Florianópolis: Gesto/PPGAS/ Nuppe/UFSC, 2009. p. 252-272.

LAPORTE, Dominique. *History of shit*. Cambridge/MA: MIT Press, 2000.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru/SP: Edusc, 2001.

LATOUR, Bruno. How to talk about the body? The normative dimension of social science studies. *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 205-229, 2004.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

LATOUR, Bruno. *Pasteur*: guerre et paix des microbes. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Bahia: EDUFBA/Edusc, 2012.

LAW, John. Notes on the theory of actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, v. 5, n. 4, p. 379-393, ago. 1992.

LAW, John; MOLL, Annemarie. Complexities: an introduction. *In*: LAW, John; MOLL, Annemarie (ed.). *Complexities*: social studies of knowlegde practices. Durham; Londres: Duke University Press, 2002.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

LÉNA, Philippe. *Desenvolvimento sustentável*: entre a economia e a ética. Belém: MPEG, 2006. p. 1-45.

LESSA, Carlos. Prefácio: os ovos da serpente. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua*: nômades, excluídos, viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem.* São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1970.

LIMA, Jacob C. Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 21, n. 1, p. 113-132, jun. 2009.

LIMA, Jacob C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set./dez. 2010.

LIMA, Maria Raquel Passos. Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 209-238, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S2238-38752017000100209&lng=en&nrm=iso; http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752017v7 19.

LIMA, Maria Raquel Passos. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). *Horizontes Antropológicos*, n. 50, p. 145-180, 3 abr. 2018. Disponível em: http://journals.openedition.org/horizontes/1898.

LIMA, Maria Raquel Passos. *A (in)visível armadilha do lixo*: Coutinho e a arte da revelação. "Boca de lixo" visto por Maria Raquel Passos Lima, Vitor Grunvald, Theresa Jessouroun. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LISAN, Marco Aurélio. Usina vai transformar lixo de Gramacho em combustível. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jun. 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/usina-vai-transformar-lixo-de-gramacho-em-combustivel-8605759#ixzz3VpZbQP9g.

LULA e Dilma com catadores no almoço de Natal. *Youtube*, São Paulo, 23 dez. 2010. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=NpYOCGLnwig&feature=related.

MACDOUGALL, David. New principles in visual anthropology. *In*: MACDOUGALL, David. *The corporeal image*: film, ethnography and the senses. Princeton: Princeton University Press, 2006. p. 265-274.

MACHADO, Giselle C. de A. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. 1. ed. São Paulo: ANPUH, 2011.

MACHADO, Giselle C. de A. *Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho*: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Roberto *et al*. *Danação da norma*: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. Da informalidade à empregabilidade. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MAGERA, Márcio. *Os empresários do lixo*: um paradoxo da modernidade. Campinas: Editora Átomo, 2005.

MAGGIE, Yvonne. *Guerra de orixá*: um estudo de ritual e conflito. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARQUES, Ana Claudia. Cartografias da ordem e da violência: entre a guerra ameríndia e as "brigas de família" sertanejas. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 54, n. 2, p. 647-675, 2011.

MARQUES, Ana Claudia *et al.* Traições, intrigas, fofocas e vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. *In*: MARQUES, Ana Claudia. *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza: UFCE; Funcap; CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, Eduardo C. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./out. 1995.

MARSHALL, Lorna. Sharing, talking and giving: relief of social tensions among !Kung Bushmen. *Africa*, n. 31, p. 231-249, 1961.

MARTINS, Heloísa S.; RAMALHO, José R. *Terceirização*: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003a.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. *In*: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b.

MEAD, Margaret. Visual anthropology in a discipline of words. *In*: HOCKINGS, Paul (ed.). *Rethinking visual anthropology*. 3 ed. Nova Heaven/Londres: Yale University Press, 1995.

MEIRELLES, Delton R. S.; GOMES, Luiz Claudio M. A busca da cidadania: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho em Duque de Caxias/RJ. *Abep – Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2008. Disponível em: http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1723/1683.

MELOSI, M. *Garbage in the cities*: refuse, reform and the environment, 1880-1980. College Station, TX: A&M Press, 1981.

MILLAR, Kathleen. The informal economy: condition and critique of advanced capitalism. *CCS Seminar Series*, p. 1-23, 2007. Disponível em: http://ccs.ukzn.ac.za/files/Kathleeninformalecon%20Paper.pdf.

MILLAR, Kathleen. Making trash into treasure: struggles for autonomy on a Brazilian garbage dump. *Anthropology of Work Review*, n. 29, p. 25-34, 2008.

MILLAR, Kathleen. Cooperation in the informal economy: the case of recyclers at a Brazilian garbage dump. *In*: MARSHALL, Robert C. (ed.). *Cooperation in social and economic life*. Lanham, M.D.: AltaMira Press, 2010.

MILLAR, Kathleen. Trash ties: urban politics, global economic crisis and Rio de Janeiros's garbage dump. *In*: ALEXANDER, Catherine; RENO, Joshua (org.). *Economies of recycling*: the global transformations of materials, values and social relations. Londres: Zed Books, 2012a.

MILLAR, Kathleen. The transformation that waste land missed. *Anthropology News*, v. 53, n. 8, p. 52-53, out. 2012b.

MINC, Carlos. Lixo sem destino. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 ago. 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/lixo-sem-destino-21679482.

MITCHELL, Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*: métodos. São Paulo: Unesp, 2010.

MIZIARA, Rosane. *Nos rastros dos restos*: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 2001.

MIZIARA, Rosane. Por uma história do lixo. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, artigo 6, jan./abr. 2008.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária *funk*: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 231-262, jul./dez. 2007.

MIZRAHI, Mylene. Mulher já nasce veada: estéticas do corpo, gênero e pessoa no Brasil urbano. *Versión – Estudios de Comunicación y Política*, México, v. 33, p. 119-131, abr. 2014.

MNCR. Declaração de princípios e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. *MNCR*, 31 dez. 2007. Disponível em: http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos.

MNCR. *MNCR pede veto à incineração na Política Nacional de Resíduos Sólidos*. São Paulo, 29 jul. 2010. Disponível em: http://www.mncr.org.br/artigos/mncr-pede-veto-a-incineracao-na-politica-nacional-de-residuos-solidos.

MNCR. *Nota à imprensa – Isto é a Rio+20?* São Paulo, 12 abr. 2012a. Disponível em: http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/nota-a-imprensa-isto-e-a-rio-20.

MNCR. *Nota do conselho*. São Paulo, 13 abr. 2012b.

MOTA, Adriana V. Do lixo à cidadania. *Democracia Viva*, n. 27, p. 4-8, jun./jul. 2005.

MOTTA, Cláudio. Prefeitura pretende utilizar lixo seco para a geração de energia elétrica. *O Globo,* Rio de Janeiro, 20 abr. 2011. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-pretende-utilizar-lixo-seco-para-geracao-de-energia-eletrica-2793613.

MOTTA, Eugênia. *A "outra economia"*: um olhar etnográfico sobre a "economia solidária". 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOTTA, Eugênia. *Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO, Valéria B. *Estudo de caso*: análise da remediação ambiental do Aterro Metropolitano de Gramacho. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002.

NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*: Antropologia. São Paulo: Anpocs/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.

NEIBURG, Federico; NICAISE, Natacha (ed.). *Lixo*. Estigmatização, comércio, política. Déchets. Stigmatisations, commerces, politiques. Garbage. Stigmatization, commerce, politics. Fatra. Stigmatizasyon, komès, politik. Rio de Janeiro: Viva Rio/NuCEC, 2010.

NEIBURG, Federico; NICAISE, Natacha; BRAUM, Pedro. *Lideranças em Bel Air* (Leaders in Bel Air). Rio de Janeiro: NuCEC/Viva Rio, 2011.

NITAHARA, Akemi. Usina de gás do aterro de Gramacho recorre da multa de R$ 10,8 milhões. *Agência Brasil*, 19 fev. 2015. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/usina-de-gas-do-aterro-de-gramacho-recorre-da-multa-de-r-108-milhoes.

NOGUEIRA, Danielle. Mulheres responsáveis pelo novo aterro sanitário, em Seropédica, têm desafio de transformar o lixo do Rio em ativo ambiental.

Extra, Rio de Janeiro, 28 ago. 2010. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/economia/mulheres-responsaveis-pelo-novo-aterro-sanitario-em-seropedica-tem-desafio-de-transformar-lixo-do-rio-em-ativo-ambiental-177333.html.

O'HARE, Patrick. *Recovering requeche and classifying clasificadores*: an ethnography of hygienic enclosure and Montevideo's waste commons. PhD Thesis (Philosophy in Social Anthropology) – Clare College/University of Cambridge, Cambridge, 2017.

OLIVEIRA, Michelle L. *Caracterização dos impactos socioambientais no entorno do aterro controlado de Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias/RJ*. 2007. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Uerj, Rio de Janeiro, 2007.

ORTIZ, Fabíola. Catadores do lixão de Itaoca lutam por indenização: Alerj quer decretar área de calamidade pública. *Uol*, Rio de Janeiro, 13 set. 2012. (Cotidiano). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/13/catadores-do-lixao-de-itaoca-lutam-por-indenizacao-alerj-quer-decretar-area-de-calamidade-publica.htm.

PADOIN, Isabel G. *Trajetórias de vida dos catadores do antigo lixão da Caturrita*: a interface entre empoderamento, pobreza e meio ambiente. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2010.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil*: visões de antropólogos. *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuaP/UFRJ, 2004.

PEREIRA, Aline. Audiência pública na Alerj discute aterro sanitário de Seropédica. *ADUR-RJ*, 1º jun. 2011. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop/audiencia_pub_alerj_discute_ aterro_sanitario.htm.

PEREIRA, Magnus Roberto de M. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. *TOPOI*, v. 6, n. 10, p. 99-142, jan./jun. 2005.

PERELMAN, Mariano. Memórias de la quema: o cirujeo em Buenos Aires trinta anos depois. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 375-399, 2010.

PÉREZ, Rosina. *Proletarização, ação coletiva e inclusão social*: a mobilização dos trabalhadores da reciclagem no Brasil e no Uruguai. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 67, p. 117-133, 2008.

PINTO, Lúcia. O trabalhador do lixo. *In*: PRADO, M. (org.) *Jardim Gramacho*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

PLATONOW, Vladimir. Pesquisador alerta para problemas de saúde causados por novo aterro sanitário em Seropédica. *Agência Brasil*, 17 fev. 2013. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/ agenciabrasil/noticia/2013-02-17/ pesquisador-alerta-para-problemas-de-saude-causados-por-novo-aterro-sanitario-em-seropedica.

POOLE, Deborah. Introducción. *In*: POOLE, Deborah. *Visión, raza y modernidade*: una introducción al mundo andino de imágenes. Lima/Sur: Casa de Estudios del Socialismo, 2000.

PORTILHO, Fátima. Representações sociais de profissionais do lixo: para além de estigmas, repulsas e tabus. *Revista Saúde e Direitos Humanos*, Brasília, NEDH/Fiocruz/Ministério da Saúde, ano 3, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/saude/index.htm.

PRIOR, Tamara. Chegada da corte: hábitos sanitários no Brasil Colônia. *GT ÁGUAS*, Revistas das águas, PGR, 4a CCR, ano 2, n. 6, jun. 2008. Disponível em: http://revistadasaguas.pgr.mpf. gov.br/edicoes-da-revistaedicao-06/ artigos/chegada-da-corte-habitos-sanitarios-no-brasil-colonia.

PYE, Gillian. Trash as cultural category. *In*: PYE, Gillian (ed.). *Trash culture*: objects and obsolescence in cultural perspective. Berna: Peter Lang, 2010.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este*: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

RABOSSI, Fernando. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, v. 15, n. 1, p. 83-107, 2011.

RABOSSI, Fernando. Los caminos de la informalidade. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 797-818, set.-dez. 2019. Mimeo.

RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre. Trabalho precário, desemprego e pobreza: a nova face do mundo industrializado nos anos 1990. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 288, p. 10-14, 1996.

RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre. Desenvolvimento, trabalho e cidadania. *In*: RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (org.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania*: Baixada e Sul Fluminense. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética. *In*: RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: estética e política. 2. ed. São Paulo: EXO Experimental Org.; Editora 34, 2009.

RAULINO, Sebastião Fernandes. Construções sociais da vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

RENO, Joshua. *Out of place*: possibility and pollution at a transnational landfill. 2008. Tese (PhD em Filosofia/Antropologia) – Departamento de Filosofia e Antropologia, Universidade de Michigan, EUA, 2008.

RENO, Joshua. Your trash is someone's treasure: the politics of value at a Michigan landfill. *Journal of Material Culture*, v. 14, n. 1, p. 29-46, 2009.

RENO, Joshua; ALEXANDER, Catherine. Introduction. *In*: RENO, Joshua; ALEXANDER, Catherine (org.). *Economies of recycling*: the global transformations of materials, values and social relations. Londres: Zed Books, 2012.

RIBEIRO, Camille G. Vestidas de rampa: um estudo sobre um grupo de catadoras de materiais recicláveis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 20-24 set. 2010, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: Abep, 2010.

RIBEIRO, José da S. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 614-648, jul.-dez. 2005.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura municipal. *Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade do Rio de Janeiro* (PMGIRS): agosto 2012-agosto 2016. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 25 set. 2009.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 5.950, de 13 de abril de 2011. Institui pisos salariais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências. *D.O.E.*, Rio de Janeiro, 14 abr. 2011a. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/salariominimo_ riodejaneiro_2011.htm.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado do Ambiente; Instituto Estadual do Ambiente. *Rio de Janeiro*: Lixão Zero. Rio de Janeiro, 2011b. Material de divulgação.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura municipal. CTR Seropédica. *Cidade Olímpica*, Rio de Janeiro, 10 out. 2013a.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Polo de Reciclagem de Gramacho.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Ambiente, 16 dez. 2013b.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Polo de Reciclagem de Gramacho*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Ambiente, 12 jul. 2014.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Compromissos ambientais pela Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Ambiente, 25 mar. 2015.

RODRIGUES, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de catadores de lixo na Colômbia. *In*: BOAVENTURA, S. Santos (org.). *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROGRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão*: o lixo como invento social. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, Marshall. Como pensam os nativos. São Paulo: Edusp, 2001.

SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática: dois paradigmas da teoria antropológica. *In*: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003. (Antropologia Social).

SAHLINS, Marshall. La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. *In*: SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004a. (Antropologia Social).

SAHLINS, Marshall. A sociedade afluente original. *In*: SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004b.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio; MUNIZ, Lenir. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. *In*: PEREIRA, M.; ALVES, E.; PEREIRA, C. *Ecos dos conflitos socioambientais*: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

SCANLAN, John. *On garbage.* Londres: Reaktion, 2005.

SCANLAN, John. In deadly time: the lasting on of waste in Mayhew's London. *Time and Society*, v. 16, n. 2-3, p. 189-206, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEROA DA MOTTA, Ana *et al.* Saneamento: passos da história do Rio de Janeiro. *Revista Memo*, v. 11, p. 42-46, set. 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Aline Cavalcante dos Reis; SCHULZ, André Luis. A sociedade de propósito específico e a lei anticorrupção. *Âmbito Jurídico*, São Paulo, v. XXI, n. 170, 8 mar. 2018. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20256&revista_caderno=8.

SILVA, Lúcia. *Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro (1778-1878)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SMITH, Douglas. Scrapbooks: recycling the lumpen in Benjamin and Bataille. *In*: PYE, Gillian (ed.). *Trash culture*: objects and obsolescence in cultural perspective. Berna: Peter Lang, 2010.

SOSNISKI, Cristina. *Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo*: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Fátima. V. F. *Sobrevivendo das sobras*: as novas formas de miséria urbana. 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

STRASSER, Susan. *Waste and want*: a social history of trash. Nova York: Metropolitan Books; Henry Holt, 1999.

STRATHERN, Andrew. *Body thoughts*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem: entrevista com Marilyn Strathern. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? *In*: STRATHERN, Marilyn *et al. O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. *In*: STRATHERN, Marilyn *et al. O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.

SUÁREZ, Francisco *et al.* El reciclado de plastico en la Región Metropolitana de Buenos Aires. *In*: SCHAMBER, P.; SUÁREZ, F. (org.). *Recicloscopio III*: miradas sobre recuperadores urbanos, formas organizativas y circuitos de valorización de residuos en América Latina. Buenos Aires: CICCUS; UNLa; Universidad Nacional de Sarmiento, 2011.

SURAK, Sarah. Finding value in trash? Power, waste regimes, and German vehicle recycling legislation. *Public Knowledge Journal*, v. 3, n. 3, ed. especial, 2011.

TORRES, Lívia; SCHELIGA, Luíza. Empresa que administra Aterro de Seropédica, RJ, reduz operações e alega dívida de R$ 72 milhões. *G1*, Rio de Janeiro, 1º abr. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/01/empresa-que-administra-aterro-de-seropedica-rio-reduz-operacoes-e-alega-divida-de-r-72-milhoes.ghtml.

TURNER, Victor. *The anthropology of performance*. Nova York: PAJ Publications, 1988.

TURNER, Victor. *Schism and continuity in an African society*. Manchester: Manchester University Press, 1996. [1957].

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas*: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Eduff, 2008.

UM BILHÃO de litros de chorume são despejados na Baía de Guanabara. *Agência Brasil*, Brasília, 20 mar. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/ 2019/03/20/um-bilhao-de-litros-de-chorume-sao-despejados-na-baia-de-guanabara.htm.

USINA vai transformar o lixo de Gramacho em energia limpa. *Agência Brasil*, Brasília, 8 jun. 2013. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-08/usina-vai-transformar-lixo-de-gramacho-em-energia-limpa.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARGENS, Dayala. *Sentidos em reciclagem*: uma análise linguístico-discursiva da construção da identidade profissional dos catadores de Jardim Gramacho. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística/Uerj, Rio de Janeiro, 2005.

VAZ, Tatiana. George Soros e grupo Foxx perto de comprar Haztec por R$ 800 mi. *Exame*, 1º jun. 2012. Disponível em: https://exame.com/negocios/george-soros-e-grupo-foxx-perto-de-comprar-haztec-por-r-800-mi/.

VELLOSO, Marta P. *Criatividade e resíduos resultantes da atividade humana*: da produção do lixo à nomeação do resto. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Ensp/Fiocruz-RJ, Rio de Janeiro, 2004.

VELLOSO, Marta P. Os restos na história: percepções sobre resíduos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 6, p. 1.953-1.964, 2008.

WEBER, Florence. Le calcul économique ordinaire. *In*: STEINER, Ph.; VATIN, F. *Traité de sociologie économique*. Paris: PUF, 2010. p. 367-407.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2012.

WHITELEY, Gillian. *Junk*: art and politics of trash. Londres: I.B. Tauris, 2011.

XAVIER, Ismail. *O olhar e a cena*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

XEREZ, Adriana. *Mãe Rampa*: os impactos do encerramento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho nos catadores de materiais recicláveis. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia/UFF, Niterói, 2013.

ZELIZER, Viviana. Dinero, circuitos, relaciones íntimas. *Sociedad y Economía*, n. 14, p. 7, 2008.

ZELIZER, Viviana. *Economic lives*: how culture shapes economy. Chicago: Princeton University Press, 2011.

FILMOGRAFIA

BOCA de lixo. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Thereza Jessouroun. Diretor de fotografia: Breno Silveira. Rio de Janeiro, 1992. Documentário, cor, 50 min. Idioma: português.

ENTRE Vales. Direção: Philippe Barcinski. Produção: Rui Pires, André Montenegro, Malu Viana Batista e Philippe Barcinski. Roteiro: Philippe Barcinski e Fabiana Werneck Barcinski. Brasil, Uruguai, Alemanha, 2012. Documentário, cor, 80 min. Idioma: português.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Produção: José Padilha. Fotografia: Marcos Prado. Rio de Janeiro, 2005. Documentário, cor, 121 min. Idioma: português.

LIXO Extraordinário. Direção: João Jardim, Karen Harley, Lucy Walker. Produção: Angus Aynsley, Hank Levine e Peter Martin. Brasil, Reino Unido, 2010. Documentário, cor, 90 min. Idiomas: inglês e português.

O Avesso do Lixo *é um convite para olhar em profundidade para as coisas que descartamos diariamente nos centros urbanos. Ao seguir Maria Raquel Passos Lima em sua jornada pela região metropolitana do Rio de Janeiro, chegamos ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e ao universo dos catadores de materiais recicláveis. As histórias, práticas e desafios que atravessam a vida dos catadores apresentam ao leitor as complexidades e as potencialidades implicadas nessas materialidades. A narrativa etnográfica da autora descortina assim o "lixo" como objeto privilegiado para a compreensão de dinâmicas políticas, econômicas e urbanas das sociedades contemporâneas. Ao revelar um lado do avesso de ideias correntes no senso comum, aponta os resíduos como objetos mediadores centrais através dos quais entendemos a urbanização das cidades e os modos de gestão das populações, as redes que compõem a economia da reciclagem, assim como os modelos de desenvolvimento e as arenas políticas emergentes em torno da questão socioambiental, que tensionam distintos projetos de cidade e futuros urbanos.*

DIREITOS E CONFLITOS

ISBN 978-65-88388-29-7